

CAMILA AZEVEDO DE MORAES WICHERS

**MUSEUS E ANTROPOFAGIA DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO: (DES) CAMINHOS DA
PRÁTICA BRASILEIRA**

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS**

Departamento de Museologia

Lisboa

2010

CAMILA AZEVEDO DE MORAES WICHERS

**MUSEUS E ANTROPOFAGIA DO PATRIMÔNIO
ARQUEOLÓGICO: (DES) CAMINHOS DA
PRÁTICA BRASILEIRA**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de
Doutor em Museologia no Programa de
Doutoramento em Museologia, conferido pela
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Orientadora: Profa. Doutora Maria Cristina
Oliveira Bruno

**UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E
TECNOLOGIAS**

Departamento de Museologia

Lisboa

2010

Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas... continuarei a escrever

Clarice Lispector

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

O Museu pode e deve ser o deflagrador das utopias.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri

Para Michiel,
por me fazer acreditar e
por ser meu companheiro
durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, essa força infinita.

Em um país marcado pela exclusão social posso afirmar que sou privilegiada por ter chegado até aqui. Filha de migrantes nordestinos na grande São Paulo, sei que o caminho foi árduo, não só para mim. Minha mãe, Maria Geudice Azevedo, foi fundamental nessa caminhada, não só pelas tantas vezes em que abriu mão de outras coisas para investir na minha educação, mas também por ter semeado em mim o amor aos estudos. Sua inteligência e dedicação, que permitiram a sua própria graduação em Pedagogia há alguns anos, me inspiram, sempre. Meu pai, Heleno Vasconcelos Moraes, pelos tantos anos de trabalho duro, como metalúrgico, que permitiram uma vida digna, mas acima de tudo, pelo jeito carinhoso com que sempre me recebe em seus braços. Ao Hugo, meu irmão, um presente que eu ganhei aos dezoito anos e que me enche de orgulho e de vontade de viver. À família Moraes e à família Azevedo, tios e tias, primos e primas, que apesar da distância, me deram esperança todas as vezes que vi seus olhos cheios de orgulho de mim. Em especial, agradeço ao querido vovô Zé, sergipano, feirante, contador de piadas e 'causos', pelo exemplo de vida. Durante a tese aprendi que não importava o quanto complexo fosse esse trabalho, não era necessário que eu narrasse todas as minhas dificuldades para a minha família, sempre existiu um subtexto no olhar e na fala de cada um, onde vi sempre que sim, era possível chegar até aqui.

Ao meu anjo, Michiel, companheiro e amigo de todas as horas. Seria impossível ter chegado até aqui sem a sua presença na minha vida. À Hannie e Theo, minha família meio holandesa, meio alemã, que me ensinou tantas coisas ao longo desses anos, sobretudo, uma verdadeira 'prática intercultural'. Amo vocês. À Margriet e Bart pela recepção na Holanda e apoio na viagem de estudos. Muito obrigada!

À minha orientadora Cristina Bruno, pela inteligência e capacidade de trabalho. Obrigada pela confiança!

Ao Paulo Zanettini, mais que um professor ou 'chefe', uma pessoa que tem sido fundamental no meu crescimento profissional e pessoal. Obrigada por dividir comigo o sonho em fazermos uma Arqueologia melhor e mais comprometida com o mundo.

Minha vivência na Zanettini Arqueologia foi um eixo imprescindível na elaboração desse trabalho. Lá conheci profissionais que muito admiro e também grandes amigos.

Ao Rafael. Por fazer uma Arqueologia do sertanejo, que tornou possível a interface aqui proposta. Por ser o amigo de todas as horas. À Gabriela, pelo cuidado com que realiza cada trabalho e por fazer com tanto carinho os mapas desta tese. À Louise pela troca de ideias, risadas e estímulo. A todos aqueles que ‘seguraram as pontas’ nas minhas ausências frequentes ao longo desse último ano: Paulo Bava, Luana, Marcel, Márcia, Luciana, Flávio, Piero, Ariane e Júnior. Em especial, à minha amiga Luciana, pela alegria, energia, literatura e teatro. Muito obrigada!

A todos os que participaram das ‘experimentações museológicas’, em especial à Márcia e à Louise. Também aos que passaram ou ainda trabalham no programa de pesquisa da Ferrovia Transnordestina. À Miriã pelo levantamento dos indicadores socioeconômicos. À Kena pelo olhar da geografia. Ao Pacheco e à Catarina que participaram ativamente na visita aos polos, com seriedade e alegria. Ao Lucas Pernambuco pela inestimável ajuda nessa reta final. À Glória pela paciente revisão do texto.

Também agradeço aos professores e amigos do Curso de Estudos Avançados em Museologia. À Manuelina, pelas inúmeras conversas que tanto me auxiliaram a adentrar no universo museológico. À Rosângela e à Manuelina – novamente – pela companhia na viagem ao Parque Cultural de Maestrazgo, na Espanha. À Maria do Carmo, pelo companheirismo e pelo exemplo de seriedade no tratamento do patrimônio arqueológico brasileiro. E pela gelatina quando fiquei doente na qualificação!

Agradeço também imensamente a todos que me receberam nas visitas técnicas realizadas em Portugal, França e Espanha. Em Mértola, Claudio Torres e Manuela, Suzana Gómez e Lúcia Rafael. No Ecomuseu de Seixal, Jorge Raposo. Em Mação, a equipe de Luís Oosterbeek e, em especial, a Anabela Borralheiro, Sara Cura e Pedro Cura. No Museu Dom Diogo de Braga, Isabel Cunha e Silva. Em Grenoble, no Museu Dauphinois, Jean-Pascal Jospin e Jean-Claude Duclos. No Ecomuseu de Fresnes, à equipe de Alexandre Delarge. No Museu de Pré-História de Nemours, Jean Luc Rieu. A Hugues de Varine-Bohan pela indicação de locais para as visitas técnicas e envio de informações. No Parque Cultural de Maestrazgo, Jorge Abril e Sonia Sanchez.

À Alejandra Saladino, Carlos Costa e Fabiana Comerlato, pela luta em prol da musealização da Arqueologia Brasileira.

À banca de qualificação, composta pelos professores José Luiz de Moraes e Mário Moutinho.

A todos que me recepcionaram nas instituições visitadas, em especial à Elisângela, que possibilitou a visita ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Agradeço a disponibilidade do professor Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, em me receber e indicar alguns rumos para a pesquisa. Também sou grata à professora Dra. Niède Guidon e a Rosa Trakalo, da Fundação Museu do Homem Americano e à professora Dra. Sílvia Siqueira, diretora do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, por me receberem.

Também agradeço às amigas que compreenderam minhas ausências ao logo desse trabalho, em especial: Elismar, Thaís, Jacqueline, Ligia, Tânia, Fabiana e Raquel.

Enfim, agradeço a todos que têm colaborado para o amadurecimento constante das minhas reflexões. Uma tese não representa o fim de um trabalho. Ela traduz um momento de reflexão, é produto de uma caminhada, mas também é mola propulsora de outros ensaios.

Resumo

Nessa tese, buscamos compreender os descaminhos e desencontros da díade Museus/ Museologia – Patrimônio Arqueológico/ Arqueologia no Brasil, mas, procuramos, acima de tudo, identificar e construir caminhos e encontros. Partimos de uma abordagem histórica dessa relação, delineando as mentalidades que marcaram o distanciamento entre Museologia e Arqueologia no Brasil. Em um segundo momento, aprofundamos a análise dessa relação na contemporaneidade, marcada por um aumento expressivo das pesquisas arqueológicas, sobretudo aquelas relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos. Esse fato indica um estreitamento da relação entre patrimônio arqueológico e questões do desenvolvimento, implicando na opção da Sociomuseologia. Em um terceiro movimento, fazemos uma análise de discursos expográficos de acervos arqueológicos, retomando também experimentações museológicas nas quais atuamos. Por fim, aplicamos as perspectivas da Sociomuseologia na concepção de um programa de socialização dos recursos arqueológicos resgatados no âmbito da Ferrovia Transnordestina, uma das obras estratégicas do Governo Federal brasileiro. O programa delineado é entendido enquanto síntese da complexa, mas necessária, teia de relações entre Museologia e Arqueologia no cenário brasileiro contemporâneo. Como caminho de superação dos obstáculos apresentados ao longo da tese, propomos o entrelaçamento entre a Sociomuseologia e as vertentes da arqueologia pós-processual.

Palavras-Chave: Sociomuseologia – Musealização da Arqueologia - Museus brasileiros - Comunicação Museológica - Arqueologia Pós-Processual

Abstract

In this thesis we seek to understand the waywardness and disagreements of the dyad Museums / Museology - Archaeological Heritage / Archaeology in Brazil, but above all we seek to identify and construct ways and common factors. We start from an historical approach to this relationship, outlining the mentality that marked the distance between Archaeology and Museology in Brazil. In a second step, we deepen the analysis of this relationships in contemporaneity, marked by a significant increase in the archaeological research, especially those related to environmental licensing of the enterprises. This indicates an approximation of the relationship between the archaeological heritage and developmental issues, implying the option of Sociomuseology. In a third step, we make an analysis of the expographic discourses of the archaeological collections and we return to the museological trials in which we operated. Finally, we apply the perspectives of Sociomuseology in socialization of the archaeological resources of Transnortheastern Railroad, one of the strategic programs of the Brazilian Government. The outlined program is understood as a synthesis of the complex but necessary relationship between Archaeology and Museology in the Brazilian contemporary scene. Thus, one way of overcoming the obstacles outlined throughout the thesis lies in the intertwining between the Sociomuseology and the Post-Processual Archaeology.

Key-words: Sociomuseology – Archaeology’s Musealization – Brazilians Museums - Museologic Communications – Post-Processual Archaeology

ABREVIATURAS

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná
CNM – Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus
CNSA / IPHAN – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IAP – Instituto Anchietano de Pesquisas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IGPHA/ UCG – Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPH – Instituto de Pré-História
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MA – Museu Amazônico
MAE/ UFBA – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia
MAE/ UFPR – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná
MAE/ USP – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MAEA/UFJF– Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora
MAI – Museu Arqueológico de Itaipu
MARSUL – Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul
MASJ – Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville
MAX – Museu de Arqueologia de Xingó
MCC – Museu Câmara Cascudo

MCDB – Museu das Culturas Dom Bosco
MCN/ PUCMG – Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
MCSP – Museu da Cidade de São Paulo
MCT/ PUCRS – Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
MHN – Museu do Homem do Nordeste
MHN – Museu Histórico Nacional
MHNJB – Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais
MINC – Ministério da Cultura
MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MJC – Museu Júlio de Castilhos
MN – Museu Nacional
MP – Museu Paulista
MPAJJF – Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MUESC – Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense
MUORC – Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral
ONG – Organização não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica
PRONAPABA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UBC – Universidade Braz Cubas
UCG – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UCG – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISANTOS – Universidade Católica de Santos
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins
URCA – Universidade Regional do Cariri
USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE

ABREVIATURAS	9
ÍNDICE DE QUADROS	15
ÍNDICE DE GRÁFICOS	17
ÍNDICE DE FIGURAS	19
ÍNDICE DE MAPAS	24
INTRODUÇÃO	25
Apresentação do Tema Central da Tese	27
Razões da Escolha do Tema	28
Hipóteses da Investigação	31
Objetivos da Investigação	33
Fontes e referências teóricas	33
<i>Objeto, engrenagem e missão social da Museologia</i>	<i>34</i>
<i>A estratigrafia da construção do patrimônio arqueológico</i>	<i>42</i>
<i>Musealização da Arqueologia no Brasil: estado d'Arte</i>	<i>47</i>
Percursos, Métodos e Fontes da Investigação	52
Organização da Tese	57
CAPÍTULO 1. MARCAS DO PASSADO	60
1.1. Raízes: antecedentes e as primeiras décadas do Museu Nacional (1818-1870)	61
1.2. Caminhos: os Museus como <i>loci</i> da Institucionalização da Arqueologia (1870-1930)	72
1.2.1. <i>Museu Nacional: a ‘era’ Ladislau Netto e a Exposição Antropológica de 1882</i>	<i>75</i>
1.2.2. <i>Museu Paraense Emílio Goeldi: pesquisa, musealização e geoestratégia</i>	<i>85</i>
1.2.3. <i>Museu Botânico do Amazonas: a musealização de uma cartografia etnográfica</i>	<i>90</i>
1.2.4. <i>Museu Paulista: distinguindo coleções, ‘primitivos’ e ‘civilizados’</i>	<i>91</i>
1.2.5. <i>Museu Paranaense: a musealização do ‘homem do sambaqui’ e da ‘raça brasileira’</i>	<i>94</i>
1.2.6. <i>Tecendo elos</i>	<i>95</i>
1.3. Descaminhos: a configuração do papel coadjuvante da Arqueologia nos museus brasileiros (1930-2000)	98
1.3.1. <i>Arqueologia e construção da Nação: um passado que não se encaixa</i>	<i>100</i>
1.3.2. <i>Museus e patrimônio arqueológico: as instituições chave entre 1930 e 1960</i>	<i>104</i>
1.3.3. <i>Uma Arqueologia para poucos: o movimento arqueológico-universitário</i>	<i>114</i>
1.3.4. <i>Museus e patrimônio arqueológico: as instituições chave entre 1960 e 1980</i>	<i>119</i>
1.3.5. <i>Um prólogo do século XXI: as instituições chave entre 1980 e 2000</i>	<i>132</i>
1.4. Museus, Arqueologia, Memórias e Identidades: uma primeira síntese	148
CAPÍTULO 2. TENSÕES DO PRESENTE	154
2.1. Museologia: conformação do campo contemporâneo	156
2.1.1. <i>Um efervescente cenário museal</i>	<i>156</i>
2.1.2. <i>A Política Nacional de Museus</i>	<i>159</i>
2.1.3. <i>Um olhar sobre a formação</i>	<i>163</i>

2.2. Arqueologia: conformação do campo contemporâneo.....	174
2.2.1. <i>Arqueologia Preventiva: práxis arqueológica e desenvolvimento</i>	174
2.2.2. <i>Sociedade de Arqueologia Brasileira</i>	181
2.2.3. <i>Um olhar sobre a formação</i>	186
2.3. Instituições museológicas e patrimônio arqueológico: um mapeamento necessário... 195	
2.3.1. <i>Um primeiro mapa: as pesquisas e suas instituições de apoio</i>	196
2.3.2. <i>Um segundo mapa: o patrimônio arqueológico no Cadastro Nacional de Museus</i>	213
2.3.3. <i>Sobrepondo mapas: as instituições chave no século XXI</i>	218
CAPÍTULO 3. OLHARES, PERCURSOS E EXPERIMENTAÇÕES.....	247
3.1. Olhares: análise dos discursos expográficos	254
3.1.1. <i>Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)</i>	257
3.1.2. <i>Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro)</i>	261
3.1.3. <i>Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará)</i>	264
3.1.4. <i>Museu de História Natural e Jardim Botânico (Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais)</i>	266
3.1.5. <i>Museu do Homem Americano (São Raimundo Nonato, Piauí)</i>	268
3.1.6. <i>Museu do Estado de Pernambuco (Recife, Pernambuco)</i>	274
3.1.7. <i>Museu do Homem do Nordeste (Recife, Pernambuco)</i>	277
3.1.8. <i>Museu do Ceará (Fortaleza, Ceará)</i>	283
3.1.9. <i>Memorial do Homem do Kariri da Fundação Casa Grande (Nova Olinda, Ceará)</i>	287
3.2. Caminhar e Fazer: experimentações	291
3.2.1. <i>Vila Bela Sem Fronteiras: a pedagogia museológica e a reversibilidade dos olhares...</i>	295
3.2.2. <i>Sauípe 3300 anos: a musealização da Arqueologia em um território de contrastes</i>	302
3.2.3. <i>Araxá antes de Dona Beja: intervindo em um museu tradicional</i>	308
3.2.4. <i>Ecomuseu de Pirassununga: o desafio da reestruturação</i>	312
3.2.5. <i>De bem com o passado? A recuperação das memórias exiladas</i>	318
3.2.6. <i>São Miguel das Missões: a musealização para além da área tombada</i>	322
CAPÍTULO 4. CONSTRUINDO ELOS: O PROGRAMA DE MUSEALIZAÇÃO DOS RECURSOS ARQUEOLÓGICOS DA FERROVIA TRANSNORDESTINA.....	331
4.1. Ponto de virada: integrando a Sociomuseologia e as Arqueologias Pós-Processuais no programa.....	333
4.2. A antropofagia do patrimônio arqueológico ao longo da Ferrovia Transnordestina.....	340
4.3. Olhar regional: diagnóstico do território patrimonial	345
4.3.1. <i>Indicadores socioeconômicos</i>	347
4.3.2. <i>Referências Culturais</i>	362
4.3.3. <i>Panorama Museológico e Realidade Arqueológica</i>	368
4.4. Olhar local: seleção e caracterização dos polos irradiadores do programa.....	370
4.4.1. <i>Região da Zona da Mata Pernambucana: polo de Ipojuca</i>	374
4.4.2. <i>Região do Agreste Pernambucano: polos de Altinho e Arcoverde</i>	375

4.4.3. Região da Depressão Sertaneja - Sertões de Pernambuco e Piauí: polos de Custódia, Serra Talhada, Salgueiro, Ouricuri e Paulistana	378
4.4.4. Região dos Chapadões e Serras do Sudoeste do Piauí: polos de Simplício Mendes e Rio Grande do Piauí	387
4.4.5. Região da Bacia do Araripe: polos de Abaiara e Brejo Santo.....	388
4.4.6. Região do Sertão Cearense: polos de Iguatu, Quixeramobim e Quixadá.....	390
4.4.7. Região Metropolitana do Ceará: polo de Caucaia.....	394
4.5. Elos, pontes e engrenagens: as estratégias concebidas	395
4.5.1. Premissas	397
4.5.2. Estratégias	399
4.5.3. Salvaguarda dos Acervos	401
4.5.4. Comunicação Museológica.....	405
CONCLUSÃO	413
BIBLIOGRAFIA.....	423
ÍNDICE REMISSIVO	459
APÊNDICES.....	I
APÊNDICE 1. Lista de instituições mapeadas nas Portarias de Pesquisa e no Cadastro Nacional de Museus	II

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Musealização da Arqueologia na Exposição Antropológica de 1882	85
Quadro 2. Visitação nos principais museus brasileiros	96
Quadro 3. Museus e patrimônio arqueológico (1930-1960): localização das instituições chave	105
Quadro 4. Museus e patrimônio arqueológico (1960-1980): localização das instituições chave	120
Quadro 5. Instituições chave no cenário da Musealização da Arqueologia (1980-2000)	132
Quadro 6. Disciplinas de Arqueologia no Curso de Museologia na UNIRIO	167
Quadro 7. Distribuição dos trabalhos apresentados das Reuniões da SAB.....	182
Quadro 8. Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro.....	197
Quadro 9. Tipologia das instituições que forneceram endossos institucionais.....	207
Quadro 10. Tutela das instituições que forneceram endossos institucionais e distribuição das portarias por tutela da instituição	207
Quadro 11. Porcentagem de instituições universitárias que forneceram endossos	212
Quadro 12. Dados do Cadastro Nacional de Museus	217
Quadro 13. Instituições museológicas: Portarias de Pesquisa versus Cadastro Nacional de Museus	219
Quadro 14. Caracterização das unidades federativas da região Norte comparando à realidade arqueológica ao universo museológico.....	220
Quadro 15. Região norte: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.....	222
Quadro 16. Caracterização das unidades federativas da região Nordeste comparando à realidade arqueológica ao universo museológico.....	225
Quadro 17. Região nordeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI	227
Quadro 18. Caracterização das unidades federativas da região Centro-Oeste comparando à realidade arqueológica ao universo museológico.....	231
Quadro 19. Região Centro-Oeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.....	233
Quadro 20. Caracterização das unidades federativas da região Sudeste comparando à realidade arqueológica ao universo museológico.....	236
Quadro 21. Região Sudeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI	239
Quadro 22. Caracterização das unidades federativas da região Sul comparando à realidade arqueológica ao universo museológico	241

Quadro 23. Região sul: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.....	242
Quadro 24. Comparação entre expografias de acervos herdados e criados	250
Quadro 25. Experimentações museológicas selecionadas para análise.....	291
Quadro 26. Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos da Ferrovia Transnordestina.....	343
Quadro 27. Dados referentes aos municípios do estado do Ceará abrangidos pelo Programa	359
Quadro 28. Dados referentes aos municípios do estado de Pernambuco abrangidos pelo Programa	360
Quadro 29. Dados referentes aos municípios do estado do Piauí abrangidos pelo Programa	361
Quadro 30. Temas Geradores potenciais a serem trabalhados nas Oficinas Transversais - Rede de Saberes.....	410

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Visitação nos principais museus brasileiros.....	96
Gráfico 2. Temáticas presentes nas Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira....	184
Gráfico 3. Análise comparativa das temáticas Educação e Museologia nas Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira.....	185
Gráfico 4. Número de portarias de pesquisa arqueológica emitidas entre 2003 e 2009 para o território nacional	198
Gráfico 5. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Norte	200
Gráfico 6. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Nordeste	200
Gráfico 7. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Centro-Oeste	201
Gráfico 8. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Sudeste.....	201
Gráfico 9. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Sul.....	202
Gráfico 10. Número de instituições de apoio mencionadas nas portarias de pesquisa arqueológica entre 2003 e 2009, distribuídas por estado.....	205
Gráfico 11. Análise comparativa da porcentagem de portarias de pesquisa e da porcentagem de instituições de apoio mencionadas entre 2003 e 2009.....	206
Gráfico 12 e 13. Análise comparativa da porcentagem de portarias de pesquisa por região e da porcentagem de instituições de apoio por região entre 2003 e 2009.....	206
Gráfico 14. Número de instituições por tipologia e número de portarias por tipologia da instituição de endosso	208
Gráfico 15. Número de instituições por tutela e número de portarias por tutela da instituição de endosso	209
Gráfico 16. Porcentagem de instituições universitárias que forneceram endossos por estado entre os anos de 2003 e 2009.....	210
Gráfico 17. Número total de museus cadastrados no CNM comparado ao número de museus cadastrados com patrimônio arqueológico	214
Gráfico 18. Porcentagem de museus que declaram Arqueologia como uma das tipologias de acervo no CNM.....	215
Gráfico 19. Porcentagem de instituições mencionadas nas portarias de pesquisa e no CNM.....	219

Gráfico 20. Estado do Ceará: número de habitantes nos município abrangidos pelo programa	347
Gráfico 21. Estado de Pernambuco: número de habitantes nos município abrangidos pelo programa	348
Gráfico 22. Estado do Piauí: número de habitantes nos município abrangidos pelo programa	349
Gráfico 23. Estado do Ceará: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica.....	350
Gráfico 24. Estado de Pernambuco: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica	350
Gráfico 25. Estado do Piauí: taxa de urbanização e acesso à energia elétrica	351
Gráfico 26. Estado do Ceará: analfabetismo em comparação com a pobreza	355
Gráfico 27. Estado de Pernambuco: analfabetismo em comparação com a pobreza	355
Gráfico 28. Estado do Piauí: analfabetismo em comparação com a pobreza	355
Gráfico 29. Estado do Ceará: IDH dos municípios abrangidos pelo programa	357
Gráfico 30. Estado de Pernambuco: IDH dos municípios abrangidos pelo programa	358
Gráfico 31. Estado do Piauí: IDH dos municípios abrangidos pelo programa.....	358
Gráfico 32. Estado do Ceará: patrimônio arqueológico cadastrado	369
Gráfico 33. Estado de Pernambuco: patrimônio arqueológico cadastrado	369
Gráfico 34. Estado do Piauí: patrimônio arqueológico cadastrado.....	369

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Tela de abertura do site do Museu Nacional	66
Figuras 2 e 3. Capa do Catálogo da Coleção Arqueológica do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	74
Figura 4. Capa do Guia da Exposição Anthropologica Brasileira	77
Figura 5. Imagem feita por Marc Ferrez, na Sala Rodrigues Ferreira	79
Figura 6 e 7. Exemplos de cerâmicas do Marajó musealizadas nas Salas Lery e Hartt	80
Figura 8. Exemplos de estatuetas e apêndices antropomorfos musealizados na Sala Hartt.....	81
Figuras 9 a 12. Objetos arqueológicos musealizados na Exposição Anthropologica Brasileira, no Salão Gabriel Soares.....	83
Figura 13. Peças arqueológicas no Museu Histórico e Antropológico do Ceará – “Sala do Índio”	112
Figura 14. Urna funerária com ossada nela encontrada – Museu do Estado de Goiás	113
Figura 15. Primeira sala da exposição do Museu do Marajó, registrada em 2006.....	137
Figura 16. Aspecto geral do museu. Visitante interagindo com os “computadores caipiras”	138
Figura 17. Ilustração do livro didático de Geografia do Brasil	149
Figuras 18 a 21. Estátua de cerâmica da cultura Santarém presente em publicações diversas	152
Figura 22. Aspecto geral da exposição arqueológica no Museu do Forte do Presépio de Belém.....	223
Figura 23. Aspecto geral do prédio do Museu Arqueológico de Xingó.....	229
Figura 24. Entrada da sala onde há, à direita, as representações rupestres, à esquerda objetos líticos e ao fundo objetos cerâmicos	229
Figuras 25 e 26. Aspectos da expografia da sala de arqueologia do Museu das Culturas Dom Bosco, destacando-se um arranjo tipológico e estético.....	234
Figura 27. Aspecto da exposição temporária “Entre Dois Mundos” no Museu Nacional.....	257
Figura 28. Aspecto de um dos setores da exposição permanente do Museu Nacional que aborda a Arqueologia Brasileira, em especial os estudos em sambaquis	258
Figuras 29 a 31. Aspectos da área de antropologia biológica “Nos passos da humanidade” do Museu Nacional	259
Figuras 32 a 34. Aspectos da área de “Arqueologia Brasileira” do Museu Nacional	260
Figura 35. Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional – piso onde será inserida a Arqueologia.....	261

Figura 36. Primeiro módulo da exposição Oreretama no Museu Histórico Nacional: uma pré-história nacional a partir do Parque Nacional da Serra da Capivara	262
Figura 37. Segundo módulo da exposição “Oreretama” no Museu Histórico Nacional	263
Figuras 38 e 39. Mapa com a pré-história brasileira no Museu Histórico Nacional.....	263
Figuras 40 e 41. Aspectos da Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi	265
Figura 42. Aspecto geral da exposição de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico	267
Figura 43. Reprodução de pintura rupestre no Museu de História Natural e Jardim Botânico	267
Figuras 44 a 46. Vitrines organizadas a partir de arranjo tipológico.....	267
Figura 47. Aspecto geral da entrada do museu.....	270
Figura 48. Aspecto geral do Módulo 1 com vitrine central com crânio mais antigo da região	271
Figura 49. Aspecto geral do Módulo 2 com telão onde são reproduzidas as pinturas rupestres.....	272
Figura 50. Aspecto geral do Módulo 3 com a presença de réplica na porção central	272
Figura 51. Aspecto geral do Módulo 3 com a presença de réplica na porção central	273
Figura 52. Parte da exposição “Um acervo revisitado” do Museu do Estado de Pernambuco	276
Figura 53. Detalhe da vitrine com peças arqueológicas com os machados semilunares na porção superior e na porção inferior urnas Maracá, da Amazônia.....	276
Figura 54. Aspecto geral da entrada do museu.....	278
Figuras 55 e 56. Peças arqueológicas do acervo do Museu do Homem do Nordeste.....	280
Figura 57. Área da exposição dedicada à questão indígena, formada por textos, fotos e material etnográfico	281
Figura 58. Aspecto da exposição onde são apresentados objetos associados ao universo do trabalho em contraponto a imagem de um enterro de um membro do Movimento dos Sem Terra - MST	282
Figuras 59 e 60. Detalhes de vitrines com objetos que também compõem os contextos arqueológicos do nordeste	282
Figura 61. Último módulo da exposição especialmente devotado à musealização do homem sertanejo.....	283
Figura 62. Visão geral da entrada do módulo que apresenta coleções arqueológicas do museu	286

Figura 63. Vitrine com vasilhas cerâmicas associadas a grupos Tupi que ocuparam o estado do Ceará.....	286
Figura 64. Vasilha cerâmica doada ao museu pela comunidade indígena Anacé, em 2002.....	287
Figura 65. Memorial do Homem Kariri.....	288
Figura 66. Primeiro módulo da exposição do Memorial do Homem Kariri.....	289
Figuras 67 a 69. Aspectos dos módulos da Arqueologia Musealizada e do atendimento ao visitante no Memorial do Homem Kariri.....	290
Figuras 70 a 71. Legendas criadas pelas crianças com base nas tradições orais da comunidade no Memorial do Homem Kariri.....	290
Figura 72. Visitação da comunidade durante as escavações no Projeto Fronteira Ocidental.....	300
Figura 73. Visitação da comunidade durante a exposição que apresentou o projeto Museu Aberto.....	301
Figuras 74 a 77. Exemplos de painéis da mostra Vila Bela Sem Fronteiras.....	301
Figuras 78 e 79. Visitação na exposição Sauípe 3300 anos, instalada primeiramente no Complexo Hoteleiro.....	306
Figuras 80 e 81. Exemplos de painéis da exposição Sauípe 3300 anos.....	306
Figura 82. Aspecto geral da exposição O Homem do Litoral Norte Baiano: permanências e mudanç�as.....	306
Figuras 83 e 84. Exemplos de painéis da exposição O Homem do Litoral Norte Baiano.....	307
Figuras 85 e 86. Exemplos de painéis da exposição O Homem do Litoral Norte Baiano.....	307
Figuras 87 e 88. Exposição arqueológica no Museu Dona Beja.....	310
Figura 89. Mediação na exposição arqueológica no Museu Dona Beja.....	311
Figura 90. Oficina realizada no Centro Ambiental Bunge.....	311
Figura 91. Coleção particular formada pelo pesquisador Manuel Pereira de Godoy.....	314
Figuras 92 a 94. Ecomuseu Cachoeira de Emas: material de divulgação e exemplos de painéis da exposição.....	316
Figura 95. Ecomuseu Cachoeira de Emas: aspecto externo da entrada do museu já sinalizada para a nova exposição.....	316
Figuras 96 e 97. Ecomuseu Cachoeira de Emas: espaç�o interno do Ecomuseu antes e depois da montagem da exposição.....	316
Figuras 98 e 99. Mediação no Ecomuseu Cachoeira de Emas: diversos públicos visitando o museu: educadores e grupo da terceira idade, turistas, estudantes e jovens.....	317
Figura 100. Museu de História e do Folclore Maria Olímpia.....	320

Figura 101. Programa De Bem com o Passado: kit de réplicas na Feira do Folclore de Olímpia	321
Figura 102. Programa De Bem com o Passado: encerramento das ações do ano 2009....	321
Figuras 103 e 104. Programa De Bem com o Passado	321
Figuras 105 e 106. Programa de Salvaguarda: estado anterior dos acervos arqueológicos coletados em São Miguel das Missões	327
Figuras 107 e 108. Aspecto do Catálogo Digital dos Acervos.....	327
Figura 109. Mapa lúdico, elaborado a partir de referências culturais diversificadas do município de São Miguel das Missões para além da área tombada	327
Figuras 110 e 111. Cenas das Oficinas que envolveram a exploração da reserva técnica e laboratório de Arqueologia.....	328
Figuras 112 a 116. Diferentes pontos do Circuito de Visitação: Parque da Fonte, escavações, Museu das Missões, Área tombada e Laboratório de Arqueologia	328
Figura 117. Esquema geral das premissas teóricas e metodológicas do programa	339
Figura 118. Antropofagia Arqueológica e Antropofagia Museológica.....	340
Figuras 119 a 121. Marcas da pedra em diferentes sociedades e temporalidades	344
Figuras 122 a 125. História Indígena: vasilhas cerâmicas, tembetá e lâmina de machado polida	344
Figuras 126 a 129. O sertão dos sertanejos.....	344
Figura 130. Costureira em atividade, elaborando um centro de mesa pela técnica da renda renascença	363
Figuras 131 e 132. Literatura de cordel musealizada no Museu do Ceará e máquina utilizada na produção das xilogravuras musealizada no Museu do Homem do Nordeste ...	364
Figuras 133 e 134. Diferentes xilogravuras que marcam o imaginário regional.....	364
Figura 135. Trabalho em couro do Zé do Mestre, Salgueiro	365
Figura 136. Grupo musical numa localidade de Serra Talhada, Pernambuco	365
Figuras 137 e 138. Artesanato em barro, a peça da direita é do mestre Vitalino.....	366
Figura 139. Cerâmica utilitária, também expressiva na região nordeste	366
Figura 140. Grupo “Cabras de Lampião” em Serra Talhada, Pernambuco.....	367
Figura 141. Sub-regiões onde estão localizados os polos do programa	374
Figura 142. Igreja Matriz do município de Altinho, fundada no século XIX	377
Figura 143. Peças pertencentes ao Museu do Índio	378
Figura 144. Capela de São Luiz Gonzaga em meio à obra da Ferrovia Transnordestina...380	
Figura 145. Pesquisas arqueológicas na Capela de São Luiz Gonzaga.....	381
Figura 146. Serra Talhada	382
Figuras 147 e 148. Casa de Cultura de Serra Talhada	382

Figura 149. Museu do Cangaço em Serra Talhada.....	383
Figura 150. Vaqueiros reunidos para participar de uma pega de boi.....	384
Figura 151. Município de Salgueiro: Memorial do Couro.....	385
Figura 152. Município de Salgueiro: Mestre Jaime e a bicharada.....	385
Figura 153. Reunião com comunidade no CRAS de Paulistana.....	386
Figura 154. Município de Brejo Santo: Pedra do Urubu bem paisagístico de importância destacada na comunidade.....	389
Figura 155. Musealização de casa de pau-a-pique: o potencial da Arqueologia Histórica do século XX deverá ser explorado pelo programa.....	389
Figura 156. Capa de livro que demonstra a representação das populações indígenas em Brejo Santo, sendo dizimadas pelos colonizadores.....	390
Figura 157. Monólitos de Quixadá. Em destaque a Pedra da Galinha no Açude Cedro.....	390
Figura 158. Ponte sobre rio em Quixeramobim.....	392
Figuras 159 e 160. Parte frontal do Museu Histórico Jacinto de Sousa em Quixadá e lâmina de machado que compõe o acervo.....	393
Figuras 161 e 162. Escola indígena Tabeba, em Caucaia, e entrevista com Dona Raimundinha, líder da comunidade.....	395
Figura 163. Estrutura geral do programa de Musealização.....	400
Figura 164. Esquema geral da relação entre Teoria do Conhecimento, Teoria da Aprendizagem e Teoria e Método Educacional.....	407
Figura 165. Síntese dos caminhos de aproximação e das rotas de afastamento da interface Museologia – Arqueologia no cenário contemporâneo.....	416

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Museus e patrimônio arqueológico (1818-1930): localização das instituições chave	73
Mapa 2. Museus e patrimônio arqueológico (1930-1960): localização das instituições chave	106
Mapa 3. Museus e patrimônio arqueológico (1960-1980): localização das instituições chave	121
Mapa 4. Museus e patrimônio arqueológico (1980-2000): localização das instituições chave	134
Mapa 5. Cursos de Graduação em Museologia no Brasil	165
Mapa 6. Cursos de Graduação em Arqueologia no Brasil	188
Mapa 7. Distribuição das portarias de pesquisa arqueológica no território brasileiro	204
Mapa 8. Distribuição das instituições mencionadas nas portarias de pesquisa arqueológica no território brasileiro	204
Mapa 9. Museus no Cadastro Nacional de Museus (Total) x Museus no Cadastro Nacional de Museus com Patrimônio Arqueológico	216
Mapa 10. Museus e patrimônio arqueológico (Século XXI): localização das instituições chave	244
Mapa 11. Localização das instituições alvo de análise de discursos expográficos	256
Mapa 12. Localização dos projetos de intervenção: experimentações arqueológicas.....	293
Mapa 13. Localização da Ferrovia Transnordestina	342
Mapa 14. Municípios abrangidos e Polos Irradiadores no estado do Piauí	371
Mapa 15. Municípios abrangidos e Polos Irradiadores no estado do Pernambuco	372
Mapa 16. Municípios abrangidos e Polos Irradiadores no estado do Ceará.....	373

INTRODUÇÃO

Nos processos de musealização da Arqueologia no Brasil, não só encontramos sintomas de antropofagia em relação aos indicadores da memória, mas também identificamos os sinais da estratigrafia do abandono, construída ao longo do século XX, da qual os museus representam a última camada

Cristina Bruno, 2005, p.235

As instituições museológicas são antropofágicas, ressignificam fragmentos do patrimônio para parcelas da sociedade. Analisar a inserção do patrimônio arqueológico nos museus é um exercício complexo dado que uma peculiaridade caracteriza a interface entre Museologia e Arqueologia: a antropofagia museológica se desenvolve sobre uma antropofagia arqueológica.

Essa complexa rede inicia-se na própria coleta dos vestígios que fizeram parte da dinâmica social, econômica ou cultural das sociedades estudadas, evidências que **sobreviveram** ao tempo e que conformam o **contexto arqueológico**. Contudo, a pesquisa arqueológica não aborda o contexto arqueológico de forma integral. Ela opera **seleções**, configurando **práticas de colecionamento** (Abreu, 2007), projetando apenas parcelas do contexto arqueológico na esfera patrimonial. No **contexto museológico**, os processos de salvaguarda e comunicação desses vestígios arqueológicos, agora semióforos (Pomian, 1984), também são antropofágicos, operam **recortes** e tem o poder de **ressignificar** essas evidências. Essa dupla antropofagia é caracterizada por tensões entre passado e presente, carregando ainda uma marca de violência com relação ao passado.

Nesse jogo de tensões o poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos. Não existe uma verdade a ser descoberta pelo conhecimento científico, uma vez que todo saber é resultado de lutas (Foucault, 1979, 1985). O que vemos apresentado no contexto museológico é o produto de práticas sociais, nas quais operam seleções desde a coleta até a comunicação dos vestígios arqueológicos.

Gnecco (2009), ao examinar a Arqueologia latino-americana, chama atenção para sua vinculação com uma violência epistêmica, denunciando a estreita correlação entre arqueologia e práticas colonialistas. Embora o cenário brasileiro tenha sido marcado por especificidades no que tange ao contexto trazido à baila pelo autor, também trilhou os caminhos da violência epistêmica. Da mesma forma, Chagas (1998) denuncia que há uma gota de sangue em cada museu e adverte

“Reconhecer o poder antropofágico do museu, a sua agressividade e o seu gesto de violência em relação ao passado é, ao que me parece, um passo importante, mas talvez o maior desafio seja reconhecer que essas instituições criam e acolhem o humano e, por isso mesmo podem ser devoradas. Devorar e ressignificar os museus, eis um desafio para as novas gerações” (Chagas, 2005, p.19).

Reconhecendo o caráter violento dessa dupla antropofagia, mas, sobretudo, impulsionados pelo desafio de recriar e devorar os museus e suas correspondentes realidades arqueológicas, construímos esta tese.

Compreender a antropofagia do patrimônio arqueológico nos museus brasileiros requer o exame da própria historicidade dessa relação. Esta tem sido caracterizada por uma estratigrafia do abandono, constituída por camadas de ordem museológica e arqueológica. Significa também desbravar o território patrimonial contemporâneo, marcado por uma realidade arqueológica construída, sobretudo, a partir de pesquisas associadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos diversos, regido por uma legislação que deixa lacunas no que concerne à salvaguarda e que contempla a comunicação dessas referências a partir de uma perspectiva pulverizada.

O tema proposto também nos impulsionou a buscar alternativas de superação desse cenário e a refletir sobre experimentações museológicas nas quais atuamos. Mormente, as marcas do passado e as tensões do presente nos impeliram a concepção de uma proposta museológica desafiadora: **propor as perspectivas da Sociomuseologia na socialização dos recursos arqueológicos advindos de um dos programas estratégicos do Governo Federal brasileiro, a Ferrovia Transnordestina**, envolvendo mais de sessenta municípios, nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco.

Estamos cientes do desafio e da amplitude do tema. Longe de esgotar as possibilidades de exame da realidade arqueológica do país e seus correspondentes processos de musealização, selecionamos indicadores para o balizamento das discussões visando à construção de caminhos de superação a partir do olhar museológico.

Apresentação do Tema Central da Tese

Buscamos compreender os descaminhos e desencontros da díade Museus/Museologia – Patrimônio Arqueológico/Arqueologia, mas procuramos, acima de tudo, identificar e edificar caminhos e encontros no contexto contemporâneo.

As pesquisas arqueológicas são práticas de colecionamento (Abreu, 2007), assim, vestígios e narrativas arqueológicas musealizados são frutos de seleções condicionadas por contextos sociais, paradigmas teóricos e opções metodológicas, imbricados em relações de poder (Foucault, 1979).

Se, por um lado urge refletirmos sobre os interesses subjacentes a essas práticas de colecionamento, por outro lado, a Sociomuseologia nos aponta caminhos profícuos para o tratamento desses vestígios que nascem como patrimônio, mas que só se tornarão herança apenas a partir da sua apropriação pelas comunidades envolvidas.

Esse tema central está desenvolvido em quatro movimentos, espelhados nos capítulos da tese.

O primeiro movimento está associado ao delineamento dos percursos da relação entre Museologia e Arqueologia, no Brasil, sob uma perspectiva histórica, sendo entendido como estratégia para uma melhor compreensão da realidade presente. Tal realidade é esmiuçada no segundo movimento, a partir do exame de um amplo *corpus* documental, permitindo um mergulho nos pontos de tensão e aproximação entre Museologia e Arqueologia no contexto contemporâneo. Por sua vez, o terceiro movimento é devotado à análise de processos de musealização da Arqueologia, assim como ao exame crítico de experiências nas quais atuamos. O quarto movimento abrange a concepção de um amplo programa de Musealização da Arqueologia, no nordeste do Brasil, surgindo como campo de aplicação das estratégias de aproximação concebidas.

Concluindo, pretendemos, ao longo da tese, examinar a antropofagia do patrimônio arqueológico depositado nas instituições museológicas, identificando lacunas e propondo elos entre o fazer museológico e o fazer arqueológico.

Razões da Escolha do Tema

Esse trabalho nasceu de uma certeza e de uma escolha.

A certeza de que a prática Arqueológica e suas correspondentes coleções e narrativas podem participar tanto de processos de construção identitária e da configuração das noções de pertencimento, assim como colaborar para o desenvolvimento sustentável das sociedades. Mais que um vestígio do passado, defende-se que o patrimônio arqueológico é um **recurso**, um fenômeno contemporâneo, construído no presente. Contudo, o cenário atual da Arqueologia Brasileira tem evidenciado desafios específicos no que concerne ao uso plural desses recursos, desafios que requerem um olhar interdisciplinar.

Em uma perspectiva histórica, os vestígios arqueológicos estão associados ao colecionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese dos museus. Assim como os museus, a Arqueologia também esteve associada à colonização, ao saque e ao extermínio. No Brasil, o 'nascimento' da Arqueologia ocorreu no cenário das instituições museológicas. Contudo, essa relação de cumplicidade – para o bem e para o mal – foi dando lugar a um estranhamento. Embora fisicamente associados, uma vez que a pesquisa arqueológica gera um sem-número de objetos patrimoniais que se destinam às reservas técnicas e exposições museológicas, a relação entre esses campos do conhecimento passou a ser caracterizada por rotas de afastamento e pontos de colisão.

A necessidade de superação das barreiras existentes entre a Arqueologia e a sociedade levou à escolha do **olhar museológico**, uma vez que a Museologia, ao preservar os indicadores da memória, transformando-os em herança patrimonial, contribui para o fortalecimento das noções de identidade e pertencimento (Bruno, 2000). Os milhares de vestígios advindos das pesquisas arqueológicas, agora definitivamente espalhadas por todo o Brasil, ganham sentido quando explorados a partir de uma perspectiva museológica contemporânea, que visa à construção de uma nova prática social a partir de ações de preservação do patrimônio cultural. Nesse processo, a escolha da perspectiva sociomuseológica é fundamental.

Ademais, a Arqueologia, ao lidar com as relações sociais associadas à produção, uso e descarte da cultura material, e a Museologia, ao compreender, teorizar, sistematizar e aprimorar a relação entre sociedade e patrimônio cultural, lançam olhares por vezes entrecruzados para os mesmos fenômenos. Arqueologia e Museologia têm, assim, caminhos entrelaçados. Tratamos aqui não de uma Museologia orientada apenas ao estudo de museus, mas de uma Museologia voltada ao estudo do “fato museal”, na concepção de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (Guarnieri, 1990b).

No Brasil, ao longo das últimas décadas, a consolidação da legislação ambiental impulsionou o crescimento de projetos de pesquisa arqueológica no âmbito de empreendimentos de natureza diversa, configurando o campo de atuação da denominada Arqueologia Preventiva (Morais, 2006). Esses projetos correspondem à grande parte dos estudos arqueológicos realizados no país (98%) (Zanettini, 2007, 2009), gerando acervos significativos, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo, os quais podem e devem ser alvo de processos museológicos (Moraes Wichers, 2008).

No entanto, a relação entre Arqueologia e Museologia no Brasil ainda é marcada por um afastamento. Ao buscar as raízes dessa separação, temos nos deparado com tensões configuradas historicamente.

Bruno (1995), ao analisar o panorama brasileiro, indicou a circunscrição das fontes arqueológicas ao terreno das “memórias exiladas”, mostrando que o patrimônio arqueológico tem ocupado papel coadjuvante nas interpretações relativas à cultura brasileira. Ao longo da pesquisa, retomamos as reflexões pontuadas pela autora, sintetizando alguns pontos da história da Museologia e da Arqueologia no país e verificando as transformações vivenciadas no cenário atual.

Como apresentado, as pesquisas arqueológicas têm crescido exponencialmente, projetando milhares de vestígios arqueológicos no domínio patrimonial. A Arqueologia Preventiva possibilitou a criação e/ou fortalecimento de museus de Arqueologia no âmbito de grandes empreendimentos e o desenvolvimento de centenas de processos de divulgação

científica denominados genericamente sob a rubrica de 'Programas de Educação Patrimonial', após a publicação da Portaria 230/2002¹. Essas ações colaboram para a transposição das barreiras entre conhecimento arqueológico e sociedade. Entretanto, a falta de processos museológicos devotados à salvaguarda e comunicação do patrimônio resgatado pode perpetuar essa "estratigrafia do abandono" (Bruno, 1995), culminando em ações pontuais e imediatistas, que não resultarão, a médio e longo prazos, na preservação do patrimônio arqueológico. Bruno (1995) já apontava o distanciamento entre os campos da Arqueologia e da Museologia antes mesmo da explosão da Arqueologia Preventiva. Ou seja, o que vemos é um agravamento do quadro delineado pela autora na década de 1990.

Cabe esclarecermos o conceito de preservação que está a direcionar nosso olhar. Mário Chagas (1998) coloca, a respeito do sentido de preservar: *Praeservare*, do latim, quer dizer ver antecipadamente o perigo. "O perigo maior que paira sobre um bem cultural é a sua própria morte ou deterioração". Assim, o sentido da preservação está na dinamização [ou uso social] do bem cultural preservado. Para Guarnieri (1990a, p.10) "...a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica". Desse modo, os processos de seleção e construção do patrimônio arqueológico devem ser pautados por um viés preservacionista, que considere o uso social desse patrimônio de forma democrática e plural.

Nossa escolha do olhar museológico deve-se ao fato de que a interface entre Arqueologia e Museologia permite que essas áreas de conhecimento desempenhem suas funções em todo seu potencial, o que nos parece urgente no contexto brasileiro contemporâneo. A musealização da Arqueologia tem o potencial de construir caminhos para a preservação almejada, segundo conceito apresentado. É necessário um olhar museológico para a problemática em questão, uma vez que serão essas instituições museológicas que herdarão os milhares de vestígios gerados pelas pesquisas arqueológicas.

Embora essa reflexão recaia, muitas vezes, na análise da musealização dos projetos de Arqueologia Preventiva, isso decorre apenas do fato desses projetos ocuparem grande parte das pesquisas realizadas no país, sendo uma fonte quase inesgotável de objetos coletados e estudados.

¹ Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão do Ministério da Cultura do Brasil. Essa portaria normatizou a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental. A partir dessa portaria foi estabelecida como obrigatória a realização de Programas de Educação Patrimonial devotados à divulgar o patrimônio arqueológico identificado nas pesquisas de licenciamento ambiental.

Sendo assim, a constatação de que patrimônio arqueológico é um recurso e a escolha do olhar museológico para a concepção de estratégias devotadas ao uso qualificado desse recurso impulsionaram a construção desta tese.

Hipóteses da Investigação

A relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico no Brasil tem sido pautada por caminhos de aproximação, rotas de afastamento e pontos de colisão que caracterizaram a relação dos campos científicos (Bourdieu, 1997/ 2004) da Museologia e da Arqueologia no Brasil. As diferentes configurações entre patrimônio arqueológico, identidade e memória foram e são determinantes para a compreensão dessa relação, uma vez que os museus são, por excelência, espaços de construção identitária.

A medida que o patrimônio arqueológico desvelado pelas pesquisas se aproxima ou se afasta de determinadas construções identitárias e mnemônicas, a relação com os museus também é de aproximação ou afastamento. Não queremos dizer aqui que a aproximação entre patrimônio arqueológico e museus seja *a priori* positiva. Por vezes, essa cumplicidade serviu ao reforço de identidades globalizantes e totalitárias. Estamos ressaltando a importância da compreensão dos processos sociais relacionados ao uso – ou não –, do patrimônio arqueológico na construção das identidades, em escala nacional, regional e local.

No cenário contemporâneo, o aumento dos debates acerca da necessária democratização não apenas do acesso, mas também da produção e seleção do patrimônio – matéria prima importante nos processos identitários –, têm um papel decisivo na compreensão do afastamento entre Arqueologia e Museologia.

A proliferação das novas práticas museológicas ao redor do mundo, a Mesa de Santiago do Chile, em 1972, e a criação do Movimento Internacional pela Nova Museologia, em 1985, evidenciam a efervescência do mundo museológico. Cada vez mais, ganham espaço processos museológicos deflagrados a partir do olhar das comunidades. Destarte, a prática arqueológica reservada legalmente aos arqueólogos enfrenta um impasse.

Criticando o papel passivo reservado às comunidades no âmbito da pesquisa etnográfica, Moutinho aponta

“les ‘décideurs’ dans ce processus sont les professionnels de la recherche ou des musées, et que les populations ethnologisées jouent un rôle passif d’informateurs (...). Les populations n’ont d’intérêt que comme objet d’étude qui permet à l’ethnologie de se reproduire. Dans le cadre d’un processus de Nouvelle Muséologie, Il est possible de signaler certains changements de fond dans la relation Musée-Ethnologie. Nous avons vu que le nouveau musée est avant tout un organisme administré par une population ou des secteurs pour la gestion de son milieu” (Moutinho, 1992, p.32)

Esta crítica cabe também à pesquisa arqueológica. No Brasil, estes objetos são patrimônio da União, segundo o artigo 20 da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), o que **reserva sua manipulação aos especialistas**. Dessa forma, coleções e narrativas arqueológicas representam um desafio específico ao fazer museológico contemporâneo, particularmente à Sociomuseologia, pois não permitem a necessária intervenção das comunidades na **seleção** do patrimônio. A violência epistêmica marca de forma perversa a antropofagia arqueológica no contexto brasileiro, ainda mais em um cenário onde, muitas vezes, o patrimônio arqueológico é atrelado a empreendimentos que acarretam impactos negativos nas sociedades envolvidas. Trata-se de um ponto de colisão entre prática museológica e arqueológica no cenário brasileiro contemporâneo.

Felizmente, a partir de década de 1980 vemos uma crescente diversificação de uma Arqueologia cada vez mais questionada pelas sociedades nas quais atua. As respostas têm sido tão múltiplas como essas sociedades e acompanham a própria reordenação epistemológica das ciências humanas. Nesse quadro destacam-se as práticas devotadas à construção de arqueologias plurais, tais como a Arqueologia Pública, a Arqueologia Comunitária, a Arqueologia Indígena, a Arqueologia Relacional, a Arqueologia Colaborativa, Arqueologia Reacionária, entre outras (Acuto & Zarankin, 2008). Essas arqueologias se orientam por paradigmas pós-processuais (Reis, 2004). As críticas pós-processuais envolvem o questionamento do caráter neutro do conhecimento arqueológico e defendem que os arqueólogos são construtores e intérpretes do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero (Reis, 2004, p.73). No Brasil, essas ideias passaram a fazer parte da agenda arqueológica apenas nos últimos anos. Essa reorientação teórica da Arqueologia proporcionou o incremento das ações especialmente voltadas ao caráter público da disciplina arqueológica e de sua responsabilidade social (Bastos, 2006; Almeida, 2002; Funari, 2004). Assim, arqueólogos passaram a inserir em sua agenda de trabalho questões relacionadas à relevância social de suas pesquisas.

O **fazer arqueológico** alinhado com essas perspectivas tem a potência de alavancar práticas arqueológicas mais democráticas, possibilitando construções identitárias multifocais, a despeito do entrelaçamento entre pesquisa arqueológica e mercado. Por sua vez, o **fazer museológico** solidário com o referencial teórico da Sociomuseologia poderá lançar proposições plurais para a musealização dessas coleções e narrativas. Mais do que isso, esse novo fazer museológico possibilita a nova leitura crítica do patrimônio arqueológico depositado nas instituições museológicas. Nossa hipótese central é que o ponto de virada do contexto atual reside no entrelaçamento entre a Sociomuseologia e Arqueologia Pós-Processual.

Objetivos da Investigação

- a. Compreender a relação entre Museus/ Museologia e Patrimônio Arqueológico/ Arqueologia, em uma perspectiva histórica;
- b. Evidenciar o tratamento museológico dado às referências patrimoniais arqueológicas no contexto contemporâneo, marcado por uma efervescência museal e pelo aumento exponencial de pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento de empreendimentos;
- c. Analisar criticamente processos de musealização da Arqueologia em instituições brasileiras, sobretudo no que concerne aos discursos expográficos selecionados;
- d. Avaliar experimentações museológicas, nas quais participamos, em diferentes contextos de musealização da Arqueologia no Brasil;
- e. Construir caminhos de musealização do patrimônio arqueológico devotados a superar as barreiras de ordem museológica e arqueológica, no que concerne a preservação das referências arqueológicas;
- f. Entrelaçar a Sociomuseologia e as vertentes da Arqueologia Pós-Processual, configurando um caminho profícuo para democratização do acesso e produção do patrimônio arqueológico no contexto brasileiro contemporâneo.

Fontes e referências teóricas

“A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática à outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” - Gilles Deleuze em conversa com Michel Foucault (Foucault, 1979, p.69)

Nesse item apresentamos o enquadramento teórico do trabalho no âmbito da ciência museológica, assim como delineamos algumas perspectivas teóricas da Arqueologia, salientando nossa opção pelas vertentes da Arqueologia Pós-Processual. Também esboçamos o estado d'arte dos trabalhos que abordaram a relação entre Museologia/ Museus e Arqueologia/ Patrimônio Arqueológico no Brasil, apontando os limites e reciprocidades com essa tese.

Não obstante, ressaltamos que o marco teórico que orienta a elaboração da tese encontra-se certamente disperso em todo o trabalho, uma vez que partimos da premissa que teoria e prática são indissociáveis, retroalimentam-se a todo o momento.

Objeto, engrenagem e missão social da Museologia

O objeto de estudo da Museologia é visto de forma diversificada pelos profissionais da área. No importante artigo de Peter Van Mensch “O objeto de estudo da Museologia” temos as seguintes tendências do pensamento museológico:

“a. A museologia como estudo da finalidade e organização dos museus; b. A museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e o uso da herança cultural e natural: 1. dentro do contexto da instituição museu 2. independente de qualquer instituição; c. A museologia como o estudo: 1. dos objetos museológicos 2. da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos do museu; d. a museologia como o estudo de uma relação específica entre homem e realidade” (Mensch, 1994, p.3).

Compreendemos a Museologia como o estudo da relação entre homem/ sociedade e objeto/ patrimônio, inserindo-nos na quarta alternativa. Cabe situarmos algumas contribuições que construíram essa ideia da Museologia como estudo da relação específica do homem com a realidade.

Para Stransky (1980 apud Bruno, 1996, p.16) a museologia refere-se à abordagem do homem frente à realidade, cuja expressão é o fato de que ele seleciona alguns objetos originais da realidade, inserindo-os numa nova realidade para que sejam preservados.

Para Anna Gregorová (1980 apud Hernández, 2006, p.121) as instituições ‘museus’ não podem ser objeto de estudo da Museologia, dado que podem confundir-se como uma arquitetura ou um edifício; nem as coleções podem ser objeto da museologia como ciência, posto que são objeto de estudo de outras disciplinas; nem as investigações científicas dos museus como tais podem ser objeto da museologia, porque constituem não somente o objeto da ciência, mas também da metodologia e da história do museu; nem a atividade cultural e educativa pode ser objeto da museologia, porque outras instituições também realizam tais tarefas que, também são objeto de investigação de outras disciplinas.

Para Stransky e Anna Gregorová a Museologia seria uma disciplina científica distinta e independente, que se inclui nas ciências sociais (Hernández, 2006).

No Brasil, essa perspectiva foi aprimorada por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, por meio do conceito de **fato museológico**, influenciando também outros museólogos (Bruno, 1996, p.16). Cabe nos determos com mais profundidade no pensamento dessa museóloga, dada sua importância na Museologia nacional e sua projeção internacional. Para a autora, a “museologia é uma disciplina científica e é uma ciência em construção” (Rússio, 1984, p.50), seu objeto de estudo seria o fato museológico, cuja definição expomos a seguir:

“Fato museológico é uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual

ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora" (Rússio, 1984, p.60, grifo nosso).

Examinemos então os componentes desse fato:

A **relação** em si mesma pressupõe percepção, envolvimento e memória (Guarnieri, s/d, p.1). Cabe apontar que essa percepção, base da relação, envolve razão e emoção, o que nos aponta desde já um problema para a sociedade ocidental, a qual valorizou sobremaneira a razão negando a emoção, como nos adverte Santos (1999/2008). Devemos, pois, estimular a emoção como fator fundamental dessa relação.

O **homem** deve ser considerado em si mesmo e para isso devemos estudá-lo em um nível psicológico, sociológico, político, histórico, etc. (Guarnieri, s/d, p.2). Esse homem é aqui entendido como indivíduo, grupo, comunidade, sociedade e população. Nessa relação com a realidade, o homem cria a cultura como resultado de seu trabalho. Ele estabelece significados e atribui valores à suas criações. Na medida em que esses significados entram para sua hierarquia de valores, passando de 'coisas' a 'bens', transfiguram-se em patrimônio.

O **objeto** é um testemunho do homem e depende de diferentes disciplinas científicas para ser corretamente identificado, estudado e comunicado (Guarnieri, s/d, p.2). Por 'objeto' entende-se tudo que existe fora do homem [paisagem física, os artefatos imóveis, os bens móveis e a criação imaterial]. A hierarquia de valores apontada anteriormente é que define quais desses objetos se tornarão patrimônio, envolvendo sempre uma seleção.

Cabe aqui refletirmos na relação entre objeto arqueológico e objeto museológico: quais seriam os limites e as reciprocidades entre esses domínios?

Certamente todo objeto arqueológico tem a potência para compor o fato museológico, contudo, como esperamos demonstrar ao longo da tese, esses objetos são alvo de uma dupla antropofagia: arqueológica e museológica. Para adentrar ao mundo dos museus os objetos arqueológicos passaram por uma seleção, realizada por uma 'ótica científica' baseada na hierarquia de valores do pesquisador e no seu posicionamento. Entretanto, para que o fato museal ocorra é necessário a argumentação museal, uma antropofagia museológica.

A relação profunda também depende do museu como agente de troca museológica (Guarnieri, s/d, p.2). Nesse sentido, o Museu é entendido como uma "base institucional necessária", que permite ao Homem a "leitura do mundo". Sua grande tarefa seria permitir e aprimorar essa leitura possibilitando "a emergência (onde ela não existir) de uma consciência crítica, de tal sorte que a informação passada pelo museu facilite a ação transformadora do homem" (Guarnieri, 1990a, p.8).

A partir dessa perspectiva, a pesquisa em Museologia envolve o estudo de todas as dimensões desse fato. Mesmo que uma delas seja priorizada, não temos como tratá-la de modo isolado, posto que o caráter relacional de nosso objeto de estudo está sempre presente. Isso nos leva a concluir que a musealização da arqueologia envolve o exame crítico da hierarquia de valores presente na pesquisa arqueológica, uma vez que é aí que ocorre a aquisição do objeto arqueológico-museológico.

Devemos salientar que a amplitude dos objetos passíveis de musealização nos aponta o caráter interdisciplinar da Museologia. Assim:

“Quando o museu e a Museologia, no senso global do termo, estudam o ambiente, o homem, ou a vida, são obrigados a recorrer às disciplinas que a exagerada especialização atual separou por completo. A interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação de museólogos e funcionários de museu” (Guarnieri, s/d, p.4, grifo nosso).

Essas considerações têm especial importância nesse estudo. Ao buscar delinear e aprimorar a missão social do patrimônio arqueológico para as sociedades envolvidas, nos deparamos com desafios cujo referencial teórico e metodológico da Arqueologia não poderia sustentar. A Museologia oferece as ferramentas necessárias para o aprimoramento da percepção, registro e memória do patrimônio construído a partir da *práxis* arqueológica, pois o aborda sob uma perspectiva relacional. É o fato museológico que “permite o reconhecimento, a renovação, a preservação e a comunicação, quer dizer, a permanência e a reconstrução da identidade dos povos, grupos ou nações” (Guarnieri, 1990b, p.45). Temos como premissa que esse processo permite a apropriação e a releitura do patrimônio arqueológico, incorporando-o à dinâmica do processo social.

Outro ponto de especial relevância no pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri reside em sua visão da atuação profissional do museólogo como **trabalhador social**, “o qual tem seu trabalho estritamente ligado não somente ao cumprimento de uma função social, mas de quem trabalha de forma consciente com o social, colaborando para incutir ações de mudança” (Bruno, Fonseca & Neves 2008, p.32). Essa tônica na ação voltada à mudança social esteve sempre presente em sua produção. A existência de um patrimônio conhecido e de uma memória preservada seriam fundamentais para a identidade cultural, que, por sua vez, seria um fato cultural e político, pois leva à autodeterminação e à soberania (Rússio, 1984, p.62).

A refinada elaboração da autora nos mostra seu pioneirismo em articular a organização epistemológica da Museologia aos movimentos sociais, colocando-a como uma das precursoras, no Brasil, da Sociomuseologia (Bruno, Fonseca & Neves, 2008, pp.22-23). Hernández (2006) classifica como **cognitiva** a orientação oferecida pelos museólogos do centro-leste europeu (por ex, Stransky, Gregorová) e como **pragmática** a contribuição dos museólogos franceses e canadenses, esses últimos associados à emergência do

movimento pela Nova Museologia. Nesse sentido, advogamos que Waldisa Rússio Camargo Guarnieri articulou essas duas orientações – cognitiva e pragmática, de maneira inédita.

Na concepção de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri o museu é apenas a base institucional necessária ao fato museológico (Rússio, 1984, p.60), pois, se considerássemos a Museologia o estudo dos museus, “teríamos de adotar para a medicina a definição ou conceito de que a medicina é a ciência dos hospitais, de que a pedagogia é a ciência das escolas” (Rússio, 1984, p.60).

O museu como instituição social tem sido transformado ao longo do tempo, tanto na sua forma como na sua função. No mundo contemporâneo houve uma significativa ampliação do nosso conceito de ‘objeto’ de museu “tudo é museável, tudo pode, pelo menos em tese, ser incluído no campo de possibilidades de um museu” (Chagas, 2005, p.18). O objeto de museu passa a ser visto como um meio de dizer ou significar algo, um elemento da linguagem, resultando daí o foco do museu como canal de comunicação.

Hugues de Varine-Bohan apresenta uma reflexão esclarecedora a respeito do conceito contemporâneo de museu, em entrevista a Mário Chagas:

“Penso, pessoalmente, não como museólogo, mas como actor de desenvolvimento local e militante da acção comunitária que o museu pode e deve escolher entre três formas principais:

- o museu-espectáculo, destinado a públicos cativos: turistas, meios cultos, escolares em grupos organizados e guiados. Esses museus serão cada vez maiores, cada vez mais dispendiosos, cada vez mais visitados, quer dizer “consumidos”. Serão supermercados da cultura oficial. Ao final, serão todos parecidos.

- o museu-colecção, destinado às pesquisas avançadas, às produções complexas, a públicos mais ou menos especializados, para os quais a colecção é a primeira justificativa. Esses museus atrairão cada vez mais públicos “inteligentes”, utilizarão métodos de comunicação sofisticados, abrir-se-ão tanto quanto possível às comunidades de geometrias diferentes. Serão todos únicos e criarão entre eles redes de cooperação análogas às redes universitárias actuais.

- o museu-comunitário, saído da sua comunidade e cobrindo o conjunto do seu território, com vocação global ou “integral”, processo vivo que implica a população e não se preocupa com um público, que é ao mesmo tempo o centro e a periferia. A vida desses museus será curta ou longa, alguns nem se chamarão museus, mas todos seguirão os princípios da nova museologia (Santiago, Quebec, Caracas, etc.) no seu espírito ou na sua escrita (teoria).” (Varine-Bohan, 1996, p.12-13)

As alternativas apresentadas por Varine-Bohan permitem um entendimento mais acurado das formas que os museus têm assumido na sociedade contemporânea, mas é importante salientar que os processos museológicos podem assumir características transversais às formas apresentadas.

Contudo, mesmo diante de tal diversidade de museus, a perspectiva apresentada por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1984) salienta o estudo da relação homem e realidade, não podendo ser reduzida ao estudo de museus por mais amplos que esses sejam; sua elaboração revela uma atenção à orientação cognitiva de tal relação, como já aventamos anteriormente.

Ademais, o fato museal é um fato social dada sua exterioridade, generalidade, contingencialidade e coercitividade, mais que isso, pode ser considerado um fato social total ao envolver também os aspectos simbólicos. Essa associação evidencia que os percursos realizados pela autora foram construídos a partir de olhares e reflexões cujos referenciais teórico-metodológicos foram pautados na teoria social (Bruno, Fonseca e Neves 2008, p.25), assim como em sua trajetória na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde fundou em 1978 o primeiro curso de Museologia no Brasil em nível de pós-graduação.

A reelaboração do fato museológico por Bruno (2000) é particularmente esclarecedora, consistindo na relação entre homem - público, audiência, grupos especiais, comunidade; e objeto – coleção/acervo, referência patrimonial, indicadores da memória; em um cenário – edifício/instituição, espaço aberto, múltiplos espaços, território de intervenção (Bruno, 2000, p.88).

Para Primo (2007) os cenários podem ser entendidos como

“locais onde o relato é levado à cena podendo o espaço museal ser entendido como um desses cenários. Entender o museu como cenário nos leva a percebê-lo como espaço de reestruturação, encenação e reencarnação, no qual os processos de hibridação das representações do social e do cultural são elaborados como sentidos simbólicos” (Primo, 2007, p.23).

Essa conceituação do cenário é fundamental para este trabalho, uma vez que partimos da premissa de que a musealização da Arqueologia pode ocorrer em espaços outros que não os museus institucionalizados. Isso não quer dizer que as instituições museológicas não sejam o cerne dessa reflexão, contudo a diversificação dos cenários também coloca-se como eixo de aproximação entre Arqueologia e Sociedade, a partir de um fazer museológico descentralizado.

Nesse sentido salientamos que a tendência que aborda a Museologia como estudo do fato museal aborda a essência do conhecimento museológico, voltado não ao estudo compartimentado do homem, do objeto ou do cenário mais da **relação** entre eles. Essa definição dá conta das atividades de preservação ou uso do patrimônio, as quais envolvem homem [que seleciona o que preservar], objeto [patrimônio a ser preservado] e cenário [contexto no qual se dá esse processo].

Cabe ainda destacar a recorrência com que outros museólogos, mesmo aqueles não vinculados diretamente ao pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, citam seus conceitos e apontam a importância de suas reflexões para a Museologia brasileira. Além do artigo já citado elaborado por Bruno, Fonseca e Neves (2008) que oferece um panorama da obra da autora associando-a à mudança social e ao desenvolvimento, Cândido (2000) também aborda a relevância de seu pensamento na produção museológica nacional, destacando-a como a principal influência teórica brasileira. Maria Célia Santos

aponta que “Waldisa é um marco, não só para a Museologia brasileira, mas para a Museologia da América Latina”, destacando que uma das suas maiores contribuições foi ter iniciado e dado continuidade a uma discussão teórica em nível nacional sobre o caráter científico da Museologia (Santos, 1999/2008, p.27).

Nas últimas décadas a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas: a abertura do Museu à sociedade, a descentralização das ações museológicas, o alargamento da noção de patrimônio e sua utilização como fator de desenvolvimento integrado, entre outras. Museus comunitários, Ecomuseus, Museus de Território, Museus escolares, enfim, espaços diversificados passam a ser cenários do “fato museal” num esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas também da seleção e produção do patrimônio cultural. Como mencionamos, o pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri se insere na vanguarda desses processos no contexto brasileiro.

As transformações mencionadas configuraram o movimento da Nova Museologia, cujo um dos marcos foi a Mesa de Santiago do Chile, em 1972.

Esse estudo coaduna os pressupostos dessa Nova Museologia, mas se insere, sobretudo, na Sociomuseologia como área disciplinar que visa a consolidar a Museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável das comunidades (Moutinho, 2007, p.1).

Moutinho aponta que a designação terminológica da Sociomuseologia ou Museologia Social procura sintetizar o esforço de adequação das instituições museológicas à sociedade contemporânea (Moutinho, 1993, p.6). O autor nos apresenta dois pontos de destaque

“o que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza de seus pressupostos e dos seus objetivos (...) mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita (...) e que cultura e desenvolvimento são cada vez mais elementos de uma responsabilidade social onde assenta a intervenção museal” (Moutinho, 2007, pp.1-2, grifo nosso).

A Arqueologia Brasileira contemporânea encontra-se fortemente relacionada a projetos de licenciamento ambiental de empreendimentos de natureza diversa, estando, portanto, associada a questões do desenvolvimento. É essencial a análise da relação entre o patrimônio arqueológico evidenciado nesses projetos e as comunidades envolvidas. Devemos estar cientes da relação por vezes contraditória desses fenômenos. A Sociomuseologia, ao estar vinculada às questões de desenvolvimento, aparece como enquadramento teórico adequado para o aprimoramento da relação entre Sociedade – Patrimônio Arqueológico – Território.

A interdisciplinaridade, como integração de campos do saber para a construção do conhecimento, aparece como ponto chave nesse estudo, uma vez que a análise da

musealização do patrimônio arqueológico no país não pode prescindir da interface entre os campos de conhecimento da Arqueologia e da Museologia.

Canclini (1989/2000, p.19) aponta que as oposições entre tradicional e moderno e entre popular e massivo não dão conta de um entendimento da cultura nos dias de hoje. Há uma mistura desses elementos, sendo necessário averiguar sua hibridação. O conceito de hibridação cultural abrange diversas formas de mesclas interculturais, indo além dos conceitos de mestiçagem e sincretismo. Contudo, para análise desses fenômenos, “Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. Ou melhor, que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente” (Canclini, 1989/2000, p.19). Acreditamos que a interface Sociomuseologia – Arqueologia Pós-processual, ao se colocar necessariamente como uma abordagem interdisciplinar do patrimônio cultural, pode desempenhar esse papel de “ciência social nômade”, segundo conceito fornecido pelo autor.

Concordamos ainda com Hernández (2006, p.102), quando esta afirma que a Museologia é uma ciência em construção, com um caráter marcadamente dinâmico, em sintonia com as necessidades da própria sociedade, com uma constante tensão entre teoria e prática, com um olhar científico e uma capacidade criativa, interpretativa e reflexiva.

Uma vez definido o objeto de estudo e a natureza do conhecimento da Museologia, faz-se necessário explicitar o sistema metodológico dessa ciência. Como mostramos anteriormente, para Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1983 apud Hernández, 2006, p.133), o tratamento interdisciplinar, sistemático e interativo entre diferentes domínios do conhecimento museológico seria o método adequado.

Bruno (1995, 2004a) organiza o campo museal em Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada, cujas raízes encontram-se nas propostas de Sofka (1980 Apud Hernández, 2006, p.143).

A **Museologia Geral** está voltada ao estudo da Teoria Museológica, da História e da Administração dos Museus. A Teoria Museológica se dedica à análise de experimentações e respectiva sistematização dessas reflexões. Os estudos voltados a História dos Museus buscam ver a inserção dessas instituições nas suas respectivas sociedades, enfatizando a análise sobre mudanças de forma e conteúdo e identificado a origem e desenvolvimento de novos processos de musealização. A área denominada Administração de Museus dedica-se a experimentações regimentais, inserções jurídicas e relação com órgãos mantenedores (Bruno, 2004a).

A **Museologia Especial** trata de relacionar a Museologia Geral com o conteúdo das disciplinas particulares (Hernández, 2006, p.143), ou seja, está relacionada às características do fato museal a ser analisado nos estudos acima elencados, as quais estão

relacionadas ao Texto e ao Contexto Museológico. O Texto museológico está associado ao tipo de museu ou de processo museológico e o Contexto à sociedade, na qual o museu ou processo museológico está inserido (Bruno, 2004a).

A **Museologia Aplicada**, por sua vez, estuda as perspectivas de percepção, apropriação, tratamento e socialização da musealidade inerente à realidade (Bruno, 2008). Os campos da Museologia Aplicada são constituídos pelos procedimentos de Salvaguarda e Comunicação. Enquanto as ações de salvaguarda se incubem dos problemas de conservação e documentação, as questões expositivas e educativas são encaminhadas nas ações de comunicação. Entretanto esses procedimentos constituem

“áreas interdependentes, com profundas reciprocidades cotidianas e que exigem um esforço de todos os profissionais envolvidos, na busca de procedimentos comuns, na construção de edifícios adequados às funções museológicas, em metodologias de trabalho compatíveis com as distintas especialidades e constante abertura para percorrer novos caminhos profissionais” (Bruno, 2004b, p.3).

No âmbito da Museologia Geral, esse estudo se enquadra teoricamente na Sociomuseologia, uma vez que considera que o patrimônio pode ser abordado no âmbito de uma Museologia a serviço do desenvolvimento da pessoa e da sociedade. Ainda no âmbito da Museologia Geral, a tese procura desvelar aspectos da história das instituições museológicas brasileiras em sua relação com o patrimônio arqueológico. Com relação à Museologia Especial, está voltada ao exame de instituições que guardam coleções arqueológicas [Texto], especialmente no Brasil contemporâneo [Contexto]. No que tange à Museologia Aplicada, o diagnóstico dos procedimentos de salvaguarda e comunicação do patrimônio permitirá a identificação de lacunas e potencialidades, permitindo a proposição de cadeias operatórias onde a inserção desse patrimônio arqueológico nas instituições esteja em harmonia com os princípios teóricos que norteiam a pesquisa - Sociomuseologia. Por fim, a concepção de procedimentos de salvaguarda e comunicação museológica no âmbito de um amplo programa de pesquisa no nordeste do Brasil dará a perspectiva aplicada do estudo.

Uma primeira síntese parcial das ideias aqui pontuadas: consideramos a Sociomuseologia enquanto campo de conhecimento voltado ao estudo da relação entre **homem** - comunidade/ sociedade, e o **patrimônio** - coleções /referências patrimoniais, em um **cenário** - instituições/ territórios de intervenção, estudo esse que objetiva o desenvolvimento qualificado da sociedade na qual atua, área essa que assume, necessariamente, um caráter interdisciplinar, uma “ciência nômade” capaz de compreender essa relação no cenário contemporâneo, marcado por “culturas híbridas” e “poderes oblíquos” (Canclini 1989/ 2000).

A estratigrafia da construção do patrimônio arqueológico

Como pontuamos anteriormente, a interdisciplinaridade adquire especial importância nesse estudo. O objeto que compõe o fato museológico em questão é fruto de um processo de seleção a partir da *práxis* arqueológica.

A antropofagia arqueológica consiste na seleção, muitas vezes naturalizada, efetivada no momento em que se escolhem quais parcelas do contexto arqueológico se tornarão patrimônio.

Assim, faz-se necessária uma digressão sobre os paradigmas teóricos que marcam a Arqueologia Brasileira, uma vez que tais perspectivas implicam em diferentes seleções, resultando em coleções e narrativas diversas a serem musealizadas.

A Arqueologia busca entender as sociedades humanas a partir de seus vestígios materiais. Como disciplina congrega experiências desenvolvidas nos últimos três séculos, as quais influenciam, indubitavelmente, a *práxis* contemporânea. Desse modo, o antiquarismo, o paradigma da ilustração, o evolucionismo do século XIX, a abordagem histórico-culturalista da primeira metade do século XX, a perspectiva antropológica e a ânsia de firmar-se como ciência, características das décadas de 1960 e 1970, são apenas algumas das facetas da história do pensamento arqueológico.

O interesse pelo passado humano é bastante antigo, recuando muitos séculos antes mesmo da configuração da Arqueologia como campo científico. Bem mais tarde, a Arqueologia passou a se configurar a partir do colecionismo característico dos gabinetes de curiosidades. A expansão ultramarina e a descoberta da América e do 'Outro' indígena também marcou essa trajetória, trazendo um sem-número de vestígios arqueológicos do novo mundo. No Brasil, a perspectiva colonial, marcada pelo interesse em um passado exótico e distante, também marcou o desenvolvimento da Arqueologia, ecoando em sua produção e socialização até hoje.

A **abordagem iluminista** do estudo da natureza de forma racional foi a primeira abordagem teórica empregada na Arqueologia Brasileira. Nas expedições dos séculos XVIII e XIX, a Amazônia representava o lugar onde a natureza e o homem poderiam ser observados em sua forma mais pura (Barreto, 1999-2000, p.35).

No século XIX, o desenvolvimento da geologia possibilitou incrementos nas técnicas de escavação e o **paradigma evolucionista** levou arqueólogos a buscarem variações evolutivas também nos artefatos, resultando no desenvolvimento de tipologias². No final do século, publicações do antropólogo inglês Edward Tylor e do americano Lewis H.

² Tipologia é o conjunto de critérios considerados diagnósticos para a separação de um conjunto de peças em categorias, visando à classificação dos artefatos elaborados pelo homem (Souza, 1997, p.123)

Morgan defendiam que as sociedades teriam evoluído de um ‘estado selvagem’, passando por um ‘estado bárbaro’ chegando a um ‘estado civilizado’(Robrahn-González, 1999-2000, p.15). No Brasil, o evolucionismo, o positivismo e o naturalismo começaram a penetrar a partir da segunda metade do século XIX. Três temáticas predominaram no período: o debate acerca da origem natural ou cultural dos sambaquis³, a antiguidade da raça de Lagoa Santa e a discussão acerca da origem local ou externa das culturas do baixo Amazonas. Como veremos ao longo da tese, esses temas marcam até hoje a Arqueologia Brasileira.

Os esquemas evolucionistas foram combatidos por antropólogos ligados ao particularismo histórico de Franz Boas. Ao questionar o evolucionismo clássico e suas ferramentas generalizantes, enfatizando a importância das trajetórias particulares dos fenômenos culturais, Boas lançou as bases teóricas fundamentais para o desenvolvimento da Antropologia Cultural. Boas realçou a importância do conceito de cultura como elemento explicativo da história humana – para ele cada grupo tem uma história única, marcada por processos internos e influências externas (Castro, 2006, p.18). Desse modo, as generalizações dão lugar a peculiaridades dentro do enfoque particularista histórico, que considerava cada cultura produto de uma sequência única de desenvolvimento, na qual a difusão desempenhava um importante papel nos processos de mudança, configurando a **abordagem histórico-cultural**.

Na obra de Childe (1956/1969), por sua vez, o conceito de **cultura arqueológica** passou a ser aplicado a um grupo de artefatos que ocorrem de modo associado e que expressam tradições sociais comuns que unem um povo.

Outro esforço de sistematização das ideias que configuraram o paradigma histórico-cultural viria com o texto “Método e teoria na Arqueologia americana”, de Phillips e Willey (1953), no qual os autores apresentaram as três dimensões fundamentais na ciência arqueológica: tempo, espaço e forma. Os autores apresentam, neste texto, as dimensões espaciais - localidade, região e área; formais - componente, fase; e temporais - sequenciais, regionais e locais; período e área cronológica; assim como os mecanismos de interação das dimensões – horizonte, tradição e clímax.

Classificações rígidas dos vestígios arqueológicos em culturas arqueológicas, fases e tradições marcaram a produção arqueológica brasileira, distanciando as narrativas arqueológicas da sociedade. Essas ideias passaram a ser empregadas no Brasil quando já eram questionadas em outros países. Isso porque, no início da década de 1960, críticas viriam à tona provocando uma reorientação de objetivos da Arqueologia.

³ Os Sambaquis (do tupi tamba'ki; literalmente ‘monte de conchas’), também conhecidos como concheiros, casqueiros, são montículos construídos pelo homem com materiais orgânicos, artefatos em osso e pedra, sepultamentos e, sobretudo, conchas. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada (Souza, 1997, p.115)

A concepção de que as culturas seriam vistas como coleções de traços deu então espaço para uma visão onde as culturas eram consideradas como sistemas integrados. Assim, alguns arqueólogos, insatisfeitos com as limitações de uma Arqueologia essencialmente descritiva, procuraram construir uma Arqueologia explanatória. Lewis Binford (1962, 1994) foi sem dúvida o grande interlocutor desse movimento, batizado então de Nova Arqueologia ou **Arqueologia Processual**. Embora a Arqueologia histórico-cultural tenha possibilitado a classificação das culturas arqueológicas e a criação de séries cronológicas, os arqueólogos processuais criticavam a inexistência de uma explicação desse passado. Mesmo reconhecendo a contribuição da Arqueologia histórico-cultural na caracterização do passado, a arqueologia processual procurou avançar na explanação desse passado a partir do desenvolvimento do paradigma sistêmico. Para Binford, a mudança processual em uma variável estaria associada, de modo previsível, a mudanças em outras variáveis. Assim, os conceitos de processo e sistema seriam fundamentais em arqueologia (Dias, 2000).

A partir da década de 1980, as abordagens pós-modernas que estavam se consolidando nas ciências sociais provocam um novo debate no âmbito da Arqueologia. Nesse contexto a Arqueologia Processual já fizera inúmeros adeptos, sobretudo nos países anglo-saxônicos. Se a Arqueologia Processual havia proclamado a explicação dos fenômenos culturais do passado, a **Arqueologia Pós-processual** conclama a interpretação desse passado. Essa nova linha teórica é marcada por uma enorme diversidade de abordagens, por vezes até mesmo opostas. Contudo, temos como ponto comum a crítica quanto ao fato da Arqueologia Processual considerar a cultura material como reflexo passivo do comportamento humano, enquanto que para os pós-processualistas, a cultura material também é ativa, sendo mediada por crenças, práticas e significados. As críticas pós-processuais envolvem o questionamento do caráter neutro do conhecimento arqueológico e defendem que os arqueólogos são construtores e intérpretes do passado (Reis, 2004, p.73).

Hodder apresenta-se como o maior expoente dessa nova abordagem. Para o autor, a maior contribuição na Arqueologia processual foi metodológica, com o incremento de técnicas quantitativas e estatísticas (Hodder, 1988, p.166). No entanto, a importância do indivíduo, sua relação com a história e a influência do nosso contexto social na construção do passado teriam sido negligenciados. Desse modo, os significados devem ser compreendidos como conceitos sociais, reproduzidos na prática da vida cotidiana.

Examinemos com mais cautela a questão do indivíduo nas correntes pós-processualistas. Hodder (1988, pp.84-85) mostra que na abordagem processualista, o indivíduo aparece determinado por regras sociais, no estruturalismo, por sua vez, é condicionado pelas estruturas gerais da mente humana e no marxismo aparece determinado

por condições materiais mistificadas por ideologias dominantes. Os arqueólogos pós-processualistas propõem um indivíduo ativo, em contraposição ao indivíduo passivo das abordagens anteriores. Assim, colocam o indivíduo como ator social cujo contexto dará o significado ao registro arqueológico. Além disso, ao retomar a questão do indivíduo como ser ativo, os pós-processualistas também realçam o caráter subjetivo do conhecimento arqueológico, influenciado a partir da interpretação que fazemos como atores sociais específicos. Esse debate recai sobre a objetividade x subjetividade da disciplina, não existindo um consenso mesmo dentro das abordagens pós-processualistas, uma vez que temos posições relativistas ao extremo, que realçam a não existência de conhecimento objetivo sobre o passado (Shanks & Tilley, 1987/1992), até aquelas que combinam temas pós-processualistas dentro de uma abordagem processualista (Renfrew & Bahn, 1991/2004).

Por fim, retomaremos as ideias principais das vertentes teóricas em exame. Ao adotar as culturas arqueológicas como focos de estudo, o paradigma histórico cultural deu maior ênfase no estudo minucioso do registro arqueológico em busca de respostas a questões de fundamental importância: quem eram? como viviam? quando? (Renfrew & Bahn, 1991/2004). Reside aí sua força no cenário da disciplina arqueológica.

No âmbito do paradigma processual, a obra de Binford (1962, 1994) apresenta um investimento contínuo no desenvolvimento de ferramentas teórico-metodológicas para uma melhor compreensão do passado, dentre as quais destacamos o desenvolvimento do paradigma sistêmico, o desenvolvimento de uma teoria de médio alcance e a construção de uma teoria do registro arqueológico. Apesar das críticas, essas ideias ainda representam um programa coerente para a pesquisa arqueológica, onde a questão fundamental da Arqueologia aparece indicada: interpretar a variabilidade do registro arqueológico. Ao afirmar a relevância da Arqueologia como uma ciência específica, o autor buscou novas formas de entender o registro arqueológico, criando um corpo de conceitos para essa nova ciência, abandonando a ênfase na listagem de traços culturais e propondo uma visão sistêmica de cultura.

Como apontou Hodder (1988), a maior contribuição da Arqueologia Processual foi o desenvolvimento de metodologias sofisticadas para a análise do registro arqueológico. No entanto, a interpretação desse passado teria sido negligenciada.

As correntes pós-processualistas que emergiram a partir da década de 1980 trouxeram à tona diversas críticas à abordagem processual. Contudo, mais que uma ruptura, vemos a retomada de algumas perspectivas presentes no paradigma histórico-cultural aliada à influência marcante de correntes pós-modernas. Assim, propõe-se a reaproximação da História e a retomada de análises particularistas. A ênfase dada por Hodder ao contexto se

aproxima da abordagem boasiana, já mencionada, na qual tempo e espaço seriam os contextos nos quais os fenômenos culturais específicos deveriam ser compreendidos. No que tange aos recursos metodológicos utilizados pelas correntes processual e pós-processual, não há uma diferença marcante, o que muda são os aspectos do passado que essas correntes tentam resgatar, o mundo como objeto de pensamento e ação humana para os pós-processualistas, culturas como sistemas para os processualistas (Tschauner, 1996 Apud Souza & Symanski, 1996).

As arqueologias alinhadas às perspectivas pós-processuais têm alguns pontos em comum: o conhecimento arqueológico é considerado como subjetivo, não há leis, generalizações ou verdades. Uma vez que existem diversos olhares sobre o passado, os arqueólogos são entendidos como construtores e intérpretes do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura, gênero e toda a produção de conhecimento é estrategicamente empregada, ou seja, há que se reconhecer relações de poder que determinam a construção do conhecimento arqueológico (Reis, 2004, p.73).

Nesse quadro, desponta ainda o trabalho de Shanks e Tilley (1987/1992, 1988), onde destacamos a atenção dispensada pelos autores na relação entre a construção das narrativas arqueológicas e os espaços museológicos, sendo o museu o espaço por excelência de comunicação entre Arqueologia e Sociedade. Esses autores propõe um programa de ação museológica que abrange dois pontos principais. Em primeiro lugar, a introdução de conteúdos políticos nas exposições, demonstrando como o passado pode ser manipulado a partir de propósitos atuais, revelando as seleções realizadas na pesquisa arqueológica e na concepção expográfica. Em segundo lugar, enfatizam o caráter transitório e constantemente mutável das exposições, reforçando a ideia de autoria.

Nesse trabalho, consideramos a Arqueologia como a ciência que estuda o Homem por meio de sua cultura material, “isto é, aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano” (Meneses, 1987a, p.186). Uma ciência social voltada ao estudo da estrutura, funcionamento e processos de mudança das sociedades do passado e presente. Dessa forma, “a arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que as pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente” (Trigger, 1989/2004, p.19).

A cultura material é entendida como produto e vetor de relações sociais, devendo ser entendida e forçosamente explorada do ponto de vista analítico não só como produto ou reflexo de atividades humanas. Os artefatos devem, portanto, ser encarados também como sujeitos, suportes e vetores pelos quais se dão efetivamente as ações e relações sociais,

contando, assim, com um poder eminentemente transformador. Numa perspectiva relacional, os artefatos assumem um caráter ativo, dinâmico e polissêmico em sua trajetória no tempo e espaço desde a sua geração, uso, reapropriações ou reciclagens até seu descarte final. Tal processo envolve distintas formas de apropriação de acordo com quem os cria e os manipula: um determinado grupo, classe ou comunidade, num momento histórico preciso (Zanettini, 2005, pp.17-19).

Musealização da Arqueologia no Brasil: estado d'Arte

A interface entre Museologia e Arqueologia e, conseqüentemente, a relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico no Brasil, tem sido marcada por rotas de afastamento. Nesse sentido, a construção de propostas para a interface entre esses campos torna-se fundamental para o aprimoramento dessa relação. Para tanto, além da apresentação do referencial teórico escolhido no âmbito da Museologia e das perspectivas consideradas no campo da Arqueologia, faz-se necessário o exame das propostas teóricas e metodológicas situadas na interseção desses campos.

As reflexões apresentadas por Bruno em diversos estudos (1984, 1995, 2005, 2007a, 2007b) despontam no referido quadro teórico, buscando, ao mesmo tempo, compreender essa relação e fornecer perspectivas aplicadas que visam ao aprimoramento dos processos de musealização do patrimônio arqueológico, transformando-o em herança patrimonial.

Nesse sentido, o conceito de Musealização da Arqueologia é adotado como referencial teórico e metodológico desse trabalho. Para Bruno (1995, 1996), a Musealização seria um “processo constituído por um conjunto de fatores e procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação” (Bruno, 1996, pp.67-68). A Musealização da Arqueologia:

“Organiza-se a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento” (Bruno, 2007a, p.1).

Tamanini (1994), Chiari (1999), Martins (2000), Cândido (2004), Alcântara (2007), Silva (2008) e Carneiro (2009) buscaram construir conhecimento na linha⁴ proposta por Cristina Bruno por meio de reflexões sobre a musealização da realidade arqueológica na qual estavam inseridos, fornecendo também perspectivas para o aprimoramento da relação

⁴ Desde 2007, a Musealização da Arqueologia é uma Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

entre Museologia e Arqueologia. Embora o conceito de Musealização da Arqueologia nos remeta, necessariamente, à Museologia Aplicada, já aventada anteriormente, as reflexões desses autores também abordam aspectos da Museologia Geral, no que concerne à teoria museológica em relação à prática arqueológica e à história dos museus associados ao patrimônio arqueológico no país. Cabe lembrar que no âmbito da museologia especial esses estudos abordam diferentes recortes do patrimônio arqueológico [Texto] em diferentes contextos [Contexto Museológico]. Passemos a um detalhamento dos trabalhos.

A dissertação de mestrado defendida por Bruno (1984) inaugurou os trabalhos acadêmicos⁵ brasileiros voltados à interface Museologia - Arqueologia, embora ainda não apresentasse de forma explícita o conceito de Musealização da Arqueologia. Nesse estudo, a autora apresenta propostas museológicas desenvolvidas entre 1978 e 1983, no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, divididas em três programas, a saber: Mostras de Longa Duração na sede do Museu; Serviço Educativo Museológico e Mostras Itinerantes. O caráter inovador desses programas consiste justamente na perspectiva continuada dessas ações, amparadas por processos de avaliação museológica. Cabe lembrar que o Instituto de Pré-História, concebido por Paulo Duarte em 1962, ocupou, desde sua fundação, um papel de destaque na preservação e divulgação do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo, inicialmente direcionado mais para os sítios do litoral – sambaquis –, e depois ampliando suas ações para o interior, quando da realização do estudo de Bruno (1984). Nesse sentido, a musealização da realidade arqueológica configurada pelas pesquisas do IPH encontrou terreno fértil para as práticas preservacionistas, sempre presentes no horizonte da instituição.

Em 1994, Tamanini defendeu sua dissertação de mestrado abordando o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, então com vinte e cinco anos de existência. Mais uma vez, embora não tenhamos o conceito de Musealização da Arqueologia, a autora empreende um esforço na concepção de perspectivas de aproximação entre Museologia e Arqueologia. Cabe destacar que Tamanini (1994) utiliza premissas da então Nova Museologia, apontando a necessária reflexão acerca da função social dos museus, denunciando ainda que, no lugar da Arqueologia Humanista de Paulo Duarte, o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville teria sido alinhado a premissas de inspiração tecnocrática do regime militar⁶. Esse direcionamento teria resultado em ações educativas

⁵ Consideramos aqui as dissertações de mestrado e teses de doutorado, não sendo abordados nesse momento os artigos científicos que tratam da referida interface, uma vez que nosso objetivo foi situar essa produção recente nos cursos de pós-graduação no Brasil. Deve-se ressaltar a produção de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1985?, 1987a, 1987b, 1988, 1993, 1994, 2006, 2007a, 2007b, 2007c), que, em inúmeros artigos, palestras e cursos, também tem promovido uma aproximação entre os campos das Arqueologia e dos Museus. Suas reflexões, preciosas para o tema que nos propomos analisar, são apresentadas ao longo da tese.

⁶ A ditadura militar brasileira compreendeu o período entre 1964 e 1985.

voltadas à coerção e ‘conscientização’ da população, sem uma perspectiva dialógica. A pesquisadora conclui a pesquisa com algumas propostas para o incremento da função social do museu, por meio de um

“Programa Institucional que defina a filosofia e as metas de intervenção social, aprofundando as relações entre comunidade e Museu, incluindo nesta dimensão o significado da preservação dos sítios arqueológicos na região, procurando despertar o interesse e o respeito da comunidade circunvizinha pela história de ocupação na região” (Tamanini, 1994, p.158).

Vale destacar que tanto Bruno (1984), quanto Tamanini (1994) compreendem a função do museu enquanto científica, educativa e social, sendo a última a soma das duas anteriores. As perspectivas das autoras se entrecruzam, pois foi através da atuação de Cristina Bruno, a partir de 1986, no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, que esse museu entrou em um novo período, marcado pela busca de equilíbrio entre salvaguarda, comunicação e pesquisa.

A tese ‘Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema’ (Bruno, 1995), já mencionada anteriormente, tem papel de relevância como marco teórico no que tange à interface Museologia – Arqueologia. Bruno (1995) defende que o patrimônio arqueológico está ausente na construção da memória nacional, imperceptível aos olhos daqueles que interpretam o Brasil. Para a autora, barreiras de ordem museológica configuraram esse estado de coisas⁷. Dessa forma, embora os objetos arqueológicos estejam presentes em instituições museológicas de diversas categorias e portes, compõem “memórias exiladas”, conceito largamente utilizado ao longo da nossa pesquisa. Bruno (1995) parte da hipótese de que é possível estruturar modelos de musealização capazes de mediar a produção do conhecimento e a interpretação da identidade.

Em uma relação de cumplicidade com a tese de Bruno (1995), Chiari (1999) desenvolveu pesquisa voltada ao diagnóstico museológico do patrimônio arqueológico do Vale do Paranapanema, estado de São Paulo. Esse diagnóstico foi entrelaçado à própria compreensão do perfil “museo-arqueológico” do Projeto Paranapanema - programa de pesquisa de mais de três décadas desenvolvido no interior do estado de São Paulo. Na pesquisa, a autora analisa a salvaguarda e a comunicação dos objetos arqueológicos em pequenos museus da região, apontando a necessidade de uma gestão mais eficaz desses recursos. Nesse sentido, a perspectiva aplicada é ressaltada na pesquisa.

Outro trabalho precursor da interface Museologia–Arqueologia no país é a dissertação de mestrado de Demartini (1997), trazendo propostas de comunicação da Arqueologia no baixo Vale do Ribeira, estado de São Paulo. Como estratégias, a autora propõe a dinamização da ação do Museu de Iguape, a musealização de sítios e a

⁷ Retomaremos esse assunto ao longo da tese buscando configurar também as barreiras de ordem arqueológica.

implantação de um sítio escola. Destaca-se nesse trabalho o capítulo voltado à avaliação e ao diagnóstico da área onde foram aplicados questionários à comunidade e aos visitantes do museu, tendo, inclusive, como base o trabalho de Bruno (1984), já comentado.

Martins (2000) desenvolveu um trabalho voltado aos processos de musealização da Arqueologia de Contrato⁸, evidenciando que o tratamento dado às referências patrimoniais oriundas das pesquisas desenvolvidas nesse ramo da Arqueologia não estavam inseridas em uma cadeia operatória museológica. Esse trabalho teve o mérito de desenvolver uma crítica específica à problemática da Arqueologia de Contrato, contudo, a ênfase na separação entre Arqueologia Acadêmica e Arqueologia de Contrato nos parece, por vezes, inócua, uma vez que a segunda veio apenas agravar um contexto que já estava delineado, qual seja, o distanciamento entre Museologia e Arqueologia e a carência de procedimentos de salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico.

A pesquisa desenvolvida por Cândido (2004) traçou uma base conceitual entre Arqueologia, Museologia e estudos de cultura material e apresentou uma proposta de musealização para o Programa de Arqueologia desenvolvido no arquipélago de Fernando de Noronha. Nessa proposta, a autora enfatizou a necessidade de integração de diferentes vertentes patrimoniais, apontando como caminho a implantação de um sistema museológico devotado à preservação integrada do patrimônio do território insular. Destaca-se nesse trabalho a preocupação em superar o conhecido isolamento do patrimônio arqueológico, integrando a outros patrimônios culturais e ambientais.

O trabalho de Cury (2005) abordou a recepção da exposição de longa-duração do Museu de Água Vermelha, município de Ouroeste, estado de São Paulo. Em um primeiro momento cabe destacar que esse museu está associado ao salvamento arqueológico no âmbito de uma usina hidrelétrica, sua criação é fruto do processo de licenciamento. O trabalho enfoca aspectos da comunicação museológica, destacando o museu como meio de comunicação, onde ocorre uma “linguagem condensada e engenhosa”. No que concerne ao passado pré-colonial, o desafio seria ultrapassar um “subtexto invisível”, que compreendemos como os preconceitos existentes com relação às populações indígenas, estimulando o respeito à diversidade cultural. Contudo, a autora utiliza termos associados ao paradigma evolucionista cultural da Arqueologia, como “alcançar o sedentarismo”, revelando um afastamento da produção arqueológica contemporânea (Cury, 2005). Vale ressaltar que esse trabalho tem o mérito de apresentar perspectivas de avaliação das estratégias comunicacionais no museu.

⁸ Arqueologia de Contrato é uma denominação utilizada para as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no licenciamento de empreendimentos, atualmente menos frequente, deu lugar para o termo Arqueologia Preventiva.

Alcântara (2007) desenvolveu um detalhado estudo abordando as mentalidades impressas nas ações preservacionistas de Paulo Duarte no âmbito da concepção e criação do Instituto de Pré-História de São Paulo, já mencionado. Essas ações teriam como parâmetro para a Musealização da Arqueologia a ideia de Museu de Homem Americano, com base no modelo do Musée d'Homme [França], fato que revela a influência das ideias de Paul Rivet nesse processo, assim

“Paul Rivet e Paulo Duarte imprimiram à Arqueologia paulista, bem como aos estudos arqueológicos nacionais e internacionais, hipótese aventada por este trabalho, as mentalidades voltadas para o desenvolvimento das relações internacionais, a compreensão mútua entre os povos, a cooperação internacional e a missão social do conhecimento do passado. Esses ideais foram propagados pelas ações desses intelectuais que tentaram transformar as ideias existentes em relação ao patrimônio arqueológico...” (Alcântara, 2007, p.16).

A dissertação de mestrado apresentada por Silva (2008) abordou a musealização da arqueologia nos museus do Rio Grande do Norte. Preocupado em compreender a formação e a comunicação do patrimônio arqueológico naquele estado, o autor selecionou cinco instituições para um diagnóstico museológico, envolvendo o exame de três segmentos de fontes: coleções arqueológicas, instituições e formas de extroversão. No que concerne ao Museu Municipal Lauro da Escóssia, criado no final de década de 1940, em Mossoró, a ênfase em aspectos da história tradicional - como a abolição da escravatura, o cangaço e o voto feminino, tem relegado o patrimônio arqueológico, advindo de compra e doações, ao esquecimento. Situação diametralmente oposta foi identificada pelo autor no Museu Câmara Cascudo, criado em 1961 e vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Essa instituição nasceu dedicada à pesquisa e com viés antropológico, mas apresentaria também uma comunicação museológica deficitária. O autor faz ainda uma crítica aos museus do Seridó e do Sertanejo, em Caicó e Acari, os quais revelam uma valorização da vida do sertanejo, onde as dezenas de peças arqueológicas encontram-se desarticuladas. Discordamos de algumas assertivas do autor pois a nosso ver é necessário aproximar as narrativas arqueológicas do cotidiano sertanejo, articulando o patrimônio arqueológico aos segmentos valorizados pelas comunidades, ao invés de impormos um passado construído por nós mesmos. Por fim, Silva (2008) aponta que no Museu de Soledade, que compõe um circuito de visitação ao sítio do mesmo nome, consiste em um exemplo de musealização da arqueologia com vistas ao desenvolvimento local.

A tese de doutorado de Carneiro (2009) abordou os princípios estruturadores das ações de educação patrimonial no âmbito da Arqueologia Preventiva, dialogando com três campos do conhecimento: Arqueologia Pública, Musealização da Arqueologia e a própria Educação Patrimonial. Além de trazer uma síntese sobre a atuação dos referidos campos no país, a autora fez uma análise de programas de educação patrimonial vinculados à

Arqueologia Preventiva. A autora selecionou para a análise três programas desenvolvidos a partir de instituições museológicas, o Museu Emílio Goeldi, o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville e o Museu de Arqueologia de Xingó - esse último 'nascido' do próprio processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica de Xingó. O programa de educação patrimonial desenvolvido pela autora, associado ao gasoduto Coari-Manaus, empreendimento da Petrobrás, também foi desenvolvido a partir de uma instituição, nesse caso o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. O trabalho de Carneiro (2009) representa um avanço, sendo o primeiro especialmente voltado a refletir sobre a musealização da arqueologia preventiva. Os desafios elencados pela autora na análise de processos inseridos em instituições museológicas nos apontam a gravidade do cenário contemporâneo, uma vez que grande parte dos projetos é desenvolvida fora das instituições, ou seja, em contextos ainda mais frágeis que os apontados pela autora.

Outras pesquisas estão inseridas em vertentes distintas de interface que tangenciam a Musealização da Arqueologia, como a Arqueologia Pública, nos estudos de Almeida (2002), Robrahn-González (2005) e Fernandes (2007); a educação no caso de Marques (2005), ou ainda a gestão do patrimônio nos trabalhos de Pardi (2002), Araújo (2006) e Cali (2005). Contudo, exceto pelos trabalhos de Marques (2005) e Cali (2005) – que desenvolvem ações no âmbito de instituições museológicas – os demais estudos são caracterizados por um afastamento com o campo dos Museus e da Museologia. As perspectivas aventadas pelos autores são fundamentais para a preservação do patrimônio arqueológico, mas poderiam, certamente, ser enriquecidas se dialogassem com perspectivas museológicas.

Percursos, Métodos e Fontes da Investigação

O desenvolvimento desse estudo está pautado em uma trajetória pessoal própria, que determinou leituras específicas a respeito do problema central da pesquisa: a compreensão dos descaminhos e desencontros da diáde Museus/ Museologia – Patrimônio Arqueológico/ Arqueologia. Desse modo, acreditamos ser relevante apresentar algumas considerações acerca da nossa escolha e os correspondentes desdobramentos teóricos e metodológicos da pesquisa.

A construção de uma tese é iniciada a partir da escolha de um objeto de pesquisa. Essa escolha, como sabemos, não é aleatória.

Nosso primeiro contato com a Arqueologia Brasileira se deu no início do ano de 2000, com uma bolsa de estudo no âmbito do Projeto de Curadoria do acervo pré-histórico brasileiro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo [MAE/USP].

Durante dois anos realizamos um trabalho de curadoria de coleções dos sambaquis do litoral do estado de São Paulo. Essas coleções estão associadas às ações preservacionistas realizadas por Paulo Duarte, a partir do Instituto de Pré-História, as quais tiveram papel decisivo na Arqueologia Brasileira. O aprendizado adquirido nas atividades de limpeza, triagem, documentação e acondicionamento dessas coleções marcaram para sempre nosso exercício profissional, evidenciando o papel dos procedimentos museológicos na gestão da informação arqueológica.

Cabe apontar que esse foi nosso primeiro contato com o universo arqueológico e museológico, caso recorrente em um país onde o acesso aos bens culturais foi, e ainda é, muitas vezes restrito a uma parcela reduzida da população. Estávamos, até então, em completa exclusão desses universos.

O estágio mencionado possibilitou o contato com linhas de pesquisa diversificadas da Arqueologia por meio de disciplinas, trabalhos de campo e de laboratório. À época, direcionamos nosso olhar para o estudo de grupos ceramistas agricultores que habitaram as bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu, nordeste de São Paulo, desenvolvendo iniciação científica e mestrado na área (Afonso & Moraes, 2006; Moraes 2007).

Ao final do mestrado, escolhemos enveredar por novos caminhos pois julgávamos de especial importância o desenvolvimento de processos de democratização da construção e do acesso ao conhecimento arqueológico. Víamos como crucial a transposição dos muros disciplinares para a própria reestruturação da Arqueologia enquanto campo fortemente arraigado às noções de identidade, memória e pertencimento.

Durante esse período, dois pontos foram decisivos para a aproximação com as questões relativas à preservação do patrimônio arqueológico a partir do olhar museológico.

O estudo de vasilhas arqueológicas depositadas em unidades museológicas e coleções particulares no interior do estado de São Paulo, no âmbito do mestrado em Arqueologia, evidenciou, de modo bastante concreto, o abandono dos procedimentos museológicos no tratamento desse patrimônio. Tal abandono apontava a necessidade de estudos que pudessem contribuir, a partir da concepção de parâmetros teórico-metodológicos, para a salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico em tela.

O exercício profissional na Zanettini Arqueologia, empresa que atua no licenciamento arqueológico de empreendimentos, trouxe desafios metodológicos constantes no âmbito da socialização do conhecimento produzido, nos estimulando também para a interface Museologia – Arqueologia.

Esses fatores nos impulsionaram à interação com o referencial teórico-metodológico da linha de pesquisa Musealização da Arqueologia, culminando no ingresso,

em 2007, no doutorado na Universidade de São Paulo, com a tese: **Patrimônio Arqueológico Paulista: propostas museológicas para sua preservação**⁹.

Durante o desenvolvimento da referida tese, tivemos a oportunidade de frequentar o **Curso de Estudos Avançados em Museologia**¹⁰, em 2008, a partir do qual ingressamos no programa de doutoramento em **Sociomuseologia**.

Como descendente de migrantes nordestinos em São Paulo, enfatizamos também que a escolha por duas teses, uma devotada ao estado de São Paulo e outra ao contexto brasileiro de forma mais ampla, mas com especial destaque a região nordeste, também não é aleatória. Reflete, de certa forma, o hibridismo cultural que marca nossa trajetória pessoal.

Outro ponto importante é destacar o lugar de onde falamos: do seio da denominada Arqueologia Preventiva. Imersos na prática cotidiana em selecionar referências patrimoniais no âmbito da instalação de empreendimentos, onde perguntas como, 'O que preservar? Como preservar? Por que preservar? Para quem preservar?', estão presentes a todo instante. Reflexões de ordem ética e moral são reiteradamente colocadas.

A prática tem nos mostrado que não basta apenas trazer a Sociomuseologia para a os processos de socialização dos vestígios selecionados, a própria Arqueologia deve ser repensada, recriada. Somente assim poderemos desenvolver plenamente o campo da Sociomuseologia no que tange à musealização da arqueologia.

Para o desenvolvimento da argumentação em pauta tivemos de trilhar, obrigatoriamente, por uma ampla gama de fontes, envolvendo desde o levantamento e análise de documentação primária, passando pelo exame de uma extensa bibliografia secundária, englobando, ainda, visitas técnicas a diversas instituições no Brasil, realizando o exame crítico de projetos que desenvolvemos ao longo dos últimos anos, chegando, finalmente, aos levantamentos de campo, busca de informações e concepção de um programa que sintetizasse algumas das propostas apresentadas ao longo da tese.

Optamos, metodologicamente, por uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa na análise do *corpus* documental [fontes primárias e fontes secundárias], selecionado para o exame da relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico. Cabe apontar a distinção realizada entre fontes primárias e secundárias:

⁹ A tese, desenvolvida paralelamente a tese em Museologia, ora concluída, também é realizada sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Bruno. Nesse trabalho, pretendemos examinar os **processos de seleção** que têm configurado o patrimônio arqueológico paulista. Desse modo, objetivamos compreender a **realidade arqueológica** a ser musealizada no Estado de São Paulo e seus correspondentes processos de musealização. Por seu turno, as propostas de salvaguarda e comunicação museológica da realidade arqueológica desvelada dar-se-ão no âmbito de cinco estudos associados a **contextos institucionais** diferenciados, configurando um campo profícuo de reflexão e experimentação.

¹⁰ O Curso de Estudos Avançados em Museologia foi realizado em Agosto de 2008, no Rio de Janeiro, conforme protocolo entre a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e a Associação Brasileira de Museologia.

enquanto as primeiras reúnem documentos oficiais, cadastros de instituições e a produção nas áreas da Museologia e Arqueologia de um ponto de vista quantitativo, as fontes secundárias constituem estudos analíticos a respeito da problemática estudada.

Como fontes primárias consultadas destacamos o **Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937** - documento que dispõe sobre a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional composto de cinco capítulos, e os **Documentos de Regulamentação da Pesquisa Arqueológica**¹¹, em especial a Portaria 230, de dezembro de 2002, que compatibilizou os estudos de arqueologia às diversas fases de licenciamento de empreendimentos.

Ainda no âmbito das fontes primárias, especial atenção foi dada ao levantamento, tabulação e análise das **Portarias de Pesquisa publicadas no Diário Oficial da União**, envolvendo a manipulação de mais de 3422 portarias emitidas entre 2003 e 2009. Cabe destacar que, no Brasil, a concessão do direito de pesquisa arqueológica é conferida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN de duas maneiras, diferenciadas em função dos agentes que solicitam tal direito: sob a forma de permissão, no caso de particulares, ou sob a forma de autorização no caso de instituições científicas públicas [federal, estadual e municipal]. Em ambos os casos é necessária a formulação de um projeto de pesquisa, normatizando, assim, as atividades das equipes de Arqueologia, tanto na esfera particular quanto na pública. Esses projetos devem apresentar um endosso financeiro e um endosso institucional, enquanto o primeiro aponta a fonte de financiamento, o segundo indica a instituição que dará apoio institucional ao projeto e que, em grande parte das pesquisas, será responsável pela salvaguarda dos acervos gerados pela pesquisa. Os vestígios materiais recuperados nessas pesquisas são considerados Bens da União, configurando um enquadramento bastante peculiar desses bens no cenário patrimonial brasileiro. Uma vez analisado e aprovado, o projeto de pesquisa recebe uma portaria publicada no Diário Oficial da União. As portarias de pesquisa fornecem as seguintes informações: nome do projeto; arqueólogo(s) responsável (is); apoio institucional, vigência da autorização de pesquisa e abrangência (localização) da pesquisa.

Foram abordados também os **Documentos da Política Nacional de Museus**, os quais apresentam as diretrizes da Política Nacional de Museus, implantada em 2003, com especial destaque para a Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que criou o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Nesse sentido, a análise do **Cadastro Nacional de**

¹¹ Documentos que apresentam as diretrizes de atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no que concerne ao patrimônio arqueológico, desde a Lei Federal nº 3.942, de 26 de julho de 1961, passando pela Portaria nº 07 de 01 de Dezembro de 1988 e chegando a Portaria 230 de Dezembro de 2002.

Museus¹², instrumento do Sistema Brasileiro de Museus, criado com o objetivo de conhecer e integrar o universo museal brasileiro, permitiu uma análise comparativa entre as instituições mencionadas nas portarias de pesquisa arqueológica e as instituições cadastradas no sistema brasileiro de museus.

Por outro lado, esse cenário atual foi confrontado às informações obtidas nos **Guias e Catálogos dos Museus Brasileiros** (Torres, 1953; Hollanda, 1958; Almeida, 1972; Carrazzoni, 1978; Fernandes et al, 1984; Almeida, 1997; CPC/ USP, 2000). Enquanto os guias e catálogos permitiram o desenho do perfil das instituições museológicas com patrimônio arqueológico para os séculos XIX e XX, o Cadastro Nacional de Museus permitiu o acesso ao perfil contemporâneo dessas instituições. Destacamos que os **seriados** publicados pelas Instituições Museológicas criadas no Século XIX [Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista) também foram examinadas no intuito de rastrear informações a respeito da musealização da arqueologia no século XIX.

Outra fonte de suma importância para a compreensão da relação entre Museologia e Arqueologia na contemporaneidade foi o levantamento e exame da **Estrutura Curricular dos Cursos de Museologia e Arqueologia**. As Propostas pedagógicas e Grades curriculares dos cursos de graduação em ambas as áreas, em franca expansão nas universidades brasileiras, foram analisadas com o intuito de compreender a inserção da Arqueologia nos cursos de Museologia e vice-versa.

O levantamento da **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Periódico editado entre 1937 e 2007, pelo Ministério da Cultura, cuja análise compreendeu os Números 1 (1937) ao 22 (1987), ou seja, os primeiros cinquenta anos da publicação, permitiu o delineamento da interface entre política cultural, museus e patrimônio arqueológico no país.

Por fim, ainda no escopo das fontes consideradas como primárias, destaca-se o levantamento dos trabalhos apresentados nos **Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, realizados entre 1981 e 2009, que objetivou o mapeamento da presença e/ou ausência da temática dos museus e da Museologia nos referidos encontros da sociedade científica de Arqueologia.

As fontes secundárias consultadas estão apresentadas na Bibliografia ao final da tese. Cabe destacar que a produção no campo da Sociomuseologia tem especial destaque nesse estudo (Bruno, 1996, 1997a, 1997b, 2000, 2006a; Cândido, 2000; Chagas, 1994, 1998, 2002, Moutinho, 1989, 1992, 1993, 2007; Primo 1999a, 1999b, 2006; Primo &

¹² É possível o acesso on line aos seguintes itens: Nome; Sigla; Endereço; Telefones; Fax; Site; Email; Missão; Natureza administrativa; Tipologia do acervo; Situação do Museu; Horário de abertura ao público; Histórico do Museu e Histórico da formação do acervo.

Moutinho, 2002; Santos, 1996; entre outros), permitindo a construção de propostas alinhadas com as perspectivas do referido campo.

A análise dos discursos expográficos presentes em algumas instituições do cenário brasileiro contemporâneo compõe, por sua vez, papel importante na análise qualitativa do contexto em epígrafe. Foram selecionadas instituições brasileiras com perfis bastante diversificados, desde aquelas instituições de caráter nacional [Museu Nacional], passando por instituições regionais, até instituições de caráter local. Os recortes patrimoniais presentes nessas instituições também são diferenciados, permitindo uma reflexão mais ampla sobre as diversas inserções do patrimônio arqueológico nas instituições museológicas brasileiras.

A análise crítica de projetos de musealização da Arqueologia que desenvolvemos no âmbito de enquadramentos institucionais distintos e em diversas regiões do Brasil compõe um passo importante da pesquisa. A análise de diferentes experimentações museológicas é compreendida como caminho para a construção da proposta apresentada no Capítulo 4, uma vez que permite a identificação dos limites e potencialidades já vivenciados em outros programas.

Por fim, adotamos como caminho metodológico a construção de programa de musealização onde a hipótese aventada na tese – a interação entre Sociomuseologia e perspectivas pós-processuais da Arqueologia – surge como intercampo de aproximação epistemológica fundamental para a construção de cadeias operatórias museológicas devotadas à apropriação e ao uso dos recursos arqueológicos evidenciados pela pesquisa.

Organização da Tese

No primeiro capítulo, **Marcas do Passado**, apresentamos uma análise histórica da inserção do patrimônio arqueológico nas instituições museológicas brasileiras nos séculos XIX e XX. Inseridos na intersecção dos estudos que enfocam a história dos museus e a os trabalhos que abordam a história da Arqueologia Brasileira, investigamos vestígios de uma história da Musealização da Arqueologia em ambos os domínios, buscando pistas sobre a relação desses campos. Longe de esgotar o tema, privilegiamos a integração de informações e a formulação de cenários cronologicamente organizados [1818-1930; 1930-1960; 1960-1980; 1980-2000], onde as instituições ‘chave’ de cada período são sintetizadas. Cabe destacar que a seleção das instituições ‘chave’ no escopo das instituições mapeadas não foi realizada apenas de acordo com a amplitude ou visibilidade dessas instituições, pelo contrário, privilegiamos a apresentação de instituições de portes e perfis diferenciados, mas que possibilitem a discussão de questões que julgamos imprescindíveis para a argumentação da tese. Desse modo, longe de construir uma história dos museus, da

Museologia, ou mesmo da Arqueologia no Brasil, buscamos esboçar alguns pontos fundamentais para a compreensão da relação entre os domínios em tela. Fechamos o capítulo com uma reflexão acerca da relação entre patrimônio arqueológico, museus, memórias e identidades, uma vez que tal relação é tomada como ponto fulcral para a compreensão da inserção da arqueologia nos museus brasileiros.

No Capítulo 2, **Tensões do Presente**, trazemos à baila a configuração atual dos campos da Museologia e Arqueologia no Brasil, delineando rotas de afastamento, pontos de colisão e caminhos de aproximação. Procuraremos traçar sinteticamente fatores relacionados para os campos da Museologia e da Arqueologia, passando posteriormente ao exame da interação entre esses campos tomando como base a relação entre museus e patrimônio arqueológico. Para tanto, examinamos fontes documentais diversificadas que nos auxiliam na compreensão da configuração desses campos do conhecimento. Dentre os fatores de configuração do campo científico apresentados por Bourdieu (1989/2007, p.66), destacamos, principalmente, os contextos institucionais, recursos disponíveis e formação dos agentes do campo. Embora ambos os campos encontrem-se em efervescência, a Museologia encontra-se estimulada, sobretudo, por uma política cultural deflagrada pelo Governo Federal, enquanto a Arqueologia tem crescido exponencialmente no âmbito de um mercado aquecido pelo crescimento econômico do país. O fato de termos ‘molas’ propulsoras diferenciadas para cada um dos pontos leva a estranhamentos das mais diversas naturezas, os quais são pontuados ao longo do capítulo. Outro eixo importante de análise reside no levantamento e apresentação dos currículos dos cursos de graduação em Museologia e Arqueologia, evidenciando a formação dos agentes dos campos.

No Capítulo 3, **Olhares, Percursos e Experimentações**, apresentamos análises de discursos expográficos no Brasil, no intuito de discutir algumas possibilidades e armadilhas vislumbradas na musealização da Arqueologia, sobretudo no que concerne à comunicação museológica das referências arqueológicas. Nesse capítulo também retomamos alguns projetos de musealização da Arqueologia que desenvolvemos ao longo dos últimos anos, os quais configuraram um campo de experimentação profícuo para o equacionamento de algumas questões abordadas pela tese. Dessa forma, compreendemos o Capítulo 3 enquanto ponte necessária entre a análise da musealização da arqueologia no Brasil, no passado e no presente, e a proposição de alguns eixos de superação no último capítulo da tese.

Por fim, o Capítulo **Construindo Elos: o Programa de Musealização dos Recursos Arqueológicos da Ferrovia Transnordestina**, possibilitou uma síntese de alguns problemas elencados ao longo da tese, uma vez que a amplitude do programa de pesquisa e do correspondente território patrimonial evidencia os desafios contemporâneos

na musealização da Arqueologia no Brasil. A concepção de uma proposta de superação desses desafios englobou um extenso diagnóstico da realidade socioeconômica e patrimonial do território abordado, a fim de suplantar as barreiras de ordem museológica e arqueológica no que concerne ao uso e apropriação dos recursos arqueológicos pelas comunidades envolvidas. Nesse sentido, o entrelaçamento entre Sociomuseologia e Arqueologias Pós-Processuais, é apresentado como caminho para democratização do acesso e produção do patrimônio arqueológico no contexto brasileiro contemporâneo.

CAPÍTULO 1. MARCAS DO PASSADO

Nas últimas décadas notamos um aumento do número de trabalhos que abordam tanto a história dos museus brasileiros (Bruno, 1995; Lopes, 1997; Abreu, 1996; Elias, 1999; Schwarcz, 1989/2001; Brefe, 2005; França, 2005; Misan, 2005; Sanjad, 2005), como a história da Arqueologia no Brasil (Meggers, 1985; Souza, 1991; Prous, 1992; Funari, 1994; Dias, 1995; Barreto, 1999; 1999-2000; Oliveira, 2002; Alcântara, 2007; Ferreira, 2002, 2007, 2009).

Neste capítulo, procuramos examinar a relação entre Museus-Museologia e Patrimônio Arqueológico-Arqueologia e seu meio social, em uma perspectiva histórica. Inseridos na intersecção dos estudos que enfocam a história dos museus e a os trabalhos que abordam a história da Arqueologia Brasileira, investigamos vestígios de uma história da Musealização da Arqueologia em ambos os domínios, buscando pistas sobre a relação desses campos. Desse modo, longe de construir uma história dos museus, da Museologia, ou mesmo da Arqueologia no Brasil, buscamos esboçar alguns pontos fundamentais para a compreensão da relação entre os campos em tela.

1.1. Raízes: antecedentes e as primeiras décadas do Museu Nacional (1818-1870)

Desde muito cedo, a ‘descoberta’ do Brasil significou também a coleta de espécimes da natureza e do Outro indígena. Para Heloísa Alberto Torres (1953), essas coletas teriam criado uma espécie de “Maison du Brésil”, um primeiro ‘museu’ brasileiro, não instalado aqui, mas no além mar, que teria marcado o desenvolvimento posterior dos museus brasileiros.

Esse processo envolveu a coleta e o envio de objetos, entre os quais peças arqueológicas, para o Gabinete Real de Curiosidades (Barreto, 1999-2000, p.35). Dessa forma, centenas de objetos arqueológicos, símbolos do exotismo e primitivismo do Outro indígena, foram remetidos à Metrópole e a outras partes do mundo, conformando ainda hoje as coleções de grandes museus. De fato, as mentalidades impressas na Musealização da Arqueologia, quando analisadas na longa-duração (Braudel, 1949/1983, 1969/1992), apresentam similitudes com os olhares construídos no período colonial, marcados pela busca de características exóticas.

Ao adotarmos como ponto de partida da análise a criação do Museu Real¹³, em 1818, bem como seus antecedentes, estamos direcionando o olhar para experiências museológicas institucionalizadas no território nacional, procurando, na medida do possível, traçar elos com as heranças dos primeiros séculos de colonização.

¹³ O Museu Real passou a ser denominado de Museu Imperial a partir de 1822 e de Museu Nacional a partir de 1890. Daqui em diante, utilizaremos o termo Museu Nacional, que denomina hoje a instituição.

Conforme apresentado, o costume de remeter à Metrópole animais, plantas, minerais, adornos indígenas, e mesmo os próprios indígenas, remonta ao início da colonização do Brasil. Entretanto, foi apenas na segunda metade dos setecentos que essa atividade se tornou intensa e sistemática¹⁴. Foi de D. Luís de Vasconcelos e Sousa a primeira ideia de criar um Museu de História Natural no Rio de Janeiro. Provisoriamente, uma casa situada ao lado do futuro museu serviria como depósito dos objetos zoológicos e como entreposto para envio de espécimes para o Real Gabinete da História Natural de Portugal, dirigido à época por Domenico Vandelli, professor de História Natural da Universidade Reformada de Coimbra. Dessa forma, foi criada em 1784 a Casa dos Pássaros, cujo primeiro diretor foi Francisco Xavier Cardoso Caldeira (Lopes, 1997, p.40).

Cabe lembrar que, à época, a Arqueologia não se encontrava configurada como campo científico autônomo. Segundo Trigger (2004, p.71), foi no início e em meados do século XIX que a Arqueologia se firmou como campo de estudo autônomo do antiquarianismo e colecionismo¹⁵. Ou seja, quando da fundação da Casa dos Pássaros, a Arqueologia enquanto campo científico ainda estava dando seus primeiros passos.

Por seu turno, a história da Museologia é dividida por Hernández (2006), em cinco etapas: a origem do *Mouseion* e a época dos Museus, que corresponde à origem mítica associada ao templo das Musas e à biblioteca de Alexandria; a etapa pré-científica, associada ao Renascimento e a uma crescente valorização do colecionismo; a etapa museográfica relacionada ao século XIX, com o surgimento das técnicas museográficas aplicadas aos museus com objetivo de ordenar, expor e interpretar os objetos; a etapa das investigações sobre a Museologia e a Museografia, surgida no século XX e por fim, a autora assinala o quinto período como aquele que se inicia com a criação do ICOFOM, em 1977. Para Hernández (2006), os museus precederam a Museologia e constituíram a matéria prima do que seria a Museologia como ciência. Dessa forma, no século XVIII, a Museologia estaria, assim como a Arqueologia, em uma etapa pré-científica.

Entretanto, se considerarmos o pressuposto foucaultiano de que o conhecimento é sempre provisório e relacionado às condições de possibilidade de seu nascimento (Foucault 1966/1985), vemos que a divisão entre fases pré-científicas e científicas, partindo de uma

¹⁴ Chagas (2007, p.13) aponta que “A mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg”

¹⁵ De fato, alguns autores denominam o período anterior a 1840 como período especulativo da Arqueologia (Willey & Sabloff, 1993 Apud Robrahn-González 1999-2000, p.12), o qual teria sido seguido de um período descritivo-classificatório (1840-1914) – marcado pelo paradigma evolucionista, e depois de um período histórico-classificatório (1914-1960) – caracterizado por classificações culturais com o objetivo de elaborar sínteses regionais, chegando ao período moderno, onde se destacou a perspectiva processual, seguida a partir da década de 1980 por paradigmas pós-processuais.

concepção linear de história do progresso da Ciência, não é conveniente. A história da ciência deve ser compreendida como história social do conhecimento e da cultura, não tendo como presumir o que seja 'atraso' e 'progresso' (Sanjad, 2004, p.454). Como ciências humanas e sociais, a possibilidade de nascimento da Museologia e da Arqueologia teria se dado também no século XIX, a partir do momento em que o homem passou a ser ao mesmo tempo sujeito e objeto de conhecimento. Contudo, práticas associadas a esses campos, instituídos posteriormente, eram tecidas em correlação com áreas como a Filologia, Etnografia, História e História Natural (Ferreira, 2002, p.10). Dessa forma, vestígios de uma Musealização da Arqueologia podem ser rastreados nos discursos construídos antes mesmo da configuração desses campos, tal qual os conhecemos na atualidade. Como apresentamos, os primórdios da Musealização da Arqueologia no Brasil foram marcados pela coleta e envio de objetos exóticos para a Metrópole. Nos deteremos em algumas informações gerais desse período que nos auxiliaram a compreender melhor os processos museológicos posteriores.

A Casa dos Pássaros teve sua existência delimitada pelo período caracterizado pela "crise do Antigo Sistema Colonial" (Novais, 1979), período de consolidação das ciências modernas no Império Português, marcado por reformas educacionais e na agricultura. Nesse período, no qual o interesse pela História Natural tornou-se preocupação explícita do governo, a Casa dos Pássaros fez parte de um esquema amplo "uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias primas para a industrialização de Portugal" (Lopes, 1997, p.29). Contamos com uma menção, ainda que vaga, da existência de objetos indígenas nas coleções da Casa dos Pássaros, que foram transferidas para o Arsenal de Guerra e depois para o Gabinete da Academia Militar, quando da extinção da Casa em 1813

"Segundo as informações de um relatório sobre as condições do Museu no ano de 1824, o que havia sido transportado do Arsenal para a Academia Militar e da Academia para o Museu teria sido apenas uma multidão de objetos sem acomodação, sem ordem, sem classificação. Eram pássaros, conchas e alguns peixes, quase todos europeus; a numerosa coleção de minerais Werner; diversas amostras de ouro e algumas pedras preciosas, do Brasil; uma coleção de quadros, outra de medalhas; algumas curiosidades e muitas poucas amostras relativas aos usos e costumes dos diferentes povos"(Lopes, 1997, p.18, grifo nosso)

O trecho evidencia que o acervo resultante da Casa dos Pássaros apresentava os vestígios arqueológicos e etnográficos em lugar secundário. Esse acervo foi transferido posteriormente ao Museu Nacional, criado como Museu Real em 1818. Contudo, o novo museu diferiu radicalmente da Casa dos Pássaros.

Vale lembrar que a partir da Revolução Francesa as nações modernas passaram a ter estruturas de legitimação do discurso do Estado-Nação¹⁶. Foi o início da estruturação do conceito de patrimônio, tendo como base o ‘monumento histórico’ – assim ganha espaço a arquitetura, que deveria ser símbolo da nacionalidade, da coesão e da grandeza. A associação do Estado a grandes monumentos legitimava os sistemas políticos vigentes. Logo depois, no século XIX surgem na Europa as primeiras leis e regulamentos para a salvaguarda de monumentos e a criação de organismos e instituições - financiados e geridos pelo aparelho estatal, para inventariação e conservação do patrimônio (Choay, 1992/ 2006). Além dos monumentos, temos as belas artes [representando o belo], a arqueologia [representando a longevidade] e a etnologia [representando o “outro” colonizado]. Os museus públicos, filhos do pragmatismo do século XVIII, foram então concebidos para salvar, coletar, pesquisar e preservar um patrimônio nacional.

Por seu turno, no Brasil do século XIX os museus também foram espaços de construção de uma determinada ideia de Nação.

O Museu Real foi criado pelo decreto de 6 de junho de 1818

“Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados para o benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nessa Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares” (Decreto da Fundação do Museu Nacional Apud Lopes, 1997, p.42)

A “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural”, documento de 1781, que visava a instruir a remessa de itens para a Corte, foi reimpressa em 1819, quando foram inseridas reflexões sobre a História Natural do Brasil e sobre o estabelecimento do Museu do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para Margareth Lopes (1997), esse documento expressa o ideal de funcionamento do Museu Nacional nos seus 25 primeiros anos de existência.

Em 1821, o Museu Nacional abriu as portas ao público, facultado “a visita às quintas-feiras de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde, não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, Estrangeiras ou Nacionais, que se fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e habilidades” (Lopes, 1997, p.51, grifo nosso).

Para fins de organização, apresentaremos agora aspectos concernentes à Musealização da Arqueologia no Museu Nacional, entre os anos de 1818 e 1876, ano no

¹⁶ Podemos destacar três elementos na construção das nações: a delimitação das fronteiras geográficas, a afirmação do idioma nacional e a criação de códigos culturais partilhados (Hobsbawn, 2002). Nesse quadro, a etnicidade e a religião também ocupam papel de destaque. Depois da segunda metade do século XIX, vemos um foco importante na educação primária que transformaria a população em cidadãos, a utilização de cerimônias públicas e da produção em massa de monumentos públicos.

qual Ladislau Neto assume a direção do Museu, transformando o papel ocupado até então pelo patrimônio arqueológico. Esse período de destaque da Arqueologia no Museu será tratado no item a seguir, em interlocução com as novas ideias que passam a pontuar o contexto social e cultural do país na década de 1870, bem como o intercâmbio com outras instituições então criadas no Brasil.

Nas primeiras décadas de funcionamento, os diretores do Museu Nacional trabalhavam praticamente sozinhos, tendo auxílio apenas de um porteiro e guarda, um auxiliar de preparações de História Natural, um escrivão de receita e despesa, um escriturário e um tesoureiro (Lopes, 1997, p.48). Dessa forma, é fácil compreender o destaque dado à musealização de coleções associadas à própria formação dos seus diretores.

Em 1819, a coleção de minerais pertencentes à Coleção Werner foi transferida para a maior sala do prédio do Museu, no campo de Sant'Anna, ganhando proeminência na instituição, processo certamente associado à própria predileção de Frei José da Costa Azevedo, primeiro diretor do Museu, para a área da Mineralogia. Segundo Prous (1992) existiriam peças arqueológicas nessa coleção, a qual foi adquirida pela Coroa Portuguesa, no final do século XVIII, para compor os chamados 'Gabinetes Minerais'. A coleção era composta por 3.326 exemplares de minerais, adquiridos e catalogados por Abraham Gottlob Werner, que se tornou reconhecido por ter elaborado um sistema mineralógico racional, baseado nas características físicas e químicas dos minerais.

No que concerne à musealização da Arqueologia, entre 1823¹⁷ e 1827, durante a direção de Caldeira¹⁸, grande parte do **acervo egípcio** adentrou a instituição, incluindo cinco múmias, *shabtis* - estatuetas funerárias geralmente de faiança, vasos canopos, estelas e cabeças, mãos e pés mumificados. Vários objetos etnográficos oriundos do Pará e das ilhas do Pacífico também passaram a integrar a exposição do Museu. Nesse sentido, as mentalidades impressas na Musealização da Arqueologia no Museu Nacional começavam a ser configuradas.

¹⁷ Entre 1822 e 1823, assumiu interinamente a direção do museu, João de Deus de Matos - funcionário da instituição durante 34 anos. Foi um dos raros discípulos de Francisco Xavier Cardoso Caldeira, responsável pela extinta Casa dos Pássaros, constituindo o único verdadeiro elo entre o Museu Nacional e a casa de História Natural ou dos Pássaros. Acumulou as funções de preparador, porteiro e guarda. Durante o exercício de sua função de porteiro realizou incursões por diversas localidades da cidade para coleta de espécimes. Assim, deu início ao seu trabalho de viajante para a realização de pesquisas do museu (Museologia - MN, 2007-2008, p.08)

¹⁸ Durante a gestão de João da Silveira Caldeira, foi instalado o Laboratório Químico do Museu, o primeiro laboratório químico para análises a ser fundado no país, mais uma vez apontando a estreita relação entre as práticas desenvolvidas no Museu e o direcionamento científico de seus diretores. O próprio Caldeira foi o primeiro diretor do Laboratório Químico. Após ser devidamente aparelhado, foram realizadas em tal ambiente as primeiras análises de combustíveis nacionais e de amostras de pau-Brasil. Caldeira foi o ainda primeiro a propor a subdivisão da instituição em seções especializadas e a criação de cursos públicos (Museologia - MN, 2007-2008, p.09).

Esse museu nasceu a um só tempo **metropolitano** e **colonial**, fator que influenciou sobremaneira seu funcionamento

“Por um lado o Museu do Rio de Janeiro se constituiria, como Museu Metropolitano, em centro receptor de produtos das províncias brasileiras e de possessões do ‘ultramar’ e manteria intercâmbios com outras nações para dispor de coleções de caráter universal (...). Por outro lado, armazenando do modo mais completo possível os produtos locais ‘únicos’ desta parte do mundo, o museu atuou como ‘local’ para os museus ‘centrais’ europeus ...” (Lopes, 1997, p.47, grifo nosso)

O destaque dado aos objetos arqueológicos egípcios e da antiguidade clássica deve ser compreendido na conjuntura de um Museu de caráter metropolitano,

“...é possível identificar na realidade concreta desses objetos a ideia do museu universal, de caráter metropolitano, construído em moldes europeus, que almejava ser completo sim, mas de coleções que representassem o mundo todo, tais quais os museus das nações civilizadas, entre as quais nos almejávamos incluir...” (Lopes, 1997, p.70, grifo nosso)

Para Lopes (1997), a “inversão do pacto” ocorrida quando a colônia “assimilou a metrópole”, tão bem compreendida pela historiografia política e econômica, não teria sido considerada na análise do Museu Nacional. Esse museu se colocava como universal, logo precisava de um acervo vasto que exprimisse o ‘esplendor da civilização’¹⁹.



Figura 1. Tela de abertura do site do Museu Nacional. O papel ocupado pela seção egípcia na musealização da arqueologia no Museu Nacional está associado à herança das mentalidades em um museu que nasceu ao mesmo tempo universal e local. Essa herança fica patente na própria tela de abertura do site do museu. (Fonte: MN, 2010)

Lopes (1997), baseada na descrição de viajantes que estiveram no Museu, aponta que a exposição do Museu Nacional apresentava coleções mineralógicas, zoológicas e

¹⁹ A autora aponta ainda que a ciência produzida nos museus brasileiros de história natural do século XIX, longe de ser um mimetismo do fazer científico internacional, esteve imbricada em um jogo de tensões específico, resultando em experiências *sui generis* influenciadas pelas realidades locais (Lopes, 1997).

botânicas, no período entre 1818 e 1838. Há que se lembrar que, se atualmente as exposições constituem o aspecto mais evidente dos museus, no início do século passado, elas se confundiam com o todo das instituições, uma vez que todo o acervo ficava exposto. No que concerne à Musealização da Arqueologia, tínhamos à época uma sala “reservada para as vestes, ornatos, armas e outros objetos dos indígenas brasileiros, particularmente do Pará e do Mato Grosso” e “As salas das múmias egípcias expunham os caixões enfileirados em um dos lados (...). Nessa sala havia também a coleção de moedas e medalhas e uns poucos quadros” (Lopes, 1997, pp.54-56).

Durante a direção de frei Custódio Alves Serrão, mais precisamente em 1838, ocorreu a formulação do catálogo mais organizado e antigo do Museu: a “Relação dos Objetos que se Conservam no Museu Nacional dessa Corte”. Nesse catálogo, há a seguinte divisão dos espécimes e objetos do museu (Lopes, 1997, p.68):

- Produtos Zoológicos: 4964 exemplares;
- Produtos Orictognósticos: 4515 amostras (minerais e rochas);
- Produtos Botânicos: 1600 amostras;
- Produtos das Belas Artes: 1105 moedas e medalhas; 150 moldes de personalidades gregas e romanas; 1080 em gesso de diferentes emblemas;
- Objetos relativos a Artes, Usos e Costumes de diferentes povos: cerca de 200 artefatos.

Fica patente o papel secundário das coleções arqueológicas e etnológicas, mesmo aquelas vindas de outras partes do mundo, as quais ocupavam apenas 1,3% do acervo. Ainda durante a direção de Serrão, foi elaborado o Regulamento nº123 de 3 de fevereiro de 1842, que deu uma nova organização ao museu nacional, dividindo-o em quatro seções:

- Anatomia Comparada e Zoologia;
- Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas;
- Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas;
- Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas.

Destaca-se a configuração epistemológica da Arqueologia à época, inserida ao lado da numismática, dado seu entrelaçamento com o antiquarismo e colecionismo.

Um sintoma do papel secundário da Arqueologia no museu é o questionamento da utilidade da quarta seção por parte do Senado, quando da elaboração do referido Regulamento, assim, o senador José Saturnino Pereira

“...brindou-nos com sua visão acerca da inutilidade da Arqueologia. Não duvidando que se pudesse fazer alguns cortes ‘em coisas menos úteis’, ou ao menos ‘de não tão grande urgência’ propunha ‘dispensar-se por ora o gabinete de Numismática. Essa ciência que só tem sido cultivada por nações adiantadas, pouca utilidade pode por ora dar ao Brasil’ (Lopes, 1997, p.88, grifo nosso)

Entre 1842 e 1847, frei Custódio exerceu o cargo de primeiro diretor da Terceira Seção [a de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas] e assumiu interinamente a de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. Essa quarta seção veio a ser dirigida a partir de 1842 por Manuel de Araújo Porto Alegre – poeta da primeira geração de românticos brasileiros e figura atuante do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB**²⁰. O próprio frei Custódio Alves Serrão também era membro do IHGB.

Cabe abriremos um parênteses para delinear algumas características do IHGB, uma vez que o museu manteve relações muito próximas com esse instituto, criado em 1838 e cujo projeto

“visava atingir graus elevados de civilização para o país, mediante a investigação de todos os aspectos da História do Brasil, incluída a parte da sua História Natural. Reunindo a elite imperial do país, o próprio imperador e vários dos diretores do museu, o IHGB foi a associação científica que mais de perto se pode identificar com os projetos dos construtores do Império Brasileiro, sendo responsável pela construção da História oficial do país. (...) Inspiraram-se na Europa para tratar temas nacionais (...) Nesse sentido também não é de se estranhar que fosse apresentada pelo IHGB, que era então a sociedade científica de maior prestígio na Corte (...), suas relações com o Museu Nacional, que foram estreitíssimas” (Lopes, 1997, pp.135-136, grifo nosso)

Data de 1841, a primeira proposta de criação de Seção de Etnografia do IHGB. Em 1847, ocorreu outra proposta para criação de seção de Arqueologia e Etnografia no IHGB. Assinada por Manuel de Araújo Porto Alegre, Manuel Ferreira Lagos e Joaquim Norberto de Sousa e Silva, a nova seção aperfeiçoaria os estudos arqueológicos, etnográficos, históricos e geográficos promovidos pelo IHGB. Em 1851, foi efetivada a nova seção, justamente durante o período no qual Manuel de Araújo Porto Alegre era diretor da quarta seção do Museu Nacional. A geração romântica ocupará os postos de direção da seção de Arqueologia e Etnografia do IHGB, assim, “esses intelectuais farão das pesquisas positivas em Arqueologia e Etnografia critérios para a reelaboração ficcional” (Ferreira, 2002, pp.43-41).

A busca por testemunhos que subsidiassem a escrita de uma história nacional marcou a produção do IHGB. Esse instituto formava coleções tanto por meio de remessas de sócios espalhados pelas províncias do Império, quanto pelas coletas realizadas durante excursões de seus membros²¹. Foram diversos os planos para a criação de um Museu de História Natural e Etnografia no IHGB. Contudo, ao longo da década de 1840, as remessas

²⁰ Ferreira (2002) nos fornece uma análise aprofundada da documentação textual produzida pelo IHGB. Contudo, não temos ainda um estudo pormenorizado da relação efetiva entre essa produção textual e a produção museológica do Museu Nacional.

²¹ Os sítios arqueológicos não eram capitais para a Arqueologia desse período, predominando os achados fortuitos, as escavações propriamente ditas serão realizadas a partir de 1870.

de objetos arqueológicos teriam diminuído, fazendo com que em 1846 circulares fossem enviadas aos sócios das províncias pedindo novas doações (Ferreira, 2002, p.64).

Ferreira (2002, p.35) aponta que o instituto e o museu configuraram uma “dupla hermenêutica de sujeitos: textual e museológica”, com a produção de narrativas no âmbito do IHGB e de coleções no Museu Nacional.

“O IHGB, portanto, não foi o *locus* privilegiado onde se elaborou uma memória museológica sobre os indígenas, memória exposta nos gabinetes. No entanto, a cultura material indígena, no Instituto se prestava a usos específicos. Em primeiro lugar, os ‘objetos arqueológicos’ revelariam o ‘estado de civilização, indústria e costumes dos indígenas’. Por outra media-se com os artefatos o grau de civilização dos grupos indígenas – ou seriam fósseis vivos, índios mineralizados, ou seriam ‘ruínas de povos’, herdeiros de uma civilização tropical.” (Ferreira, 2002, p.66)

Nesse sentido, o Museu Nacional teria se destacado como instituição oficial de sistematização e extroversão dos objetos indígenas - que dividiam espaço na quarta Seção com as moedas e medalhas, quantitativamente mais expressivas, peças e artefatos africanos em madeira, múmias egípcias e antiguidades pompeanas doadas pelo Imperador; enquanto a produção textual ficava, sobretudo, a cargo do IHGB.

Voltemos à análise das primeiras administrações e ações do Museu Nacional. Durante a administração de Burlamaque, o prédio da instituição, ainda localizado no Campo de Sant’Anna, sofreu uma importante ampliação, em 1856, e uma nova parte do prédio foi construída. Pouco tempo depois, em 1858, novas alas passaram a ser franqueadas ao público, que passou a conhecer uma nova coleção, a de animais marinhos, constituída por cerca de 2000 peças (Museologia - MN, 2007-2008, p.11). Segundo Lopes (1997, p.113), Burlamaque teve especial interesse pela Paleontologia. Embora essa área não apareça no regulamento de 1842, constando apenas no Regulamento de 1876, na prática, esse ramo não foi apenas incorporado, como foi também incentivado. Na época, os estudos de Lund²² em Lagoa Santa, Minas Gerais, já ganhavam projeção (Luna Filho, 2007).

Sobre as condições da quarta seção, sabemos que, apesar de todas as restrições que haviam sido feitas a sua instalação quando do Regulamento de 1842, os trabalhos e aquisições continuavam. Na realidade, essa foi a única seção que contou com verba específica e constante para compra de coleções, verba essa direcionada, sobretudo, para as coleções de numismática. As coleções arqueológicas e de artefatos das nações modernas da África e dos indígenas brasileiros continuavam chegando ao Museu, por meio de doações.

²² O naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (Copenhague, 14 de Junho de 1801 — Lagoa Santa, 25 de Maio de 1880) é considerado o pai da Paleontologia brasileira. Entre 1835 e 1844, escavou milhares de fósseis nas cavernas de Lagoa Santa, Minas Gerais, descrevendo diversas espécies extintas no Pleistoceno e cerca de 30 esqueletos humanos que ficaram conhecidos como Homem de Lagoa Santa, dialogando, assim, com a Arqueologia e colaborando para o estabelecimento de uma das questões mais pulsantes da Arqueologia Brasileira: a antiguidade da ocupação humana na América.

“Em 1865, chegaram o que talvez sejam as primeiras amostras de sambaquis ao museu. O Sr. Conde de La Hure enviou vários artefatos de pedra fabricados pelos antigos indígenas da Província de Santa Catarina encontrados (...) ‘em acúmulos conchíferos denominados sambaquis, de mistura com ossadas humanas, e de animais, fragmentos de louça, etc.’” (Lopes, 1997, p.120, grifo nosso).

Depois da saída de Manuel Araújo Porto Alegre, em 1859, a quarta seção passou a ser mantida pelos próprios diretores do museu, apenas em 1872 foi contratado um novo responsável pela seção: Pedro Américo de Figueiredo Melo, pintor brasileiro, também membro do IHGB. Burlamaque enfatizava que era necessário para essa Seção um “homem versado em numismática e que fosse, ao mesmo tempo, arqueólogo e estenógrafo” (Lopes, 1997, p.119). Chama a atenção o fato do ofício de arqueólogo aparecer com tanta clareza em 1862, ano da declaração de Burlamaque em seu relatório anual de atividades. Isso mostra o quanto **o Museu estava inserido no debate internacional**, uma vez que a Arqueologia, enquanto campo autônomo, dava ainda seus primeiros passos.

Francisco Freire Alemão, diretor do Museu entre 1866 e 1870, foi presidente e chefe da seção botânica científica de exploração denominada Comissão das Borboletas [1859-1861]. Essa comissão deixou o Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1859 e percorreu os estados do Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No Ceará, foram colhidas 20000 amostras de plantas, e, muitas destas, assim como instrumentos e outros materiais, foram incorporadas ao acervo do Museu Nacional (Museologia - MN, 2007-2008, p.13). Mais uma vez é possível afirmarmos a relação estreita entre Museu Nacional e IHGB. A mencionada expedição deveria também formar coleções para o Museu Nacional.

“Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Governo Imperial, pedindo-lhe haja nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico e de tudo que possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas” (Rev. IHGB, 19, 1856:12 Apud Ferreira, 2002, p.137, grifo nosso)

Contudo, nas cinco seções da comissão não temos referência direta à Arqueologia, mas sim uma seção “Etnográfica e Narrativa de Viagem”. A Comissão retornou em 1861 não tendo encontrado os tesouros esperados, entretanto, o objetivo de formar coleções para o Museu Nacional foi plenamente atingido.

Em 1870, foi impresso o primeiro catálogo do Museu Nacional, distribuído até mesmo no exterior “Breve Notícia sobre as coleções contidas no Museu Nacional”. É Ladislau Netto, já funcionário e próximo diretor da instituição, que apresenta a descrição da organização das salas do museu

“Eram dez as salas de exposição: do andar superior do edifício, a primeira sala (nº 1) era ocupada pela biblioteca (ainda não aberta ao público). No segundo salão (nº 2) estavam as coleções zoológicas de mamíferos e pássaros; na primeira e segunda saletas da entrada (nº 3 e 5) o gabinete geológico das rochas brasileiras, organizadas por províncias no interior dos armários; o terceiro salão (nº 4), que correspondia às três grandes janelas centrais do prédio era ocupado desde a fundação do museu pela coleção mineralógica, outra saleta (nº

6) abrigava as antiguidades pompeanas e autóctones; a sala nº 7 continha parte da coleção de numismática e objetos etnográficos da África, da Nova Zelândia, da Índia, dos Esquimós, das Ilhas Alentas e de Sandwich; a saleta nº 8, as antiguidades egípcias. A sala nº 9 era ocupada por variadas coleções numismáticas, arqueológicas, etnográficas e objetos das artes liberais. O salão nº 10 abrigava a coleção de botânica e no pavimento inferior, a única sala aberta ao público exibia a maior parte das coleções zoológicas, a coleção teratológica e, provisoriamente, parte da coleção paleontológica” (Lopes, 1997, pp.121-122, grifo nosso).

Ao compararmos qualitativamente o catálogo de 1870 com o primeiro de 1838, é possível verificar o grande incremento que vinham adquirindo as coleções do museu, assim como as mudanças na organização dessas coleções. Nesse sentido, as coleções arqueológicas também aumentaram, advindas principalmente de doações²³. O patrimônio arqueológico passava a ganhar mais espaço no Museu Nacional, inaugurando uma nova era alavancada por Ladislau Netto, adiante esmiuçada.

Ainda que ocupando um papel secundário, a Arqueologia nesse primeiro cinquentenário do Museu Nacional assumiu contornos que viriam marcar fases posteriores. A compreensão desse núcleo inicial da Musealização da Arqueologia no país nos parece particularmente importante para o exame da inserção do patrimônio arqueológico nos museus brasileiros ainda hoje. Os critérios de seleção do patrimônio arqueológico estavam marcados pela busca do “raro, do desconhecido, do novo, do distante e do único”, critérios empregados também na escolha de outras coleções (Lopes, 1997, p.71).

Ao analisarmos a epistemologia da Arqueologia, podemos traçar alguns eixos para a análise do correspondente processo de musealização. Ferreira (2002) denominou de “Arqueologia Nobiliárquica”, a arqueologia realizada no período, a qual deveria

“Recompor aqueles pedaços empoeirados, dar-lhes voz, fazê-los falar um relato histórico de origem onde as elites do país pudessem se reconhecer. O passado do indígena, materializado em cacos deveria modelar-se num espelho da ‘raça branca’, da sociedade de Côrte: deveria mostrar que os antepassados indígenas eram de outra natureza que não a das raças contemporâneas – estas ‘ruínas de povos’ foram antes criadores, membros de uma antiga civilização que doravante seria reconstruída pela nobreza do Império, pela elite ilustrada no Brasil. Numa sociedade em que a imagem do indígena figurava nos brasões imperiais, em que os nomes indígenas batizavam a proveniência de uma família, a genealogia do sangue e da tradição, não surpreende que a Arqueologia se confunda com a heráldica, que ela seja uma Arqueologia Nobiliárquica a reconstruir a genealogia da Nação.” (Ferreira, 2002, p. 71, grifo nosso)

Dessa forma, o discurso presente no Museu Nacional como expressão material dessas narrativas, trazia de um lado antiguidades pompeanas e múmias egípcias, símbolos e expressão de um museu universal, de outro lado, os vestígios arqueológicos associados a um passado ‘civilizado’ de populações indígenas que no presente deveriam ser subjugadas pelas práticas do colonialismo interno (Ferreira, 2002).

²³ Por exemplo, Ferreira Pena, então diretor do Museu Paraense, enviou, em 1872 e 1873, objetos indígenas e ossos humanos (Lopes, 1997, p.120).

O exame aprofundado desse período poderia, com certeza, lançar algumas luzes sobre essa problemática, trabalho que foge ao escopo desse item. Nosso objetivo foi antes traçar algumas reflexões que julgamos particularmente importantes para a compreensão das raízes da relação entre patrimônio arqueológico e museus no Brasil. Nesse sentido, os primeiros cinquenta anos de funcionamento do Museu Nacional revelam, já em nossos primórdios, a busca incessante por vestígios de civilização que pudessem figurar na história nacional. Também denotam o afastamento entre produção científica, a cargo do IHGB, e produção museológica, sob a responsabilidade do Museu Nacional. Esse quadro seria alterado pelo incremento da produção científica no âmbito dos próprios museus, a seguir detalhada.

1.2. Caminhos: os Museus como *loci* da Institucionalização da Arqueologia (1870-1930)

A partir de 1870 o Brasil foi invadido, nas palavras de Silvio Romero, por um bando de ideias novas (Romero Apud Schwarcz, 1989/2001, p.35). Essas ideias também afetaram o cenário museal e arqueológico do período.

Além do Museu Nacional no Rio de Janeiro, que passou por uma reestruturação na década de 1870, foram criados museus regionais e museus associados aos institutos históricos e geográficos de algumas províncias.

Mesmo ocupando uma posição marginal, o patrimônio arqueológico é onipresente nas instituições brasileiras do período (Torres, 1937). Não obstante, no Museu Nacional, a direção de Ladislau Netto permitiu, pela primeira vez, o destaque da Arqueologia na instituição. Igualmente, os demais museus inaugurados no período, também caracterizados por um perfil enciclopédico, envolveram ações significativas no âmbito da Musealização da Arqueologia. O Museu Paraense Emílio Goeldi²⁴ (1871), o Museu Paranaense (1876), o Museu Botânico do Amazonas (1894) e o Museu Paulista (1894) foram cenários de experiências *sui generis* de institucionalização e musealização da Arqueologia. Esses contextos serão detalhados adiante.

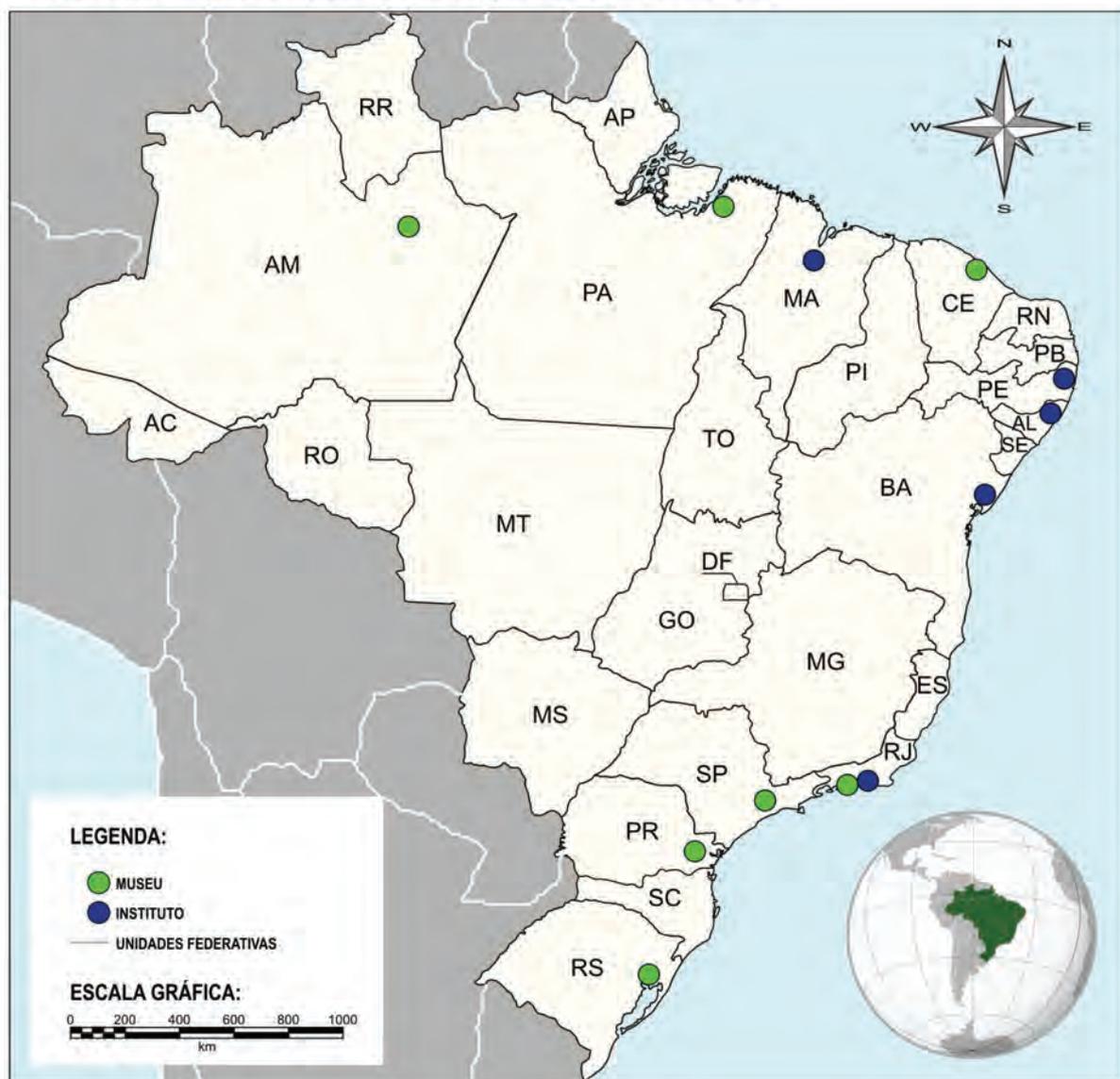
Além desses museus, encontramos menção à presença de peças arqueológicas no Museu Rocha e no Museu Júlio de Castilhos²⁵. O Museu Rocha, no Ceará, de caráter privado, foi fundado pelo farmacêutico Francisco Dias da Rocha e chegou até mesmo a

²⁴ Esse Museu foi inaugurado em 1871 com o nome de Museu Paraense; em 1894, passou a ser denominado de Museu Paraense de História Natural e Etnografia; em 1900, passou a denominar-se Museu Paraense Emílio Goeldi, em uma homenagem ao auxílio fornecido por Emílio Goeldi, então diretor da instituição, para a incorporação do território da Guiana.

²⁵ Embora o Museu Julio de Castilhos tenha sido inaugurado em 1903, o inserimos na discussão do século XIX, uma vez que os estudos históricos têm utilizado o conceito de longo século XIX.

publicar um Boletim como subsídio para estudo das Ciências Naturais e Arqueologia (Lopes, 1997, p.249). Por sua vez, o Museu Julio de Castilhos, criado em 1903 como Museu do Estado, foi o primeiro museu do Rio Grande do Sul. A instituição foi criada para sediar o acervo que, desde 1901, vinha sendo acumulado nos pavilhões da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial gaúcha [ver **Mapa 1**].

Mapa 1. Museus e patrimônio arqueológico (1818-1930): localização das instituições chave.



Ainda no que tange à musealização da Arqueologia no século XIX, alguns institutos também possuíam acervos arqueológicos, a saber: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas que abarcava o Instituto Alagoano de Arqueologia; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, que abarcava o Gabinete de História

Natural da Bahia; o Gabinete de História Natural do Maranhão e o Instituto Pernambucano de Arqueologia.

De certo a atenção desses institutos não esteve voltada à comunicação museológica dessas referências, para a produção de uma hermenêutica museológica – utilizando a expressão de Ferreira (2002). No entanto, devemos estar atentos ao fato de que coleções arqueológicas foram adquiridas, classificadas e guardadas nos institutos, sendo “expostas ao olhar” dos pares (Pomian, 1984). Ou seja, os institutos históricos e geográficos representaram importante papel na musealização da Arqueologia, desenvolvendo aquisição, documentação, pesquisa e, em menor proporção, ações de comunicação museológica. Outro papel importante desenvolvido por esses institutos esteve associado à remessa de peças para o Museu Nacional. Encontramos menção, por exemplo, do envio de objetos dos institutos de Alagoas, Ceará e Pernambuco para a Exposição Antropológica de 1882.



Figuras 2 e 3. Capa do Catálogo da Coleção Arqueológica do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. O catálogo mostra 191 peças oriundas da Região Amazônica, sobretudo a Ilha de Marajó, doadas por Jonas Montenegro na segunda metade do século XIX (Fonte: IHGA, 1976). Peças arqueológicas e etnográficas no Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Fonte: Holanda, 1958, p.76)

A existência de coleções nesses institutos, embasando as narrativas textuais acerca da história nacional, pode ser compreendida como uma semente do processo visualizado depois, com a expansão dos institutos e laboratórios de pesquisa em arqueologia e seu afastamento dos museus. Estamos advogando que, ainda no século XIX, temos sintomas do isolamento entre produção arqueológica e sociedade. Como aponta Sturtevant (1969), os estudos etnográficos e arqueológicos, no final do século XIX, já

havam se deslocado para as Universidades em diversos países. No Brasil, a ausência da esfera universitária implicou a expansão dessas coleções nos museus e nos institutos.

1.2.1. *Museu Nacional: a 'era' Ladislau Netto e a Exposição Antropológica de 1882*

Durante as duas décadas que esteve à frente do Museu Nacional, entre 1874 e 1893, Ladislau Netto foi o grande organizador do Museu, segundo os padrões científicos vigentes (Lopes, 1997). Sua direção destacou-se pela criação da revista trimestral “Arquivos do Museu Nacional”, importantíssima para a comunicação e troca com museus estrangeiros, e por grandes obras de infraestrutura em todo o prédio, melhorando as acomodações para o acervo e tornando-o mais adequado à concepção científica de museu da época. Também foram implantados cursos, logo substituídos por conferências. O Museu também participou de exposições internacionais, ganhando visibilidade (Museologia - MN, 2007-2008, p.15). Para Ladislau Netto, seriam dois os fins essenciais do Museu

“o primeiro é colecionar todas as riquezas do Brasil, compendiando-lhe a fauna, a flora, a constituição geognóstica e a história primitiva de seus aborígenes, o segundo, quase consequente daquele outro, é instruir o povo inoculando no espírito da mocidade estudiosa o gosto pelas pesquisas científicas, alentando ou guiando a indústria nacional e tornando-se o árbitro de todas as questões relativas aos tesouros contidos em nosso vasto território” (Netto, 1871, p.5 Apud Lopes, 1997, p.145, grifo nosso).

Na Quarta Seção, a prioridade das ‘medailles’ foi cedendo lugar aos objetos arqueológicos e etnográficos do Brasil, pelos quais Netto nutria interesse especial, que o levaria até mesmo a organizar a Exposição Antropológica de 1882, ‘auge’ da musealização da Arqueologia no período, analisada adiante. Há que se destacar ainda que Ladislau Netto ocupou também a Seção de Etnografia e Arqueologia do IHGB, dividindo incumbências entre as duas instituições (Ferreira, 2002, p. 110). Ladislau Netto é considerado por alguns como o ‘pai’ da Arqueologia Brasileira, o primeiro brasileiro a desenvolver uma Arqueologia científica (Souza, 1991; Prous, 1992).

Desta maneira, é possível fazer uma primeira consideração sobre a configuração dos vestígios arqueológicos à época: é a presença do que chamamos hoje de patrimônio arqueológico em outras seções do museu, para além da quarta seção. Assim, em 1874, Ladislau Netto fez as solicitações para a obtenção de “esqueletos da raça humana aborígene” para a seção de Anatomia Comparada. O então diretor recebeu várias colaborações dos presidentes das províncias, para Lopes “essas iniciativas em relação à reunião para estudo desses crânios e esqueletos marcam o início da institucionalização das pesquisas antropológicas no museu e no país” (Lopes, 1997, p.108).

Foram três os regulamentos elaborados sob a influência de Ladislau Netto: 1876; 1880; 1890. Entre as alterações mais significativas do período, está a mudança nos nomes das seções, as quais nos possibilitam acompanhar as mudanças nas ênfases das pesquisas, as concepções científicas e as introduções de novos conhecimentos (Lopes, 1993, 1997).

Em 1876, ocorreu a mudança de quatro para três seções. A antiga quarta seção ficou provisoriamente anexa ao museu, sob responsabilidade do diretor, até que fosse criado um estabelecimento especial para o estudo da Arqueologia e Etnologia – plano nunca concretizado. O Museu passou então a ter as seguintes seções: 1) De Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; 2) De Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; 3) De Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral.

Também em 1876, as coleções passaram a ser registradas nos “Livro de aquisições (1876-1891)”, dividido nas seções do Museu. Cabe lembrar que o incremento das coleções do Museu Nacional, inclusive as arqueológicas, deveu-se, à época, aos trabalhos da Comissão Geológica do Império, dirigida pelo geólogo americano Charles Hartt (Sanjad, 2004).

No regulamento de 1880, as seções voltam a ser quatro 1. Zoologia, Anatomia e Embriologia comparada; 2. Botânica; 3. Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4. Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Nessa mudança, a Antropologia foi afirmada como seção independente. A Arqueologia sai do âmbito das ‘curiosidades’ e se firma como campo da Antropologia. Nas “Disposições Gerais” do regulamento existia um item de proteção ao patrimônio, trata-se da proibição para retirada de quaisquer objetos do museu, indicação que seria copiada por outros museus no país.

Uma informação que revela a atenção de Netto à musealização da Arqueologia é que ele cogitava, desde seus primeiros anos na instituição, transformar essa seção em um Museu Arqueológico e Etnográfico independente

“Esta seção especial, com a exclusão, evidentemente da Numismática, estava então, como hoje destinada a servir de base a um museu de arqueologia e etnografia americanas. Essas são ciências que, tendo como objetivo o estudo da raça americana assim que da arte dos povos selvagens primitivos ou modernos do novo continente, deve assumir, sem delongas, o maior desenvolvimento no Brasil: brevemente, com efeito, os últimos vestígios que nos restam de nossas tribos indígenas não serão mais visíveis. Um grande número dessas antigas e nobres nações cujos caracteres étnicos, as crônicas e as lendas quase milenares que poderiam nos guiar no estudo de seus antepassados, já desapareceu completamente...” (Netto, 1889: 19 Apud Lopes, 1997, p.174, grifo nosso)

Ainda que a ideia do novo museu não tenha sido lograda, esse período representou o destaque da Arqueologia e de seus correspondentes processos de musealização, tendo como ápice a Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882.

Para a exposição, vieram índios botocudos e xerentes, de Goiás e Mato Grosso, respectivamente. Desse modo, houve a musealização dos próprios indígenas, procedimento comum na época ao redor do mundo, que evidenciava o caráter colonialista impregnado na referida exposição.

Dos Museus Paraense e Paranaense também chegaram coleções. Além disso, o próprio Netto fez estudos de campo em Marajó e no sul do Pará, a fim de obter coleções (Lopes, 1997, p.176). Uma informação de suma importância é apontada por Lopes (1997): a referida exposição foi a primeira em seu gênero no mundo. A Musealização da Arqueologia no Brasil teve, neste contexto, projeção internacional.



Figura 4. Capa do Guia da Exposição Antropológica Brasileira. A representação da capa revela que a exposição se prestou a mesma ambiguidade da produção arqueológica do período, que, por um lado se coadunava à produção romântica, que exaltava a figura do indígena enquanto um símbolo, e, por outro lado, enfatizava o controle e extermínio do índio contemporâneo (Fonte: MN, 1882).

Apresentamos a seguir uma análise da mostra, tendo como base o “Guia da Exposição Antropológica Brasileira Realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro em 29 de Julho de 1882”, a “Revista da Exposição Antropológica Brasileira” publicada também quando da sua inauguração e o Volume VI dos “Arquivos do Museu Nacional” de 1885, uma edição comemorativa da exposição. A exposição foi organizada em oito salas, abaixo detalhadas.

1) Sala Vaz de Caminha – Etnografia

Sala composta de objetos etnográficos - remos, flechas, arcos, lanças, entre outros. O Guia da exposição traz **40 tópicos**, mas a descrição das peças feita no plural mostra que mais de uma centena de peças compunha a sala. Destaca-se no Guia a menção de que era “expressamente proibido tocar nos objectos, ainda sob o pretexto de po-los em ordem;

tanto mais quanto convém advertir que alguns dos referidos objectos estão envenenados” (MN, 1882). As lanças e flechas predominam no conjunto, tendo inclusive uma que teria sido arrancada de um cadáver morto pelos Botocudos. Dessa forma, reforçava-se um caráter bélico e agressivo das populações indígenas, as quais deveriam ser ‘controladas’. Os objetos dessa sala advinham da coleção do próprio museu, do gabinete do imperador D. Pedro II²⁶, do Liceu do Ceará, do Museu Paraense, do Museu Paranaense e de diversos personagens ‘ilustres’ do Império, como o Conde d’Eu.

2) Sala Rodrigues Ferreira – Etnografia

Sala composta por objetos etnográficos pertencentes ao próprio museu e a coleções particulares, “sendo a mais bella e a maior parte d’elles do gabinete de S. M. Imperador” (MN, 1882, p.11). Também encontramos no guia referências de peças dessa sala pertencentes ao Museu Paraense, Museu Paranaense, ao Instituto Arqueológico Pernambuco, ao Instituto Arqueológico Alagoano, ao Liceu do Ceará e ao Instituto Onze de Agosto do Maranhão. São **113 tópicos** apresentados no guia da exposição, mas a descrição no plural revela um número maior de peças. Nessa sala, encontravam-se expostos “instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música” (MN, 1882, p.11). A presença de institutos arqueológicos enviando objetos para essa sala, reservada à etnografia, revela o quanto essas áreas estavam entrelaçadas. A associação dos arranjos tipológico, estético e contextual²⁷, na organização dessa sala, pode ser observada na foto de Marc Ferrez. No que concerne ao arranjo contextual, destacam-se modelos de malocas e figuras moldadas de índios Xerentes.

²⁶ Para uma análise da atuação de D. Pedro II no campo dos museus e da sua própria coleção pessoal ver o texto de Schwarcz & Dantas (2008)

²⁷ Para um detalhamento da classificação das exposições ao longo da tese ver o Capítulo 3.

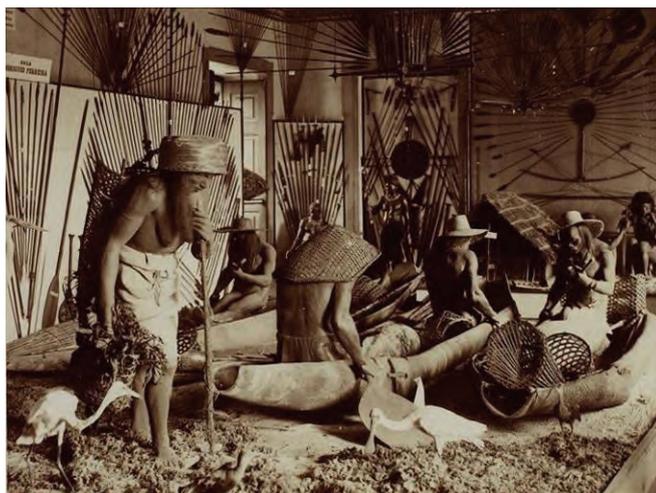


Figura 5. Imagem feita por Marc Ferrez, na Sala Rodrigues Ferreira. Podemos notar uma abordagem tipológica e estética na composição das lanças agrupadas nas paredes, associadas a uma abordagem contextual com a ‘recriação’ de uma aldeia indígena (Fonte: Biblioteca Nacional, 1882/ 2010)

3) Sala Lery - Arqueologia

Sala composta por peças arqueológicas, descritas em **39 tópicos**. A descrição no plural não nos permite o acesso à quantidade exata de peças, assim como nas demais salas, mas, pode-se conjecturar que 70% das peças estavam associadas à Arqueologia Amazônica – destacando-se aquelas provenientes da Ilha de Marajó, sendo o restante composto por peças dos sambaquis de Santa Catarina. Esta sala foi composta apenas com objetos de argila²⁸, “louça antiga” (MN, 1882, p.21), toda ela advinda de coletas realizadas em estudos conduzidos pelo próprio Ladislau Netto e outros pesquisadores, ligados ao Museu Nacional. Dessa forma, essa foi a única sala da exposição onde todas as peças foram obtidas por meio de ‘pesquisas sistemáticas’. Por meio da análise da publicação realizada anos depois em comemoração à exposição (MN, 1885), é possível deduzir que essa sala foi organizada de modo a expor o arranjo tipológico dos pesquisadores, musealizando suas hipóteses científicas, sobretudo no que concerne à Amazônia. Na citada publicação, há os seguintes temas: “Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas” (Hartt, 1885); “O Homem dos Sambaquis” (Lacerda, 1885); “Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos” (Rodrigues Peixoto, 1885) e “Investigações sobre a Archaeologia Brasileira” (Netto, 1885). Exceto pelo texto de Rodrigues Peixoto, musealizado apenas na Sala Hartt, os demais textos nos apontam aspectos da musealização da Arqueologia na Sala Lery. Os discursos da arqueologia e etnografia se entrecruzavam. Por exemplo, no texto de Hartt, há a descrição das escavações e objetos relacionada aos mitos da região do Valle do Amazonas, todas procurando, agora cientificamente, vestígios de civilizações na região. Comparação mais direta é dada por Netto, que correlaciona a iconografia das

²⁸ Os termos objetos de argila, artefatos de barro ou cerâmicos se referem aos objetos de argila com a queima acima de 400°, quando a argila torna-se impermeável, originando a cerâmica (Souza, 1997, p.35).

cerâmicas de Marajó ao México, China e Egito (Netto, 1885, p.451). Para Netto, não se trata mais provar uma origem comum ou migração, mas sim apontar que, por caminhos diferentes, as populações indígenas da Ilha de Marajó também haviam atingido um grau de civilização.

4) Sala Hartt - Arqueologia

Composta por objetos arqueológicos organizados em **207 tópicos**. Assim como a Sala Lery, apresenta apenas artefatos de argila, contudo, neste caso, os artefatos vêm de vários pontos do Brasil, destacando-se, mais uma vez, aqueles advindos da Amazônia, cerca de 40% dos objetos expostos. As peças claramente associadas à Ilha de Marajó correspondem a 25% do acervo exposto nessa sala. Os objetos pertencentes ao Museu Nacional destacam-se quantitativamente, assim como vemos em outras salas, mas também temos peças do Instituto Arqueológico Alagoano, do Museu Paraense e do Museu Paranaense. A partir da documentação acessada, é possível sugerir que nesta sala houvesse um misto de arranjo tipológico e estético. A configuração de uma sala apenas com artefatos cerâmicos e a organização das pranchas apresentadas nos Arquivos em 1885 nos apontam isso. Por outro lado, o apelo estético dos objetos também é considerado e compõe a narrativa de um índio histórico, extinto, que pode figurar na identidade nacional.



Figuras 6 e 7. Exemplos de cerâmicas do Marajó musealizadas nas Salas Lery e Hartt (Fonte: Museu Nacional, 1885)



Figura 8. Exemplos de estatuetas e apêndices antropomorfos musealizados na Sala Hartt (Fonte: Museu Nacional, 1885)

Para o interesse desta pesquisa, cabe destacarmos que existem duas menções a vasilhas cerâmicas encontradas “na escavação feita no lugar denominado Cana Fistula, na estrada e ferro de Baturité, província do Ceará” (MN, 1882, pp.28,34), o que nos aponta a musealização de artefatos coletados por conta da construção da ferrovia do século XIX, no Ceará. Essa malha está sendo substituída pela Ferrovia Transnordestina, apresentada no Capítulo 4.

5) Sala Lund – Antropologia

Sala devotada aos estudos de antropologia física, composta por **115 crânios** de esqueletos, vindos de diversas partes do país e também do exterior - Bolívia, Peru e Uruguai. Grande parte do material exposto pertencia ao Museu, mas contava-se também com coleções particulares, uma quantidade considerável de material do Museu Paranaense, além do Museu Alagoano. Destacam-se os crânios do homem dos sambaquis, descrito por Lacerda (1885), dos Botocudos, descritos por Rodrigues Peixoto (1885), e, ainda, a presença de crânio encontrado em Lagoa Santa. No que concerne aos Botocudos, destacados nesta sala, foi providenciada até mesmo a vinda de uma família para a exposição.

“Uma família de índios botocudos, trazidos do Espírito Santo, ficaria acampada nos jardins de São Cristóvão, mas foram logo retirados do local, uma vez que sofreriam muito com o assédio da população. (...) Os botocudos eram mesmo os índios da ciência, considerados – diferentemente dos românticos tupis – degradados em seus costumes. Nas revistas da

época – como a Revista Ilustrada de Ângelo Agostini, nos artigos de antropólogos como João Batista Lacerda, os botocudos passavam a comprovar a infância de nossa civilização e aqueles que deveriam ser inclusive dizimados (...). Os xerentes também estiveram na exposição, mas passaram como que despercebidos; afinal já estavam no museu no começo do ano e assim não despertaram tanta curiosidade.” (Schwarcz & Dantas, 2008, pp.142-143, grifo nosso)

A musealização das populações indígenas na exposição envolveu, assim, tanto uma abordagem tipológica, com crânios e esqueletos cientificamente ordenados, com destaque as medidas craniométricas dos primeiros (Lacerda, 1885), como um arranjo contextual formado pelos próprios indígenas, apresentados enquanto resquícios de uma infância da nossa civilização, como apontam as autoras, prestando-se, assim, ao caráter colonialista impresso na musealização da arqueologia e etnologia da época.

6) Sala Martius: etnografia e arqueologia

Composta principalmente por objetos etnográficos, organizados em **29 tópicos**, destacando-se produtos cerâmicos “modernos” do São Francisco, Amazonas e Paraná, além das coleções do Peru e da Guiana Holandesa, pertencentes ao Imperador. Os referidos produtos cerâmicos foram produzidos por populações indígenas nos aldeamentos estabelecidos nas regiões mencionadas.

7) Sala Gabriel Soares: etnografia e arqueologia

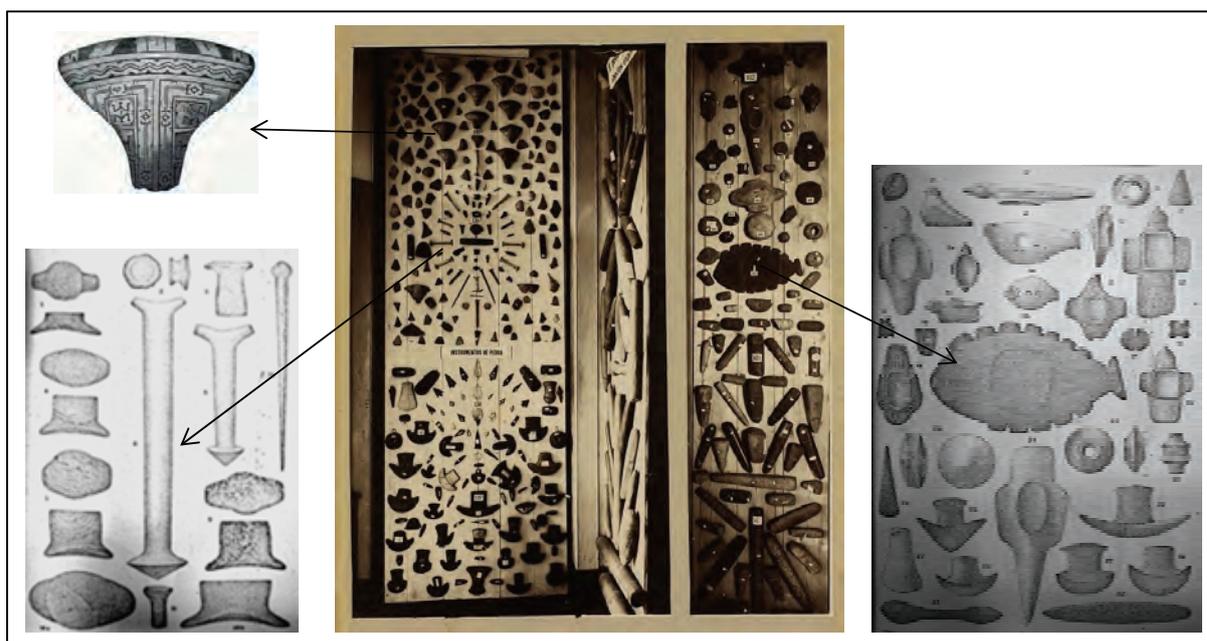
Composta por objetos das coleções do Museu Nacional, do Museu Paraense, do Museu Paranense, do Instituto Alagoano de Arqueologia, do gabinete do imperador e de coleções particulares. As “coleções archeolithicas”, pertencentes à Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, são destacadas no Guia da Exposição (MN, 1882). Os objetos estão classificados em **170 tópicos**, sendo 132 tópicos referentes aos objetos etnográficos e 38 referentes a objetos arqueológicos. No que concerne aos objetos etnográficos há um destaque para os adornos e objetos de uso pessoal: arte plumária, tecidos, fusos, cachimbos, brinquedos, cordas, pulseiras, enfeites para cabeça, pentes, entre outros. Não obstante, foram expostas também as cabeças de dois chefes Parintins mumificadas pelos Munducurus, as quais aparecem destacadas na descrição feita por Koseritz e citada por Lopes (1997)

“Ele destaca sobretudo ‘o famoso salão dos munducurus, a mais selvagem e a mais guerreira das tribos brasileiras’, repleta de tesouros etnológicos, em que a prioridade caia sobre os escalpos – ‘verdadeiras obras de arte, tão bem preparadas que a arte dos egípcios parece-nos mesquinha em comparação com essas realizações dos selvagens’. Nesse mesmo salão, havia duas moldagens em gesso de dois botocudos, um rapaz de dezessete a dezoito anos e um guerreiro com suas armas de cerca de trinta anos – moldagens tiradas sobre corpos de modelos. Um contraste com essas duas figuras era formado por duas múmias, raras e bem conservadas, provenientes de túmulos bolivianos e peruanos, um pequeno homem e uma mulher, assentados na posição em que eram colocados nos vasos mortuários. Ainda havia as cerâmicas, a grande coleção de armas de pedra” (Koseritz 1883 Apud Lopes, 1997, p.163)

Na descrição de Koseritz vemos que o regime discursivo em voga associava características ‘selvagens’ e vestígios de ‘civilizações’ na descrição das populações indígenas. Outra peça de destaque da sala foi a cabeça reduzida de um guerreiro, também pertencente ao Imperador:

“Mas há um objeto pertencente ao Museu do Imperador e descrito no artigo do jornal O Paiz que aguçou, particularmente, a curiosidade: a cabeça reduzida de um guerreiro. ‘Há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida, que parece a de uma criança’ diz o jornal, mostrando toda a sua apreensão. O objeto causava grande sensação e, segundo o jornal, fazia parte de uma coleção proveniente da região do Equador e que também pertencera ao monarca.”(Schwarcz & Dantas, 2008, p.144)

No que concerne aos objetos arqueológicos, temos, pela primeira vez, objetos de pedra: zoólitos²⁹, tembetás³⁰, muiraquitãs³¹, polidores³², lâminas de machado, de diferentes formas e pontas de projétil. As únicas peças em cerâmica dessa sala são as tangas da Ilha de Marajó. A disposição na vitrine obedece primeiramente um arranjo tipológico de acordo com as categorias mencionadas, contudo vemos uma atenção em um arranjo estético, a partir da forma como as peças foram organizadas na composição da vitrine.



Figuras 9 a 12. Objetos arqueológicos musealizados na Exposição Antropológica Brasileira, no Salão Gabriel Soares. No centro, uma imagem feita por Marc Ferrez da vitrine de objetos arqueológicos. Temos ao mesmo

²⁹ Zoólitos: pedras esculpidas na forma de animais. Usualmente existe uma depressão na parte central da peça. A área de dispersão dessas peças estende-se de São Paulo até o Rio da Prata. (Souza, 1997, p.139)

³⁰ Tembetás: ornamentos labiais de pedra polida (Souza, 1997, p.122)

³¹ Muiraquitãs: artefatos de pedra polida de cor esverdeada, representando pessoas ou animais [uma rã, peixe, tartaruga, por exemplo], ao qual são atribuídas as qualidades sobrenaturais de amuleto. É conhecido pelos nomes de pedra-das-amazonas e pedra-verde (Prous, 1992)

³² Polidor: bloco de rocha, escolhido por suas qualidades físicas particulares. As superfícies gastas vão se aprofundando, pouco a pouco, em formas variadas. (Souza, 1997, p.102)

tempo uma classificação taxonômica dos artefatos agrupados por grupos funcionais: machados, tembetás, zoólitos, entre outros; e estética, uma vez que foi dada especial atenção na disposição desses artefatos na vitrine. Ao lado direito, uma prancha publicada na edição comemorativa da Exposição nos Anais do Museu Nacional, onde vemos um exemplo do arranjo tipológico feito na exposição. Ao lado esquerdo, acima, detalhe de tanga marajoara publicada na Revista da Exposição e figura também publicada na edição comemorativa dos anais, com detalhe dos tembetás (Fonte: Biblioteca Nacional, 1882/ 2010)

8) Sala Anchieta: etnografia

Sala composta por **67 obras**, relativas à língua tupi ou guarani da Biblioteca Nacional, livros sobre etnografia americana, quadros a óleo, fotografias, gravuras e aquarelas pertencentes ao imperador, ao Museu Nacional e à Biblioteca Nacional.

A Exposição durou três meses e foi considerada um verdadeiro êxito. A descrição do museu feita por Koseritz, em 1883, evidencia que a expografia da mencionada exposição permaneceu na instituição após seu término. Esse autor dedica várias páginas de seu livro ao museu, observando detalhes das exposições, além do salão dos Munducurus, já mencionado, o viajante destaca

“ na ‘Sala Lund’ os ‘cerca de sessenta esqueletos, além de crânios de bugres entre os quais o famoso fóssil de Lagoa Santa’. Ainda se perguntando por que os numerosos e belos objetos das ilhas Aleutas e da Nova Zelândia estavam nessa sala, afirmava tratarem-se de ‘coisas muito interessantes, mas se encontram em qualquer museu europeu. Os verdadeiros tesouros do nosso museu são os que provêm da América do Sul” (Koseritz apud Lopes, 1997, p.163)

Dessa forma, o arranjo das coleções arqueológicas e etnológicas, assim como os demais recursos expositivos utilizados na Exposição Antropológica, permaneceu durante um longo tempo no Museu. Na realidade, diversos aspectos da musealização da Arqueologia no Museu Nacional têm suas raízes na exposição antropológica. Ainda hoje há uma ala dedicada à antropologia física e à questão do Homem de Lagoa Santa, uma sala dedicada à ‘louça de barro’, sobretudo da Amazônia, e outra onde os artefatos de pedra continuam seguindo o mesmo arranjo tipológico presente na vitrine documentada por Marc Ferrez, aspectos detalhados no Capítulo 3. Ou seja, temos a permanência por mais de um século de aspectos da musealização concebida para a mostra.

Como vimos, dentre as oito salas da exposição antropológica, três foram dedicadas exclusivamente à etnografia, duas foram dedicadas à arqueologia e três tiveram a associação de objetos arqueológicos e etnográficos. Conforme pontuado, o guia apresenta os objetos organizados por tópicos e com uma descrição no plural, exceto nas Salas Lund e Anchieta, o que nos impede acessar a quantidade exata de peças expostas. Contudo, podemos notar que, dentre os 713 tópicos apresentados no Guia, 331 referem-se a objetos arqueológicos, o que representa **46% da mostra**. No que concerne às cinco salas que apresentaram objetos arqueológicos, organizamos a seguinte síntese:

Quadro 1. Musealização da Arqueologia na Exposição Antropológica de 1882

Sala	Área	Arranjo	Conceito gerador da musealização da Arqueologia
Lery	Arqueologia	Tipológico - Estético	Índio histórico – ‘vestígios de civilização’
Hartt	Arqueologia	Tipológico - Estético	Índio histórico – ‘vestígios de civilização’
Lund	Antropologia	Tipológico - Contextual	Índio contemporâneo – ‘hordas selvagens’
Martius	Etnografia e Arqueologia	Estético	Índio contemporâneo – ‘colonizado e aprisionado’
Gabriel Soares	Etnografia e Arqueologia	Tipológico – Estético	Índio histórico e Índio contemporâneo

A exposição consistiu em um caleidoscópio de narrativas acerca dos grupos indígenas, revelando toda a aparente ambiguidade do regime discursivo da época. Por um lado era necessário buscar vestígios de civilizações que pudessem figurar na construção da nação, esse era o tratamento dado ao “índio histórico”, de preferência extinto. Por outro lado, como no caso dos Botocudos, era necessário comprovar sua ‘debilidade’, justificar o controle ou mesmo extinção dos índios contemporâneos. Dessa forma, a comunicação museológica da exposição de 1882 revelou-se como um “discurso engenhoso” (Cury, 2005), capaz de entrelaçar essas narrativas e de marcar a musealização da Arqueologia Brasileira na longa-duração.

Por fim, quanto ao desenvolvimento da Quarta seção durante a administração de Netto, Lopes afirma “consideramos que seu desenvolvimento, se ocorreu pelo interesse particular do diretor, deveu-se também a sua compreensão abrangente do papel que o Museu Nacional poderia cumprir no panorama internacional, ressaltando-se por uma particularidade local, ainda não totalmente estudada – a ‘raça’ brasileira”. (Lopes, 1997, p.179). Dessa forma, Netto reforçou o modelo de museu nacional, metropolitano e universal. Com a instalação da República, Netto não apenas continuou no poder [ele mantinha relações com a família de Deodoro], como aprovou o Regulamento de 1890, contribuindo para instaurar clima de guerra entre funcionários. Após viajar para exposição de Chicago em 1892, Netto pediu demissão do cargo de diretor em 1893, falecendo um ano depois. A Musealização da Arqueologia não assumiria mais tal destaque na instituição.

1.2.2. Museu Paraense Emílio Goeldi: pesquisa, musealização e geoestratégia

Durante o século XIX, a Amazônia foi terreno privilegiado para as pesquisas arqueológicas, resultando em numerosos acervos passíveis de musealização. Essas ações ocorreram primeiramente no além-mar, a partir da remessa de coleções arqueológicas

amazônicas para instituições europeias e norte-americanas. A partir da criação do Museu Nacional em 1818, coleções amazônicas também passaram a ser encaminhadas para a nova instituição.

Em 1871, a inauguração no Museu Paraense, por iniciativa da Sociedade Filomática do Pará³³, representou a criação da primeira instituição museológica em território amazônico. O Museu foi criado com três seções, uma de mineralogia e geologia; uma de botânica e zoologia e, por fim, uma de ciências físicas. As seções de agricultura, arqueologia, numismática, artes liberais e artes mecânicas foram distribuídas pelas outras três (Crispino et al, 2006, p.74).

Seu idealizador, Domingos Soares Ferreira Pena³⁴, dedicou-se aos estudos geográficos, geológicos e arqueológicos, fato que influenciaria a tônica da instituição. Dessa forma, desde o início esse museu devotou esforços ao campo das pesquisas arqueológicas.

As primeiras coleções arqueológicas do museu foram formadas por doações de Francisco da Silva Castro, então sócio da Associação Filomática do Pará, que coletou peças na Ilha de Marajó e no Rio Maracá. Os artefatos provenientes das escavações de Hartt compuseram também as primeiras coleções do museu. Ferreira Pena registra ainda que, antes mesmo da organização do museu, em 1867, recebera coleções arqueológicas e etnográficas de diversos locais do Pará. A estas, acresceram-se outras, vindas, em 1869, de Manaus e da Venezuela. Ao mencionar estas coleções, Ferreira Pena esclarece o estatuto científico que procurou conferir ao Museu Paraense: “Era, por outras palavras, um museu arqueológico e etnográfico, que se tratava de fundar (...)” (Penna, 1894, pp.28-29). É justamente esse direcionamento aos estudos arqueológicos que pretendemos destacar nesse item.

A partir de 1872, Ferreira Penna trabalhou como naturalista viajante do Museu Nacional³⁵, no Rio de Janeiro, remetendo para essa instituição a maioria das coleções amazônicas que reuniu ao longo de suas pesquisas (Ferreira, 2009, p.73). Assim, a criação do Museu Paraense significou a existência de uma instituição direcionada à musealização da Arqueologia na própria região amazônica, contudo, esse processo foi realmente estabelecido na era Goeldi, uma vez que os objetos arqueológicos continuaram a ser

³³ Cabe destacar que a criação da Associação Philomática foi influenciada pelos estudos desenvolvidos à época por Louis Agassiz, que chefiou uma expedição científica através do Brasil nos anos 1865/1866. Sua presença em Belém certamente reforçou as condições para a criação da núcleo do nascente museu. No mesmo período, a Província do Grão-Pará tinha como presidente o General Couto de Magalhães, ele próprio naturalista e etnólogo. No dia 6 de outubro, no Palácio do Governo, realizou-se a primeira sessão da Associação Philomática, sob a presidência de Domingos Soares Ferreira Penna.

³⁴ Ferreira Pena ocupou cargo de secretário do governo da Província do Pará e foi membro correspondente do IHGB.

³⁵ Ferreira Penna foi afastado da diretoria do museu em 1872, voltando em 1880 e saindo novamente em 1883. Colaborou com Ladislau Neto na organização da Exposição de 1882, levando-o em excursões científicas aos sítios arqueológicos a Ilha de Marajó e às aldeias indígenas no interior da província. (Lopes, 1997, p.205).

destinados ao Museu Nacional, destacando-se como vimos na própria Exposição Antropológica. Apesar de uma série de dificuldades, sem verbas, pessoal e condições de trabalho, o museu permaneceu aberto até 1889, funcionando de forma precária durante os seus primeiros anos de existência.

A partir de 1891, o museu foi completamente reorganizado sob o governo de Lauro Sodré. Do prédio do Liceu Paranaense, as coleções foram transferidas para o edifício da Escola Prática. Circulares foram distribuídas pela província, informando a reorganização do museu e pedindo doações, enfatizando que “não basta produzir borracha”³⁶, mas que era fundamental o papel do museu enquanto agente de instrução popular. A fala do então Diretor Geral da Instrução Pública da Província demonstra o papel do patrimônio arqueológico na instituição:

“Quem sabe senhores, se aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica desses tempos: a origem do homem americano? Quem sabe os restos das maravilhosas cerâmicas ou os ‘*mounds*’ de Maracá e de Marajó, cujo estudo não foi ainda com todo o rigor científico feito...”(Veríssimo, 1891 apud Lopes, 1993).

A pesquisa científica haveria de evidenciar a peculiaridade do homem americano, desvendando o passado glorioso das populações indígenas, então ‘decaídas’. Essa afirmação nos remete à transformação da Arqueologia Nobiliárquica em Arqueologia do Primitivo, que se passava à época (Ferreira 2007, 2009). Não se tratava mais de corroborar uma hipótese mediterrânica de povoamento do Brasil ou uma origem que remontasse aos povos da Antiguidade - gregos, fenícios ou egípcios. Enquanto as pesquisas arqueológicas de Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues³⁷ estavam inseridas nesse quadro e, conseqüentemente, a musealização das narrativas e artefatos arqueológicos correspondentes também traziam essa marca, Goeldi enveredou por outros caminhos, também colonialistas, como veremos.

O naturalista Emílio Goeldi, demitido do Museu Nacional do Rio de Janeiro, assumiu a direção do Museu Paraense, em 1894, transformando a instituição, alterando, inclusive, sua denominação para Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Contou com o apoio político e econômico do Estado, então fortalecido pelo auge extrativista de exportação da borracha. A organização do museu, segundo regulamento aprovado em 1894, não diferia essencialmente do que vinha sendo praticado no Museu Nacional, sendo estabelecidas quatro seções: Zoologia; Botânica; Geologia; Etnologia, Arqueologia e Antropologia. Foi ainda criado o “Boletim do Museu Paraense” e estabelecidas conferências públicas. A missão institucional do Museu se configuraria pelo “estudo ao desenvolvimento e

³⁶ A época da borracha, compreendida entre 1877 a 1910, foi tida como os “anos dourados” da Amazônia. Criou-se, assim, uma elite que estabeleceu um sistema de trabalho que, ao seu modo, marcou as relações socioeconômicas na região.

³⁷ Discutiremos a musealização da arqueologia empreendida por Barbosa Rodrigues adiante.

a vulgarização da História Natural e a Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia, em particular, e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral” (Regulamento do Museu Paraense, 1894, apud Lopes, 1993, p.278).

Em 1895, atendendo solicitações de Goeldi, o museu foi transferido para os terrenos da Rocinha, onde se encontra até hoje. Ao avaliar o inventário de coleções então existentes, Goeldi ressentiu-se da pobreza das coleções zoológicas e botânicas, que não expressavam a riqueza regional, assim como insistiu na retirada de coleções que não coadunavam com os objetivos institucionais expostos – moedas, medalhas, jornais antigos, quadros da família imperial, entre outros.

Quanto à seção de Etnologia e Arqueologia, Goeldi afirmava não desconhecer o fato de que grande quantidade de material etnológico e arqueológico havia sido retirado da Amazônia, inclusive com auxílio oficial, sendo espalhado pelos museus de todo o mundo (Lopes, 1993, p.278).

No que tange às pesquisas arqueológicas na ilha de Marajó, para Goeldi, essas estariam “estereotipadas”; devia-se abandoná-las provisoriamente e escavar as localidades situadas no rio Xingu, na foz do Amazonas e no litoral da Guiana. Estudar essas regiões significava, para Goeldi, combater a infantilidade da pesquisa arqueológica e etnológica do Brasil: “Não se tratava de juntar, sem crítica, meramente objetos para preencher armários e salas; pelo contrário, nossa divisa era coligir fatos, documentos e argumentos positivos e seguros, que possam servir de pedra de toque para as diversas doutrinas etnológicas em voga” (Goeldi, 1898 apud Ferreira, 2009, p.76). Nos contornos dessa problemática regional, Goeldi calçou itinerários para duas expedições à Guiana brasileira, ambas feitas por Lima Guedes³⁸. Todas as coleções reunidas por essas expedições foram remetidas ao museu: peças da Mexiana, dezoito igaçabas do rio Cunani e quarenta e seis urnas tubulares, antropomorfas e zoomorfas, do rio Maracá. Sobre essas coleções, Goeldi disse, em 1896, que eram reais ornamentos do Museu, capazes de despertar a inveja de estabelecimentos congêneres, dentro e fora do Brasil. Além das coleções obtidas pelas explorações arqueológicas, outras foram adquiridas por compra e permuta. Em 1898, já havia, no Museu Paraense, uma sala de exposição dedicada à arqueologia e etnografia da região amazônica, ou seja, as narrativas construídas pelas pesquisas arqueológicas levadas a cabo por Goeldi já possuíam um espaço para sua comunicação museológica (Goeldi, 1897, p. 4). Em 1900, as coleções perfaziam mais de 1.310 artefatos (Ferreira, 2009).

³⁸ Uma primeira esquadrinhou toda a circunferência dos tributários, ilhas e lagos dos rios Maracá e Anauerá-Pucu, realizando escavações e localizando sítios arqueológicos. No rio Maracá, identificou urnas tubulares. Contudo, o clímax dessas explorações foi o encontro de dois “necrotérios indígenas”, situados à margem esquerda do rio Cunani. Numa delas, colheu dezoito igaçabas. Lima Guedes realizou, em 1901, outra exploração arqueológica, desta vez à ilha Mexiana, cujo propósito foi estudar depósitos de cerâmica (Ferreira, 2009).

No que concerne à diferença entre a Arqueologia do Primitivo feita por Goeldi e a Arqueologia Nobiliárquica realizada anteriormente, Ferreira aponta que Goeldi

“rompeu apenas parcialmente com a arqueologia nobiliárquica. Ele não poliu o lado ‘nobre’ da moeda. Mostrou que os artefatos indígenas, por mais que se o quisesse, não imitariam brilhos pré-históricos de uma civilização mediterrânea. O reverso da moeda, sua efígie colonialista, devotada à anexação de territórios, foi lustrado por ele (...). Contudo, há um segundo ponto, uma segunda coordenada, da atrelagem da pesquisa arqueológica a uma política colonial. Ele se posiciona, exatamente, na definição da problemática regional de pesquisa. Não se tratava somente de refutar as hipóteses risíveis da arqueologia nobiliárquica. A escolha da Guiana brasileira não era apenas um ditame científico. Tinha, também, uma ordenação geoestratégica” (Ferreira, 2009, p.87, grifo nosso)

A questão geoestratégica mencionada por Ferreira consiste na participação de Goeldi nas negociações que integraram a Guiana brasileira – território do Amapá, definitivamente ao Brasil.

Ferreira (2007, 2009) faz uma análise detalhada desse contexto, apontando a associação da pesquisa arqueológica e etnológica de Goeldi a uma política colonial, Primeiramente com relação ao modelo adotado, o *Bureau of Ethnological Research, da Smithsonian Institution*, cujo suporte institucional era o Museu Nacional dos Estados Unidos. Essa instituição obedecia a projetos manifestamente colonialistas, legitimando a tomada de terras indígenas. Desse forma, além de diretor do museu e da quarta seção, Goeldi foi responsável pelo Diretório dos Índios. Outro processo, já mencionado, refere-se a participação de Goeldi nas negociações relativas à anexação da Guiana brasileira. As pesquisas que o Museu Paraense iniciava na região, levantando dados sobre a geologia, a geografia, a fauna, a flora, a arqueologia e a população, foram decisivas para municiar a defesa dos ‘interesses brasileiros’ (Ferreira, 2009). Em 1900, essas realizações do diretor do museu fizeram com que a instituição passasse a denominar-se Museu Paraense Emílio Goeldi, em uma homenagem ao auxílio fornecido para a incorporação do território da Guiana.

No início do século XX, o museu atraía um grande público, chegando a quase cem mil visitantes em 1902 (Carneiro, 2009, p.27). Embora tenhamos poucas informações a respeito da comunicação museológica desses acervos, aspectos da salvaguarda [aquisição e documentação], apontam que a realidade arqueológica construída durante o período de 1894 a 1907, período da direção de Goeldi, também carregava as mesmas narrativas colonialistas que vimos no Museu Nacional, e que marcaram da mesma forma os museus Paranaense, Botânico e Paulista, como veremos adiante.

1.2.3. Museu Botânico do Amazonas: a musealização de uma cartografia etnográfica

Inaugurado em 1884, o Museu Botânico do Amazonas é uma memória silenciada nos trabalhos que tratam da história da arqueologia e dos museus no Brasil. Lopes (1997) e Ferreira (2007) trazem informações que nos auxiliam a compreender alguns aspectos do curto período de vida dessa instituição, entre 1884 e 1890. O exame, mesmo que sintético dessa experiência, revela características ainda hoje presentes na musealização da arqueologia brasileira.

As origens do Museu Botânico remetem à iniciativa da Princesa Isabel, em 1882. Para concretizá-la, foi escolhido o botânico João Barbosa Rodrigues. O museu foi criado em 1883 pela Lei Provincial nº269, desde então sofreu problemas de finanças, mesmo assim foi inaugurado em 1884. Segundo seu regulamento, aprovado no mesmo ano,

“o Museu Botânico do Amazonas era destinado principalmente a estudar botânica e quimicamente a flora da província e vulgarizar os seus produtos, devendo coligir e ter sob sua guarda os produtos naturais e industriais. Voltava-se também para o estudo da indústria indígena, ficando encarregado de conservar uma seção etnográfica” (Lopes, 1997, p.215)

O museu foi organizado em quatro seções, a saber: Botânica; Química; Etnografia e Arqueologia; e, por fim, a seção de História, Geografia e Estatística. Uma característica deve ser destacada na atuação de Barbosa Rodrigues: ele nunca desassociou suas pesquisas em Ciências Naturais da Arqueologia e da Etnografia, fato que explica o destaque dado pelo botânico a essas áreas (Ferreira, 2007, p.34).

Parte substancial das coleções do museu foi coletada por Barbosa Rodrigues, durante os trabalhos na Comissão do Amazonas, que ele dirigiu entre 1872 e 1875, que tinha como objetivo mapear a Amazônia. Dessa forma, quando o museu foi instalado, já contava com um acervo considerável, sendo que, “em 1885, a seção etnográfica do museu reunia 1.103 objetos de coleções variadas de 60 tribos do vale amazônico” (Lopes, 1997, p.216). Barbosa Rodrigues incrementou as coleções por intermédio de permuta com instituições congêneres, doação de colecionadores particulares e compra. Além disso, o fato de que apenas artefatos em duplicata foram enviados a outras instituições, acabou gerando uma coleção etnográfica e arqueológica numerosa, com mais de 1300 peças. Deve-se destacar ainda as escavações arqueológicas feitas não só em territórios arqueológicos situados em locais impenetráveis da Amazônia, mas, também, em núcleos urbanos, como Manaus (Ferreira, 2007, p.37).

O regulamento determinava que exposições especiais deveriam realizar-se anualmente no dia 29 de julho, data do aniversário da princesa Isabel, e, de fato, ocorreram duas exposições, em 1885 e 1886. Durante o ano, o museu era aberto ao público aos

domingos, enquanto os pesquisadores nacionais ou estrangeiros poderiam entrar a qualquer dia, autorizados pelo diretor (Lopes, 1997, pp.215-216). A tessitura da realidade arqueológica e os correspondentes arranjos da musealização da arqueologia revelam algumas semelhanças com a expografia da Exposição Antropológica de 1882.

“Havia, em primeiro lugar, uma disposição comparativa dos artefatos. Eles representavam notadamente grupos indígenas amazônicos; mas havia, também, peças arqueológicas e etnográficas de outras regiões brasileiras. Barbosa Rodrigues organizou-os em armários por ordem de funcionalidade técnica. Cada tipo de artefato, pertencente a uma determinada etnia, era exposto ao lado de um mesmo tipo de artefato de um outro grupo etnográfico. Os artefatos, portanto, eram vislumbrados paralelamente, referendados por categorias étnicas e de acordo com sua taxionomia técnica e funcional. Havia, assim, armários tipológicos com adornos usuais e festivos; outros apenas com armas; armários com instrumentos de música; outros com utensílios cerâmicos, de palha e madeira; por fim, armários tipológicos com artefatos arqueológicos. Exibia-se, portanto, não só uma sucessão de conjuntos de artefatos próprios a um grupo etnográfico. Ao invés disso, o princípio adotado por Barbosa Rodrigues era o do arranjo tipológico” (Ferreira, 2007, pp.37-38, grifo nosso)

Dessa forma, a musealização da arqueologia no Museu Amazônico também apresentava um arranjo tipológico, nesse sentido mais ‘minucioso’, uma vez que os artefatos foram classificados por critérios taxionômicos, funcionais e étnicos. Como vimos na Exposição de 1882, os artefatos líticos foram divididos apenas por função, não apresentando uma divisão por regiões e/ou etnias. Ademais, Barbosa Rodrigues buscou contextualizar esses artefatos, inserindo também imagens de grupos indígenas. Além disso, introduziu na musealização da arqueologia ‘artefatos híbridos’, resultantes da mistura entre elementos culturais indígenas e do colonizador português, ou ainda peças de fabricação indígena com utilização de matérias primas das populações ‘brancas’ da Amazônia. Também apresentava cronologias relativas dos artefatos musealizados, os quais representavam 61 grupos indígenas.

O conceito gerador da musealização da arqueologia no Museu Amazônico estava, pois, de acordo com os próprios objetivos da terceira seção do museu: o estudo da distribuição geográfica dos indígenas amazônicos, produzindo uma cartografia etnográfica dessas populações (Ferreira, 2007).

1.2.4. Museu Paulista: distinguindo coleções, ‘primitivos’ e ‘civilizados’

Como adverte Lopes (1997), a ciência produzida nos museus brasileiros de história natural do século XIX, longe de ser um mimetismo do fazer científico internacional, esteve imbricada em um jogo de tensões específico, resultando na adequação dos modelos internacionais às realidades locais. Desse modo, a criação de um museu enciclopédico, instalado no monumento à independência, faz parte de um movimento mais amplo de

proliferação de museus, associado à consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais (Lopes, 1997, p.153).

No discurso de Hermann Von Ihering, diretor do museu desde sua fundação, em 1894, até 1916, fica patente o papel da instituição enquanto local de pesquisa, instrução e serviço público (Ferreira, 2007, p.190). Devemos destacar que Ihering também imprimiu ao Museu sua marca pessoal: o perfil de um Museu Sul-Americano voltado ao estudo de Zoologia (Lopes, 1997).

Os primeiros acervos do Museu Paulista foram formados pelas coleções Sertório e Peçanha, transferidas da sede da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo para a sede do Monumento do Ipiranga. Essas coleções foram acrescidas de acervo do Museu Provincial da Associação Auxiliadora do Progresso de São Paulo e da coleção do próprio Hermann Von Ihering (Alcântara, 2007; Ferreira 2007).

As coleções arqueológicas, assim como as etnográficas e de ciências naturais provinham, nos primeiros anos, de doações ao museu. No caso da Arqueologia destacavam-se os artefatos isolados. As coleções mais completas adquiriam-se por meio de viagens de exploração científica e por compra, movimento observado por Ferreira (2007) por meio da análise dos relatórios anuais do Museu Paulista.

Ihering fez os primeiros estudos de Arqueologia experimental no estado, pesquisou a dieta dos grupos sambaqueiros - embora tenha relutado durante muito tempo em aceitar a origem artificial dos montículos de conchas - e elaborou uma interpretação difusionista, onde o Sul do país foi colocado como local onde haviam ocorrido os contatos incaicos.

Em termos de procedimentos associados à comunicação museológica, Ihering desenvolveu ações pioneiras. Informado com as novas tendências nos museus ao redor do mundo, implantou no Museu Paulista a **separação** das coleções de estudo daquelas dedicadas à exposição (Elias, 1999). Essa separação também estaria de acordo com o ideal do museu servir ao ensino e pesquisa, havendo coleções específicas para cada serviço (Lopes, 1997). Com relação ao número de visitantes, registrou-se, para os anos de 1911 e 1912, respectivamente, 91.025 e 78.485 visitantes (Ferreira, 2007, p. 236).

Podemos notar que, se por um lado, na produção científica, Ihering enfatizou a produção na área da zoologia, a musealização das coleções arqueológicas teve um papel de relevância em sua gestão. A Musealização da Arqueologia foi contemplada, contudo, os procedimentos de aquisição - por meio de excursões no Oeste Paulista - e expografia estavam associados a fins pedagógicos alinhados ao extermínio das populações indígenas, fato que não pode ser desprezado. Ihering chegou a sentenciar o extermínio dos Kaingangs que resistiam ao avanço da colonização do Oeste paulista:

“Os atuais indígenas do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério

e continuado dos índios civilizados e como os Kaingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio” (Ihering, 1907, p.215, grifo nosso).

Dessa forma, a Musealização da Arqueologia no Museu Paulista esteve relacionada a uma política colonialista específica, claramente exposta no trecho acima. A própria origem dos acervos dava-se no âmbito das expedições da Comissão Geográfica e Geológica, responsável por mapear o território paulista. São mencionadas no relatório dos anos de 1903 a 1905, por exemplo, as dificuldades na obtenção de cerca de 200 peças dos Kaingangs, coletadas pela comissão (Ferreira, 2007, p.195). Esses grupos indígenas foram exterminados pelo avanço das ferrovias e fazendas de café no interior do estado³⁹, sendo a Comissão Geográfica e Geológica o braço forte do Estado, que deveria mapear e conquistar esses novos territórios. Essas formas de aquisição, claramente colonialistas, fizeram com que, em 1914, o museu possuísse mais de 3000 peças arqueológicas e etnográficas.

Desse modo, é preciso destacar que a Musealização da Arqueologia praticada no Museu Paulista estava correlacionada às políticas de conquista e extermínio da época. Para Ihering, os únicos grupos indígenas do Brasil com ‘teor civilizacional’ eram os Tupi-Guaranis. Esses grupos teriam uma ‘natureza’ diferente, sobretudo, dos Guaianás, Kaingangs e Botocudos, os quais ainda representavam ‘obstáculo’ para a o avanço civilizacional. A própria organização dos armários permitia a comparação entre essas culturas, onde os grupos Tupi-guaranis, influenciados por culturas andinas, eram separados dos grupos Jês

“Segundo estudos feitos neste Museu, nesta matéria de Arqueologia comparada, a cultura pré-histórica do Brasil meridional foi em certa época largamente influenciada pela cultura antiga do Peru, sendo por este motivo de grande proveito para os nossos estudos e de interesse para os visitantes, poder-se comparar desta forma diretamente os respectivos documentos destas duas culturas” (Ihering, 1914 *Apud* Ferreira, 2007, p.237).

No Museu Paulista, assim como em outros museus brasileiros do mundo, “a pesquisa arqueológica, e, conseqüentemente, o armazenamento de coleções para os museus, não se dissociou dos avanços da guerra e da colonização” (Ferreira, 2007, p.195). Vale ressaltar que a musealização dessas coleções no presente não deveria ignorar essa trajetória, pelo contrário, poderia estimular reflexões críticas sobre o passado.

Se até aqui, o Museu Paulista havia assumido conotações ecléticas, como outros museus brasileiros da época, sob a direção de Affonso de Taunay, a partir de 1916, sua fisionomia de museu histórico iria se delinear, como veremos adiante.

³⁹ Atualmente o Estado de São Paulo tem duas terras indígenas kaingang reconhecidas: Vanuíre e Icatu, ambas no oeste do estado, com uma população de cerca de 300 indivíduos (ISA, 2010).

1.2.5. Museu Paranaense: a musealização do 'homem do sambaqui' e da 'raça brasileira'

O Museu Paranaense teve origem na rede de colaboradores que selecionava e enviava os produtos da província do Paraná para as exposições nacionais e internacionais. Em 1875, esse grupo organizou-se em uma Sociedade de Aclimação, filiada a do Rio de Janeiro. Inaugurado em 25 de Setembro de 1876, o Museu Paranaense a princípio ocupava uma única sala que continha “importantes coleções de objetos indígenas, de moedas, papel, prata e cobre; pedras e outros minerais; conchas, insetos e algumas raridades” (Lopes, 1997). Ficava aberto à visitação pública aos domingos, das onze às treze horas, consolidando-se como centro cultural na província. Esse museu nasceu com apoio do governo, mas era financiado principalmente pela elite local.

A seção de Arqueologia do museu era formada por diferentes peças líticas, provenientes de sambaquis ou de regiões do interior, e por objetos de argila e madeira, coletados na cidade Real de Guairá e no aldeamento indígena de Santo Inácio do Paranapanema (Lopes, 1997, pp.209-210). O Museu Paranaense também participou da Exposição Antropológica de 1882, enviando esqueletos encontrados nos sambaquis da região e dois crânios de índios, um xavante e um guarani.

Esse museu passou por sucessivas ampliações e reformas, dado as constantes doações que recebia e sua projeção na sociedade local. Não obstante, o primeiro número de sua revista científica seria publicado apenas em 1904, o “Boletim do Museu Paranaense”, por iniciativa do então diretor Alfredo Romário Martins.

O patrimônio arqueológico ocupou, desde o início, um papel importante na instituição, sobretudo no que concerne aos sambaquis que pontuavam o litoral do Paraná

“Lembrando a grande quantidade de sambaquis que se espalhavam por toda a costa paranaense e o valor inestimável para a ciência dos materiais pré-históricos existentes nos sertões da província, que se acumulavam nos museus europeus ou se dispersavam em coleções particulares, o diretor julgava que esses deveriam estar muito mais bem representados no Museu Paranaense, para que pudesse contribuir para a discussão cadente à época, sobre a exata explicação das origens da raça brasileira, que Martins, alinhando-se aos poligenistas e baseando-se nos estudos de Lund, julgava autóctones” (Lopes, 1997, pp.211-212, grifo nosso)

Nesse sentido, há uma musealização da Arqueologia voltada ao patrimônio local, ou seja, aos sambaquis. Característica que permaneceria bastante forte na instituição. Ademais, esse museu ocupa lugar de destaque quando falamos dos primeiros ensaios da musealização da Arqueologia no Brasil,

“Organizado muito antes das escolas superiores ou universidades no Paraná, esse museu que por volta de 1903 era visitado por um público de cerca de 9.600 pessoas e dedicava-se especialmente aos estudos arqueológicos, antropológicos e etnográficos, sobreviveu até hoje, apesar de toda uma série de dificuldades e desmembramentos em outros órgãos de sofreu. Reestruturado em 1913, o Museu Paranaense passaria por uma nova fase de revigoração e profundas reformas e, em 1937, sob a direção do historiador José Loureiro Fernandes, implementaria ainda mais suas atividades...” (Lopes, 1997, p.212, grifo nosso).

Reestruturado novamente em 1913, o Museu passaria por uma nova fase de reformas em 1937, sob a direção de José Loureiro Fernandes.

1.2.6. *Tecendo elos*

Existiam as seguintes instituições chave no Brasil, entre 1818 e 1930, com patrimônio arqueológico: o próprio Museu Nacional; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro fundado em 1838; o Gabinete da Sociedade Filomática do Pará, criado em 1866, que viria constituir o Museu Paraense em 1871; o Museu Paranaense, organizado em 1876 pela Associação Paranaense de Aclimação em Curitiba; o Museu Botânico do Amazonas, dirigido entre 1883 a 1889 pelo botânico Barbosa Rodrigues; o Museu Paulista, organizado em 1894, pela iniciativa de Orville A. Derby, diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo; o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Gabinete de História Natural da Bahia fundado em 1894; o Instituto Alagoano de Arqueologia e Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas 1868; o Gabinete de História Natural do Maranhão; o Instituto Pernambucano de Arqueologia; o Museu Rocha no Ceará fundado em 1894 e, por fim, o Museu Julio de Castilhos fundado no início do século XX, em Porto Alegre, mas herdeiro do movimento aqui esboçado.

Dessa forma, pode-se destacar as instituições com patrimônio arqueológico no início do século XX, sendo sete museus e cinco institutos (Torres, 1937). Se os institutos não visaram à comunicação dessas referências para a sociedade, cabe refletirmos sobre o alcance das exposições nos museus mencionados. Primeiramente, é importante destacar que para o fim do século, à medida que se difundiam as noções de divulgação das ciências e os museus assumiam mais claramente seus papéis educativos para grandes públicos, o número de visitantes passou a ser cada vez mais um critério de validação social da instituição (Lopes, 1997, p.321). Entretanto, no Brasil, essa ampliação do público dos museus foi e tem sido, um processo lento.

Pereira e Köptcke (2008) nos mostram que o público que visitava os museus brasileiros no século XIX e início do XX era composto principalmente por pesquisadores, assim

“Esse público seletivo incluía professores (lentes) responsáveis por disciplinas científicas de instituições de ensino superior, membros de sociedades científicas e estrangeiros, naturalistas e diplomatas em visita ao Brasil. O acesso ‘em massa’ ao Museu Nacional é registrado ainda durante o Império, em 1882, por ocasião da Exposição Antropológica Brasileira” (Pereira & Köptcke, 2008, p.10-11).

Por exemplo, apenas a partir de 1911 é que a exposição do Museu Nacional passou a ficar aberta ao público todos os dias, exceto às segundas-feiras (Pereira & Köptcke, 2008, p. 11). O Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 apresenta a frequência dos principais museus do Brasil, entre 1894 e 1908, sendo que existem séries completas que permitem o exame comparativo desses museus apenas entre 1904 e 1907 (Lopes, 1993). Organizamos esses dados no gráfico a seguir:

Quadro 2. Visitação nos principais museus brasileiros (Fonte: Lopes, 1993)

Instituição	1904	1905	1906	1907
Museu Goeldi	92637	94225	116159	124670
Museu Paulista	37781	48758	44619	40660
Museu Nacional	25584	26194	33458	36573
Museu Paraense	9170	9762	10767	11314
Museu Julio de Castilhos	905	819	225	312

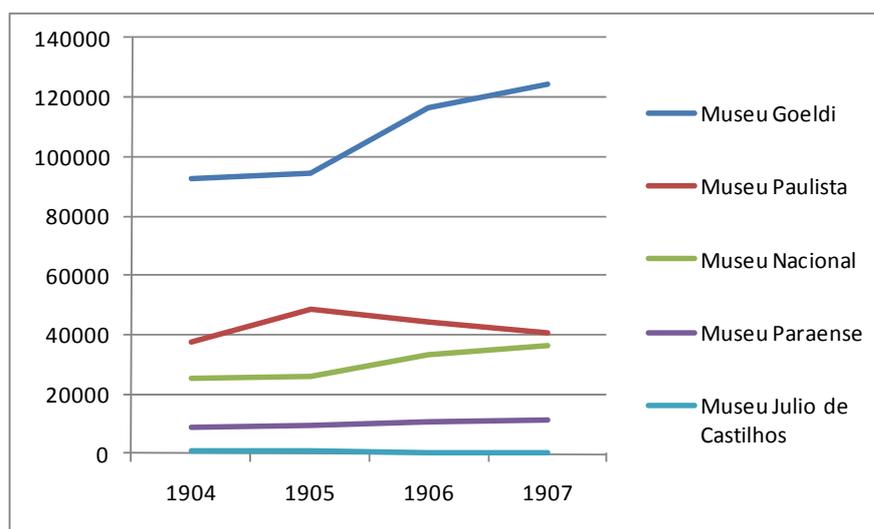


Gráfico 1. Visitação nos principais museus brasileiros (Fonte: Lopes, 1993)

Em 1900, a população brasileira era de aproximadamente 17 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o que nos aponta o alcance limitado desses museus em termos de público.

Diante dessa realidade podemos refletir sobre a questão aventada por Santos (2002): sem público, qual o poder disciplinador dos museus brasileiros? Para a autora, mesmo após o advento da República, a visitação nos museus permaneceu bem menos expressiva que aquela visualizada nos congêneres europeus e norte-americanos. Mesmo que, teoricamente, os museus tenham sido abertos para um grande público, isso pouco se efetivou. Isso não quer dizer que esses museus não tenham sido espaços de disputas de poder entre aqueles que os conceberam e sustentaram, nem que os processos aqui sintetizados não tenham marcado nossa história cultural (Santos, 2002). O escasso público

apenas exprime as barreiras existentes para a inclusão de segmentos sociais diferenciados nos museus brasileiros.

Além do alcance da comunicação museológica do patrimônio arqueológico, cabe refletirmos um pouco sobre a divulgação científica das pesquisas.

Schwarcz (1989/2001), ao analisar o nascimento dos museus brasileiros no período de 1870 a 1910, afirma que nesse período essas instituições nasceram, conheceram o apogeu e a decadência. A autora apresenta o Museu Nacional, o Museu Goeldi e o Museu Paulista, embasando suas discussões nas publicações dessas instituições. A partir da análise dos periódicos publicados pelos museus assinalados, aponta que a produção dessas instituições estava voltada, sobretudo, a temas da zoologia, botânica e geologia. Ainda segundo a autora, a produção científica em Arqueologia ocupou apenas 10% dos artigos publicados na Revista Arquivos do Museu Nacional, entre 1876 e 1926; 3,5 % dos artigos publicados na Revista do Museu Paulista, entre 1895 e 1929 e não esteve presente no Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, entre 1894 e 1949 (Schwarcz, 1989/2001). De fato, os estudos de Botânica e Zoologia sobressaíram durante o período. Contudo, em nossa pesquisa verificamos algumas incongruências na análise mencionada.

Primeiro, ao classificar o Volume 6 dos Arquivos do Museu Nacional, Schwarcz (1989/2001) afirma que nessa edição havia um artigo sobre geologia, dois a respeito de antropologia e um de arqueologia. Como já pontuamos anteriormente, esse Volume, comemorativo à Exposição Antropológica de 1882, trouxe um trabalho de Hartt sobre arqueologia e etnografia do baixo Amazonas (Hartt, 1885), um estudo de antropologia física de Batista Lacerda abordando o Homem dos Sambaquis (Lacerda, 1885), outro sobre antropologia física dos Botocudos (Rodrigues Peixoto, 1885) e, por fim, a importante obra “Investigações sobre a Archaologia Brasileira”, de Ladislau Netto (Netto, 1885). Nesse sentido, três artigos presentes nesse volume trazem narrativas construídas a partir da Arqueologia.

No que concerne à ausência de trabalhos de arqueologia no Boletim do Museu Goeldi, temos logo no Volume 1 dessa publicação o texto “Arqueologia e Etnografia do Brasil”, de Domingos Soares Ferreira Penna (Penna, 1894), não mencionado pela autora. Há, ainda, que apontar que nos relatórios escritos por Goeldi e incluídos no Boletim existem inúmeras informações sobre a aquisição das coleções arqueológicas (Ferreira, 2007, 2009). Ademais, o mesmo Museu Goeldi publicou, em 1905, a obra “Memória sobre as Escavações Arqueológicas”, em 1895, de Goeldi (1905).

Dessa forma, embora concordemos que a Arqueologia não foi destacada nos periódicos dessas instituições museológicas, sua presença foi mais frequente do que o apontado por Schwarcz (1989/2001), inclusive, por seu entrelaçamento à época com a

etnografia e a antropologia física. Por fim, é importante destacar que a compreensão da configuração dessas instituições deve lançar mão de outras fontes para além das publicações científicas, como mostram, por exemplo, os trabalhos de Lopes (1997), Ferreira (2002, 2007) e Sanjad (2005).

Para Lopes (1997), as instituições museológicas do período em tela guardariam especificidades, entretanto, seria justamente na musealização da Arqueologia que teríamos semelhanças:

“Um marca comum a esses museus foi a inclusão dos estudos antropológicos, arqueológicos e etnográficos que se firmavam no país em seus programas de investigação. Estudos esses que ainda não se haviam desvinculado completamente do âmbito das Ciências Naturais, o que por vezes a visão compartimentalizada de hoje não permite alcançar em toda a sua dimensão. Esses museus puderam reunir peças originais, por vezes realmente únicas em todo o mundo, como Ladislau Neto gostava de dizer de suas coleções. E o fizeram pelo seu interesse científico em participar da questão cadente à época acerca da origem do homem americano, favorecidos que foram pelas suas localizações, uma vez que as regiões onde se situaram ainda não haviam sido completamente desbravadas, restando-lhes ainda muitas nações indígenas a serem ‘musealizadas’” (Lopes, 1997, pp.210-211, grifo nosso)

Destacamos que o interesse científico, apontado pela autora, também esteve vinculado a uma política colonialista, como ressaltamos em diversas partes desse texto. A Musealização da Arqueologia na virada do século XIX para o século XX tinha alcançado uma posição, se não privilegiada, pelo menos de destaque. A interface entre museus e patrimônio arqueológico se prestou ao avanço do conhecimento arqueológico, mas esteve atrelada a construção de um índio histórico, quiçá civilizado, e digno de figurar na identidade nacional, e ao controle e/ou extermínio do índio contemporâneo. Passemos ao exame de uma nova interface entre instituições museológicas e Arqueologia.

1.3. Descaminhos: a configuração do papel coadjuvante da Arqueologia nos museus brasileiros (1930-2000)

Os museus brasileiros entraram neste século com coleções arqueológicas provenientes de coletas ‘assistêmáticas’ e de pesquisas ‘sistemáticas’⁴⁰, como locais de produção científica e de ensino, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória (Bruno, 1995, p.75).

Os acervos arqueológicos e as narrativas construídas a partir desses vestígios materiais eram onipresentes nos museus brasileiros do século XIX, chegando até mesmo, a alguma projeção em alguns contextos, como, por exemplo, durante a ‘era’ Ladislau Neto no

⁴⁰ Importante destacar que as coletas frequentemente mencionadas como assistêmáticas também tinham, evidentemente, uma lógica interna, um sistema de ordenamento, posteriormente rechaçado por uma arqueologia mais ‘científica’ e ‘sistemática’. O que queremos ressaltar aqui é que, tanto as coleções ‘assistêmáticas’, como as coleções ‘sistemáticas’ expressavam um saber configurado por relações de poder (Foucault, 1966/1985, p.10).

Museu Nacional. Sem Universidades, os museus dividiam com os institutos a tarefa de realizar pesquisas arqueológicas no país.

A despeito da relação de cumplicidade – para o bem e para o mal⁴¹ - entre museus e Arqueologia, durante o século XIX e início do século XX, uma série de fatores estruturais e conjunturais levaria ao crescente estranhamento entre esses domínios. Como decisivo **fator estrutural** apontamos a não concretização da busca por ‘vestígios de civilizações’. Como já mencionado, os intelectuais brasileiros do século XIX

“... viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente, a qual poderia ser desde a de fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até a de outros povos fictícios como os atlantes. Tais especulações eram sobretudo populares entre os intelectuais brasileiros que, formados sob a ótica colonial europeia, estavam ainda inconformados com um passado indígena ‘pobre’, ao contrário de seus vizinhos que, em seus movimentos nativistas e anticoloniais, podiam evocar a tradição de altos impérios e civilizações, como as dos astecas e incas. Esta ótica marcou o desenvolvimento da arqueologia no país até hoje. À medida que os ideais de identificação com altas civilizações são frustrados por resultados de pesquisas mais sistemáticas, o inconformismo tende a se transformar em desinteresse e desprezo das elites intelectuais pela arqueologia brasileira, mais tarde agravados por um certo tecnicismo por parte da arqueologia acadêmica brasileira e pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país” (Barreto, 1999-2000, p.36, grifo nosso)

Embora não concordemos com a oposição entre “especulações” e “pesquisas mais sistemáticas” presente no texto, a compreensão a respeito de como esta busca por vestígios mais próximos a um ideal de civilização marcou a trajetória brasileira é importante. Advogamos que essa não concretização foi um elemento basilar para a configuração do patrimônio arqueológico como coadjuvante institucional nos museus brasileiros.

Bruno (2005) destaca a difícil reciprocidade entre Arqueologia e Cultura brasileira, embora sejam frequentes os “temas vinculados à identidade e dependência culturais, às diferenças em relação a outros povos, às particulares formas de apropriação do meio ambiente tropical, às múltiplas reciprocidades entre as populações nativas e imigrantes” (Bruno, 2005, p.237), o patrimônio arqueológico tem sido pouquíssimo utilizado na compreensão da nossa sociedade, caracterizando uma “estratigrafia de olhares interpretativos míopes em relação ao passado pré-colonial” (Bruno, 1995, p.12). As populações indígenas só atraíram a atenção dos antropólogos em questões relativas à aculturação ou integração à social nacional - perspectivas atualmente criticadas, enquanto seu passado ocupou papel marginal nas obras dos cientistas sociais da época (Barreto, 1999-2000).

⁴¹ A interface Museologia – Arqueologia pode tanto ser libertadora como autoritária, nesse último caso homogeneizando e essencializando o passado para fins políticos e demagógicos.

Soma-se a isso que ainda não havia sido configurada uma Arqueologia Histórica⁴², enquanto campo potencializador da interface Museologia – Arqueologia, possibilitando a abordagem de um amplo espectro temporal e de uma gama diversificada de questões. É corrente, ainda hoje, a interpretação errônea de que a Arqueologia estuda apenas o passado indígena.

Além do fator estrutural apontado, destacamos duas questões cruciais deflagradas no período examinado. Primeiramente, o encaminhamento da **política de preservação** adotada no país, a qual viria marcar decisivamente as políticas culturais brasileiras. Em segundo lugar o **avanço das especializações científicas** e a inserção da Arqueologia nas Universidades.

Bruno (1995) descreve um relatório elaborado em 1929, por Laurence Vail Coleman, e publicado pela *American Association of Museum*, o qual apontou a existência de coleções arqueológicas apenas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Como veremos adiante, embora a Arqueologia estivesse realmente ocupando um papel coadjuvante nos museus brasileiros, temos a presença de coleções arqueológicas em diversas instituições do período, o que aponta a omissão do referido relatório. A autora ainda destaca que

“Na mesma época em que este relatório foi feito, incentivou-se a criação e proliferação dos museus históricos e, em seguida, dos museus de arte. Nestes museus, os acervos arqueológicos ou eram inexistentes ou ficaram deslocados. Muitos museus foram desmembrados e, neste processo, que impulsionou a saída das coleções de Ciências Naturais, outros tantos museus de Geologia, Botânica e Zoologia, foram criados. Assim, durante algum tempo, os objetos arqueológicos sucumbiram ao ostracismo, ocasionado por uma nova ordem científica” (Bruno, 1995, pp.76-77, grifo nosso).

A questão das especializações científicas desembocou na configuração do movimento arqueológico-universitário, detalhado adiante. Convém destacar que predileção pela criação de museus históricos e de arte, esteve relacionada às práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, abordadas a seguir.

1.3.1. Arqueologia e construção da Nação: um passado que não se encaixa

Chuva (2009), ao examinar a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940, identificou as disputas por

⁴² Denominamos de Arqueologia Histórica as pesquisas que envolvem desde o exame de processos sociais já influenciados pela colonização europeia, iniciados no século XVI, até processos posteriores relacionados ao período imperial e republicano, chegando até mesmo a período recentes diretamente associados à contemporaneidade.

poder de grupos cujas representações se tornaram hegemônicas no processo de construção do patrimônio brasileiro. O exame dos ideais que marcaram o pensamento do grupo ‘vencedor’ evidencia os motivos que levariam o patrimônio arqueológico a ocupar um lugar coadjuvante no cenário das políticas culturais no país

“O grupo de intelectuais modernistas mineiros articulados em torno de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 e 1945, era fortemente marcado por um racionalismo universalista e tinha na ‘civilização’ seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, mesmo considerando as especificidades que distinguiriam o ‘ser brasileiro’. Seria portanto o ‘patrimônio nacional’ um elo de integração do Brasil ao mundo civilizado, o que se processou a partir da identificação de valores universais na produção artística colonial herdada pela nação brasileira. Unificavam-se, assim, nação e cultura, constituindo-se o ‘patrimônio nacional’ em peça fundamental no processo de construção da nação, embora jamais visto como historicamente determinado” (Chuva, 2009, p.32, grifo nosso)

Dessa forma, as políticas de preservação elencaram o patrimônio edificado como foco das ações de proteção, “encontraram no barroco mineiro as propriedades inerentes a uma manifestação cultural originalmente brasileira” (Saladino, 2010, p.48), uma vez que esse segmento patrimonial traduziria a riqueza da nação brasileira.

Nesse movimento, foram gestados planos museológicos nacionalistas, envolvidos em uma política cultural nunca vista no país,

“os museus alcançaram uma dimensão maior com o desenvolvimento de uma política e de ideologias de tendências nacionalistas. As instituições museológicas passaram a ser encaradas sob outra ótica, a saber, como instrumentos de status, poder e ufanismo de um novo Estado que se ‘inventava’ e que se ‘forjava’, tendo a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas como marcos fundamentais” (Sá, 2007).

Essa concepção está associada ao que Canclini (1994, p.105) denominou de **imaginário conservacionista monumentalista**, onde as ações no campo patrimonial independem da relevância social dos usos atuais do patrimônio. No imaginário conservacionista, predominam os bens capazes de exaltar a nacionalidade, de serem símbolos de coesão e grandeza, ações frequentes em museus históricos públicos. No caso de museus privados, a exaltação do dono como ‘patrono das artes e da cultura’ é também recorrente.

Ao sistematizar as razões frequentemente apresentadas para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil, Ulpiano T. Bezerra de Meneses chama atenção para o fato de que boa parte dos nossos vestígios arqueológicos é caracterizada por um “profundo saber fazer”, expresso, por exemplo, nas indústrias líticas espalhadas ao longo do território, uma vez que “nada temos de espetaculoso como os Andes e a Meso-América” (Meneses, 1987a, p.187). Exceção feita aos sambaquis, que apresentam algum interesse visual, aos sítios rupestres e peças de excepcional apelo estético, como a cerâmica plástica e pintada da Amazônia, os muiraquitãs dos Tapajós e os zoólitos de concheiros do litoral meridional (Meneses, 1987a, p.187).

Dessa forma, o patrimônio arqueológico não se coadunava com o racionalismo universalista das práticas de preservação que marcaram a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁴³, criado em 1937. As representações acerca de um Brasil heroico, identificado com o Brasil colonial – o Brasil das bandeiras e das minas – passaram a expressar a nacionalidade brasileira (Chuva, 2009, p.102).

Cabe salientar que Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN, posicionava-se contrariamente ao indianismo que fundamentou, basicamente, os ideais de cultura nacional que marcaram o século XIX. Confrontando com Plínio Salgado, ele defendia “O Sr. Plínio Salgado não pode saber se quando chegarmos a constituir nação, o elemento preponderante na formação desta será o tupi ou o japonês. Não convém, portanto, brigar com seus amigos ‘verdes e amarelos’ por causa do índio” (Andrade, 1986 apud Chuva, 2009, p.105).

Cabe expormos algumas diferenças fundamentais entre o Decreto Lei nº25/ 1937, que organizou o SPHAN, e o Anteprojeto elaborado por Mário de Andrade para a organização do órgão em 1936, a pedido do ministro Gustavo Capanema.

Em primeiro lugar, quanto às finalidades, há no Anteprojeto “Determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. No Decreto Lei temos “Proteger o patrimônio histórico e artístico nacional” (SPHAN, 1980).

No que compete à definição do que é patrimônio, surge uma diferenciação de suma importância para a questão da Arqueologia. Para Mário de Andrade “Entende-se por patrimônio artístico nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira” (SPHAN, 1980, p.55, grifo nosso). No Decreto Lei aparece: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico...” (SPHAN, 1980, p.77, grifo nosso).

Enquanto no primeiro caso temos justamente a valorização das artes enquanto saber fazer, “a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” (Chagas, 1998, p.82), no segundo, esbarramos na vaga adjetivação de um ‘excepcional’ valor. Ainda que reiterasse “a distinção entre arte erudita e popular, ligando aquela ao conceito de nacional, a concepção de arte de Mário de Andrade – enquanto

⁴³ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN foi instituído em 13 de Janeiro de 1937, tendo como precursor a Inspetoria de Monumentos Nacionais – IPM, criada em 1933 e vinculada ao Museu Histórico Nacional. O SPHAN teve seu nome alterado, em 1946, para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Em 1970, o DPHAN passou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Em 1979 o IPHAN foi transformado novamente em SPHAN. Em 1990, houve a extinção do SPHAN e a criação do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC, havendo, naquele momento, a desarticulação da organização da instituição. Em 1994, o IBPC passou a denominar-se novamente IPHAN (Chuva, 2009; Saladino, 2010).

habilidade humana que reflete ciência, coisas e fatos” (Saladino, 2010, p.55), deve ser destacada.

O Decreto-Lei nº 25/1937, estava marcado por categorias relacionadas às noções de **monumentalidade** e **excepcionalidade** atribuídas, via de regra, às manifestações culturais das elites e à história oficial. Desse modo, nas primeiras décadas de atuação da organização do patrimônio, os critérios de valoração dos bens culturais relegaram o patrimônio arqueológico a um papel secundário⁴⁴. Devemos ainda lembrar que a valorização da ideia de monumentalidade resulta do processo de articulação das noções de passado, tradição e narrativa épica. Por sua vez, o conceito de excepcionalidade, está associado a ideia de extraordinário, fora do comum, sendo tributária de genialidade e de originalidade, pondo em destaque o sujeito da criação ou o herói, ator do fato memorável (Gonçalves, 2002 apud Saladino, 2010, p.165), assim:

“Em outras palavras, a instituição do patrimônio no Brasil foi criada em um contexto sócio-político caracterizado pela intenção de forjar uma representação da nação com tintas homogeneizantes a partir dos bens culturais, considerando o objetivo do governo vigente de integrar o país, em detrimento dos regionalismos e localismos” (Saladino, 2010, p.77)

Vale destacar, ainda, que o Anteprojeto de Mário de Andrade propunha a existência de quatro Museus, no âmbito da organização do patrimônio, correspondentes aos quatro Livros de Tombo, os quais dariam conta das oito categorias em que o intelectual subdividiu o patrimônio artístico nacional:

1. Arte arqueológica;
2. Arte ameríndia;
3. Arte popular;
4. Arte histórica;
5. Arte erudita nacional;
6. Arte erudita estrangeira;
7. Artes plásticas nacionais e
8. Artes aplicadas estrangeiras.

Dos quatro museus propostos para integrar a estrutura do novo órgão, dois já funcionavam: o Museu Nacional e o Museu Histórico Nacional. Mário de Andrade reconheceu e aceitou o funcionamento destes dois museus, propondo reformas para o primeiro, que deveria tornar-se um Museu Arqueológico e Etnográfico⁴⁵, enquanto o segundo continuaria com um perfil de museu histórico. O Museu Nacional de Belas Artes ou

⁴⁴ Saladino (2010) afirma que, assim como o projeto de Mário de Andrade, que incluía as manifestações de natureza intangível nas políticas patrimoniais do país, foi postergado, os projetos museológico e arqueológico também foram relegados a um segundo plano.

⁴⁵ A reformulação do Museu Nacional, proposta por Mário de Andrade, encontrou resistência da então diretora da Instituição, Heloísa Alberto Torres.

Galeria Nacional de Belas Artes seria a coroação de um trabalho já iniciado pela Escola Nacional de Belas Artes e o Museu de Artes Aplicadas e Tecnologia Industrial seria um museu inteiramente novo (Chagas, 1998, p.82).

Entretanto, a política cultural seguiu outros rumos. Os vestígios arqueológicos no Brasil se enquadram raramente no conceito ocidental de 'excepcional' expresso no Decreto-lei. Nesse projeto, o patrimônio arqueológico só poderia assumir papel coadjuvante.

1.3.2. Museus e patrimônio arqueológico: as instituições chave entre 1930 e 1960

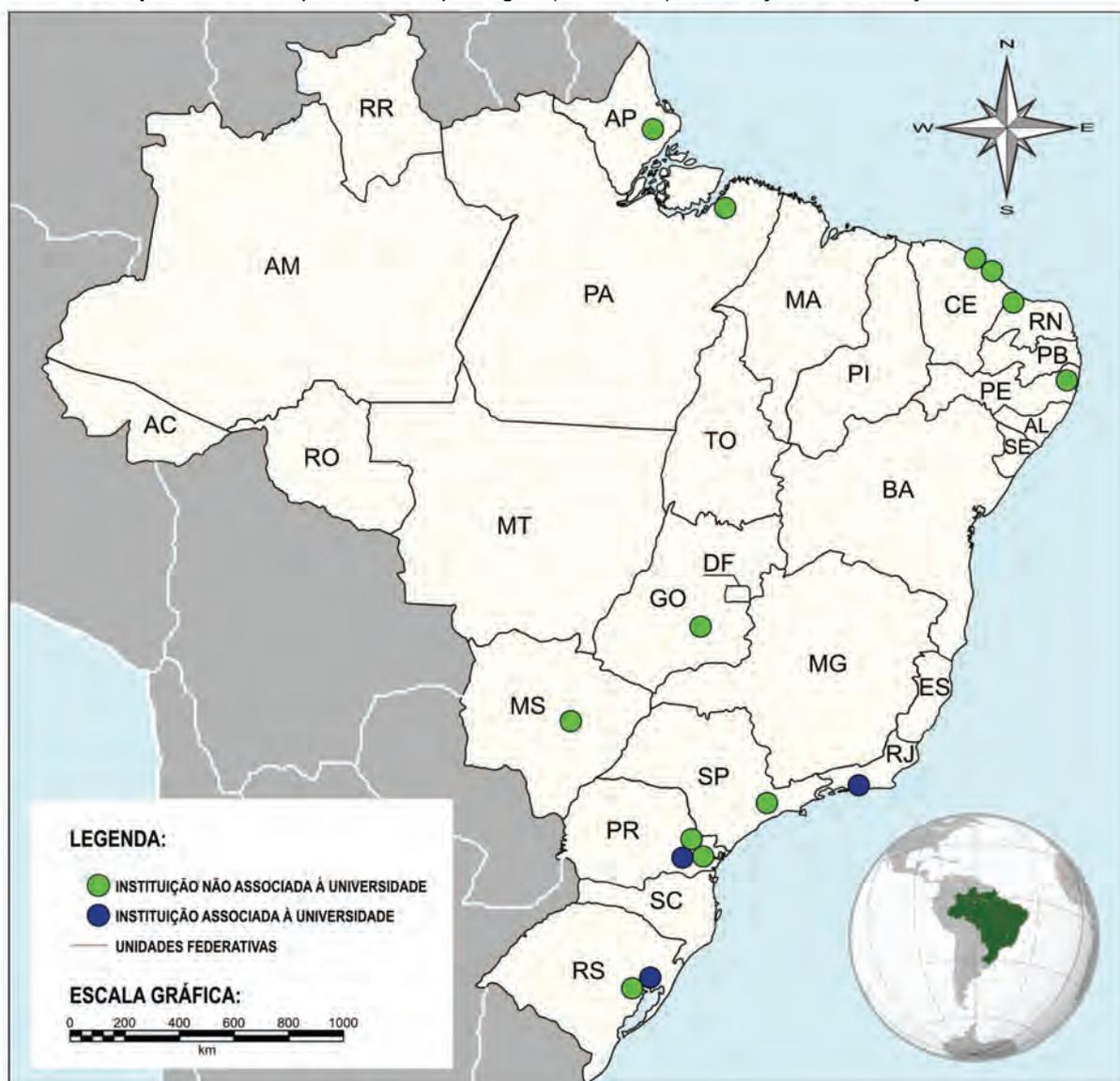
Por meio do exame dos primeiros guias de museus brasileiros (Torres, 1953; Hollanda, 1958) e da bibliografia pertinente, é possível rastrear a presença de material arqueológico em mais de vinte instituições⁴⁶, no período entre 1930 e 1960. Embora muitas das instituições museológicas levantadas apresentassem os objetos arqueológicos de forma marginal e desconectados dos outros segmentos patrimoniais, o fato de termos encontrado diversas referências⁴⁷ ao patrimônio arqueológico demonstra a lacuna presente no relatório de Coleman, mencionado anteriormente (Coleman, 1929 apud Bruno, 1995). Dentre àquelas identificadas, destacamos 15 instituições chave no período, apresentadas no quadro a seguir e no **Mapa 2**.

⁴⁶ As instituições mencionadas são apresentadas a seguir: Museu Fortaleza de São José de Macapá; Museu Paraense Emílio Goeldi; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Museu da Escola Normal Justiniano da Serra; Museu Rocha; Museu do Histórico e Antropológico do Ceará/ Museu do Ceará; Museu Histórico Lauro da Escóssia; Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; Museu Goiano Zoroastro Artiaga; Museu do Estado de Goiás; Museu das Culturas Dom Bosco; Fundação Museu Mariano Procópio; Museu Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileira; Museu do Índio; Museu Histórico Nacional; Museu Paulista; Museu Paranaense; Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná; Museu do Homem do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná; Museu Júlio de Castilhos; Instituto Anchieta de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

⁴⁷ Coleções particulares também eram numerosas, Torres indica a existência de quase duas dezenas de coleções arqueológicas particulares na década de 1930 (Torres, 1937).

Quadro 3. Museus e patrimônio arqueológico (1930-1960): localização das instituições chave.

Instituição	Fundação	Unidade Federativa	Município
Museu Nacional	1818	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Museu Paraense Emílio Goeldi	1871	Pará	Belém
Museu Paranaense	1876	Paraná	Curitiba
Museu Paulista	1895	São Paulo	São Paulo
Museu Júlio de Castilhos	1903	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu Coronel David Carneiro	1928	Paraná	Curitiba
Museu do Estado de Pernambuco	1929	Pernambuco	Recife
Museu do Ceará	1932	Ceará	Fortaleza
Museu da Escola Normal Justiniano da Serra	1941	Ceará	Fortaleza
Museu do Estado de Goiás	1946	Goiás	Goiânia
Museu Fortaleza de São José de Macapá	1948	Amapá	Macapá
Museu Histórico Lauro da Escóssia	1948	Rio Grande do Norte	Mossoró
Museu das Culturas Dom Bosco	1951	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná	1956	Paraná	Curitiba
Instituto Anchieta de Pesquisas	1956	Rio Grande do Sul	São Leopoldo.

Mapa 2. Museus e patrimônio arqueológico (1930-1960): localização das instituições chave.

Passemos a algumas características que marcaram a musealização da Arqueologia nas instituições chave indicadas.

No **Museu Nacional**, Heloísa Alberto Torres assumiu a direção da instituição entre 1937 e 1957. O museu entrou para a Universidade do Brasil em 1948⁴⁸.

Desde 1925, Heloísa atuava no museu como professora da Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia. Em 1926, iniciou suas pesquisas de campo. Viajou ao litoral de São Paulo, visando estudar sambaquis de Iguape; examinou sítios arqueológicos em Minas Gerais e iniciou uma série de visitas à sítios arqueológicos em

⁴⁸ O Museu Nacional foi anexado à Universidade do Brasil com as seguintes finalidades: coletar, classificar e conservar materiais, organizando coleções em séries e exposições públicas; realizar estudos e pesquisas; divulgar conhecimentos e cooperar com as escolas e faculdades da Universidade do Brasil, com fins de ensino e pesquisa.” (Museologia – MN, 2007/2008, p.33)

Magé, estado do Rio de Janeiro, ricos em cerâmica pintada “tupi-guarani”. Também viajou para Ilha de Marajó, onde desenvolveu escavações, cujos resultados foram publicados no livro “Arte indígena na Amazônia”⁴⁹ (Torres, 1940).

Destaca-se a atuação dessa diretora no incremento do museu enquanto instituição de pesquisa, assim:

“Heloísa buscou desenvolver parcerias com instituições estrangeiras, promovendo amplo intercâmbio entre pesquisadores e instituições nacionais e estrangeiras. Foram feitas parcerias com a Fundação Rockefeller e com a Buffalo Museum of Science. Dentre os pesquisadores estrangeiros com quem trabalhou destacaram-se os etnólogos Ruth Landes e Charles Wagley.” (Museologia - MN, 2007-2008, p.32)

De especial importância no contexto da preservação do patrimônio arqueológico foi o trabalho publicado por Torres, em 1937, no primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, intitulado “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” (Torres, 1937). Nesse estudo, a autora apontava a necessidade de mapas que indicassem a localização das principais jazidas arqueológicas do país - as “riquezas arqueológicas”. Para Torres (1937), era necessária uma nova campanha, como a de Ladislau Neto, para a Exposição Antropológica, para a divulgação da importância do patrimônio arqueológico. Torres ressaltava, ainda, a necessidade de uma campanha educativa, com pequenos guias de instrução. De forma inédita, colocava como causa de destruição do patrimônio arqueológico “os interesses econômicos imediatos”⁵⁰. No texto a autora indica também a visita de Levi-Strauss a um conchal no Mato Grosso, a pedido dela, tendo sido, inclusive, remetida uma coleção dessa viagem ao Museu Nacional. O texto traz também um desabafo: “As informações, sumaríssimas e tão incompletas, aqui registradas, virão destruir a ideia falsa, que vem sendo propalada ardentemente, de que em nosso país ninguém se interessa pela arqueologia e pela etnografia” (Torres, 1937, p.24). A declaração de Torres nos aponta que já existiam críticas quanto ao papel secundário relegado às coleções arqueológicas, as quais a diretora do Museu Nacional tenta responder nesse artigo.

No mesmo artigo, Heloísa Alberto Torres menciona diversas coleções particulares, destacando a existência de uma coleção pertencente ao então presidente Getúlio Vargas, onde existiria um Muiraquitã, “Peça interessante por tratar-se, segundo estou informada, de espécime inacabado” (Torres, 1937, p.23). Essa menção nos aponta a permanência nesse período da busca por vestígios de civilizações. As próprias pesquisas arqueológicas do

⁴⁹ Tamanha foi à repercussão da expedição de Heloísa aos confins da Ilha de Marajó, tanto no meio científico como no contexto da imprensa da época, que a mesma acabou inspirando, inclusive, obras de ficção, no gênero de aventura, bem ao gosto dos anos 30. O principal romance inspirado na trajetória de Heloísa foi “No pacoval do Carimbé”, de autoria de Bastos de Ávila, publicado em 1933, no qual a heroína era a Profa Lúcia de Abreu, pesquisadora do Museu Nacional (Gazeta Cultural, 2004, p.2).

⁵⁰ São Paulo estaria na vanguarda desse processo, pela desapropriação das cavernas calcárias do Ribeira.

Museu Nacional continuam sendo direcionadas a esses vestígios, às mencionadas "riquezas arqueológicas". Essas peças tinham até mesmo lugar na coleção particular do então presidente da república Getúlio Vargas.

A relação entre o Museu Nacional e o SPHAN, criado em 1937, foram estreitíssimas no período em exame, ocorrendo um 'convênio' entre as instituições para a preservação do patrimônio arqueológico. Assim, Heloísa Alberto Torres indicou

“o antropólogo Luiz de Castro Faria para auxiliar o SPHAN nos procedimentos de registro de sítios arqueológicos e demais ações com vistas à proteção dessa categoria de bem (...). O cadastramento dos sítios e material arqueológico coletado foi executado por especialistas do MN em fichas elaboradas no SPHAN. A presença, nos arquivos do MN, de fichas do órgão federal para o registro de sítios e vestígios, indica a estreita relação estabelecida entre as duas instituições e confirma a cooperação proposta por Torres” (Saladino, 2010, p.75).

É importante lembrar que Luís Castro Faria havia fundado, em 1935, no Rio de Janeiro, o “Centro de Estudos Archeológicos”, que veio a ser absorvido pelo Museu Nacional.

Passemos ao exame da configuração do **Museu Paraense Emílio Goeldi** entre as décadas de 1930 e 1960. Cabe, antes de tudo, lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, a decadência da borracha, principal produto de exportação do estado, estagnou a economia paraense e o museu caiu em completo abandono. Em 1930, Carlos Estevão de Oliveira⁵¹ assumiu a direção do Museu, recuperando as dependências do Parque Zoobotânico, a principal área de lazer da população da cidade de Belém. Em 1948, a chegada de Betty Meggers e Clifford Evans, do *Smithsonian Institution* [EUA], determinou novos rumos para as pesquisas do museu. Os arqueólogos estadunidenses estabeleceram a primeira sequência de desenvolvimento cultural da foz do rio Amazonas, inspirados por paradigmas deterministas.

Em 1954 foi firmado um acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, pelo qual o Museu Goeldi seria administrado e recuperado pelo instituto, durante 20 anos. Com essa medida, o Museu Goeldi pôde, mesmo com dificuldades, intensificar a pesquisa científica e preservar suas coleções, embora as demais ações museológicas tenham sido colocadas em segundo plano.

Hollanda (1958) apresenta algumas informações relativas à comunicação museológica da Arqueologia no Museu Goeldi na época, existiam as seguintes exposições: Arqueologia de Santarém, Arqueologia de Marajó e Arqueologia de Amapá. No âmbito da

⁵¹ Carlos Estevão de Oliveira foi um dos maiores pesquisadores brasileiros da cultura indígena. Nasceu em Olinda, em 30 de abril de 1880. Formado em Direito, em 1907, pela Faculdade do Recife, foi nomeado promotor público da cidade de Alencar, no Pará, onde começou seus estudos etnográficos. Em 1913, é transferido para Belém. Em 1930, é nomeado diretor do Museu Emílio Goeldi nesta cidade, cargo que exerceu até 1946, quando do seu falecimento. Sua coleção particular pertence atualmente ao Museu do Estado de Pernambuco, analisado no Capítulo 3 da tese.

salvaguarda, destaca-se um grande número de peças sem informação de procedência. Somando-se às peças apontadas pelo autor, temos cerca de 35.000 fragmentos e 300 peças quase completas ou completas.

Outra instituição chave que continuou a marcar o cenário da musealização da Arqueologia no período foi o **Museu Paulista**. Em 1917, Taunay assumiu a direção da instituição, que da proeminência das coleções de história natural, passa à ênfase na história de São Paulo e do Brasil. Nesse período, as diretrizes do Museu Paulista foram reorientadas para

“contar a história da constituição da nação brasileira do ponto de vista de São Paulo, isto é, como esforço paulista, desdobrado desde os primórdios da colonização. Por isso, era também fundamental contar a história da cidade e do Estado de São Paulo para mostrar como já no início do Brasil colônia seus habitantes estiveram envolvidos em um projeto de construção de uma identidade nacional” (Brefe, 2005, p.184, grifo nosso).

Durante as três décadas em que esteve à frente da sua direção, Taunay transformou a instituição em um museu histórico, relegando o patrimônio arqueológico a uma posição marginal. O novo diretor criou as seções de história nacional e de etnografia - antes inexistentes no museu, e as coleções relacionadas a esses temas foram aumentadas. Em 1922, lançou o periódico “Anais do Museu Paulista”, publicação centrada em temas de história nacional, que, para Taunay, era compreendida de uma perspectiva notadamente paulista (Françozo, 2005). Em 1939, conseguiu transferir as coleções de Zoologia para o museu do recém criado Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo, delimitando o perfil do Museu Paulista enquanto museu histórico.

Apesar das poucas informações na bibliografia a respeito do papel assumido pela Arqueologia durante a administração de Taunay, podemos notar que essa perdeu a relevância anterior, passando a ocupar um papel inferior na instituição. Esta mudança de direcionamento do Museu Paulista pode ser apontada como uma das forças que lançaram a Arqueologia Paulista no terreno das “memórias exiladas” - expressão cunhada por Bruno (1995), para caracterizar o abandono das fontes arqueológicas na interpretação da cultura brasileira. Dessa forma, durante a administração de Taunay, a despeito de pesquisas em alguns pontos do estado de São Paulo, a Musealização da Arqueologia foi marcada por uma significativa inércia na instituição paulista.

No sul do Brasil os museus Paranaense, em Curitiba, e Julio de Castilhos, em Porto Alegre, continuam a desempenhar papel de destaque na musealização da Arqueologia.

Com relação ao **Museu Paranaense**, é importante lembrar que Romário Martins, diretor do Museu entre 1902 e 1926, deu ao museu um perfil etnológico, tendo, até mesmo, recebido a “visita de indígenas na instituição, acolhendo materiais e entrevistando alguns indivíduos Jê e Guarani” (Parellada, 2009).

Em 1936, a nomeação do médico e antropólogo Loureiro Fernandes como diretor do Museu Paranaense promoveu transformações, por meio da criação de departamentos técnicos em parceria com pesquisadores da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Paraná. A partir de 1938, aconteceu uma significativa ampliação das coleções etnográficas e arqueológicas por intermédio de pesquisas em várias áreas do litoral e interior do Paraná, inclusive em parceria com a Universidade do Paraná (Menezes, 1967 apud Parellada, 2009, p.07). Loureiro Fernandes buscou, incessantemente, o aumento do acervo do museu, inclusive por aquisição de coleções particulares.

De especial importância é o fato de que o Museu permaneceu sob o comando do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná entre 1952 e 1960 “Assim, a pesquisa arqueológica sai do âmbito do Museu e vai para a Universidade, dentro de uma perspectiva profissional que só será alcançada depois da fundação do CEPA [Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas], em 1956” (Oliveira, 2002, p.33). Esse processo de aproximação da Arqueologia com as instituições universitárias caracterizou o movimento arqueológico-universitário, que marcou o contexto brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, conforme veremos adiante.

O **Museu Julio de Castilhos**, criado em 1903 com nome de Museu do Estado, passou, em 1907, à denominação atual e foi transferido para a residência do governador rio-grandense, então falecido. Inicialmente, seu acervo compreendia diferentes áreas do conhecimento, quando, em 1954, passou a abrigar apenas o acervo histórico e arqueológico. A maioria das peças do Museu Julio de Castilhos foram adquiridas por meio de doação ao longo dos seus 105 anos de existência (CNM, 2010). Para Nedel (2005), esse museu assumiu um ‘caráter mutante’,

“expresso quando comparados dois marcos de sua trajetória: o da fundação, em 1903, como um museu enciclopédico, prioritariamente dedicado à ‘História Natural’, e o momento de redefinição tipológica, em 1954, quando demarcou para si as de museu histórico, priorizando o folclore e o estudo das tradições ‘pátrias’ e rio-grandenses.” (Nedel, 2005, p.94-95)

Contudo, embora o estudo dos “povos indígenas” esteja contemplado no perfil institucional do museu em ambas as fases indicadas, o patrimônio arqueológico não ocupou papel de destaque. Prova disso é a própria omissão de informações mais detalhadas a respeito das coleções arqueológicas na bibliografia pertinente (Nedel, 2005). Vale destacar, ainda, que nesse museu, assim como nas instituições congêneres,

“o etnográfico se dava no marco de um naturalismo global, que aspirava a revelar cientificamente geologia, flora, fauna e antropologia [de] múltiplas áreas [ainda] desconhecidas’. Quanto aos povos indígenas, interessava o conhecimento biológico e, na melhor das hipóteses, linguístico. Seu futuro dificilmente importaria na medida em que os presumiam condenados à assimilação pela cultura ocidental dominante.” (Nedel, 2005, p. 99)

Dessa forma, o conhecimento advindo da pesquisa arqueológica não era compreendido como peça fundamental para compreensão dos grupos indígenas. As coleções do museu advinham de coletas assistemáticas, não estando relacionadas a programas de pesquisa. A progressiva transformação da instituição em um museu histórico, cujo modelo historiográfico recalrava as presenças castelhana, indígena, negra e imigrante na formação do Rio Grande do Sul (Nedel, 2005, p.102), também colaborou para o ostracismo dos objetos e narrativas arqueológicas.

Nesse período, no norte do país, temos a criação do **Museu Fortaleza de São José de Macapá**, ou Museu Territorial do Amapá (Hollanda, 1958). Localizado no ainda território do Amapá, foi instalado em 1948, na Fortaleza São José do Macapá. No mesmo ano foram realizados levantamentos arqueológicos em diversos pontos do território, sob a supervisão do Clifford Evans e Betty Meggers, da Universidade de Columbia, pesquisadores que marcariam a história da arqueologia brasileira e que, à época, também estabeleceram relações com o Museu Goeldi, conforme mencionado anteriormente. Em 1954, o governo federal contratou o arqueólogo Peter Hilbert, que procedeu estudos arqueológicos no Oiapoque, Cassiporé, Rios Macacoari, Maracá, Cajari e Jari (Hollanda, 1958, p.54). Se os vestígios arqueológicos pouco interessavam na construção de uma identidade nacional, por outro lado, as excursões científicas em busca desses objetos continuavam estimuladas nos espaços onde a delimitação das fronteiras era essencial para a definição dos contornos do país, no âmbito de uma geoestratégia associada à manutenção do território.

Por sua vez, o **Museu das Culturas Dom Bosco**, inaugurado em 1951, é representante das iniciativas particulares na formação de coleções arqueológicas no período. Essa instituição está associada às ações dos Salesianos Dom Bosco, estabelecidos no Estado de Mato Grosso, desde 1894, tendo como meta a 'pacificação' dos Bororo. Nesse caso, a musealização da arqueologia tem como herança objetos materiais frutos desse processo, por meio de narrativas que enfatizam a necessidade de tutela dessas populações. Mais uma vez um discurso associado ao controle das populações indígenas no âmbito de uma política de viés colonialista (MCDB, 2010).

Cabe destacar que, no período, algumas coleções arqueológicas foram registradas no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do SPHAN: a Coleção arqueológica, etnográfica, histórica e artística do **Museu Júlio de Castilhos** e as Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do **Museu Paulista**, ambas tombadas em 1938; o acervo do **Museu Paraense Emílio Goeldi**, tombado em 1940; a Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do **Museu Paranaense**, tombada em 1941; a Coleção arqueológica do **Museu da Escola Normal Justiniano de Serra** [Fortaleza, Ceará] e a coleção particular do **Museu Coronel David Carneiro** [Curitiba, Paraná], ambas

tombadas em 1941, motivo pelo qual inserimos as duas últimas instituições no quadro das instituições chave do período (ANS - IPHAN, 2010).

O **Museu do Ceará** foi inserido também no quadro das instituições chave do período analisado pois a instituição possuía, ainda na década de 1940, uma “Sala do Índio”, conforme Hollanda (1958). Essa foi a primeira instituição museológica oficial do Estado, criada por decreto em 1932, mas aberta oficialmente ao público em janeiro de 1933, com a denominação de Museu Histórico do Ceará. Inicialmente foi concebido como uma das dependências do Arquivo Público do Estado. Em 1951, reformas foram empreendidas e novas peças foram agregadas ao seu acervo – notadamente as das coleções indígenas do antigo Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e do Museu Rocha, mencionado como instituição chave no período de 1818 a 1930. As aquisições acabaram dando uma feição diferenciada à Instituição, que, em 1955, reabriu com nova denominação: Museu Histórico e Antropológico do Ceará (Museu do Ceará, 2010). A divisão antropológica compreendia a referida Sala do Índio, com 1.163 peças, e a Seção do Sertão, com 400 peças (Hollanda, 1958).

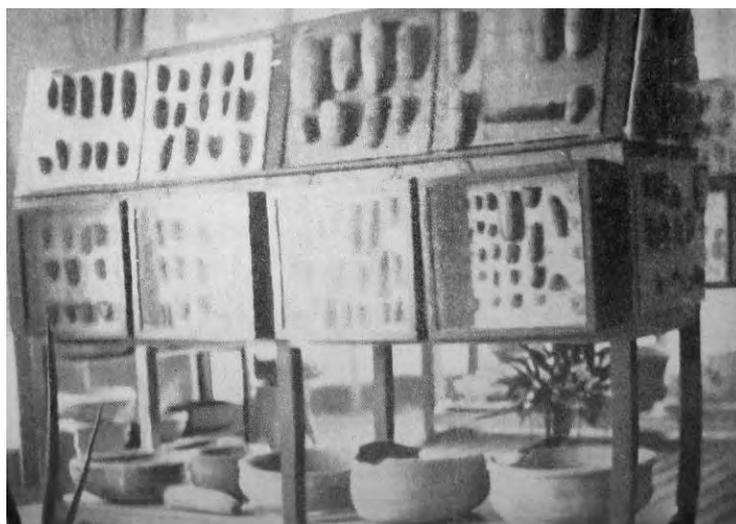


Figura 13. Peças arqueológicas no Museu Histórico e Antropológico do Ceará – “Sala do Índio” (Fonte: Hollanda, 1958, p.80).

O **Museu do Estado de Goiás**, hoje **Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga**, foi fundado em 1946, com acervo formado por documentos históricos, utensílios antigos, objetos relacionados aos grupos indígenas do Brasil Central e peças artísticas. Mesmo possuindo coleções arqueológicas, como indicado na figura abaixo, o Museu não declarava, à época, essa categoria em suas tipologias de acervo (Hollanda, 1958). Dessa forma, vale ressaltar que, indicar com precisão os locais onde havia material arqueológico no período em epígrafe, torna-se uma missão praticamente impossível, visto que o papel

coadjuvante faz com que, muitas vezes, essas coleções sejam omitidas na documentação das instituições.



Figura 14. Urna funerária com ossada nela encontrada – Museu do Estado de Goiás (Fonte: Holanda, 1958, p.95).

O **Museu Municipal de Mossoró**, localizado na cidade homônima, estado do Rio Grande do Norte, hoje **Museu Histórico Lauro da Escóssia**, foi inaugurado juntamente com a biblioteca municipal, em 1948. Destaca-se no quadro da musealização da arqueologia do período, pois a coleta de acervo arqueológico e paleontológico esteve na própria origem do museu, tendo sido realizada pelo idealizador do museu, o historiador Jerônimo Vingt-Un Rosado (CNM, 2010; Silva, 2008).

Por fim, temos nesse período o início de um processo de ‘confinamento’ da produção arqueológica a laboratórios, institutos e centros de pesquisa. Em 1956, a fundação do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná e do Instituto Anchieta de Pesquisas, respectivamente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, enquadram-se nesse processo.

O **Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná – CEPA** foi criado a partir da iniciativa de Loureiro Fernandes, pesquisador que também atuou no Museu Paranaense, conforme mencionado, objetivando não só proporcionar o desenvolvimento de pesquisas em sítios arqueológicos, mas, principalmente, formar pessoal especializado. Dentro dessa perspectiva, o centro tinha como objetivo manter o funcionamento de uma Cátedra de Arqueologia Pré-Histórica e incentivar pesquisas arqueológicas no Brasil⁵², particularmente no Paraná (CEPA, 2010).

O **Instituto Anchieta de Pesquisas** foi criado com o objetivo de congregar os jesuítas que desenvolviam pesquisas na região, facilitando a publicação de seus trabalhos e

⁵² O CEPA promoveu a vinda dos arqueólogos franceses, Annette Laming e José Empeaire, para ministrarem curso de dois meses sobre método de campo e laboratório, aplicáveis a sambaquis.

garantindo a continuidade de seus projetos e acervos. O instituto, cuja primeira sede estabeleceu-se no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, foi planejado para se tornar um centro de pesquisa multidisciplinar, fato que não se concretizou nas primeiras décadas (IAP, 2010).

Importantes polos de produção científica e, conseqüentemente, espaços de aquisição e guarda de acervos arqueológicos, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná e o Instituto Anchietano de Pesquisas passaram a envolver, apenas posteriormente, algumas ações pontuais de comunicação museológica. Esse distanciamento do patrimônio arqueológico da esfera dos museus foi agravado pelo avanço do movimento arqueológico-universitário, exposto a seguir.

1.3.3. Uma Arqueologia para poucos: o movimento arqueológico-universitário

O envolvimento com a universidade foi mais um fator de afastamento do patrimônio arqueológico para um espaço marginal no contexto museológico brasileiro. Ainda na década de 1950, coleções arqueológicas foram criadas e incorporadas por diversas universidades, as quais protagonizaram o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.

Contudo, a inserção da arqueologia nos centros de pesquisa e laboratórios tem como antecedente o avanço das especializações científicas, que acarretaram o início da trajetória do patrimônio arqueológico enquanto segmento coadjuvante nos museus brasileiros:

“As três primeiras instituições criadas no Brasil mantiveram, desde o início, coleções arqueológicas envolvidas nos horizontes de interesses da História Natural e, assim foi, durante todo o período de apogeu dos museus científicos, ou seja: até a década dos anos trinta deste século. O avanço nas especializações científicas, que foi compartimentando o conhecimento, é responsável por uma sensível mudança neste quadro. Por um lado, as áreas foram assumindo autonomia disciplinar, como foi o caso da Zoologia, Geologia e Botânica, por outro, o grande impulso voltado para a Antropologia privilegiou os grupos indígenas vivos. Assim, tem início a trajetória de coadjuvante institucional que pode ser imputada à musealização da Arqueologia no Brasil” (Bruno, 1995, p.70, grifo nosso).

Para Barreto (1999-2000), o fato de a Antropologia ter surgido nas Universidades moldada por novos paradigmas, enquanto a Arqueologia continuava atrelada ao cientificismo do século XIX - teria feito com que a Arqueologia fosse inserida tardiamente nas Universidades e, ainda, como “um apêndice da História, isto é como Pré-História” (Barreto 1999-2000, p.40).

Nas décadas de 1960 e 1970, as instituições que envolviam o patrimônio arqueológico passaram a se definir como laboratórios, núcleos, centros ou departamentos, configurando o abandono da identidade museológica. Para Bruno (1995), esse processo garantiu a pesquisa acadêmica, mas reprimiu as atribuições museológicas, assim:

“À medida que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e tendiam às recém-estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o consequente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e status científicos” (La Penha 1993 apud Bruno, 1995, p. 83)

A entrada da Arqueologia nas universidades foi deflagrada por campanhas preservacionistas, à margem de projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências humanas no país, fato que teria afastando a produção arqueológica das demais áreas (Barreto, 1999-2000). A criação do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná – já mencionado, do Centro de Estudos Arqueológicos no Rio de Janeiro – absorvido pelo Museu Nacional, e do Instituto de Pré-História em São Paulo⁵³, estiveram associados às campanhas de preservação de sambaquis realizadas por José Loureiro Fernandes, Luis de Castro Faria e Paulo Duarte, respectivamente.

Cabe abrimos um parêntese para o exame da “Lei do Sambaqui”, deflagrada a partir das campanhas preservacionistas mencionadas.

A década de 1960 iniciou uma mudança importante no que concerne ao patrimônio arqueológico brasileiro, devido a criação da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. O Artigo primeiro da referida lei dispunha que “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”. Segundo esse documento é considerado patrimônio arqueológico:

- “a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios” (BRASIL, 1961).

Convém indicarmos que, à época, esse patrimônio estava atrelado somente ao período pré-colonial, aos “paleoameríndios”, não englobando a cultura material relativa a outros segmentos e temporalidades.

A referida lei foi mais resultado da atuação de instituições científicas, da pressão exercida por José Loureiro Fernandes, Luis de Castro Faria e Paulo Duarte do que da atuação do então DPHAN. Destaca-se, ainda, a inexistência de um setor e quadro funcional no órgão do patrimônio para tratar das especificidades inerentes àquele tipo de bem.

⁵³ Explicitado adiante.

Saladino (2010) aponta algumas mudanças da atuação no órgão na gestão do patrimônio arqueológico durante a década de 1970:

“Durante a década de 1970, uma mudança no que se refere ao cenário do patrimônio arqueológico no seio da instituição. A relação de cooperação estabelecida entre a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e o Museu Nacional (MN) perdeu força. A partir de então, Castro Faria não mais seria o gestor do patrimônio arqueológico da organização do patrimônio cultural. Novo personagem entrou nesta cena: o museólogo Alfredo Theodoro Russins, que já havia assumido a chefia de gabinete da presidência do IPHAN. Russins honrou as atribuições outrora delegadas ao antropólogo do MN e logo estabeleceu relações estreitas com arqueólogos vinculados a outras instituições científicas.” (Saladino, 2010, p.90).

Dessa forma, nesse período, teria ocorrido a celebração de termos de cooperação com outras instituições científicas, para além do Museu Nacional, como o Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo e o Museu Paraense Emílio Goeldi. Russins também participou de diversos projetos, como a implantação do Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, em Santa Catarina. Foi criado na época um sistema de “Representantes do IPHAN para Assuntos de Arqueologia”, ativo até início da década de 1980, constituído por arqueólogos de formação e, também, por amadores que centralizavam as propostas de permissão para pesquisas nos estados e encaminhavam ao órgão federal para a devida apreciação. Também atendiam igualmente a denúncias de destruição de sítios (Saladino, 2010, p. 90).

Embora a Lei nº 3.924/ 1961 tenha promovido avanços, as políticas públicas devotadas à Arqueologia ainda eram extremamente falhas. O exame, por exemplo, da representatividade do patrimônio arqueológico nos **Livros de Tombo** do órgão nos dá uma dimensão do papel marginal da Arqueologia na instituição. A análise do **Arquivo Noronha dos Santos** (ANS - IPHAN, 2010) evidencia que os bens registrados no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico correspondem a 8% dos bens tombados pelo órgão, sendo que desses apenas 2% se referem diretamente à Arqueologia, totalizando 18 bens, sendo 15 destes tombados entre as décadas de 1930 e 1970, estando, portanto, relacionados ao cenário aqui esboçado.

Alguns motivos podem ser elencados para a compreensão do quadro em tela. Um deles seria a falta de um campo científico estruturado no âmbito da Arqueologia, até a década de 1960, período onde ocorreu o movimento arqueológico-universitário. Outro deles, destacado por Saladino (2010), seria que o tombamento não se presta aos sítios arqueológicos, pois impediria a escavação que é, por natureza, uma ação destrutiva da matriz arqueológica. Por outro lado, para Tânia Andrade Lima:

“O fato de as culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros [sic] não se identificarem etnicamente com

as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções.” (Lima, 1988, p.24, grifo nosso)

Como viemos salientando ao longo desta tese, compreendermos que a não inserção dos bens arqueológicos nas categorias de excepcionalidade e monumentalidade, que delinearam o patrimônio nacional, é fundamental para a compreensão desse processo. Reafirmamos que a Arqueologia brasileira não trazia elementos que se ajustassem no imaginário conservacionista e monumentalista, que orientou as práticas de preservação do Estado brasileiro. Não obstante, a compreensão da configuração dos sujeitos que estavam à frente do órgão de proteção - bem explicitada no trabalho de Saladino (2010), e de paradigmas científicos que persistem na Arqueologia Brasileira - resultando em uma Arqueologia essencialmente descritiva e pobre de interpretações (Bueno & Machado, 2003), também devem ser considerados.

Funari (1994) apresenta argumentos diferenciados dos de Barreto (1999-2000) para a compreensão da história da arqueologia brasileira no período em tela. O autor destaca que a constituição de um “*establishment* arqueológico” alinhado ao governo militar teria sido responsável pela produção conservadora da Arqueologia e, conseqüentemente, seu afastamento da sociedade. Clifford Evans e Betty Meggers, do *Smithsonian Institution*, foram os principais pesquisadores do período, organizando o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica - PRONAPA, reunindo o Museu Paraense Emílio Goeldi, o SPHAN e a maior parte dos profissionais do Sul e do Nordeste. No que concerne às instituições do período destaca-se também a participação, no PRONAPA, de profissionais do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, do Instituto de Arqueologia Brasileira criado em 1961 no Rio de Janeiro, no Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte também criado em 1961, do Instituto Anchietano de Pesquisas no Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Funari (1994) enfatiza o papel dos regimes autoritários no processo de afastamento da Arqueologia da sociedade, processo que veio a prejudicar inclusive a Arqueologia Humanista de Paulo Duarte, como veremos adiante.

Duas questões devem ser destacadas no que concerne ao PRONAPA e à problemática abordada nessa tese. Em primeiro lugar, os estudos arqueológicos, direcionados por olhares estrangeiros – no caso estadunidenses, procuravam corroborar ideias preconcebidas a respeito da impossibilidade da existência de ‘civilizações’ na Amazônia, no âmbito de uma abordagem ecológica tradicional que depreciava nosso

passado indígena⁵⁴. Em segundo lugar, o fato do programa ter sido desenvolvido sob o diapasão do olhar estrangeiro explica o porquê da ausência de qualquer processo de comunicação museológica dos resultados. Esses dois pontos também colaboraram de forma marcante para o afastamento da Arqueologia da sociedade, pois as pesquisas revelavam um passado pobre e a partir de um ‘olhar de fora’ da sociedade brasileira.

Embora Barreto (1999-2000) e Funari (1994) apresentem opiniões diametralmente opostas quanto ao contexto da pesquisa arqueológica no país e seu distanciamento da sociedade, a primeira apontando o afastamento da Arqueologia das ciências sociais e o segundo o estabelecimento do referido *establishment* arqueológico durante o governo militar, impermeável a mudanças teóricas, ambos mostram uma visão negativa dos museus

“No Brasil, ao contrário destes países [América Latina], a arqueologia é uma prática confinada aos museus até praticamente a década de 1950. Protegida de qualquer uso social ou político...” (Barreto, 1999, p.204, grifo nosso)

“O *establishment* arqueológico criado pelos militares seguiu o curso da linha oficial (...). A Arqueologia brasileira estava novamente nas mãos de diretores de museus e outros funcionários burocráticos” (Funari, 1994, p.28, grifo nosso)

Entretanto, não foi a inserção da Arqueologia nos museus que resultou em uma Arqueologia de matizes conservadoras e estéreis para as discussões sociais. Como vimos, tal inserção esteve cada vez mais associada a estruturas universitárias que priorizavam a pesquisa em detrimento da comunicação museológica, do relacionamento com a sociedade. Ademais, o que precisamos discutir são as posturas políticas, as relações de poder existentes nos museus onde a Arqueologia esteve presente. A musealização da Arqueologia, ou seja, o desenvolvimento de pesquisa, da salvaguarda e da comunicação do patrimônio arqueológico nos museus, não é em si apanágio nem infortúnio. Isso depende dos interesses subjacentes na seleção dos vestígios, na construção das narrativas e nos processos de socialização.

Justamente na década de 1970, tivemos o desenvolvimento da Nova Museologia, configurando mudanças profundas no mundo dos museus e do patrimônio. Embora essas ideias tenham sofrido resistências no âmbito de um país imerso em um regime autoritário, personagens como Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e Paulo Freire defendiam ideias que estavam no cerne da referida mudança.

Não obstante, a realidade arqueológica brasileira seria inserida em outro modelo institucional. Passemos a uma breve caracterização das instituições chave no período marcado pelo movimento arqueológico-universitário.

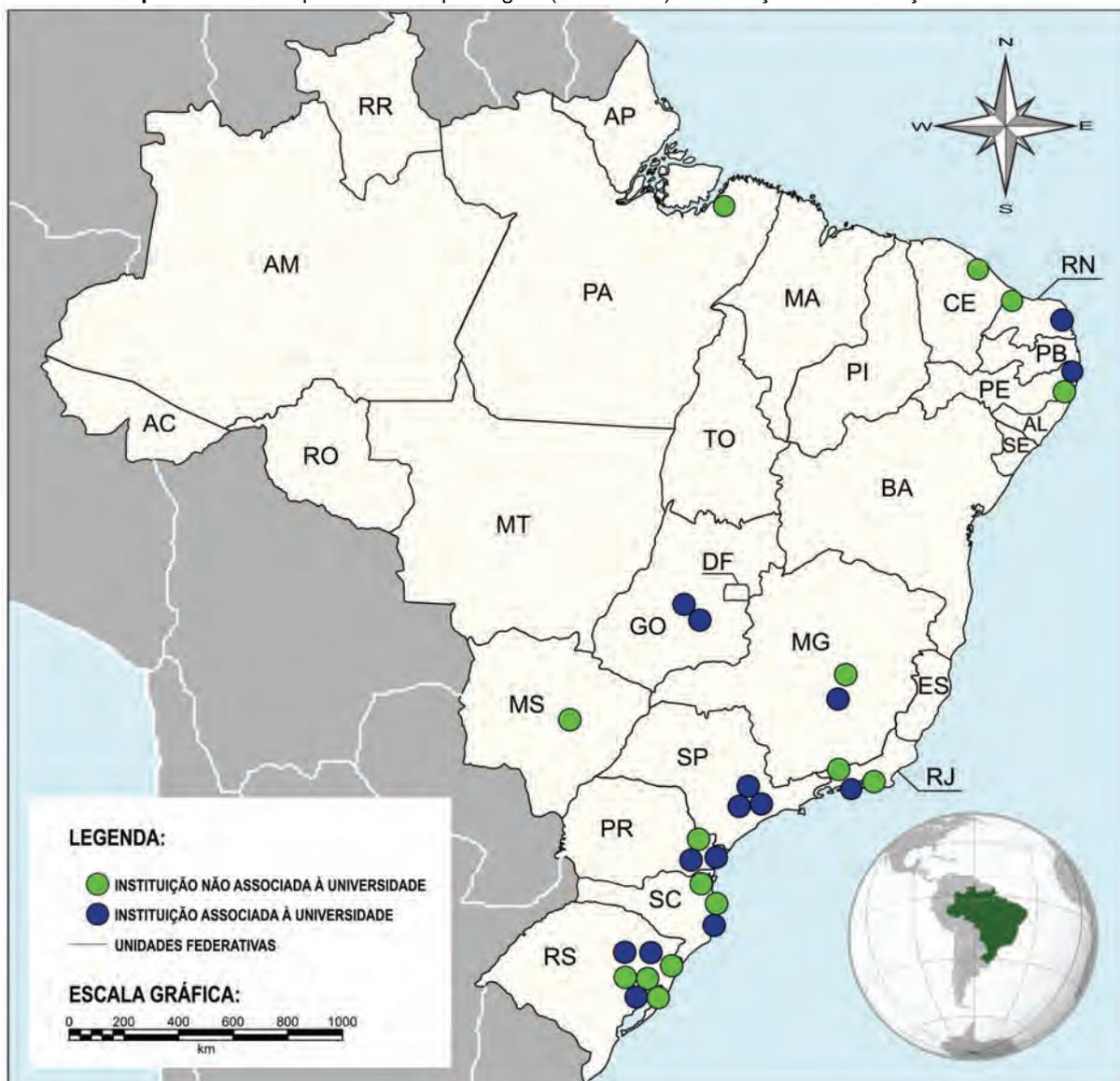
⁵⁴ O melhor exemplo dessa abordagem foi o livro de Meggers “Amazônia: homem e cultura num falso paraíso”(Meggers, 1971), onde a autora aponta que o clima tropical foi responsável por uma suposta decadência progressiva dos traços andinos na bacia amazônica.

1.3.4. Museus e patrimônio arqueológico: as instituições chave entre 1960 e 1980

Por meio do exame dos guias de museus brasileiros e da bibliografia pertinente, foram selecionadas trinta instituições chave instituições no período entre 1960 e 1980, conforme quadro a seguir:

Quadro 4. Museus e patrimônio arqueológico (1960-1980): localização das instituições chave.

Instituição	Fundação	Unidade Federativa	Cidade
Museu Nacional	1818	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Museu Paraense Emílio Goeldi	1871	Pará	Belém
Museu Paranaense	1876	Paraná	Curitiba
Museu Paulista	1895	São Paulo	São Paulo
Museu Júlio de Castilhos	1903	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu do Estado de Pernambuco	1929	Pernambuco	Recife
Museu do Ceará	1932	Ceará	Fortaleza
Museu Histórico Lauro da Escóssia	1948	Rio Grande do Norte	Mossoró
Museu das Culturas Dom Bosco	1951	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná	1956	Paraná	Curitiba
Instituto Anchieta de Pesquisas	1956	Rio Grande do Sul	São Leopoldo.
Instituto de Pré-História da USP	1959	São Paulo	São Paulo
Instituto de Arqueologia Brasileira	1961	Rio de Janeiro	Belford Roxo
Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1961	Rio Grande do Norte	Natal
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná	1962	Paraná	Paranaguá
Museu de Arte e Arqueologia, posteriormente denominado de Museu de Arqueologia e Etnologia.	1964	São Paulo	São Paulo
Museu do Homem do Sambaqui	1964	Santa Catarina	Florianópolis
Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco	1965	Pernambuco	Recife
Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	1965	Santa Catarina	Florianópolis
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul	1966	Rio Grande do Sul	Taquara
Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1967	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais	1968	Minas Gerais	Belo Horizonte
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	1970	Goiás	Goiânia
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás	1971	Goiás	Goiânia
Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa	1972	Minas Gerais	Lagoa Santa
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	1972	Santa Catarina	Joinville
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul	1974	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul
Museu de Arqueologia de Itaipu	1977	Rio de Janeiro	Niterói
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	1978	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu Joaquim José Felizardo	1979	Rio Grande do Sul	Porto Alegre

Mapa 3. Museus e patrimônio arqueológico (1960-1980): localização das instituições chave.

Apresentamos a seguir alguns aspectos da Musealização da Arqueologia no âmbito das instituições mencionadas. No norte do Brasil, destacamos o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Em 1965, teve início o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, já mencionado anteriormente, que viria alterar significativamente a realidade arqueológica do país. O **Museu Paraense Emílio Goeldi**, sob o comando de Mário Simões, entre 1962 e 1985, teve papel importante no programa. Nesse sentido, no período em epígrafe, as pesquisas arqueológicas no museu ganharam um grande impulso, sobretudo com a criação, em 1976, do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica - PRONAPABA. Esses programas ampliaram muito as informações disponíveis sobre a pré-história amazônica, não obstante, seus resultados científicos têm sido alvo de

críticas consistentes (Dias, 1995; Funari, 1994; Ferreira, 2009), como já salientamos⁵⁵. Dessa forma, nesse período o museu foi caracterizado pelo incremento da pesquisa científica, organizada desde 1955 em um setor de Arqueologia, mas isso não significou a musealização das coleções e narrativas arqueológicas.

No nordeste do país destacamos o Museu do Ceará e o Museu Histórico Lauro da Escóssia, ambos mencionados no recorte cronológico anterior, assim como o Museu do Estado de Pernambuco, o Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco e o Museu Câmara Cascudo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, esses dois últimos associados ao movimento arqueológico-universitário aqui delineado.

O **Museu do Ceará**, então **Museu Histórico e Antropológico do Ceará**, passou nesse período por diversas mudanças de sede. No âmbito dos processos museológicos, deve ser destacado no período o desenvolvimento do projeto Capistrano de Abreu, que consistia na apresentação do Museu diretamente nos estabelecimentos de ensino de Fortaleza e da região metropolitana. A iniciativa de Osmírio Barreto, então diretor do museu, aumentou consideravelmente o número de visitantes da instituição (Museu do Ceará, 2010, p.11).

Por seu turno, o **Museu de Mossoró**, atual **Museu Histórico Lauro da Escóssia**, passou por graves dificuldades após 1972, ano no qual a biblioteca que funcionava junto ao museu foi desmembrada por motivações políticas. O jornalista Lauro da Escóssia esteve à frente da direção do museu, ainda na década de 1970, pleiteando, durante muito tempo, a transferência do museu para uma sede mais ampla, o que só viria ocorrer na década seguinte. Nesse ínterim, grande parte da coleção arqueológica foi perdida (Silva, 2008). A conjuntura mencionada relegou a instituição ao abandono, paralisando uma das experiências de musealização da arqueologia no nordeste no país.

Se, por um lado, temos um quadro nada otimista para o museu de Mossoró, o cenário museológico do Rio Grande do Norte ganhou na época uma nova instituição: o **Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. O Instituto de Antropologia⁵⁶, que deu origem ao museu, foi criado em 1961. Ao longo da década de 1960, os pesquisadores do Instituto viajaram pelo estado realizando pesquisas e coletando material nas áreas das ciências naturais e da antropologia, gerando um acervo

⁵⁵ Ao mesmo tempo em que as pesquisas impulsionadas pelo PRONAPA permitiram o reconhecimento de sítios arqueológicos por todo o país, também generalizaram as especificidades regionais e locais, uma vez que "(...) definir fases e tradições transformou-se em paradigma para um determinado grupo de arqueólogos brasileiros, condenando-os a um contra-senso científico, na medida que os meios para atingir o conhecimento (os conceitos) transformaram-se na finalidade última de sua pesquisa" (Dias, 1995).

⁵⁶ O Instituto foi nomeado posteriormente "Instituto de Antropologia Câmara Cascudo", em homenagem ao seu primeiro diretor, Luis da Câmara Cascudo, pesquisador e folclorista norte rio-grandense e um dos fundadores do Instituto.

considerável⁵⁷. O Museu Câmara Cascudo, por sua vez, foi criado em 1973, destinando-se a manter o acervo constante do Instituto de Antropologia. O Instituto foi criado para ser, sobretudo, um espaço de pesquisa, porém, desde os primeiros trabalhos, áreas como a Geologia e a Arqueologia resultaram na formação de acervos, ampliados através de doações, compra e permuta com outras instituições de pesquisa, como é o caso, por exemplo, de peças de cerâmica marajoaras doadas pelo professor Napoleão Figueiredo, da Universidade do Pará, no ano de 1965 (Silva, 2008, p.93). Outra característica forte deste museu, ao menos em suas primeiras três décadas de atuação, foi a formação de profissionais em áreas como a Antropologia e a Arqueologia (Silva, 2008 p.94).

Para Silva (2008) , apesar de ser um museu universitário e congregar profissionais, por exemplo, das áreas da Museologia e da Arqueologia, as fontes arqueológicas no Museu Câmara Cascudo estão tão exiladas quanto em outros espaços museais, não tendo a menor articulação com outros conjuntos patrimoniais (Silva, 2008 p. 28).

No estado de Pernambuco, destacamos a criação do Setor de Arqueologia, hoje denominado **Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco**, criado em 1965, por Marcos Albuquerque, dentro da Divisão de Antropologia Tropical, dirigida à época pelo antropólogo Gilberto Freyre. Embora voltado à realização de pesquisas, com perfil semelhante às demais instituições aqui inseridas no movimento arqueológico-universitário, o Laboratório sempre desenvolveu ações de divulgação da arqueologia (BRASIL ARQUEOLÓGICO, 2010).

Ainda no contexto pernambucano, destacamos o **Museu do Estado**, fundado em 1929. Na década de 1960 ocorreu a inserção, na instituição, da coleção Carlos Estevão de Oliveira, pernambucano que esteve a frente do Museu Goeldi, entre 1930 e 1946, ano do seu falecimento. A inserção dessa coleção dotou o museu do estado de dezenas de peças arqueológicas da Amazônia, as quais foram prontamente destacadas na exposição. A musealização da Arqueologia Amazônica em um espaço voltado ao regional é no mínimo deslocada, sendo detalhada no Capítulo 3 desta tese.

No Centro-Oeste, mais precisamente em Goiânia, foram criadas duas instituições no âmbito da estrutura universitária: o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás e o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Ambos ocupam lugar de destaque na musealização da Arqueologia, direcionando suas atenções para a realidade arqueológica regional.

⁵⁷ Em 1965, ocorreu o ingresso da instituição nas atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, já mencionado (Silva, 2008 p.96)

O **Museu Antropológico** foi criado por iniciativa de professores do então Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade Federal de Goiás, a partir da realização de uma pesquisa no Parque Indígena do Xingu, que resultou na primeira coleção etnográfica do museu. O grupo de professores participantes sugeriu um plano de pesquisa com o objetivo de estudar as populações do Xingu e criar um museu antropológico na universidade. Esse espaço cultural foi proposto para salvaguardar a cultura material indígena da Região Centro-Oeste do Brasil. Com essa perspectiva, o Museu Antropológico foi inaugurado em 1970, sendo até a atualidade um importante local de musealização da Arqueologia, embora esse segmento patrimonial tenha sido inserido na instituição anos depois das coleções etnográficas (MA –UFG, 2010 / CNM, 2010).

A história do **Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás** iniciou-se em 1971, com o primeiro programa de pesquisa arqueológica no Estado, o Programa Arqueológico de Goiás, que, com o apoio do CNPq⁵⁸, fomentou pesquisas, buscando a correlação das sociedades indígenas atuais com as pré-coloniais, estudadas por meio dos inúmeros sítios arqueológicos cerâmicos, líticos e de arte rupestre. Esse programa tinha como meta produzir um primeiro painel sobre a arqueologia de Goiás, que, até então, não tinha pesquisas 'sistemáticas' na área. Os trabalhos prosseguiram e a Universidade criou, em 1972, o Gabinete de Arqueologia, logo inserido numa proposta mais ampla de pesquisa arqueológica e antropológica, por meio da fundação do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPHA – UCG, 2010).

Também no centro-oeste, o **Museu das Culturas Dom Bosco** continuou a abarcar coleções arqueológicas e etnográficas, sendo que, a partir da década de 1970, as primeiras foram incrementadas, com a criação de um Setor de Arqueologia.

Passemos à caracterização da musealização da Arqueologia na região Sudeste. No **Museu Nacional**, a gestão de Newton Dias, na direção do Museu Nacional restabeleceu o contato com o público, aumentando, significativamente, o índice de visitantes na instituição entre 1961 e 1993 (Museologia - MN, 2007/2008, p.36). Não obstante, a direção de Luis Castro Faria, entre 1964 a 1969, veio dar novamente à pesquisa arqueológica um lugar de destaque na instituição, com o desenvolvimento de pesquisas nos sambaquis do litoral do estado. Entretanto, a comunicação museológica do museu entrou novamente em uma fase de estagnação.

No Rio de Janeiro, foi inaugurado, em 1977, o **Museu de Arqueologia de Itaipu**, o único museu de arqueologia criado e mantido diretamente pelo órgão federal de preservação do patrimônio arqueológico. Esse museu foi instalado nas ruínas do antigo

⁵⁸ Criado em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, é um órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para incentivo à pesquisa no Brasil.

Recolhimento de Santa Teresa, datado do início do século XVIII e tombado em 1955 pelo IPHAN, a pedido da Colônia de Pescadores local. Esse museu deveria se estruturar em relação direta e integradora com seu entorno, estendendo suas ações preservacionistas aos sítios arqueológicos da região, em particular, o Sítio Duna Grande - localizado a poucos metros do antigo recolhimento religioso. O acervo do Museu compreende objetos associados ao período pré-colonial, integrantes da Coleção Hildo de Mello Ribeiro – morador de Itaipu que atuou na preservação dos sítios arqueológicos da região, blocos testemunhos coletados no Sambaqui de Cambinhas, durante a Pesquisa de Salvamento em Itaipu, em 1979, e um canoa centenária doada pela Colônia (Ribeiro, 2007).

A criação do **Instituto de Arqueologia Brasileira**, no Rio de Janeiro, em 1961 representa o início de uma nova tipologia de instituição que vem crescendo no cenário brasileiro. Caracterizado por ser uma instituição privada sem fins lucrativos onde a pesquisa arqueológica ocupa papel de destaque, o Instituto de Arqueologia Brasileira também tem desenvolvido diversas ações de divulgação, sendo, inclusive, um dos pioneiros no desenvolvimento de ações educativas baseadas no patrimônio arqueológico, “Com atuante presença na liderança científica deste país, esta instituição sempre dispensou especial atenção às suas exposições, bem como vem colaborando com outros museus e desenvolvido trabalhos extra-muros” (Bruno, 1995). O instituto sempre priorizou a atuação com parcerias, tendo também participado do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA.

Em Minas Gerais, a criação do **Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais** representou um incremento no cenário arqueológico regional, reforçando mais uma vez, o movimento arqueológico-universitário aqui delineado. Criado em 1968, o museu ocupa o terreno onde, em fins do século XIX, funcionou a Fazenda dos Guimarães e que, mais tarde, abrigou o Instituto Agrônomo (MHNJB, 2010). Contudo, como veremos no Capítulo 3, as pesquisas arqueológicas realizadas pelas equipes do museu não são alvo de processos de musealização de maior fôlego.

Outra instituição chave no estado de Minas Gerais é o **Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa**, também conhecido como Museu Arqueológico da Lapinha. Foi criado em 1972, pelo arqueólogo amador Mihály Bányai, com o objetivo de preservar o patrimônio arqueológico regional. O museu foi montado com recursos próprios do seu idealizador. Há que se destacar que a região de Lagoa Santa tem um significativo destaque no painel da arqueologia brasileira, sendo as primeiras pesquisas do século XIX com os trabalhos de Lund, demonstrando que a musealização da arqueologia tem sido

negligenciada mesmo em regiões com tradição em pesquisa arqueológica (LAGOA SANTA, 2010).

No estado de São Paulo, temos a criação de duas novas instituições no âmbito da Universidade de São Paulo, o Instituto de Pré-História e Etnologia e o Museu de Arte e Arqueologia, além do fortalecimento do setor de arqueologia do Museu Paulista, pertencente à mesma universidade. Desse modo, temos no período em análise três instituições chave para a compreensão da musealização da Arqueologia Paulista, todas inseridas na Universidade de São Paulo.

Em 1952, foi criada a **Comissão de Pré-história de São Paulo**, pelo Decreto nº21.935, que reservava para pesquisas os diversos sambaquis do território paulista. A Comissão estaria destinada à proteção e ao estudo científico dos sambaquis, seu decreto de criação teria sido redigido por Duarte (Alcântara, 2007, p.183). Anos mais tarde, a Comissão passou para o domínio do **Instituto de Pré-História e Etnologia- IPHE**, criado em 1959.

No mesmo ano da criação do IPHE, Duarte foi nomeado diretor do **Museu Paulista**. No que concerne ao Museu Paulista, convém recuperarmos o período entre a administração de Taunay, finalizada em 1945, e a posse de Paulo Duarte, em 1959. Em 1946, o historiador Sérgio Buarque de Holanda assumiu a direção do Museu. O novo diretor conseguiu a contratação de dois novos funcionários: os etnólogos Herbert Baldus e Harald Schultz. Outra ação foi a retomada da Revista do Museu Paulista. A nova série da revista começou a ser publicada a partir de 1947, e a publicação passou a veicular, quase exclusivamente, textos de antropologia. Analisando o conteúdo da revista nesse segundo período temos: dos 74 artigos publicados, 74% são sobre antropologia, 8% são biografias, 6% sobre Arqueologia, 4% sobre história, 1% sobre linguística e 7% tratam de outros assuntos (Françoze, 2005, p.6). Ainda, de acordo com Françoze, “tendo sido primeiro um museu dedicado à zoologia, depois à história paulista, essa instituição passou, a partir de 1946, a incentivar e a realizar pesquisas nos domínios da Antropologia e da Arqueologia como suas principais atividades” (Françoze, 2005: 7). Ou seja, temos um sutil incremento do interesse na Arqueologia durante a administração de Sérgio Buarque de Holanda.

Voltemos à posse de Duarte em 1959. O intelectual propôs a reformulação do Museu Paulista, que deveria ser dividido em dois órgãos: uma instituição seria voltada para a História e outra para a Etnologia e Pré-História. Cabe apontar que essa reformulação já estava presente em uma proposta de Hebert Baldus, de 1953, mas, como esse também era membro da Comissão de Pré-História, Alcântara avança a hipótese de que Duarte pode ter influenciado tal proposição (Alcântara, 2007, p.246).

A ideia de um Museu do Homem Americano - inspirado no Museu do Homem de Paris, composto por coleções de Etnologia e Pré-História do Museu Paulista e da Comissão de Pré-História, estava entre as metas de Duarte. Esse museu seria instalado no Palácio da Agricultura, no Parque do Ibirapuera, em comemoração ao IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo. Em dezembro de 1962, o Instituto de Pré-História e Etnologia entrou para a Universidade de São Paulo, passando a denominar-se Instituto de Pré-História - IPH (Alcântara, 2007, p.264). Essa inserção do Instituto de Pré-História na esfera universitária ocorreu devido ao desejo de criação do sonhado Museu do Homem Americano. Devido a barreiras políticas, esse projeto não foi concretizado. Entretanto, sua inserção na tutela universitária é mais um dos eixos que corrobora o “movimento arqueológico-universitário”, definido por Bruno (1950).

A **Universidade de São Paulo**, na década de sessenta, abarcou o Museu Paulista e o mencionado Instituto de Pré-História, criando, ainda, o Museu de Arte e Arqueologia.

No que concerne ao **Museu Paulista**, como vimos, desde a direção de Sérgio Buarque de Holanda, a Arqueologia ganhou um tímido, mas novo fôlego na instituição. No início da década de 1960, Luciana Pallestrini saiu do Instituto de Pré-História, passando a atuar no Museu Paulista. Estruturou a área de Arqueologia do museu e conduziu o primeiro programa de pesquisa arqueológica continuado no Estado de São Paulo: o Projeto Paranapanema. “Ao longo da década dos anos setenta, este projeto expandiu-se, sobretudo, no trecho médio da Bacia do Paranapanema, dando ao Museu Paulista, não só uma identidade de instituição museológica de Arqueologia, mas o domínio sobre as questões arqueológicas deste Estado” (Bruno, 1995, p.116). Em 1970, foi criado o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mario Neme, por meio de convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Piraju e Museu Paulista. Iniciava-se mais um processo que viria marcar o perfil patrimonial do Projeto Paranapanema: a sua vocação para parcerias institucionais no interior do estado (Bruno, 1995).

O **Museu de Arte e Arqueologia**, criado em 1964, depois Museu de Arqueologia e Etnologia, atuava em pesquisas referentes à cultura material, estreitamente vinculadas à especificidade da produção de conhecimento a partir dos museus. Seus estudos estavam inseridos na área mediterrânea e médio oriental na antiguidade (Bruno, 1995). Anos mais tarde, essa instituição passou a desenvolver também experiências educativas apoiadas no objeto enquanto instrumentalização do conhecimento (Hirata et al, 1989).

O Instituto de Pré-História, por sua vez, passou por “subsequentes e abruptas transformações” (Bruno, 1995, p.151), a partir de 1962, ano da saída das arqueólogas Luciana Pallestrini, Niède Guidon e Sílvia Maranca da instituição. Em 1969, ocorre saída de Paulo Duarte, associada à ditadura militar.

Embora o Museu Paulista tenha estabelecido, por meio do Projeto Paranapanema, parcerias com instituições no interior e o Museu de Arqueologia e Etnologia tenha desenvolvido ações educativas, ações sistemáticas de comunicação museológica foram realizadas apenas no Instituto de Pré-História. Concretizadas desde 1978, sob a coordenação de Bruno (1984), essas ações foram estruturadas em três subprogramas: uma exposição de longa-duração na sede do museu, as mostras itinerantes e o serviço educativo. Embora essa instituição já envolvesse uma mostra arqueológica desde a década de 1960, essas atividades envolveram, pela primeira vez, planejamento e avaliação, contemplando toda a cadeia operatória de procedimentos museológicos. Outro programa importante foi aquele direcionado à preservação da memória do IPH (Bruno, 1984).

Na região sul do Brasil, temos, no período em exame o fortalecimento de instituições já existentes e a criação de novos espaços de pesquisa e musealização da Arqueologia. Totalizando 12 instituições chave entre as décadas de 1960 e 1980, o que significa que cerca de 38% das instituições chave indicadas no período.

O **Museu Paranaense** continuou ocupando papel importante na musealização da arqueologia no sul do Brasil. Parte de seu acervo arqueológico foi destinado, em 1963, à fundação do Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná, mencionado a seguir. Entre 1966 e 1986, houve a incorporação de vestígios recuperados em áreas que sofriam o impacto de novas fronteiras agrícolas e de pastagem, em locais mais isolados do Paraná, além de doações esporádicas (Parellada, 2009, pp. 7-8).

A fundação do **Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná**, atual **Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Paraná**, representou outro avanço importante. Resultado de três décadas de tentativas para instalar um museu nas dependências do Colégio dos Jesuítas - grande monumento da arquitetura do século XVIII, tombado pelo IPHAN em 1938, o esforço de José Loureiro Fernandes, arqueólogo e preservacionista, levou a Universidade Federal do Paraná a assumir esta instituição e abrigá-la no seu quadro de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade (Bruno, 1995, p.82). Inaugurado em 1962, foi o primeiro museu universitário do Estado do Paraná.

O **Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná** continuava a desempenhar papel importante na pesquisa arqueológica realizada no estado. Contudo, com a reforma universitária de 1970, o Centro perdeu o seu papel no campo do ensino formal, sendo reestruturado como órgão auxiliar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (CEPA, 2010). Cabe destacar que esse centro continuou a ser caracterizado pela pesquisa arqueológica, não desenvolvendo processos museológicos

devotados a comunicação dos acervos arqueológicos, que continuavam a ser ampliados pelas pesquisas.

A história do **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**, instituição de suma importância na musealização da Arqueologia no estado de Santa Catarina, teve início em 1963 com a aquisição da Coleção Guilherme Tiburtius pela Prefeitura Municipal de Joinville. Procedente do litoral Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná, esta coleção era formada por mais de 12 mil peças arqueológicas (Tamanini, 1994).

Em 1969, o museu foi criado por lei municipal e inaugurado em 1972. Seu prédio foi concebido pelo arquiteto Sabino Barroso e pelo museólogo Alfredo Russins - então responsável pela área de arqueologia do IPHAN. A partir de então, o museu passou a ter a guarda permanente de materiais arqueológicos da região (Trevisan & Simão, 2007, p. 200). O museu contava com duas salas de exposições, auditório, laboratório, reserva técnica, biblioteca e dependências para pesquisadores, apresentando à cidade uma proposta de museu ainda desconhecida, uma vez que esse foi o primeiro e, até hoje, o único prédio construído para abrigar um museu em Joinville (Souza, 2007, p. 20).

Importante lembrar que a criação do museu já vinha sendo aventada desde o final dos anos 1950, tendo se efetivado, principalmente, pelo apoio de uma comissão de descendentes de imigrantes europeus que tiveram um papel fundamental na seleção do que deveria ser lembrado na história de Joinville (Souza, 2007, p. 16) Os integrantes dessa comissão foram também os responsáveis pela criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, o lugar de memória mais significativo dos imigrantes alemães. De certa forma, essas pessoas assumiam o papel de 'guardiões de uma memória' da cidade. (Souza, 2007, p. 16). Esses sujeitos imprimiram uma característica própria à musealização da arqueologia nesse museu, no âmbito da construção de uma identidade regional. Para Bruno, esse museu "pode ser apontado como a melhor expressão da musealização da Arqueologia regional. Como um museu monográfico, ele tem procurado atuar em três frentes: pesquisa, preservação e comunicação. Este museu sempre estimulou a sua vocação comunitária e educacional" (Bruno, 1995, p.93).

Na cidade Florianópolis, devemos destacar a inserção das coleções advindas das pesquisas do Padre João Alfredo Rohr, um dos pioneiros da Arqueologia Brasileira, no então Museu do Colégio Catarinense, cujas ações no campo da história natural remontam ao início do século XX. A partir de 1964, o Museu passou a denominar-se **Museu do Homem Americano**, atual **Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr**. O acervo do museu foi composto, sobretudo, por materiais coletados em sambaquis, destacando-se dezenas de esqueletos humanos. Embora as ações de comunicação

museológica tenham sido raras no período, destacamos essa instituição pela significância de sua coleção (Gonçalves & Carlson, 2003).

Em Florianópolis também temos a fundação de outro museu importante no âmbito do patrimônio arqueológico, o **Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral**, com origem no Instituto de Antropologia. Foi inaugurada, em 1968, a sede própria do Instituto de Antropologia, composta pelas divisões de Arqueologia e Antropologia Física e Cultural. A Reforma Universitária, implantada na universidade na década de 1970, implicou na transformação do Instituto de Antropologia em Museu de Antropologia. Esta alteração na nomenclatura não afetou o exercício das atividades de pesquisa, que continuavam prioritárias, porém tendo de assumir, definitivamente, as ações de extensão e ensino. Para que pudesse haver exposições, foram transformadas três salas de aula, dando início à comunicação museológica das coleções arqueológicas da instituição (MUORC, 2010).

Dentre as unidades federativas do país, o estado do Rio Grande do Sul era a que possuía, entre 1960 e 1980, o maior número de instituições que englobavam o patrimônio arqueológico de forma mais acentuada. Não obstante, essas instituições estavam direcionadas apenas para o desenvolvimento de pesquisa, sendo pontuais as ações educativas e de socialização do patrimônio arqueológico.

O **Museu Júlio de Castilhos**, embora não realizando pesquisas no campo da arqueologia, continuava a divulgar de forma fragmentária alguns aspectos da arqueologia regional em sua 'Sala Indígena'.

Em 1979, ocorre a fundação do **Museu de Porto Alegre**, atual **Museu Joaquim José Felizardo**, caracterizado por um perfil de museu de cidade, destinado a reunir um acervo histórico sobre a cidade de Porto Alegre. O museu ganhou, na década de 1980, como sede, o Solar Lopo Gonçalves, prédio oitocentista, alvo de pesquisas arqueológicas. Apenas em 1993, o Museu de Porto Alegre passou a denominar-se **Joaquim José Felizardo**, em homenagem ao historiador e criador da Secretaria Municipal da Cultura (MPAJJF, 2010).

Outra instituição importante inaugurada na cidade de Porto Alegre no período em análise foi **Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**. Criado 1978, o museu tinha como meta reunir material que auxiliasse a pesquisa e o estudo sobre as diferenças culturais, assim como divulgar os aspectos tomados como significativos da cultura e da sociedade do Rio Grande do Sul (Secretaria de Cultura – RS, 2010).

No âmbito universitário, foi criado o **Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, esse museu tem suas origens nos primeiros anos da década de 1960, quando tiveram início os cursos de ciências da universidade. Nesta época, a instituição e seus professores tiveram a preocupação de

montar laboratórios de ensino e pesquisa, organizando, simultaneamente, coleções científicas ou acervos. Em 1967, o museu foi aprovado, como um departamento da universidade. Ao mesmo tempo em que as coleções aumentavam, processo ocorrido também com o acervo arqueológico, iniciou-se uma demanda, principalmente por parte de escolas da região de Porto Alegre, por visitação de alunos e professores. Estabeleceram-se, assim, espaç os de exposição com o objetivo de melhor atender pedagogicamente ao interesse despertado nos alunos e pessoas que visitavam a exposição (MCT - PUCRS, 2010; CNM, 2010).

O **Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL**, foi fundado por Eurico Theófilo Müller, pois esse pesquisador necessitava de uma instituição para participar do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, já mencionado. Para isso, doou o seu acervo particular para Governo do Estado, em função da criação do museu. Inicialmente, o museu esteve sediado na própria residência de Eurico Miller e , a seguir, durante doze anos, em um frigorífico abandonado. Foi transferido para sede atual em 1977, a partir da doação de um terreno por parte da Prefeitura do Município de Taquara (MCT - PUCRS, 2010). Cabe destacar que esse museu sempre priorizou a pesquisa, em detrimento da comunicação museológica dos seus acervos, tendo ainda como ponto negativo a difícil acessibilidade do prédio.

No final da década de 1960, já sem espaço em Porto Alegre, o **Instituto Anchietao de Pesquisas** foi transferido para São Leopoldo, integrado às faculdades que deram origem à Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Esta universidade absorveu a maior parte das pesquisas, que, aos poucos, deram origem a programas de p s-graduação. O Instituto alcanç o papel de destaque na pesquisa arqueológica brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 (IAP, 2010).

Outra instituição universitária criada no Rio Grande do Sul no período foi o **Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul**. Foi fundado em 1974 com o objetivo de elaborar e desenvolver projetos de pesquisa em arqueologia pr -histórica e histórica, não envolvendo no período atividades de comunicação museológica de seus acervos arqueológicos (UNISC, 2010).

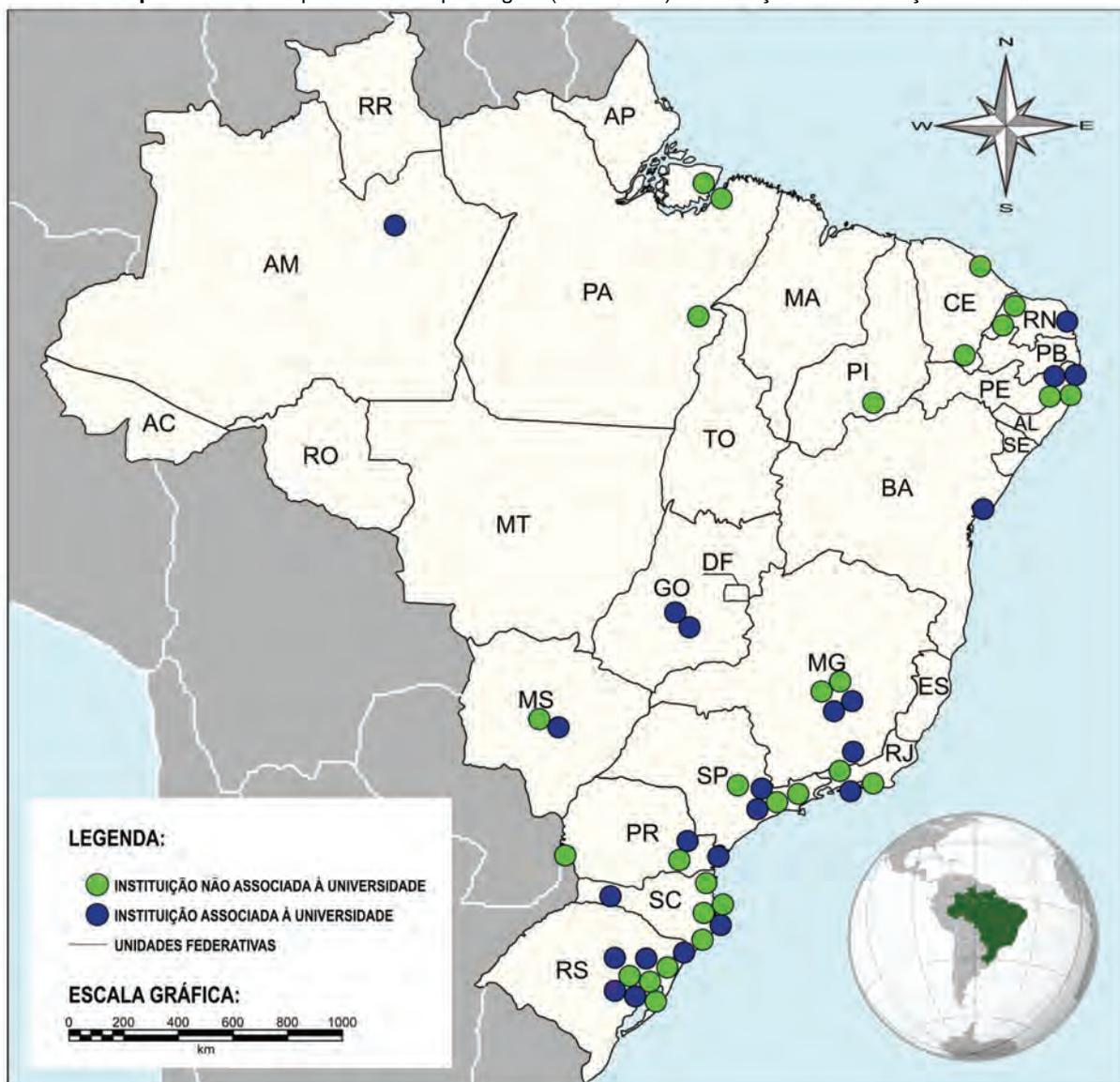
1.3.5. Um prólogo do século XXI: as instituições chave entre 1980 e 2000

As décadas de 1980 a 2000 foram marcadas pela expansão das pesquisas arqueológicas no Brasil, sobretudo aquelas relacionadas ao licenciamento arqueológico de empreendimentos diversos, deflagrando um aumento de instituições envolvidas com o patrimônio arqueológico. Foram selecionadas 51 instituições chave no período, as quais são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 5. Instituições chave no cenário da Musealização da Arqueologia (1980-2000)

Instituição	Fundação	Unidade Federativa	Cidade
Museu Nacional	1818	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Museu Paraense Emílio Goeldi	1871	Pará	Belém
Museu Paranaense	1876	Paraná	Curitiba
Museu Paulista	1895	São Paulo	São Paulo
Museu do Estado de Pernambuco	1929	Pernambuco	Recife
Museu Júlio de Castilhos	1903	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu do Ceará	1932	Ceará	Fortaleza
Museu Histórico Lauro da Escóssia	1948	Rio Grande do Norte	Mossoró
Museu das Culturas Dom Bosco	1951	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná	1956	Paraná	Curitiba
Instituto Anchieta de Pesquisas	1956	Rio Grande do Sul	São Leopoldo.
Instituto de Arqueologia Brasileira	1961	Rio de Janeiro	Belford Roxo
Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1961	Rio Grande do Norte	Natal
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná	1962	Paraná	Paranaguá
Museu do Homem Americano	1964	Florianópolis	Santa Catarina
Museu do Homem do Nordeste	1964	Pernambuco	Recife
Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco	1965	Pernambuco	Recife
Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	1965	Santa Catarina	Florianópolis
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul	1966	Rio Grande do Sul	Taquara
Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1967	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais	1968	Minas Gerais	Belo Horizonte
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	1970	Goiás	Goiânia
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás	1971	Goiás	Goiânia

Instituição	Fundação	Unidade Federativa	Cidade
Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa	1972	Minas Gerais	Lagoa Santa
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	1972	Santa Catarina	Joinville
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul	1974	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul
Museu de Arqueologia de Itaipu	1977	Rio de Janeiro	Niterói
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	1978	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu Joaquim José Felizardo	1979	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu da Cidade de São Paulo - Centro de Arqueologia (DPH)	1979	São Paulo	São Paulo
Laboratório de pesquisas arqueológicas da Universidade Federal do Mato Grosso Do Sul	1991	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia	1983	Bahia	Salvador
Museu de Ciências Naturais PUC Minas	1983	Minas Gerais	Belo Horizonte
Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire	1984	Minas Gerais	Lagoa Santa
Museu Municipal de Marabá / Fundação Casa de Cultura de Marabá	1984	Pará	Marabá
Museu de Marajó - Padre Giovanni Gallo	1984	Pará	Cachoeira do Arari
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora	1986	Minas Gerais	Juiz de Fora
Fundação Museu do Homem Americano	1986	Piauí	São Raimundo Nonato
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	1986	Santa Catarina	Chapecó
Ecomuseu de Itaipu	1987	Paraná	Foz do Iguaçu
Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco	1987	Pernambuco	Recife
Museu Municipal Elisabeth Aytai	1988	São Paulo	Monte Mor
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	1989	São Paulo	São Paulo
Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas	1991	Amazonas	Manaus
Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri	1992	Ceará	Nova Olinda
Museu Arqueológico do Lajedo de Soledade	1992	Rio Grande do Norte	Apodi
Museu da Cidade de Jaguaruna	1996	Santa Catarina	Jaguaruna
Museu Universitário de Arqueologia e Etnografia	1997	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	1997	Santa Catarina	Florianópolis
Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	1997	Santa Catarina	Criciúma
Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"	1997	São Paulo	Jacareí

Mapa 4. Museus e patrimônio arqueológico (1980-2000): localização das instituições chave.

No norte do Brasil, além do Museu Paraense Emílio Goeldi, temos a fundação do Museu do Marajó, do Museu Municipal de Marabá e do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas.

No **Museu Paraense Emílio Goeldi** uma importante mudança ocorreu em 1996, quando a Coordenação de Ciências Humanas, onde está inserida a Arqueologia, teve a sua base física transferida do Parque Zoobotânico para o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi. Se, por um lado, essa mudança possibilitou o incremento dos espaços de pesquisa e da salvaguarda das coleções, por outro, afastou o setor do espaço de socialização do museu, o Parque Zoobotânico. A comunicação museológica tem sido desenvolvida apenas por exposições temporárias, que chegam a itinerar em outros estados e países, e por programas educativos no âmbito dos trabalhos de Arqueologia Preventiva. A demanda por

pesquisas associadas ao licenciamento de empreendimentos foi grande na década 1980, diminuiu na primeira metade dos anos 1990 e voltou a crescer na segunda metade da década, dessa feita de maneira vertiginosa (Pereira, 2009, p.174). Nesse período, também foram constantes as colaborações entre o museu e o IPHAN, uma vez que o segundo recorre constantemente ao Museu Goeldi, solicitando seus pesquisadores para realizar vistorias técnicas em sítios arqueológicos nos estados do Pará e Amapá (Pereira, 2009, p.177). Embora diversas ações tenham sido desenvolvidas na última década, as quais foram sumarizadas por Pereira (2009), há que se destacar que o quadro de pesquisadores do Museu, que em 1991 era de treze arqueólogos, foi reduzido, em 1998, para seis e, em 2004, para cinco, o que significa uma redução de mais de 60% da equipe de arqueologia (Pereira, 2007, p.177).

As ações desenvolvidas no **Museu do Marajó** pelo **Padre Giovanni Gallo**, primeiramente no município de Santa Cruz do Arari e, a partir de 1984, em Cachoeira da Arari, merecem um estudo à parte. Segundo o próprio Gallo, o Museu do Marajó começou assim:

“Um dia, seu Vadico, grande amigo e colaborador, chegou em casa com um embrulho. Sem falar, depositou-o em cima da mesa. - O que é? – Aqui estão uns negócios que não prestam, como o senhor gosta. Gostei do cumprimento, porque era o reconhecimento do meu interesse para tudo o que é Marajó. Intrigado, apalpei com uma certa cautela aquele conjunto de negócios, desenrolei o papelão e descobri uma série de cacos de cerâmica. ‘Caco’, na linguagem marajoara, é exatamente o termo científico das peças arqueológicas. Naquele momento, vassoura na mão, apareceu a senhora da limpeza, espiando curiosa. – Será que prestam? Ela já tinha reparado o meu interesse, por isso só podia dar a única resposta possível, segundo a lógica marajoara. – Prestam, sim senhor. – Para quê? A mulher quase entrou em sinuca, no desespero de inventar uma justificativa decente. Foi só um instante. Feliz da vida explicou: - Para entulhar o quintal. Esqueci logo o quintal e fiquei contemplando, extasiado, aquelas amostras que pareciam fruto da coleta de um abençoado arqueólogo. Uma careta caprichada, uma série de risquinhos ingênuos como de criança que brinca com um espinho, uns fragmentos de decoração incisa e excisa, um jogo simétrico, a tentativa duma figura estilizada, um peixinho, um jaburu em voo. De tudo um pouco, só coisa fina”. (Gallo, 1996 apud Linhares, 2007 p. 33, grifo nosso).

O trecho acima expõe diversas facetas importantes da imaginação museal de Gallo (Chagas, 2003). Sublinhamos que o patrimônio arqueológico, os “cacos”, eram compreendidos por Gallo como componentes do patrimônio integral da ilha, ele se interessava por “tudo o que é Marajó”. Outro ponto de destaque é a compreensão de que a sociedade de Marajó tinha uma linguagem própria, uma lógica intrínseca, que deveria estar presente no discurso museal.

Sobre a constituição do museu em Cachoeira do Arari:

“O ponto de partida foi um prédio abandonado, sede de uma fábrica falida, na beira de um rio. Este Museu não nasceu por Decreto ou como proliferação de uma instituição científica. Foi simplesmente o instintivo manifestar-se de uma comunidade, sob orientação de pessoas com raízes completamente diferentes à qual coube a tarefa de provocar respostas e coletá-las num certo esquema” (Gallo, 1989, p.91, grifo nosso).

As coleções do museu são provenientes de doações dos pescadores da região e de pesquisas feitas pelo próprio Giovanni Gallo. Além da reunião de objetos, ele executou entrevistas e pesquisas do imaginário comum marajoara, articulando patrimônio material e imaterial (Linhares, 2007).

Outro ponto importante é que o museu não seria “... somente a exposição de umas coisas bonitas mas também e sobretudo um polo de desenvolvimento.” (Gallo, 1989 apud Linhares, 2007 p. 37, grifo nosso). O museu era um projeto global “Museu significa pesquisa, nesse caso pesquisa voltada à criação de atividades produtivas, pois oferece matéria prima para várias formas de artesanato, desenvolve as habilidades do povo e provoca uma evolução no ambiente” (Gallo, s/d, grifo nosso). Gallo pretendia fazer daquele lugar um espaço de desenvolvimento social para o povo do Marajó, o que alinha essa experiência à Sociomuseologia. Defendemos que o Museu do Marajó consistiu no primeiro processo de musealização da Arqueologia no Brasil a envolver pressupostos da Nova Museologia e da Sociomuseologia .

No âmbito da expografia, o mote “É proibido não tocar” marca as ações⁵⁹. Na entrada, o visitante se depara com os seguintes dizeres: “o homem é a peça mais importante do museu”, frase que reúne a concepção que Giovanni Gallo tinha ao projetar a exposição: o homem como centro do Museu (Linhares, 2007 p. 42), enfatizando o homem da Ilha de Marajó e não o objeto, constituindo “... o elo entre o visitante e a realidade marajoara” (Gallo, 1996 apud Linhares, 2007 p,43).

A exposição está organizada em um grande salão com oito subdivisões, separados por biombos de madeira, sendo uma das subdivisões localizada no andar superior do salão. Além desse grande salão, o acervo conta com uma exposição externa, a ‘Casa do Caboclo’, que retrata a moradia do homem de Marajó.

A disposição dos objetos cerâmicos na entrada está em consonância com o próprio destaque que o patrimônio arqueológico tem na região e, conseqüentemente, na instituição.

“Assim que o visitante entra na exposição, ele adentra na primeira sala que é composta de peças arqueológicas encontradas na ilha. Em sua maioria são as cerâmicas marajoara expostas em conjunto com as cópias e réplicas produzidas por artesãos da cidade. Além da cerâmica, existe uma pequena quantidade de peças arqueológicas líticas. (...) todos os objetos estão expostos em grandes vitrines com suportes de madeira, conferindo grandiosidade e requinte aos objetos. São 39 vitrines contendo tangas, tigelas, vasos, estatuetas, pratos, caretas e urnas funerárias marajoara, além de inúmeros cacos cerâmicos e reproduções de algumas peças de barro (Linhares, 2007, pp.44-45)”

⁵⁹ Cabe destacar que a expografia concebida à época continua no museu até a atualidade, uma vez que a própria comunidade é contrária à mudança da exposição. Por isso, analisamos essa experiência com base no trabalho de Linhares (2007) e em reportagens publicadas já no século XXI sobre o museu. Dessa forma, a análise da configuração contemporânea do museu se presta para as reflexões aqui esboçadas, referentes às últimas duas décadas do século XX.



Figura 15. Primeira sala da exposição do Museu do Marajó, registrada em 2006 (Fonte: Linhares, 2007, p. 45).

Segundo a descrição de Linhares (2007), os demais espaços do museu trazem as seguintes temáticas: a questão negra, com objetos de escravos que viveram na região do Marajó; a medicina popular do Marajó, onde, além da demonstração da medicina, encontra-se a reprodução do local de produção e venda de açaí e uma parte destinada à exposição de utensílios domésticos como cuias, cabaças, jarros, cestarias, peneiras, assim como outros objetos e dezenas de imagens de santos; a temática do pescador da ilha, com a presença de barcos, utensílios de pesca, canoas, arpões, remos, miniatura de barcos e canoas e, finalizando, a maquete de uma fazenda em miniatura com a exposição de uma série de cabeças de búfalos confeccionada para compor o ambiente de trabalho do vaqueiro do Marajó.

Destaca-se, ao longo de toda a exposição, a presença dos “computadores caipiras”, São espécies de jogos que fazem com que a visita ao museu não seja monótona e meramente contemplativa. “A palavra de ordem é, portanto, interação entre o visitante e a exposição. Deve-se mesmo pegar na peça e não apenas contemplar, pois se não se pega nos jogos, não se descobre o homem marajoara” (Linhares, 2007 p.48). Por meio de móveis, rodas, rodinhas, roldanas, gavetas, portinholas, engenhocas de raciocínio e lógica diretos, Gallo incitava o visitante a interagir com o Museu. Nesse sentido, construiu um discurso engenhoso no qual os vestígios arqueológicos foram totalmente integrados os demais segmentos patrimoniais.



Figura 16. Aspecto geral do museu. Visitante interagindo com os “computadores caipiras” (Fonte: Revista Planeta, 2007).

O **Museu Municipal de Marabá** surgiu oficialmente em 1984, com o acervo doado pelo grupo GEMA [Grupo Ecológico de Marabá]. Foi instalado na **Fundação Casa da Cultura de Marabá** e abrange os seguintes setores: Setor de Antropologia, Setor de Botânica, Setor de Geologia, Setor de Arqueologia e Setor de Zoologia. Além de sediar uma escola de música e o arquivo público municipal, o Museu faz diversos estudos sobre a região do Sudeste do Pará, resgatando e preservando a história local. O Museu tem um convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Atualmente, o museu é o lugar de maior visitação da Fundação, onde são realizadas exposições que buscam uma maior compreensão e entendimento da realidade regional. O Núcleo Arqueológico de Marabá, que funciona dentro da fundação, desenvolve estudos relativos a vestígios das populações pré-históricas da região. O acervo arqueológico é constituído de peças de cerâmicas e objetos líticos, além de reprodução de inscrições rupestres (FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA, 2010).

O **Museu Amazônico**, por sua vez, é um órgão público suplementar à Universidade Federal do Amazonas. Criado em 1975, foi implementado somente no ano de 1989, atuando como apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão em áreas fundamentais para o conhecimento da Amazônia e de suas culturas. Dessa forma, o museu veio preencher uma lacuna importante: a falta de instituições devotadas à musealização da Arqueologia em Manaus, uma das regiões mais promissoras do país no que concerne à pesquisa arqueológica. O museu organiza e promove exposições temporárias e permanentes, com vistas à divulgação do seu acervo. Estima-se uma frequência de 23 mil visitantes anuais aos espaços de exposição do Museu, entre estudantes de nível fundamental e médio⁶⁰, universitários, turistas brasileiros e estrangeiros e a comunidade em geral (MA, 2010).

⁶⁰ Alunos entre 07 e 17 anos.

A ampliação da pesquisa arqueológica na Amazônia tem ajudado o Museu Amazônico a aumentar e diversificar seu acervo, principalmente a partir dos trabalhos realizados pelo Projeto Amazônia Central, desenvolvido pela equipe coordenada por Eduardo Góis Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, que já identificou e catalogou mais de 150 sítios arqueológicos no Amazonas.

Passemos ao exame da musealização da arqueologia nas instituições do nordeste do país. Temos a continuidade das ações no **Museu do Ceará**, no **Museu do Estado de Pernambuco** e **Museu Histórico Lauro da Escóssia**, os quais não se dedicaram ao desenvolvimento de pesquisas, realizando apenas a divulgação pontual do patrimônio arqueológico, bem como o prosseguimento dos estudos arqueológicos no âmbito do **Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da UFPE** e do **Museu Câmara Cascudo da UFRN**. Novas e importantes instituições também foram criadas, como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, o Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco e a Fundação Museu do Homem Americano, todas caracterizadas pelo desenvolvimento de pesquisas associado à divulgação dos resultados.

O **Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia** foi instalado no edifício que corresponde aos vestígios arquitetônicos do Real Colégio dos Jesuítas de Salvador. Em meados da década de 1970, partes do prédio estavam em avançado estado de deterioração. Com recursos do Programa de Cidades Históricas foram feitas intervenções, pela então Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, nas partes do conjunto arquitetônico em estado de conservação prejudicado. Naquela ocasião, quando se realizaram prospecções para encontrar o antigo nível do subsolo, foram encontrados vestígios da tijoleira da época do Colégio. A intervenção restaurativa conduziu ao aspecto atual do espaço do Museu de Arqueologia e Etnologia, originalmente idealizado por Valentin Calderón (MAE – UFBA, 2010).

Um dos pioneiros da Arqueologia no estado da Bahia, Calderón também desenvolveu sua imaginação museal (Chagas, 2003), exercendo a direção do Museu de Arte Sacra de Salvador, do próprio Museu de Arqueologia e Etnologia e atuando na concepção do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Segundo a museóloga Maria Célia T. M. Santos, em entrevista a Mário Chagas “(...) conheci o Prof. Valentin Calderón, primeiro coordenador do curso [de Museologia] e seu idealizador, que posteriormente viria a ser um grande incentivador da minha vida profissional” (Santos, 2008, p.10). Dessa forma, ainda que tenhamos o predomínio do abandono da identidade museológica em muitos centros de pesquisa criados no período, é preciso destacar ações

que evidenciam pontos de aproximação entre Museologia – Arqueologia, como o que ocorreu no cerne da fundação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela **Universidade Católica de Pernambuco** foram iniciadas em 1982, a partir de projeto no município de Brejo da Madre de Deus, no mesmo estado. O Museu de Arqueologia iniciou suas atividades em 1987, como resultado do estudo mencionado, tendo como objetivo preservar o acervo coletado e divulgar as pesquisas realizadas. Desde então, o Museu de Arqueologia, atualmente instalado no campus central da Universidade Católica de Pernambuco, atua como instituição depositária das coleções arqueológicas e, por meio de uma exposição permanente, tendo como temática “Um Cemitério Indígena de 2000 Anos”, onde são apresentados vitrines e expositores, mostrando ao visitante esqueletos humanos, acompanhamentos funerários e adornos associados a sepultamentos humanos (MA – UNICAP, 2010).

No período em epígrafe, destacamos a criação da **Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM**, no ano de 1986, em São Raimundo Nonato, estado do Piauí. Trata-se de uma entidade privada de utilidade pública estadual e federal. As pesquisas realizadas pela fundação têm projeção nacional e internacional e envolvem, sobretudo, duas temáticas: a antiguidade da ocupação humana no território americano e o estudo e preservação dos sítios de arte rupestre. Nesse caso, a pesquisa arqueológica foi sempre desenvolvida em conjunto com um amplo programa de divulgação dos resultados e de turismo cultural. Essa instituição será detalhada no Capítulo 3.

O **Museu Arqueológico do Lajedo de Soledade** foi o resultado da luta pela preservação das pinturas rupestres do município de Apodi, Rio Grande do Norte. A luta pela preservação foi iniciada, em 1978, pela escritora e advogada apodiense Maria Auxiliadora da Silva Maia e, a partir de 1991, a Petrobrás iniciou o seu apoio institucional tendo, em 1992, construído o museu. Da parceria entre Petrobrás, membros da comunidade e cientistas de universidades nordestinas nasceu a Fundação Amigos do Lajedo de Soledade, que administra o trabalho no sítio arqueológico e no Museu. Além da construção do museu, foram delimitadas três áreas do lajedado que hoje funcionam como roteiros para os turistas. Acessos foram feitos para facilitar a caminhada dos visitantes por entre as formações calcárias, de modo que o museu e a visita ao sítio arqueológico formam roteiros complementares. Os guias no passeio pelo sítio e os que ficam no museu são todos da localidade. Destaca-se que tem sido oferecidas, à sociedade local, oficinas destinadas ao incremento de formas de desenvolvimento sustentável, uma vez que, até então, a mineração artesanal do calcário era uma fonte de renda comum na região, a qual acarreta a destruição dos sítios arqueológicos (Silva, 2008).

Outras duas experiências do nordeste, onde o patrimônio arqueológico aparece articulado aos outros segmentos patrimoniais, são a **Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri** e o **Museu do Homem do Nordeste**. Essas instituições trabalham no âmbito da construção de identidades, em um contexto local e regional, respectivamente. Ambas são apresentadas no Capítulo 3.

No Centro Oeste, além do **Museu Antropológico da UFG**, do **Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da UCG** e do **Museu das Culturas Dom Bosco**, já mencionados no quadro delineado para as décadas de 1960 a 1980, temos a criação do **Laboratório de pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**.

Em 1991, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul constituiu uma comissão de professores com o objetivo de realizar os estudos necessários para a criação de um museu universitário, que abrigasse distintas áreas do conhecimento científico e tecnológico. A ideia original focava a implantação de uma unidade museológica, com um perfil multidisciplinar, próxima ao clássico modelo dos museus de história natural, que seria denominado Museu Estadual de Mato Grosso do Sul (Martins, 2009, p.2), contudo, o projeto foi protelado. De concreto, o projeto resultou apenas na concessão do espaço de uma extinta sala de aula para sediar a Coleção Zoológica de Referência do Curso de Biologia e a Coleção Arqueológica. O material arqueológico era proveniente dos primeiros projetos de pesquisas arqueológicas desenvolvidos com o desdobramento do Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul, como também dos primeiros conjuntos de vestígios arqueológicos coletados na execução dos projetos de salvamento arqueológico. Ainda, em 1992, com o avanço das obras para a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta [Porto Primavera] e consequente ampliação dos acervos arqueológicos do então Laboratório de Arqueologia, o IPHAN endereçou à universidade um ofício solicitando a criação de uma unidade específica para a área de Arqueologia e atividades afins, visando credenciá-la para receber e realizar a guarda do acervo, proveniente das pesquisas arqueológicas na área impactada pelo reservatório retrocitado. No entanto, as questões técnicas de guarda e curadoria do material arqueológico proveniente das pesquisas em andamento continuaram mal solucionadas até o final do século XX (Martins, 2009 p.6). Esse histórico ilustra bem os desafios associados à criação e a manutenção de laboratórios, centros de pesquisa ou museus propriamente ditos no âmbito da tutela universitária.

Em Minas Gerais, além da atuação do **Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais**, por meio de um setor de pesquisas em Arqueologia Pré-Histórica e de um Laboratório de Arqueologia Histórica, e do **Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa**, que continuava a passar por dificuldades

estruturais no período, são inauguradas mais três instituições de destaque na musealização da Arqueologia no estado: o Museu de Ciências Naturais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, o Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire e o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Inaugurado em 1983, o **Museu de Ciências Naturais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais** funcionou durante muitos anos em espaços temporários, até que, em 2004, foi construído um novo prédio para abrigar seu acervo, com espaço adequado ao desenvolvimento de suas atividades científicas, educativas, culturais e de extensão. As exposições permanentes foram abertas ao público a partir de agosto de 2002, recebendo atualmente mais de mil visitantes por dia (MCN – PUC/MG, 2010).

O **Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire** foi criado em 1983, tendo como objetivos desenvolver uma política de proteção do patrimônio arqueológico e divulgar a pré-história da região arqueológica de Lagoa Santa, por meio de exposições permanentes e itinerantes. O nome da pesquisadora francesa Annette Emperaire foi escolhido devido à importância do seu trabalho a frente da Missão Franco Brasileira na região de Lagoa Santa. Foi esta missão que encontrou e estudou o crânio batizado de Luzia, considerado o fóssil mais antigo das Américas, com, aproximadamente, 11,5 mil anos. No que concerne à comunicação museológica, durante 10 anos, a instituição manteve o programa “O Museu vai à escola”, oferecendo atualmente palestras para alunos em excursões pedagógicas que visitam o Centro. A exposição do acervo é rotativa, tendo em vista a limitação do espaço, sendo que cada período apresenta uma temática diferente. O centro oferece apoio institucional a projetos de pesquisa arqueológica de licenciamento de empreendimentos (Onde e Quando, 2010).

A origem do **Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora** remete ao ano 1986, a partir da criação Setor de Arqueoastronomia das culturas pré-colombianas. Mais tarde, em 1992, esta denominação foi alterada para Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana, quando da anexação do material etnográfico, ampliando as perspectivas de investigações. Somente com a mudança na coordenação do núcleo que este passou a ser nomeado como Museu de Arqueologia e Etnologia Americana. Mesmo com a configuração de um museu, constituiu-se, primeiramente, num centro de pesquisa. Chama atenção o fato desse museu destacar em seu sítio a importância do aprimoramento dos processos museológicos, postura rara nas instituições mencionadas, assim:

“O museu procura desenvolver uma metodologia museológica que atenda suas exigências técnicas, tais como, a operacionalização da cadeia operatória museológica e a implementação do conjunto de técnicas museológicas que garantam o seu fazer museal. Esta proposta tem um perfil estruturado no sentido de: a) organização de um grupo orientador composto por professores qualificados; b) orientação a estudantes e equipe técnica; c) avaliação sobre as perspectivas do Museu através de análises sobre o

diagnóstico e elaboração do projeto executivo para captação de recursos referentes à proposta técnico-científica e arquitetônica; e) elaboração de um plano diretor, que deverá ser revisado anualmente; f) redação de um regimento interno que contemple a vocação, operacionalização e implementação do conjunto de técnicas museológicas do Museu; g) definição dos espaços museológicos como a distribuição do espaço arquitetônico e técnico; h) documentação patrimonial e Patrimônio Musealizado; i) coleções e acervos; j) vestígios arqueológicos e articulação e desenvolvimento de parcerias com as prefeituras e órgãos ligados ao patrimônio, e l) desenvolvimento cultural da região.” (MAEA, 2010, grifo nosso)

No Rio de Janeiro, continuam a ocupar posição de destaque o **Museu Nacional**, o **Instituto de Arqueologia Brasileira** e o **Museu de Arqueologia de Itaipu**, os dois primeiros com enfoque, sobretudo, na pesquisa, mesmo desenvolvendo algumas ações educativas, e o terceiro caracterizado por uma inércia significativa.

Após sua abertura em 1977, o **Museu de Arqueologia de Itaipu**, que contava com três exposições organizadas por pesquisadores do Museu Nacional, vem a ser fechado em 1980 para a realização de novas obras de restauro. Dois anos depois, é novamente aberto, datando desta época a primeira montagem da exposição “Aspectos da pré-história do litoral do Estado do Rio de Janeiro”, a qual passou por pequenas reformas em 1992. Situada em uma pequena sala, a exposição apresenta pequeno número de vestígios arqueológicos “cerâmicas, líticos, moedores, restos de esqueletos, anzóis e outros objetos provenientes da própria localidade de Itaipu e arredores” (Ribeiro, 2007, p.59).

Saladino (2010) aponta que a exposição de longa duração trata de maneira genérica o patrimônio da região litorânea do Estado do Rio de Janeiro. Embora a região de Itaipu tenha sido cenário de duas pesquisas de salvamento no final da década de 1970 e início da década de 1980, essa realidade arqueológica não está expressa no museu, assim a autora questiona:

“Os motivos para a exposição de longa duração do MAI não acompanhar o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região e não destacar o panorama arqueológico – extinto e preservado – de Itaipu, bem como sobre as consequências dessa realidade na preservação daquele patrimônio arqueológico. As reflexões giraram em torno das implicações de um descompasso entre a pesquisa acadêmica e o discurso do museu...” (Saladino, 2010, p.264, grifo nosso).

Concordamos com Saladino (2010) quando ela aponta que o Museu Arqueológico de Itaipu pode ser compreendido enquanto síntese das idiosincrasias do IPHAN em relação ao patrimônio arqueológico, especialmente no tocante à instabilidade da comunicação entre órgão federal e pesquisadores, que interfere diretamente na comunicação museológica da arqueologia.

Em São Paulo, a constituição do novo **Museu de Arqueologia e Etnologia na Universidade de São Paulo**, em 1989, transformou o painel da musealização da Arqueologia Paulista. Deu-se a partir da fusão do Instituto de Pré-História e do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia, assim como dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista e do Acervo Plínio Ayrosa do Departamento de Antropologia da Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Como aponta Bruno (1995), essas quatro 'partes' que compuseram o novo MAE, chegaram à fusão trazendo desafios específicos:

"Estas instituições, embora paulistas e vocacionadas para as ciências humanas, trouxeram olhares muito distintos sobre os mesmos fenômenos. O Museu Paulista, como já foi visto, surgiu como um museu enciclopédico, foi decomposto ao longo do tempo e embrenhou-se em projetos de escavações arqueológicas, por exemplo, como o Projeto Paranapanema. O Instituto de Pré-História foi consolidado a partir de experiências guerrilheiras de Paulo Duarte à frente da Comissão de Pré-História de São Paulo, criada a princípio para a preservação patrimonial dos sambaquis litorâneos. Quando esta instituição entrou para a esfera universitária, o fez com a intenção de criar o Museu do Homem Americano. Entretanto, os descaminhos universitários implodiram este projeto. O Museu de Arte e Arqueologia, surgiu a partir do apoio do mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho, que teve a ideia de criar no Brasil um museu... 'onde se tornasse possível, através de peças originais e réplicas, desenvolver-se entre as nossas novas gerações um conhecimento amplo, e sobre bases científicas, das civilizações mediterrâneas'(...). Posteriormente, este museu reuniu coleções africanas e brasileiras e alterou seu nome para Museu de Arqueologia e Etnologia" (Bruno, 1995, p.83, grifo nosso)

Em São Paulo, além da fusão mencionada, destacamos as ações do **Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo**, criado em 1975, mas que, a partir de 1979, passa a incorporar um serviço arqueológico. Foi estabelecido um convênio com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo visando à orientação das pesquisas arqueológicas em edifícios tombados e à formação de pessoal técnico qualificado entre seus funcionários (Araújo et al, 2006). Margarida Andreatta, do Museu Paulista, foi a coordenadora desse programa, desenvolvendo uma série de pesquisas que possibilitaram o reconhecimento de um importante patrimônio em meio ao solo urbano, assim como a formação de diversos arqueólogos. Embora as pesquisas arqueológicas fossem compreendidas apenas como subsídio a programas de restauração de bens históricos edificados (Araújo et al, 2006), instaurou-se, na década de 1980 um programa de Arqueologia Histórica sem precedentes na cidade, sendo realizadas escavações em edifícios e logradouros de relevância para a sua história, notadamente nas Casas Bandeiristas (Zanettini, 2005).

Em Monte Mor, cidade do interior paulista, o pesquisador Desidério Aytai criou, em 1988, o **Museu Municipal Elisabeth Aytai**. Antes mesmo da fundação do museu, o pesquisador já vinha desenvolvendo uma série de exposições devotadas à divulgação de pesquisas etnográficas e arqueológicas. Essas exposições, atualmente arquivadas no museu, traziam abordagens inovadoras, valorizando o 'saber fazer' indígena associado a esses artefatos, incentivando o respeito e a valorização das culturas indígenas (Moraes Wichers, 2009b).

A **Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"**, fundada em 1981, no município de Jacareí, estado de São Paulo, passou a englobar questões relacionadas ao patrimônio arqueológico a partir da década de 1990, primeiramente com a pesquisa de um sítio arqueológico, depois com o estabelecimento de Políticas Públicas que possibilitaram a

união entre planejamento urbano e preservação. As ações de divulgação do patrimônio arqueológico tem ocorrido no âmbito do Museu de Antropologia, pertencente à fundação, envolvendo exposições e ações educativas (Moraes Wichers, 2009b).

No Paraná, além da atuação das instituições já mencionadas no recorte cronológico anterior [1960-1980] - **Museu Paranaense, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná e Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná**, temos a fundação do Ecomuseu de Itaipu.

O **Ecomuseu de Itaipu** foi criado pela ITAIPU Binacional, em 1987, como parte das ações mitigadoras dos impactos decorrentes da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esse é o primeiro museu do país que nasceu inteiramente relacionado ao licenciamento de uma grande obra de engenharia. Parte do trinômio Território – Patrimônio – Comunidade que caracteriza as ações dos Ecomuseus, buscando exprimir as “ligações entre o ser humano, sua obra e a natureza, ao longo do tempo e do espaço, em relação ao território de entorno do reservatório de Itaipu, e abrange todos os bens de interesse científico e cultural, reconhecidos e representativos do patrimônio da região e da Itaipu” (CNM, 2010).

Possui espaços para exposições permanentes e temporárias, e, ainda, espaços interativos, educativos, botânicos e de artes, utilizados potencialmente como instrumentos de educação ambiental e de valorização da memória. Entretanto, como bem argumenta Bruno (1995), “uma análise mais pormenorizada sobre essa experiência leva à consideração de que a área menos trabalhada, por meio da museografia ou dos projetos educativos, é justamente a Arqueologia” (Bruno, 1995, p.96), revelando que a arqueologia ocupa papel secundário na instituição.

O modelo Ecomuseu também nos leva a refletir sobre os limites e potencialidades de processos museológicos amparados pela Nova Museologia/ Sociomuseologia no âmbito de contextos onde a mola propulsora para a instalação do museu é o impacto gerado por uma grande obra de infraestrutura, reflexão que buscaremos aprofundar no Capítulo 4.

Em Santa Catarina, temos no período em epígrafe uma ampliação significativa das instituições museológicas que abordam a Arqueologia, assim além do **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**, do **Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral** e do **Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr**⁶¹, já mencionados, ocorre a criação, em 1986, do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina; em 1987, do Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho e do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense e, em 1996, do Museu da Cidade de Jaguaruna.

⁶¹ Denominado anteriormente de Museu do Homem Americano. Cabe destacar que essa coleção foi tombada em 1986 pelo IPHAN.

O **Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina** foi um dos primeiros programas de pesquisa e extensão da então Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste, destacando-se os seguintes eixos de atuação: divulgação científica, vínculo com museus regionais, biblioteca especializada, preocupação com os vestígios arqueológicos e o desenvolvimento da história a partir da oralidade (CEOM, 2010). Destaca-se o desenvolvimento de estudos arqueológicos, o fornecimento de endossos à pesquisas de Arqueologia Preventiva e a realização de projetos de educação patrimonial.

O **Museu Arqueológico ao Ar Livre Costão do Santinho** envolve a visita às inscrições rupestres gravadas nas rochas e oficinas líticas, realizadas entre um e quatro mil anos atrás. Contudo, as ações desenvolvidas se resumem ao aproveitamento turístico de dois sítios arqueológicos, em parceria entre o Resort Costão do Santinho e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, englobando mais de 60 mil visitas por ano (Costão, 2010).

Outro museu associado à tutela universitária, o **Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense**, foi inaugurado em 1997, passando a ocupar papel importante no cenário catarinense. A Unidade de Arqueologia do museu surgiu em decorrência de acervos formados em salvamentos de sítios arqueológicos autorizados pelo IPHAN, ou seja, a partir da demanda da Arqueologia Preventiva. Apenas pequena parte do “material cerâmico e lítico das culturas Guarani, Xokleng e Sambaqui encontra-se exposta” (MUESC, 2010). No século XXI, esse museu passou a ocupar um papel de maior destaque ainda no que concerne ao fornecimento de endossos institucionais para pesquisas no estado.

O quadro da musealização da arqueologia no Rio Grande do Sul se mantém, sem muitas alterações, em relação ao recorte cronológico anterior. Em Porto Alegre, além da atuação do **Museu Júlio de Castilhos**, do **Museu Antropológico**, do **Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul** e do **Museu Joaquim José Felizardo**, com destaque para atuação no último na musealização da Arqueologia Histórica, temos a criação do **Museu Universitário de Arqueologia e Etnografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, também devotado, assim como os demais museus universitários mencionados, às pesquisas, deixando a musealização em plano secundário. Em Taquara, o **Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul** passou nesse período por crises estruturais, associadas à falta de verbas e de pessoal especializado. Por sua vez, o **Instituto Anchieta de Pesquisas** e os **Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul**, continuaram voltados apenas à pesquisa arqueológica, cada vez mais relacionada à Arqueologia Preventiva.

À guisa de conclusão, o abandono da identidade museológica e o afastamento entre os campos da Museologia e da Arqueologia marcaram as últimas décadas do século XX. Grande parte das instituições mencionadas para o período não consiste em museus propriamente ditos, carecendo de uma cadeia operatória museológica, composta por ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação, o que revela um quadro específico da musealização da Arqueologia Brasileira no período. Essas instituições, muitas inseridas na tutela universitária, estiveram direcionadas, sobretudo, para a pesquisa, sendo cada vez mais comum o desenvolvimento de estudos no bojo do licenciamento arqueológico de empreendimentos diversos, ou mesmo o fornecimento de endossos institucionais à empresas de arqueologia. Não obstante, devemos lembrar que a efervescência promovida pelos licenciamentos ambientais também resultou no aporte de verbas para essas instituições, promovendo, inclusive, a criação do primeiro museu totalmente associado a esse processo: o Ecomuseu de Itaipu, fundado em 1987. Outros museus seriam criados no século XXI a partir do licenciamento de empreendimentos, como o Museu de Arqueologia de Xingó, no estado de Sergipe, e o Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha, no interior paulista. Para compreender essa e outras facetas do tema aqui estudado, procuramos, no Capítulo 2, refletir sobre os processos que marcaram a interface Museologia – Arqueologia, a partir da configuração desses campos no contexto contemporâneo.

1.4. Museus, Arqueologia, Memórias e Identidades: uma primeira síntese

“a identidade é uma construção que se narra”

Néstor Garcia Canclini, 2008

No Brasil pós-independência, cuja identidade nacional estava lentamente em construção, as visões a respeito das populações indígenas não foram únicas: o índio histórico, “matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência” contrastou com índio contemporâneo, integrante das “hordas selvagens”; que erravam pelos sertões incultos (Lourenço, 2009, p.13). Como vimos, a Arqueologia se prestou à busca de vestígios de civilizações que figurassem na construção de uma identidade nacional, ao mesmo tempo em que suas práticas estiveram correlacionadas a políticas colonialistas. A Exposição Antropológica de 1882 foi apresentada como ápice desse regime discursivo.

A partir da década de 1920 novas teses nacionalistas nasceram com o movimento modernista. Segundo Chagas esse movimento foi uma

“colcha de retalhos à brasileira. Conjunto de cores (tendências) diversas. Misto de festa e rigor de pesquisa, de destruição e construção de valores, de individualismo e consciência social, de pragmatismo e romantismo, de abrigo e desabrigo incômodo, de nacionalismo e universalismo, de ruptura e tradicionalismo” (Chagas, 1998, p.55).

Como ponto de convergência tem-se a busca incessante em inserir o Brasil no concerto internacional das nações modernas, sem abrir mão de particularidades que distinguem o país nesse concerto. Não obstante, no âmbito das políticas de preservação as ideias modernistas em jogo, expressas no Anteprojeto de Mario de Andrade e no Decreto-Lei de 1937 trouxeram olhares bastante diferenciados.

“Mário de Andrade teorizava sobre uma ‘desgeografização’ do Brasil, a fim de descobrir, para além das diferenças regionais, uma unidade subjacente relativa à sua identidade, buscando extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto e, dessa forma, pertencer ao ‘quadro internacional’. Filiava-se assim a uma matriz romântica do pensamento, que por sua vez, opunha-se às ideias de que Carlos Drummond de Andrade seria um legítimo representante. Concebidas a partir da crença na universalidade da arte e da cultura, e preocupadas com um provincianismo que limitava as possibilidades de inserção no quadro internacional, as ideias às quais se alinhava Drummond vinculavam-se, dessa forma a uma matriz iluminista e racionalista de pensamento” (Chuva, 2009, p.107)

A ‘vitória’ do grupo mineiro integrado por Drummond foi mais um passo, decisivo, para a configuração do papel coadjuvante do patrimônio arqueológico. Sem a magnitude almejada, os vestígios arqueológicos e correspondentes narrativas não se encaixavam nessas narrativas da nação. Isso não impediu, que o outro lado da moeda, a associação das pesquisas arqueológicas com uma geoestratégia se concretizasse. No final da década de 1940, pesquisas coordenadas por Clifford Evans e Betty Meggers foram desenvolvidas no

Amapá, no âmbito do Museu Territorial. Os mesmos pesquisadores protagonizaram, anos mais tarde e em plena ditadura militar, o PRONAPA, contando com apoio do IPHAN.



A população brasileira
 Mais de metade da população de nosso país é constituída por indivíduos de cor branca, descendentes de europeus. Os mestiços correspondem a cerca de 30% e os negros a menos de 10%.

Figura 17. Ilustração do livro didático de Geografia do Brasil. A tese de que o Brasil é uma Nação branca também foi determinante para o papel coadjuvante dos vestígios arqueológicos associados à dita 'minoría' indígena. Da mesma forma, a permanência dessas ideias fez com que apenas tardiamente a Arqueologia Histórica voltasse seu olhar para os grupos afrodescendentes (Fonte: Aroldo de Azevedo, 1948 Apud Nava, 2007)

A pesquisa arqueológica continuou a existir nos museus, cada vez mais atrelados a estruturas universitárias, assim como a correspondente criação de acervos arqueológicos. Entretanto, as narrativas construídas foram marcadas por um tecnicismo científico. A comunicação museológica foi resultado de esforços de profissionais que sonhavam aproximar o patrimônio arqueológico da sociedade, não compondo uma política estruturada.

Antes de iniciarmos a análise das tensões do presente, convém refletirmos sobre a relação entre patrimônio arqueológico e identidade, relação tão reiteradamente apontada ao longo desse capítulo. Partimos da seguinte questão: quais os limites, perigos e potencialidades dessa relação no contexto contemporâneo.

Para tanto, consideraremos escritos de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1987a, 1987b, 1993, 1994, 2006, 2007b) e Néstor Garcia Canclini (1994, 1989/2000, 2004/2007, 2008).

Meneses defende que a preservação do patrimônio arqueológico como contribuição à formulação ou reforço de uma identidade cultural não tem autonomia ou natureza própria, uma vez que conflui para questões gerais como os conceitos de identidade e memória (1987). O autor afirma que a identidade trata-se, antes de tudo, de uma atitude conservadora que privilegia o reforço em detrimento da mudança, se alimentando da

repetição. Ademais, a identidade é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e também só se transforma socialmente.

Canclini (2008, p.24) defende que a noção de identidade é marcada por uma atitude violenta em relação ao outro, propondo em seu lugar o conceito de reconhecimento. O reconhecimento implica em reciprocidade, possibilitando uma dialética do mesmo e do outro. Para o autor o deslocamento dos cenários onde se exerce a cidadania, e a reestruturação do peso do local, do nacional e do global no contexto contemporâneo requer que repensemos à forma pela qual as políticas culturais representam as identidades.

A identificação é um processo de construção de imagem, por isso terreno propício para manipulações. No que tange à identidade nacional, sempre envolve o silenciamento de contradições e a construção de uma imagem supostamente harmoniosa. O patrimônio assume uma função anestésica (Meneses, 1987a, p.183). Nesse sentido, a construção de narrativas onde o patrimônio arqueológico compõe uma identidade nacional teria a mesma perspectiva homogeneizante.

Cabe aos museus a construção de processos de comunicação museológica onde a relação entre patrimônio arqueológico e processos de construção de identidades homogêneas sejam abordados de forma crítica. Dessa forma, acervos advindos das expedições do século XIX que participaram, mesmo que de forma coadjuvante, de práticas e discursos colonialistas são fruto de processos de saque e extermínio, processos que podem ser abordados criticamente pela Museologia. Com isso poderemos ‘des-colonizar’ (Haber, 2008) a musealização da Arqueologia. Lembramos ainda como a incorporação da Arqueologia na construção das identidades latino-americanas significou que

“la Europa civilizada ingirió a La América india. A pesar de que la historia que cuenta es la historia de ‘otros’ la apropió (y glorificó, sobre todo em el aparato mnemónico) como la historia de ‘todos’. De ese ‘todos’, sin embargo, fueron excluidos los indígenas contemporáneos, indignos y degradados sucesores de las grandezas del pasado, representados al margen de la historia como sujetos condenados y distanciados, dueños (acaso) de una temporalidad detenida” (Gnecco, 2009, p.17, grifo nosso)

Certamente esses processos foram menos marcantes na história cultural brasileira, mas nos permitem olhar a questão entre museus, patrimônio arqueológico e identidade nacional por outro ângulo.

Meneses mostra que identidade e poder não se dissociam, apontando o perigo do museu considerar a identidade como “substância, quintessência de valores e qualidades a priori positivas, imunes a qualquer crivo” (Meneses, 1993, p.208). Como construção social “A identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado – mas é um passado também ele construído e reconstruído no presente, para atender aos reclamos do presente” (Meneses, 1993, p.210). Dessa forma, o autor

busca ressaltar o caráter problemático das questões da identidade, caráter que, segundo ele, o museu não teria tomado consciência.

Ao distinguir três níveis de atuação dos museus: o universal, o nacional e o local/regional o autor aponta a inserção dessa problemática em cada um desses níveis.

Os grandes museus representariam o primeiro nível, onde a própria pretensão à universalidade já é um sintoma do etnocentrismo (Meneses, 1993, p.213). Cabe recordar que o Museu Nacional nasceu com essa pretensão, como um metropolitano, fato que explica as famigeradas múmias na instituição.

Os museus de horizontes nacionais são os que mais riscos correm na abordagem da identidade, por sua necessidade de dar conta de uma suposta totalidade da nação, obrigando a sínteses históricas discutíveis (Meneses, 1993, p.213). Meneses (2007b) faz uma crítica contundente a respeito de uma suposta identidade arqueológica brasileira

“À exceção de alguns casos de quilombolas e dos grupos indígenas em reservas ou de comunidades nativas de descendentes, que ainda mantêm vínculos contínuos e identificáveis com seus antepassados pré-coloniais, que identidade global ou que memória unitária pode a sociedade brasileira como um todo pretender das culturas que ocuparam nosso território antes da chegada dos europeus? E qual seria o foco de referência: o tronco mais numeroso e espalhado, os tupis-guaranis? (...). Poderíamos, assim, nós também, como um bloco, dizer *nossos antepassados, os tupis-guaranis*? Não. E por quê? Porque, como afirmava o antropólogo Darcy Ribeiro, os grupos indígenas estão na nossa história por exclusão, presentes por ausência (...). De maneira que a identidade arqueológica pode significar muitas coisas, mas não nessas propostas genéricas e homogeneizadoras.” (Meneses, 2007b, p.28, grifo nosso)

No âmbito do Museu Nacional encontraremos essa tentativa, em uma espécie de ‘congelamento’ da exposição antropológica de 1882. Como veremos no Capítulo 3, a recente inclusão de uma exposição de Arqueologia no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro também reflete de modo desastroso uma tentativa nesse sentido.

Para Meneses (1993, p.214) os museus locais/ regionais seriam aqueles em que os processos de identidade encontrariam um espaço mais aceitável de expansão. Entretanto, adverte ao perigo de que esses museus exerçam papéis compensatórios de refúgio ou de espelhos de uma pretensa unidade, uma vez que não há realidade local/ regional homogênea ou estática.

No que concerne à memória, compreendida como suporte fundamental da identidade, Meneses destaca duas características de especial importância: o caráter seletivo e a possibilidade de indução da memória (Meneses, 1987a). É preciso reconhecer que tanto a memória como a identidade são campos de negociação (Meneses, 2007b).

Adotamos ao longo desse trabalho o conceito de memórias exiladas proposto por Bruno (1995) para compreender a inserção dos vestígios arqueológicos e correspondentes narrativas na história social brasileira. Esses vestígios são onipresentes em nossas instituições, mas raramente são tomados como referências culturais.

Não obstante, em diversos pontos do país, objetos pré-coloniais são vistos pela população como fenômenos sobrenaturais ou associados à colonização europeia⁶², o que nos remete a amnésia. Vale apontar que memória e esquecimento andam juntos. Em outros casos a negação das ocupações indígenas de um território é configurada por memórias subterrâneas, conceito de Michel Pollack (1989), para descrever as memórias proibidas, vergonhosas e inconfessáveis⁶³.

Por fim, ainda no que concerne à relação entre museu, arqueologia e memória social, temos o que estamos denominando provisoriamente de memórias transfiguradas. Na região do Cariri, sertão do Ceará, as populações indígenas estão completamente inseridas na memória social, mas de forma transmutada, como ‘animais ferozes’ a serem pacificados, imagem veiculada na história local.



Figuras 18 a 21. Estátua de cerâmica da cultura Santarém presente em publicações diversas. Essa peça, símbolo das ‘civilizações’ amazônicas, foi recorrentemente selecionada nas ações de divulgação da Arqueologia: na edição comemorativa da Exposição Antropológica de 1882 (Fonte: Arquivos do Museu Nacional, 1885), na capa do número 3 da Revista do Sphan (Fonte: Sphan, 1939) e nas capas de revistas de 2005 (Fonte: Nossa História, nº22) e 2008 (Fonte: Nova Escola, nº212). As mentalidades marcadas pela busca de vestígios de civilizações tem marcado a comunicação da Arqueologia Brasileira.

Vale ainda retomarmos algumas reflexões pontuadas por Canclini no que concerne à relação do patrimônio cultural e à construção imaginária do nacional. De antemão, destaca-se no pensamento do autor a ideia de que “todo patrimônio e toda a narrativa histórica e literária é a metáfora de uma aliança social” (Canclini, 2008, p.118), portanto imersa na dialética entre memória e esquecimento, configurada em relações de poder.

⁶² Lâminas de machado são recorrentemente compreendidas como ‘pedras de raio’ e vasilhas cerâmicas como ‘potes de ouro’ enterrados por colonizadores.

⁶³ Por exemplo, no oeste paulista onde no início do século XX as populações indígenas foram exterminadas pelos colonizadores, que vieram se estabelecer tardiamente na região. Atualmente, pesquisas arqueológicas têm estudado diversos sítios indígenas de datas recentes. Parte da sociedade que ocupa a região atualmente descende dos primeiros colonizadores que participaram desse massacre e constrói narrativas outras para explicar esse processo histórico, negando a existência desses grupos em tempos recentes.

Canclini (1994) distingue quatro paradigmas político-culturais a partir dos quais se definem os objetivos da preservação do patrimônio. No tradicionalismo substancialista e no imaginário conservacionista-monumentalista as ações no campo patrimonial independem da relevância social e dos usos atuais do patrimônio. No tradicionalismo substancialista predomina uma visão metafísica e a-histórica da sociedade, onde os bens culturais têm valores em si mesmos. No imaginário conservacionista predominam os bens capazes de exaltar a nacionalidade, de serem símbolos de coesão e grandeza, ações frequentes em museus históricos públicos. Há ainda a concepção mercantilista, onde os gastos são justificáveis quando resultam em dividendos para o mercado imobiliário ou turismo. O consumo desses bens, por sua vez, torna-se marca de distinção. Por fim, o paradigma participacionista, que concebe o patrimônio relacionando-o com as necessidades da sociedade. Os esforços da Sociomuseologia estão associados a essa última visão.

No Brasil, o imaginário associado à preservação do patrimônio arqueológico tem sido marcado principalmente pelo tradicionalismo substancialista e algumas vezes pelo conservacionista – quando existem os ‘vestígios de civilizações’. A concepção mercantilista não tem sido marcante. Entretanto, o paradigma participacionista tem papel especial nessa reflexão.

Meneses (1987a) ao sistematizar as razões utilizadas para a preservação do patrimônio arqueológico no Brasil distingue três motivações: uma associada às raízes da nossa cultura; uma motivação relacionada a uma contribuição desse patrimônio à humanidade e, por fim, uma motivação gerada pelo caráter monumental desse patrimônio ou por peças de interesse formal excepcional. Meneses chama atenção para o alcance limitado dessas motivações, apresenta, então, motivações úteis para a reflexão aqui intentada: a razão científica, a razão afetiva e razão política. A primeira consiste na antropofagia arqueológica do patrimônio, ao fato de que esses vestígios permitem o estudo de fenômenos sociais das sociedades humanas, possibilitam a compreensão de como os homens se organizam em sociedade, como as sociedades se articulam e se transformam. As demais razões apontadas incidem sobremaneira na antropofagia museológica do patrimônio. Nesse sentido identidades e memórias locais/ regionais podem e devem ter lugar na musealização da arqueologia, não como categorias essencialistas e homogêneas, mas como componentes que possibilitam o aprofundamento da consciência histórica.

Nesse sentido, nos proporemos ao longo dos Capítulos 3 e 4 a refletir sobre o potencial da musealização da Arqueologia Pré-Colonial e da Arqueologia Histórica no Brasil, sendo essa última perspectiva ausente nas análises dos autores mencionados até o momento. Mas antes de chegarmos a essas reflexões cabe examinarmos a configuração dos campos da Arqueologia e da Museologia no presente.

CAPÍTULO 2. TENSÕES DO PRESENTE

No capítulo precedente esboçamos alguns aspectos da relação entre Museus e patrimônio arqueológico sob uma perspectiva histórica. Neste capítulo nos deteremos no exame da configuração contemporânea dos campos científicos da Museologia e da Arqueologia, procurando compreender as variáveis que influenciam a relação entre museus e patrimônio arqueológico no cenário atual.

O **campo** é constituído por dois elementos: existência de um capital comum e luta pela sua apropriação (Bourdieu, 1997/2004). Desse modo, o campo seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Segundo Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos dotados de relativa autonomia, regidos por regras próprias. O campo está relacionado às relações objetivas impostas a todos, que determinam possíveis formas de interação, ou seja, não se reduz ao conjunto de interações entre agentes individuais, mas sim com o espaço social de relações objetivas. O autor aponta que, para construir realmente a noção de campo, teve de ultrapassar a primeira tentativa na qual tentou analisar o ‘campo intelectual’ como universo autônomo de relações, “com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual (...) tinham disfarçado as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes”(Bourdieu, 1989/ 2007, p. 66). Desse modo, é necessário “Compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se jogam” (Bourdieu, 1989/ 2007, p. 66, grifo nosso).

A configuração do campo é influenciada por diversos fatores: 1) a base de dados; 2) os recursos disponíveis; 3) os contextos institucionais; 4) a formação dos agentes do campo; 5) a posição social e o correspondente capital cultural dos profissionais; e, por fim 6) a produção do campo é influenciada por progressos em outras áreas correlatas. Procuraremos traçar sinteticamente fatores relacionados, sobretudo, aos contextos institucionais, aos recursos e à formação dos agentes dos campos da Museologia e da Arqueologia, passando, posteriormente, ao exame da interação entre esses campos, tomando como base as informações constantes nas portarias de pesquisa arqueológica publicadas no Diário Oficial da União [campo da Arqueologia] e no Cadastro Nacional de Museus [campo da Museologia].

2.1. Museologia: conformação do campo contemporâneo

2.1.1. *Um efervescente cenário museal*

Antes de nos determos à configuração da Política Nacional de museus, vale a pena retomarmos pontos importantes relacionados às transformações ocorridas nas últimas décadas no cenário museológico, transformações essas que têm influenciado sobremaneira a referida política.

As expectativas e desafios presentes em diversos documentos produzidos pela comunidade museológica internacional nos últimos cinquenta anos convergem para uma mesma preocupação: qual o papel social dos museus no mundo contemporâneo? (Araújo & Bruno, 1995, p.5). Esse questionamento marca, de forma bastante significativa, o cenário museal brasileiro contemporâneo. Destacamos alguns documentos particularmente importantes para a compreensão desse contexto: a Declaração Mesa-Redonda de Santiago do Chile [1972], a Declaração de Quebec [1984] e a Declaração de Caracas [1992]⁶⁴ (Primo, 1999a).

Na **Mesa-Redonda de Santiago** aparece, pela primeira vez, o conceito de Museu Integral, apontando a necessidade de que essa instituição passasse a considerar a totalidade dos problemas da sociedade. Outro ponto a ser destacado reside na noção do museu enquanto ação, ou seja, um museu como ferramenta de transformação social. Passadas mais de três décadas, essas ideias já são avaliadas sob uma perspectiva crítica.

Na década de 1990, Hugues de Varine-Bohan (1995), ao avaliar o papel da Mesa de Santiago, enfatizava que, à parte os museus 'tradicionais', os museus estariam vivendo alguns fenômenos que estavam no embrião do movimento de Santiago, sobretudo na multiplicação de formações e de grupos de museólogos e na proliferação de museus locais. À época de sua avaliação, Varine-Bohan destacava que o museu estava "pronto para desempenhar seu papel libertador das forças criativas da sociedade, para a qual o patrimônio não é apenas um objeto de deleite, mas, antes de tudo, uma fonte maior de desenvolvimento" (Varine-Bohan, 1995, p.19). No cenário museológico contemporâneo, as assertivas do autor continuam atuais e a noção de museu como instrumento de desenvolvimento integrado tem, cada vez mais, um peso maior nos processos museológicos em curso e já se faz notar também nos 'museus tradicionais'.

⁶⁴ Vale salientar outro documento importante, sobretudo no cenário brasileiro: as conclusões do **Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus** (Rio de Janeiro, 1958). Esse encontro abordou a função educativa dos Museus, ressaltando o papel da exposição enquanto veículo de comunicação com a sociedade. Contudo, neste documento ainda vemos a noção de Museologia como o estudo dos museus (Araújo & Bruno, 1995).

Moutinho, por sua vez, destaca que a Mesa-Redonda de Santiago “representa hoje em dia um passo muito importante no processo de transformação da Museologia. Ao por em evidência a prioridade da acção museal no campo da intervenção social, abriu efectivamente as portas para um repensar global da museologia” (Moutinho, 1989, p.30).

Já Marcelo Araújo e Cristina Bruno (1995) chamam a atenção para o perigo da crise de identidade institucional gerada no bojo desses movimentos, na qual os museus se confundiram com outros modelos de ação cultural, como casas de culturas, memoriais e centros culturais.

No universo museal, as ideias contidas em Santiago representam, de fato, um passo fundamental em um longo caminhar em busca de uma nova prática museológica, mas cabe aqui lembrar que em muitos países ainda temos a exclusão de imensas camadas da sociedade dos Museus, para as quais esses continuam sendo, no senso-comum, o ‘lugar das coisas velhas e sem vida’.

Em 1984, a **Declaração de Quebec** aparece como outro momento importante de afirmação das ideias presentes em Santiago. O Ateliê Internacional Ecomuseus – Nova Museologia, ocorrido em Quebec, em Outubro de 1984, pretendia aprofundar e rever conceitos, além de reunir ações pulverizadas no âmbito das práticas museológicas. Nesse ateliê, a constatação da existência de uma nova postura museológica, renovadora, criativa e militante mais ampla que a ‘ecomuseologia’⁶⁵, gerou, em um primeiro momento, embates (Moutinho, 1995). Contudo, para entendermos tais embates temos de discorrer um pouco sobre o surgimento dos ecomuseus.

Os ecomuseus surgiram na França na década de 1960, ligados às tendências de autogestão, posturas contra-culturais e protestos ecológicos. Esse conceito foi gestado nas jornadas de Lurs, em 1966 (Cândido, 2008), e, em sua elaboração e consolidação, destaca-se a atuação de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan. A conceituação elaborada por G. H. Rivière nos mostra claramente o conceito de um museu como instrumento da população, em relação profunda com a identidade e ligado ao auge do turismo que se via à época:

“Um ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população concebem, fabricam e exploram conjuntamente (...). Um espelho no qual essa população se observa, para reconhecer-se nele, onde busca a explicação do território a que está unido, junto das populações. Um espelho que essa população apresenta a seus hóspedes para fazer-se compreender melhor; em respeito ao seu trabalho; seus comportamentos; sua intimidade” (Rivière Apud Primo & Moutinho, 2002, p.1).

Bolanõs (2002, p.282) ressalta que o conceito de ecomuseu fundamentava-se em noções que poderiam ser reconhecidas à época como “anti-museísticas” como, por

⁶⁵ Além dos ecomuseus, tínhamos ações museológicas inovadoras em museus de vizinhança e museus de arqueologia industrial, por exemplo.

exemplo, a atenção voltada ao mutável e não ao permanente, a conservação da natureza como obra de arte e a noção antropológica de cultura.

Em Quebec, ficou clara a multiplicidade de formas que essas experiências tinham adquirido e reconhecia-se a existência do Ecomuseu Tradicional, que consistia em um museu tradicional polinucleado e do Ecomuseu de Desenvolvimento. Cabe destacarmos algumas das preocupações desse último: a articulação da tríade População-Patrimônio-Comunidade; o desenvolvimento integrado como meta; a sustentabilidade do projeto; a valorização das identidades locais e a consolidação do exercício da cidadania. Ao relatar a experiência no âmbito do Ecomuseu da Murtosa (Primo & Moutinho, 2002), os autores ressaltam a relação desses museus com questões do desenvolvimento sustentável e a necessidade de um pensamento museológico que corresponda às necessidades do mundo contemporâneo, aspectos inerentes à função social dos museus.

Desse modo, um dos pontos importantes do Ateliê de Quebec foi o reconhecimento de um movimento que ocorria de forma isolada em diversos países, sob diferentes denominações: Ecomuseologia, Museologia Comunitária, Museologia Social; mas que não podia deixar de ser considerado como uma mudança no seio da Museologia. Esse movimento viria ser consolidado com a criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia MINOM, no ano seguinte, em Portugal.

Consolidou-se a ideia de que o objetivo da Museologia já não era o estudo da organização e das funções dos museus, mas “deveria ser o desenvolvimento comunitário, promotor de postos de trabalho pela revitalização artesanal, agrícola e industrial” (Moutinho, 1995, p.27).

Podemos destacar alguns aspectos específicos da Nova Museologia, segundo Quebec: a memória coletiva deveria ser considerada como patrimônio primordial, assim, a atenção estaria voltada, sobretudo, aos sujeitos sociais e não aos objetos de coleção, resultando em um fazer museológico voltado ao desenvolvimento comunitário. Nesse processo, a interdisciplinaridade teria papel de destaque, assim como a interpretação e a participação comunitárias como métodos museográficos (Moutinho, 1989). Transcrevemos a seguir uma avaliação sintética de Mário Moutinho sobre a Declaração:

“Para concluir, o que mais nos parece ser de realçar na declaração de Quebec não é de certa forma qualquer novidade conceitual no texto em si, pois desse ponto de vista retoma, com as devidas atualizações, o essencial da declaração de Santiago, mas sim o fato de ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelavam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional autônoma” (Moutinho, 1995, p.28).

De importante papel nesse processo foi também a **Declaração de Caracas**, em 1992. Esse documento faz uma releitura do documento de Santiago e, ao salientar o papel

do Museu como canal de comunicação, dá mais um passo nesse movimento de renovação da Museologia.

Para Horta (1995, p.34), Caracas representaria a superação da visão presente em Santiago na qual o Museu, “cheio de certezas”, põe-se a conscientizar as massas, para uma visão do museu como parceiro e instrumento de desenvolvimento. Contudo, a nosso ver, uma perspectiva museológica dialógica já estava presente em diversas experiências realizadas anteriormente, sendo importante considerar a historicidade desses fenômenos, sendo a Museologia uma área de conhecimento em construção, fruto de contextos econômicos, sociais e culturais específicos.

Cabe destacar que os três encontros aqui destacados ocorreram na América Latina, apontando o protagonismo dos profissionais desses países na construção de um novo exercício museológico. Desse modo, a

“América Latina marcada historicamente pelos conflitos sociais, econômicos, ideológicos e o crescente fosso que separa os seus países, actualmente subdesenvolvidos, dos países desenvolvidos do restante do planeta, procurou através dos profissionais da área da museologia apontar problemas existentes nas áreas culturais/ educativas/sociais e até mesmo econômicas e indicar caminhos para os solucionar ou no mínimo amenizar algumas das questões no âmbito da Museologia” (Primo, 1999b, p. 7).

Esse estudo é solidário à agenda de reflexões proposta por esses documentos, inserindo-se na Sociomuseologia como área que procura sintetizar o esforço de adequação das instituições museológicas à sociedade contemporânea (Moutinho, 1993, p.6).

Na agenda do MINOM para 2008-2010 vemos cinco linhas de reflexão e ação desse movimento que deixam patente a preocupação da Sociomuseologia com as questões do desenvolvimento, a citar: multiculturalismo e hibridação cultural; problemática do gênero; museu como entidade prestadora de serviços; intervenção no fórum social mundial e adoção do espanhol como língua de trabalho (MINOM, 2008). Vale ainda ressaltar que o MINOM entende o patrimônio como um instrumento e um recurso para a (re) negociação das identidades e para a prática da cidadania em um novo contexto multicultural, premissas que orientam as estratégias concebidas no último capítulo desta tese.

Vejamos no próximo item como essas ideias afetam o cenário museológico brasileiro contemporâneo.

2.1.2. A Política Nacional de Museus

O cenário museológico brasileiro tem sido marcado por uma crescente dinâmica fortalecida pela implantação, em maio de 2003, da Política Nacional de Museus. Essa política significou uma nova postura do Ministério da Cultura do Governo Federal na qual foi

reconhecida a centralidade dos museus no plano das políticas públicas na área da cultura, assim:

“Os museus brasileiros estão em movimento. Por isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles, apesar deles, contra eles e a partir deles no âmbito de uma política pública de cultura” (Chagas, 2007, p.21, grifo nosso)

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas envolvendo: a elaboração de um documento básico para discussão; a apresentação e debate público desse documento básico, em reuniões ampliadas em março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional; a disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais e, por fim, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial (Chagas, 2007, pp.22-23).

A Política Nacional de Museus é caracterizada por um modelo de gestão que envolve instrumentos institucionais, de fomento e de democratização (Nascimento Júnior & Chagas, 2007). Os princípios adotados valorizam as políticas voltadas à democratização das instituições e à valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus - compreendendo-os como eixos de processos identitários de caráter nacional, regional ou local; o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; o estímulo aos museus de caráter local e o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes. Destacamos como elos de aproximação com o campo da Arqueologia, o potencial dos recursos arqueológicos no âmbito de processos identitários locais, enfatizados na política, assim como o papel de uma arqueologia crítica no âmbito do patrimônio das comunidades indígenas e afrodescendentes, em processos nos quais essas comunidades participam ativamente da pesquisa arqueológica.

Os Eixos Programáticos da Política Nacional de Museus são os seguintes: 1. Gestão e Configuração do Campo Museológico visando à institucionalização e ao fortalecimento do campo; 2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, com estímulo à gestão participativa e troca de ideias; 3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos com o incentivo à criação de novos cursos de graduação em Museologia; 4. Informatização de Museus; 5. Modernização de Infraestruturas Museológicas; 6. Financiamento e Fomento para Museus; 7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais (Chagas, 2007).

Essa política tem mostrado à sociedade brasileira e à comunidade internacional a necessidade de construirmos novos caminhos que garantam o direito à participação e à

decisão, passando pela reestruturação dos museus tradicionais, mas, sobretudo, pelo reconhecimento e fortalecimento dos pequenos museus que “manifestam a relação do dia-a-dia de cada um com a memória, o esquecimento, o patrimônio, a vontade de assumir o direito da cidadania e de querer mudar o mundo” (Moutinho, 2004, p.15).

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais [DEMU] no âmbito do IPHAN, em 2003. O surgimento do DEMU no cenário museal brasileiro possibilitou o fortalecimento dos museus do MinC e a criação do Sistema Brasileiro de Museus, outra ação fundamental para a implantação da Política Nacional de Museus.

Cabe lembrar que o cenário museológico no Brasil contemporâneo é marcado por um grande fervor, uma verdadeira Era dos Museus, uma vez que o Brasil entrou no século XX com 10 museus e saiu com mais de 2000 museus (Nascimento & Chagas, 2007). De particular importância no mapeamento do universo museológico brasileiro é o Cadastro Nacional de Museus, inaugurado em 2005, que tem permitido um delineamento das instituições museológicas do país, facilitando, inclusive, o desenvolvimento de pesquisas sobre essas instituições. Esse Cadastro é uma das principais fontes primárias utilizadas na construção desta tese.

No que concerne às ações de fomento, tem sido privilegiados os médios e pequenos museus favorecendo a capilaridade e diversidade museal, um dos pontos fortes do cenário atual (Chagas, 2007, p.32). A questão do gerenciamento dos acervos, documentação e conservação preventiva têm sido colocadas como um dos principais pontos críticos do cenário contemporâneo (Chagas, 2007, p.33). Nesse sentido, o aumento exponencial dos acervos arqueológicos nos parece um ponto agravante, demandando políticas específicas.

A criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, por intermédio da lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, foi, sem dúvida, um passo fundamental nesse processo. O IBRAM é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC. O Artigo 2º da referida lei, transcrito a seguir, caracteriza o campo de atuação do instituto

Art. 2 Para os fins desta Lei, são consideradas:

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas:

- a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais;
- b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;
- c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e
- d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

- II – bens culturais musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e
- III – atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Cabe salientar que a caracterização das instituições museológicas recai no seu papel como canal de comunicação, no fato desses espaços disponibilizarem acervos e exposições ao público, visando à ampliação do campo de construção identitária. Como vimos no Capítulo 1, diversas instituições responsáveis pela guarda de acervos arqueológicos no país não são museus propriamente ditos, não envolvendo, por exemplo, exposições abertas ao público ou programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio arqueológico como recurso educacional e de inclusão social, para além de Programas de Educação Patrimonial pontuais. Adiante, neste capítulo, veremos que esse quadro tem se agravado no século XXI.

Moutinho (2004), ao analisar o encaminhamento da política para os museus no Brasil, salientou que aquilo que havia sido projetado nas Declarações de Santiago e Caracas era finalmente assumido como essência de um projeto museológico. O autor apontou, ainda, que a experiência brasileira poderia contribuir para uma crítica da definição de museu expressa pelo ICOM. Certamente, trata-se de uma ampliação da intervenção museal para além do trabalho de coletar, conservar e divulgar as coleções que “recheiam a maioria dos museus” (Moutinho, 2004, p.14). O patrimônio não aparece como meta em si, mas como instrumento de ação social.

No âmbito da musealização da Arqueologia, essa nova orientação apresenta desafios e possibilidades específicas. Os acervos arqueológicos no Brasil estão espalhados por instituições que nem sempre atendem às prerrogativas dessa política, conforme apontamos. Essa constatação não se assenta no fato dessas instituições não se autodenominarem museus, mas sim na ausência do referido papel como canal de comunicação.

Existe ainda o desafio da criação de uma agenda de responsabilidades entre IPHAN e IBRAM, uma vez que o primeiro fiscaliza a pesquisa arqueológica, mas serão os museus inseridos na política do IBRAM que herdarão esse patrimônio. Caso contrário o novo cenário poderá aprofundar ainda mais o abismo entre museus e patrimônio arqueológico.

Dessa forma, tratar da relação entre museus e patrimônio arqueológico não significa analisar apenas as instituições museológicas, muito menos restringir o olhar aos museus de arqueologia. O patrimônio arqueológico requer um olhar museológico. Olhar que tem a vocação para transformar o cenário atual, criando estratégias nas quais esse

patrimônio possa propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária e a percepção crítica da realidade cultural brasileira.

2.1.3. *Um olhar sobre a formação*

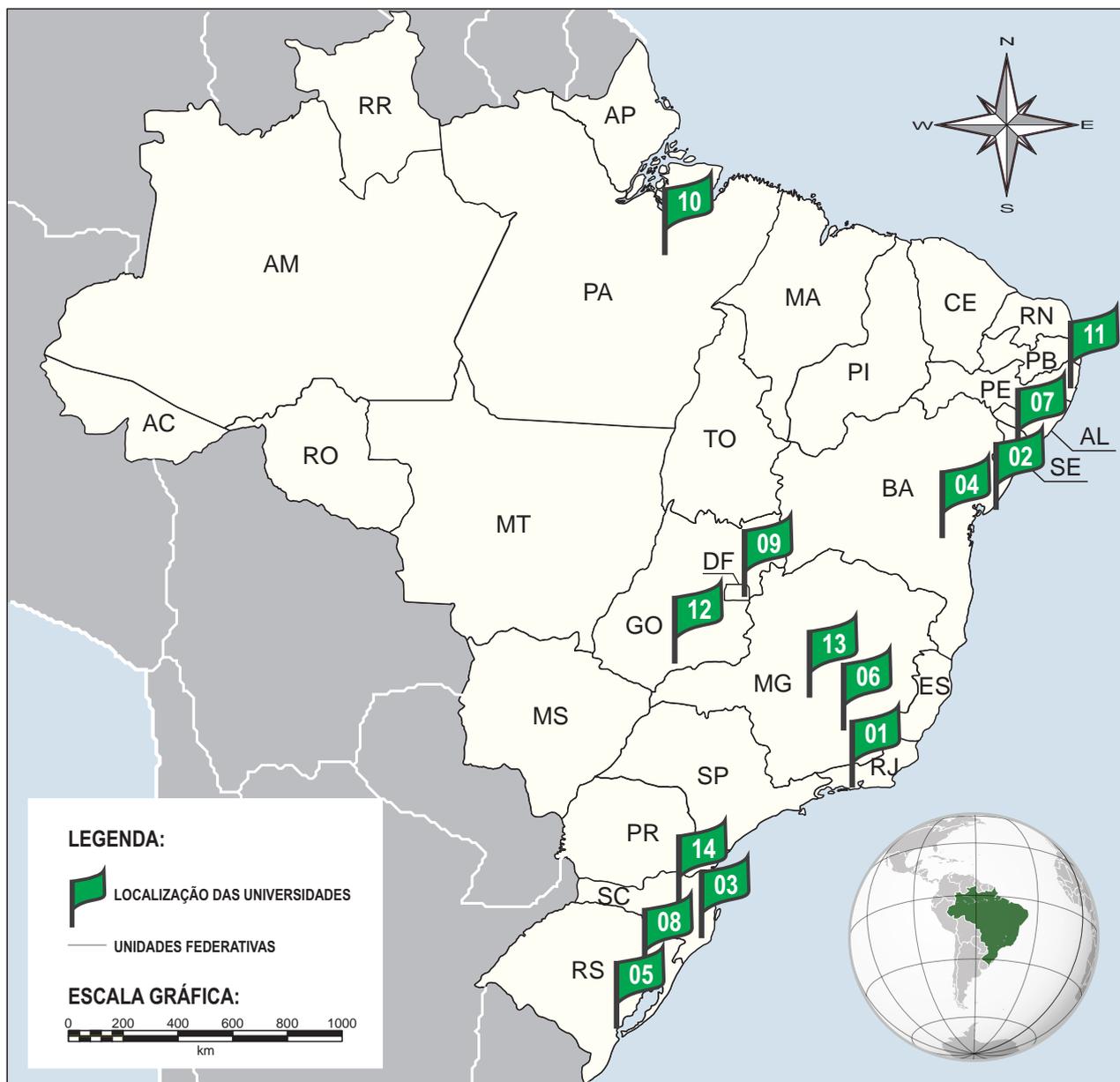
O campo museológico tem sido marcado no século XXI por uma ampliação significativa dos cursos de graduação em Museologia. Durante aproximadamente 40 anos, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro formava museólogos no país. Em 1969, surgiu um segundo curso, em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia - UFBA. Até 2003, estes eram os dois únicos cursos de graduação em museologia existentes no Brasil (Chagas, 2007). Atualmente, são 14 cursos de graduação, distribuídos por quase todas as regiões brasileiras: um no norte [UFPA], quatro no nordeste [UFBA, UFRB, UFPE e UFS], dois no centro-oeste [UFG e UNB], três no sudeste [UNIRIO, UFOP, UFMG] e quatro no sul [UNIBAVE, UFPEL, UFRS e UFSC]. O **Mapa 5**, mostra a distribuição dessas instituições no território brasileiro e apresenta as datas de criação dos cursos⁶⁶.

A expansão dos cursos de graduação em Museologia está inserida no próprio quadro de ampliação dos cursos e, respectivamente, das vagas, nas universidades federais brasileiras por meio do **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal. A criação do programa se justifica na necessidade de expansão das universidades, visto que, em média, no Brasil, apenas 24,3% dos jovens entre 18 e 24 anos tem acesso ao ensino superior. Este programa, conforme o próprio texto introdutório do Decreto, tem o objetivo fundamental de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação” (REUNI, 2010). O programa funciona por meio de planos aprovados pelos órgãos superiores das universidades federais que aderem ao projeto. Muitas mudanças já ocorreram nesse três primeiros anos de REUNI. Logo no início do projeto, em duas chamadas, todas as, então, 53 Universidades Federais brasileiras aderiram ao programa. Segundo o site do REUNI, de 2003, quando se iniciaram as políticas de expansão, até 2010, o programa contribuiu com a criação de 14 novas

⁶⁶ Além dos cursos de graduação, enfatizados aqui, merecem destaque três contextos de ensino de Museologia no nível da pós-graduação: 1) Curso de especialização em Museologia do MAE/ USP, que teve quatro edições entre 1999 a 2006. O curso era estruturado a partir de três disciplinas básicas, seminários intensivos e seminários especiais. A Arqueologia entrava como conteúdo das disciplinas e seminários; 2) Disciplina “Patrimônio Arqueológico e Musealização” no âmbito da Linha de Pesquisa “Musealização da Arqueologia” do MAE/ USP; 3) Mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO.

universidades e 100 novos campi, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos (REUNI, 2010).

Mapa 05. Cursos de Graduação em Museologia no Brasil



CÓDIGO	UNIVERSIDADE	CRIAÇÃO	CIDADE / UF
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1932	RIO DE JANEIRO / RJ
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1969	SALVADOR / BA
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	2004	ORLEANS / SC
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	2006	CACHOEIRA / BA
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2006	PELOTAS / RS
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	2007	OURO PRETO / MG
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2007	LARANJEIRAS / SE
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2008	PORTO ALEGRE / RS
9	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2009	BRASÍLIA / DF
10	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2009	BELÉM / PA
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2009	RECIFE / PE
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	2010	GOIÂNIA / GO
13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2010	BELO HORIZONTE / MG
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2010	TRINDADE / SC

Contudo, antes de nos debruçarmos nos cursos criados no século XXI convém retomarmos alguns aspectos da trajetória histórica dos cursos de graduação em Museologia no Brasil, retrocedendo ao Curso de Museus criado na década de 1930.

O **Curso de Museologia da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro** foi o primeiro curso nesta área criado no país e também o mais antigo das Américas, revelando o protagonismo do Brasil no campo da formação de profissionais de museus.

A origem desse curso remonta à criação do **Museu Histórico Nacional - MHN**, idealizado por Gustavo Barroso e inaugurado em 1922, em comemoração ao centenário da independência. Em 1932, foi criado um **Curso Técnico de Museus**, ligado diretamente à Direção do Museu, com a duração de dois anos e o objetivo de habilitar técnicos. No mesmo ano:

“Gustavo Barroso, que se afastara da Direção do Museu, reassumiu seu posto e passou a gerir o Curso de Museus, imprimindo-lhe sua visão pessoal em relação à Museologia e ao Ensino, consolidando-os fortemente, não só como professor, mas por manter-se como Diretor do Museu Histórico Nacional até seu falecimento em 1959” (Sá, 2007, grifo nosso).

Entre os anos de 1932 e 1969, o curso de museus funcionou como epicentro da formação de técnicos-conservadores no Brasil, sendo a única formação nesse campo. Em 1944, a duração do curso foi ampliada de dois para três anos, envolvendo habilitações para os Museus de História e de Arte, o curso passou então a funcionar com um currículo mínimo, seguido de formação especializada nas duas áreas (Santos, 2004/2008, p.185). Em 1951, a então Universidade do Brasil, conferiu ao curso mandato universitário. Uma mudança significativa do currículo ocorreu em 1970, quando, pela primeira vez, foi inserida uma disciplina de Museologia Teórica, assim como Comunicação Museológica. Mas longe de representar uma visão progressista, a reforma também inseriu uma ampla gama de disciplinas especializadas voltadas ao estudo técnico dos diversos segmentos de acervos. Em tempos de ditadura militar, também foi inserida ‘Moral e Cívica’. Em 1974, a duração do curso foi ampliada para quatro anos e, em 1977, o curso foi incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro, mais tarde Universidade do Rio de Janeiro (Sá, 2007).

O Curso teve, desde sua criação, disciplinas associadas à área da Arqueologia⁶⁷, embora o perfil das disciplinas tenha sido transformado ao longo do tempo, conforme quadro abaixo.

⁶⁷ O primeiro professor de Arqueologia do curso foi João Anygone Costa, que publicou, em 1936, o livro “Archeologia Geral”, primeiro compendio da Arqueologia Brasileira (Souza, 1991).

Quadro 6. Disciplinas de Arqueologia no Curso de Museologia na UNIRIO (UNIRIO, 2010).

Currículo	Disciplina	Observações
1932	Arqueologia Aplicada ao Brasil	
1934	Arqueologia Brasileira	
1944	Arqueologia Brasileira Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular	Seção de Museus Históricos Seção de Museus Artísticos ou de Belas Artes
1966	Arqueologia Brasileira Arqueologia Brasileira, Arte Indígena e Arte Popular	Seção de Museus Históricos Seção de Museus Artísticos ou de Belas Artes
1970	Arqueologia (Folclore e Arte Popular no Brasil; Geologia, Arqueologia Geral e da Pré-história e Arqueologia do Brasil) Arqueologia (Arte Negra e Indígena no Brasil, Geologia, Arqueologia Geral e da Pré-história e Arqueologia do Brasil) Arqueologia Geral Arqueologia Brasileira	Seção de Museus Históricos Seção de Museus Artísticos Seção de Museus Científicos
2008	Arqueologia Geral Arqueologia das Américas	

Interessante notar que a Arqueologia aparece contemplada em todas as habilitações, sendo pontuada tanto na Seção Museus Históricos, quanto na Seção Museus Artísticos, e ainda na Seção Museus Científicos, presente desde 1970.

Atualmente, o curso oferece 100 vagas por ano, sendo caracterizado por uma grade diversificada, composta por 110 disciplinas, entre obrigatórias e optativas. Deve-se destacar que o curso funciona na Escola de Museologia, onde também é oferecida uma Pós-Graduação [Mestrado] na área.

Por um lado, temos disciplinas que evidenciam a compreensão da Museologia enquanto estudo da relação homem e realidade, fruto da renovação pela qual a Museologia tem passado. Por outro lado, o elevado número de disciplinas voltadas a diversas tipologias de coleções, enfatizando os aspectos técnicos do trabalho museológico, nos revelam a herança institucional desse curso.

A Arqueologia compõe uma disciplina obrigatória “Arqueologia Geral” e uma disciplina optativa “Arqueologia das Américas”, cujos conteúdos são os seguintes:

“Arqueologia Geral - Teoria e método da Arqueologia. Importância na análise da evidência científica e com o apoio à interpretação do desenvolvimento sociocultural da humanidade. Aplicações no trabalho em museus”;
“Arqueologia das Américas - Estudo das principais culturas paleo-americanas para entendimento dos processos de ocupação a desenvolvimento da América Latina e Caribe” (UNIRIO, 2010).

As disciplinas enfatizam aspectos gerais da área arqueológica, sendo que a disciplina optativa traça a história cultural da América a partir da Arqueologia. Tais

disciplinas não envolvem aspectos que aprimorem o trabalho interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia. Dessa forma, a formação do museólogo envolve noções da disciplina arqueológica, mas não necessariamente informações acerca dos problemas museológicos gerados pela Arqueologia, sobretudo, no contexto contemporâneo marcado pela expansão dos estudos e, conseqüentemente, dos acervos arqueológicos no Brasil.

Em 1970, foi instalado o curso de graduação em Museologia da **Universidade Federal da Bahia - UFBA**. Esse curso foi criado a partir da atuação do arqueólogo e historiador da arte Valentin Calderón, assim, a participação de um arqueólogo nesse processo poderia significar uma maior interlocução entre as áreas. Atualmente, não é isso que ocorre. O curso, que funciona Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e oferece duas habilitações - Museus de Arte ou Museus de História, não envolve em sua grade nenhuma disciplina de interface com o patrimônio arqueológico (UFBA, 2010).

Importante lembrar que, em 1984, foi aprovada a Lei 7.287 que regulamentou a profissão de museólogo, fruto de um movimento que congregou a Associação Brasileira de Museologia, o Comitê Brasileiro do ICOM, a Associação de Museólogos da Bahia e a Associação Paulista de Museólogos⁶⁸. A regulamentação da profissão levou a uma ampla discussão acerca do perfil do profissional e sua área de atuação. Entretanto, essas discussões tiveram de ‘esperar’ por duas décadas para a ampliação da oferta de cursos na área.

Um novo curso de Museologia foi inaugurado apenas em 2004 no **Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE**, instituição privada sediada em Orleans, Santa Catarina. O curso oferece uma grade composta por 40 disciplinas, sendo uma disciplina relacionada à Arqueologia intitulada “Arqueologia Geral” (UNIBAVE, 2010).

Em 2006 mais duas instituições passaram a oferecer cursos de graduação em Museologia: a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, localizada no município de Cachoeira, estado da Bahia; e a Universidade Federal de Pelotas, localizada no município homônimo, estado do Rio Grande do Sul.

Na **Universidade do Recôncavo Baiano - UFRB** o curso está inserido no Centro de Artes, Humanidades e Letras e oferece 50 vagas anualmente, no período diurno. Destaca-se no Projeto Político Pedagógico a seguinte definição do campo científico da Museologia:

⁶⁸ Importante destacar que funcionava, desde 1978, em São Paulo o Curso de Museologia no âmbito da Pós-Graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, criado pela profa. Waldisa Rússio de Camargo Guarnieri. O curso era oferecido em três módulos anuais, que funcionavam como cursos de especialização independentes (Pequenos Museus, Museus de Arte e História e Museus de Ciência, Indústria e Técnica), que constituíam os créditos necessários para apresentação de dissertação de mestrado na FESP-SP (Santos, 2008, p.187).

“Museologia é a área do conhecimento que investiga as relações que a sociedade mantém com seu patrimônio, visando à preservação e comunicação do mesmo. Os estudos de Museologia tomam como base o conceito de patrimônio integral (natural e cultural) - ou seja, o conjunto de referências materiais e imateriais definidoras da identidade dos grupos humanos no tempo e no espaço. Compreender a dinâmica existente entre a sociedade e seu patrimônio significa apreender os sentidos que escapam à experiência cotidiana, e colocar em evidência conflitos e interesses gerados pelo esforço de construção de uma memória social, seja esta memória local, regional ou mesmo nacional. Neste sentido, os museus são instituições paradigmáticas. O processo de musealização é um dispositivo de caráter seletivo e político, preso a subjetividades e vinculado a estratégias para atribuições de valores socioculturais. O Museólogo atua de forma crítica como mediador neste processo” (UFRB, 2010, grifo nosso).

Dessa forma, verificamos que essa proposta está alinhada aos pressupostos da Sociomuseologia, destacando o caráter subjetivo dos processos de musealização, sempre seletivos, e destacando a função social do museólogo.

A grade curricular do curso da UFRB é composta por 81 disciplinas, sendo 35 obrigatórias e 46 optativas. Há uma disciplina de “Introdução à Arqueologia”, obrigatória, e uma de “Arqueologia Brasileira”, optativa (UFRB, 2010). Além da existência dessas disciplinas temos como eixo de aproximação entre os campos da Museologia e da Arqueologia o fato de três docentes do curso possuírem formação na área da Arqueologia⁶⁹.

Na **Universidade Federal de Pelotas - UFPEL**, o curso funciona no Instituto de Ciências Humanas, oferecendo 30 vagas, também no período diurno. O Projeto Pedagógico do curso nasceu de uma “proposta de interdisciplinaridade, uma conjunção de diferentes disciplinas curriculares, que pressupõe uma reconfiguração da concepção do saber e uma reformulação na estrutura pedagógica do ensino” (UFPEL, 2009, p.9). Nesse sentido, embora notemos no projeto um destaque para a formação profissional dedicada à atuação na instituição museu, essa instituição é compreendida como “multifacetada, para a qual concorrem as diferentes áreas de conhecimento e visões do cenário museal.” (UFPEL, 2009, p.9), destacando-se o perfil interdisciplinar do campo. São oferecidas 53 disciplinas, sendo 37 obrigatórias e 15 optativas.

A Arqueologia é contemplada em uma disciplina obrigatória, intitulada “Arqueologia e Acervos Museais”, tendo como objetivo “expor e debater a inter-relação entre os trabalhos de Arqueólogos e Museólogos, sua teorização e suas implicações curatoriais e expográficas, a partir de levantamentos históricos, conceituais e metodológicos, bem como de estudos de caso.” (UFPEL, 2009, pp.59-60). Essa definição dos objetivos da disciplina e a bibliografia indicada nos apontam que o campo da Arqueologia é inserido no curso como área de interface, o que nos parece de suma importância na formação em Museologia: não se trata de aceder ao conhecimento construído pela Arqueologia no Brasil, tampouco de compreender os métodos e técnicas dessa disciplina, mas sim de refletir sobre as questões

⁶⁹ Prof.Dr.Carlos Costa, Prof. Ms. Luydy Abraham e Profa. Dra. Fabiana Comerlato.

museológicas que emergem do fazer arqueológico, como por exemplo, a geração de acervos, inerente ao fazer arqueológico, e a necessidade de estratégias de socialização das narrativas construídas no seio da Arqueologia.

Em 2007 mais dois cursos foram criados: na Universidade Federal de Ouro Preto, em Minas Gerais, e na Universidade Federal de Sergipe, no município de Laranjeiras.

Na **Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**, o curso funciona no Departamento de Museologia, oferecendo 40 vagas por ano, no período noturno. São oferecidas 80 disciplinas na grade do curso, sendo 42 obrigatórias e 38 optativas. Temos como disciplina obrigatória “Arqueologia e Museus”, a qual nos parece indicar uma perspectiva interdisciplinar, como a verificada na Universidade Federal de Pelotas. Ressaltamos que nesse curso a

“A Museologia é a área de conhecimento que estuda o museu como fenômeno e a sua interação entre o homem, a cultura e a natureza, bem como as diversas modalidades de museus: o museu intramuros (também chamado de museu tradicional), o parque, o jardim botânico, o zoológico, o aquário, o planetário, o centro de ciências, a cidade-monumento e o ecomuseu. Ela aborda as metodologias, técnicas de investigação, documentação, informação, preservação, conservação, comunicação e administração relativas aos museus.” (UFOP, 2010, grifo nosso)

Dessa forma, a Arqueologia é compreendida em sua interface com o museu, sendo esse último compreendido como objeto de estudo da Museologia. Destaca-se a existência na UFOP de um Departamento de Museologia, o que teoricamente dá maior autonomia ao curso.

Na **Universidade Federal de Sergipe - UFS** o curso está inserido no Centro de Educação e Ciências Humanas, oferecendo 50 vagas no período manhã/ tarde. São oferecidas 48 disciplinas na grade do curso, sendo 27 obrigatórias e 21 optativas. A Arqueologia aparece mencionada apenas em uma disciplina optativa intitulada “Museus Etnográficos e Arqueológicos” (UFS, 2010).

Em 2008, surge o curso de graduação em Museologia da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**, inserido na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, oferecendo anualmente 30 vagas no período vespertino. A grade curricular do curso é composta por 99 disciplinas, sendo 31 obrigatórias e 68 optativas. São oferecidas duas disciplinas optativas no campo da Arqueologia, a saber: “Arqueologia e Cultura Material” e “Tópicos em Antropologia: Arqueologia”. Essas disciplinas revelam a compreensão, no âmbito do curso, da Arqueologia enquanto campo associado à Antropologia, assim como aos estudos de cultura material (UFRGS, 2010).

No ano 2009, mais três cursos de Museologia são criados: nas universidades federais de Brasília, Pará e Pernambuco.

O curso de Museologia no âmbito da **Universidade de Brasília – UNB** funciona na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, oferecendo 30 vagas por semestre no período vespertino. Segundo o projeto acadêmico do curso, a estrutura curricular deveria englobar “os principais núcleos de conteúdos específicos de Museologia e das ciências afins – Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação, História, Arte, Antropologia etc. – e dos conhecimentos sociais, políticos e culturais de modo a favorecer uma ampla e sólida formação” (UNB, 2010). Os conteúdos curriculares do curso são organizados nos seguintes eixos: Teoria e prática museológica; Museologia e Informação⁷⁰; Museologia e patrimônio cultural e Preservação e conservação de bens culturais. São ao todo 56 disciplinas, 29 obrigatórias e 27 optativas. Nenhuma disciplina aborda o campo da Arqueologia e do patrimônio arqueológico (UNB, 2010).

Na **Universidade Federal do Pará - UFPA**, o curso de Museologia oferece 30 vagas por ano, em período Integral. O curso de Bacharelado em Museologia surgiu como proposta da Faculdade de Artes Visuais e do Instituto de Ciências da Arte, estando inserido nesses domínios. Essa graduação tem sido pensada desde a década de 1990, tendo sido fundamental a atuação do grupo de profissionais ligados ao Conselho Regional de Museologia [COREM – 6ª Região] e a existência do REUNI (UFPA, 2010). Cabe apontar que, segundo o Projeto Político Pedagógico, uma das justificativas para criação do curso está associada a necessidade de aprimoramento da comunicação do passado indígena regional, abordado pela Arqueologia

“A História e a Pré-História dos povos da Amazônia poderá ser melhor resgatada e comunicada, com documentos e objetos museais, desde que, se aumentasse a profissionalização nos museus existentes e nos que venham a ser criados e se implantassem novos laboratórios de conservação e restauro; edificações adaptadas adequadamente ou bem projetadas/construídas para o uso de museu e sobretudo, a permanente qualificação dos seus quadros funcionais.” (UFPA, 2008, grifo nosso).

O curso oferece 41 disciplinas obrigatórias e 15 optativas, totalizando 56 disciplinas.

A Arqueologia é uma disciplina obrigatória que tem por finalidade do

“Estudo das culturas americanas do período pós-colombiano [sic], desde as culturas paleoíndias até as altas civilizações mesoamericanas e andinas. Estudo das formações sociais, subsistência econômica e cultura material, incluindo as produções técnicas e artísticas.” (UFPA, 2008).

Dessa forma, embora tenha existido uma preocupação referente a necessária atuação do museólogo na preservação e comunicação do patrimônio arqueológico, que tem na região norte do Brasil uma inserção bastante específica, o que vemos expresso na

⁷⁰ Constitui um embrião do tronco comum aos três cursos da Faculdade de Ciência da Informação – Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia -, com perspectivas de amadurecimento e transformação, objetivando configurar-se numa área de conhecimento comum (UNB, 2010).

ementa do curso - inclusive com erros de definição pois a arqueologia estuda tanto o período pré-colombiano quanto pós-colombiano, se quisermos usar delimitadores cronológicos para seu enquadramento - e na própria bibliografia indicada é uma visão estática da disciplina arqueológica, sem a necessária abordagem dos pontos necessários para a construção da interface Museologia – Arqueologia. Notamos ainda a ênfase, já mencionada em outras partes dessa tese, na busca por ‘civilizações’, marcada pela visão ocidental moderna de patrimônio, a qual não se coaduna com o contexto contemporâneo, marcado pela hibridação, interculturalidade, ruptura e caos, resultando em uma crise de representação da arqueologia (Merrinan, 2000).

O curso de Museologia da **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE** está vinculado ao Departamento de Antropologia e Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, oferecendo 30 vagas por ano, no período noturno. O curso está organizado em três grandes eixos: “Museu e patrimônio”; “Museu, cultura e sociedade” e “Museu e Tecnologia”. São ao todo 38 disciplinas, sendo 30 obrigatórias e 8 optativas. A Arqueologia não é mencionada em nenhuma das disciplinas. Temos ainda três laboratórios no curso, a saber: o Laboratório de Conservação Preventiva; o Laboratório de Montagem de Exposição e o Laboratório de Documentação Museológica. Os “objetos arqueológicos” são mencionados na gama de segmentos patrimoniais a serem conservados no âmbito do primeiro laboratório (UFPE, 2010).

Em 2010 mais três cursos foram abertos, nas universidades federais de Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina.

Na **Universidade Federal de Goiás – UFG**, o curso é ligado à Faculdade de Ciências Sociais, oferecendo 50 vagas no período noturno. A estrutura do curso foi concebida tendo como base a organização da disciplina museológica em Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada, explicitada na Introdução dessa tese (Lima et al, 2010). As disciplinas são divididas em Núcleo Comum [26], Núcleo Específico Obrigatório [12] e Núcleo Específico Optativo [5], totalizando 43 disciplinas. Nenhuma delas enfoca diretamente a questão do patrimônio arqueológico, mas três delas envolvem interfaces, ainda que indiretas, com o campo científico da Arqueologia, a saber: Antropologia das Expressões Estéticas; Teorias do objeto e estudos de cultura material e Legislação patrimonial e ética. Esse enquadramento revela a opção do curso em focar o que é específico da Museologia e não se dirigir a estudos de uma cultura material ou segmento patrimonial específico. Dessa forma, o aluno pode terminar o curso e atuar em qualquer tipo de museu. Para a organização do curso a presença de disciplinas voltadas para estudo da Arqueologia, levaria à necessidade de outras disciplinas devotadas às áreas afins, tais como

Ecologia, Mineralogia, enfim, tantas outras, que um currículo de graduação não daria conta (com.pess. Cândido, 2010)⁷¹.

O curso de Museologia da **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG** está inserido na Escola da Ciência de Informação, oferecendo 40 vagas por ano no período diurno. Cabe apontar que há um ideia de integração com os cursos de Biblioteconomia e Gestão da Informação e Arquivologia, isso porque

“Inicialmente, a proposta consistia na criação de um curso de graduação em Ciência da Informação com habilitações profissionais em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Como a meta do REUNI contemplava necessariamente a criação de novos cursos a ECI [Escola de Ciência da Informação] optou, então, pela reformulação de um de seus cursos e a criação de outros dois”(Ávila et al, 2010, p.285).

Desse modo, a criação de um curso de Museologia autônomo está diretamente associada à política do governo federal. No âmbito da UFMG, a Museologia é compreendida como intrinsecamente relacionada a Ciência da Informação, postura também presente no curso da UNB, conforme apresentamos. O curso apresenta 32 disciplinas, nenhuma delas trata especificamente ou tangencia o patrimônio arqueológico.

Por fim, no ano de 2010, foi também criado o curso de Museologia da **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**, no âmbito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, oferecendo 25 vagas também no período diurno. A proposta do curso foi centrada nas grandes áreas da Antropologia e da História, entendidas em seus sentidos amplos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a preocupação com a formação de profissionais que atuem no campo museológico remonta à década de 1980, quando o Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade discutiram sobre a necessidade de um curso de graduação que promovesse a formação acadêmica específica “Estava latente a inter-relação entre o Departamento de Ciências Sociais, o Departamento de História e o museu Universitário – de natureza antropológica” (UFSC, 2009 p.15). Segundo o Projeto Pedagógico do curso, a participação do Museu Universitário não estaria restrita à fase de planejamento do mesmo, pois atuaria, permanentemente, no seu desenvolvimento, operando de forma direta na oferta de disciplinas e tópicos especiais tais como, Arqueologia Colonial e Pré-Colonial (UFSC, 2009).

A Arqueologia foi entendida, assim, como uma das áreas correlatas do curso e, embora as 96 disciplinas que compõem a grade não tratem diretamente desse campo, nas disciplinas obrigatórias “Introdução à Museologia” e “Pensamento Contemporâneo em

⁷¹ Comentário pessoal de Manuelina Duarte Cândido, professora da UFG e uma das responsáveis pela estruturação do currículo do curso, em Fevereiro de 2010.

Museologia” existem textos que remetem aos processos de musealização da Arqueologia. Ademais, o curso funciona também com disciplinas optativas nos cursos de Antropologia e História. Na disciplina optativa da Antropologia, intitulada “Etnologia Indígena” temos menção à Arqueologia como disciplina para o estudo das sociedades indígenas. São duas as disciplinas optativas da História com conteúdos da Arqueologia: “Pré-História Geral e do Brasil” e “Introdução à Arqueologia”, sendo que na última também seria abordada a Arqueologia Histórica.

À guisa de conclusão, dentre os 14 cursos de graduação em Museologia existentes atualmente no Brasil, nove apresentam em suas grades curriculares disciplinas que remetem ao campo arqueológico, o que representa 64%. Contudo, excetuando-se as disciplinas “Arqueologia e Acervos Museais” e “Arqueologia e Museus”, ministradas na UFPEL e UFOP, respectivamente, que priorizam a inserção da Arqueologia enquanto campo de interface, as demais disciplinas parecem abordar mais questões relativas ao funcionamento do campo e ao conhecimento disponível na Arqueologia Brasileira do que os problemas museais inerentes ao campo arqueológico.

2.2. Arqueologia: conformação do campo contemporâneo

2.2.1. Arqueologia Preventiva: práxis arqueológica e desenvolvimento

A compreensão da configuração do campo científico da Arqueologia no cenário brasileiro contemporâneo envolve necessariamente o entendimento da inserção da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento de empreendimentos diversos, configurando o campo da Arqueologia Preventiva⁷², que ocupa cerca de 98% das pesquisas em andamento no país (Zanettini, 2009). A correlação entre práxis arqueológica e um modelo de crescimento econômico, que não significa, necessariamente, desenvolvimento, deve ser considerada na análise da relação entre os campos da Arqueologia e da Museologia, pois traz à tona desafios específicos. Convém primeiramente rastreamos alguns pontos importantes da configuração da Arqueologia Preventiva no Brasil.

Meneses (1988) aponta que o conceito “Arqueologia de Salvamento” começou a se consolidar internacionalmente na década de 1950, tendo como ideia básica que todas as evidências de relevância deveriam ser ‘salvas’ por remoção em uma área a ser impactada .

⁷² O termo Arqueologia Preventiva foi instituído a partir da Portaria IPHAN 230, de 22 dezembro de 2002, antecedido por designações como Arqueologia de Salvamento e Arqueologia de Contrato. Essas denominações se referem ao mesmo fenômeno: pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito de obras potencialmente lesivas ao meio ambiente.

Essa postura teria motivado uma ‘síndrome do salvamento’, levando a uma dualidade no tratamento dos recursos arqueológicos no âmbito de uma mesma disciplina.

Conforme já mencionado, em 1961, foi sancionada no Brasil a lei nº 3.924 de proteção ao patrimônio arqueológico⁷³. Para Monticelli (2005) as Convenções da UNESCO – de 1954 em Haia e de 1956 em Nova Delhi, teriam influenciado nesse processo. Segundo essa lei, “os sítios arqueológicos [e seu conteúdo cultural] são considerados bens patrimoniais da União.” [Art. 7º]. Dessa forma, a União enquanto pessoa jurídica central do Estado incorpora o patrimônio arqueológico como um dos seus bens, mas como **bem difuso**, sendo de uso comum ao povo brasileiro. À União, nesse caso, cumpre fixar as regras para sua melhor fruição (Morais, 2006, pp.193-194). Na referida lei são considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos, as jazidas, sítios e inscrições rupestres de “paleoameríndios” do Brasil, não sendo abordados os contextos arqueológicos advindos de períodos cronológicos posteriores à colonização europeia.

Embora contássemos com a referida lei, durante décadas, a expressiva maioria dos empreendimentos instalados no país não envolviam qualquer estudo arqueológico.

O campo de atuação da Arqueologia em obras de impacto ambiental somente se configurou no Brasil a partir da década de 1970. O **Projeto Arqueológico Itaipu**, desenvolvido entre 1975 e 1983, pode ser considerado um marco inaugural da arqueologia realizada no âmbito de obras de infraestrutura. Coordenado pelo arqueólogo Igor Chmyz⁷⁴ e fruto do convênio celebrado entre a Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e a então Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN], esse projeto trouxe à tona as potencialidades e limites da pesquisa arqueológica realizada no âmbito de empreendimentos. Conforme já mencionamos, o Ecomuseu de Itaipu, fundado em 1987, foi a primeira instituição brasileira, associada à musealização da Arqueologia, fruto inteiramente do licenciamento de um empreendimento de infraestrutura, o que aponta o caráter inaugural desse projeto, tanto no campo da Arqueologia Preventiva, quanto na Musealização da Arqueologia. Ressaltamos que o caráter inaugural não significa que o processo não tenha tido pontos positivos e negativos, sendo pontuado, por exemplo, o lugar secundário do patrimônio arqueológico no referido ecomuseu (Bruno, 1995).

Chama atenção a associação entre um empreendimento de grande escala, com impactos significativos na comunidade envolvente, com o modelo Ecomuseu, onde o trinômio População-Patrimônio-Comunidade deveria ser destacado. Longe de analisar o quanto esse modelo foi ou não efetivamente implantado, gostaríamos de destacar a

⁷³ Vale lembrar que, anteriormente, em 1937, o patrimônio arqueológico foi contemplado no Decreto-Lei 27/1937 desde que tivesse “excepcional valor arqueológico”.

⁷⁴ Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná [CEPA]

potencialidade desses ‘novos’ modelos museológicos como espaços de discussão acerca desses empreendimentos. Uma aparente ‘contradição’ é desfeita quando concebemos o processo museológico enquanto intervenção social, atuando nas ‘brechas’ de um determinado modelo de crescimento econômico, um modelo ‘subversivo’. Nos parece que houve uma intenção, ainda da década de 1980, de aproximação dessas esferas – museologia e desenvolvimento - no Projeto Itaipu.

No começo da década de 1980 foi promulgada a legislação que inaugurou a **Política Nacional de Meio Ambiente**, estabelecendo uma política de conservação ambiental que incluía também os recursos culturais. Como consequência, a Arqueologia, passou a ser solicitada a dar a sua contribuição ao processo de planejamento ambiental, seja na esfera regional, seja na esfera urbana (Caldarelli, 1996).

Nesse contexto, em 23 de janeiro de 1986, foi elaborada a Resolução nº 1 de Conselho Nacional do Meio Ambiente [**Resolução CONAMA 01/86**], que regulamentou o licenciamento ambiental no país. Essa resolução, especificamente o artigo 6, inciso I, alínea c, destaca os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento. Por sua vez, a Resolução Conama 237/97 detalha as atividades e produtos esperados para cada uma das fases citadas e sua obrigatoriedade para obras civis rodoviárias e demais obras de arte a elas relacionadas. A partir de então, os estudos ambientais deveriam “obrigatoriamente desenvolver o diagnóstico ambiental, levando em conta o meio socioeconômico, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais situados na área de influência do projeto (Rodrigues, 2004 apud Saladino, 2010, p.98, grifo nosso).

Essa legislação mudou o mapa da pesquisa arqueológica no Brasil, regulamentando a prática do salvamento arqueológico, vigente no país desde a promulgação da Lei 3.624 de 1961. Monticelli (2005) chama atenção para o hiato de vinte anos entre a legislação que passou a considerar os sítios arqueológicos como bens da União, datada de 1961, a adoção de uma política ambiental [1981] e, ainda, mais cinco anos até que a Resolução do CONAMA nº 001 [1986] garantisse a obrigação de intervenções arqueológicas nas obras (Monticelli, 2005, p.158).

A **Constituição Federal de 1988** [artigo 225, parágrafo IV] veio fortalecer os instrumentos legais de preservação do patrimônio arqueológico, ao considerar os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção. A Constituição representou um passo importante, pois, ao incluir os sítios arqueológicos na categoria de bens da União, ratificando a lei de 1961, estendeu a proteção a todos esses bens, tombados ou não (Saladino, 2010).

A Coordenação de Arqueologia do então SPHAN, hoje IPHAN, com vistas a fazer cumprir as disposições legais da Constituição por meio das suas práticas e instrumentos e, assim, legitimar-se, criou uma portaria normativa interna para orientar o recebimento dos pedidos de autorização de pesquisas arqueológicas (Saladino, 2010). Dessa forma, por intermédio da portaria nº 7/ 1988 ficou consolidado o papel regulador do IPHAN frente à comunidade científica arqueológica. A partir de então, passou a ser necessário o encaminhamento de um projeto de pesquisa no qual constasse a delimitação da área e o arqueólogo responsável, entre outros itens. No que concerne à arqueologia musealizada, a guarda do material passou a ser um dos critérios para a aprovação do projeto de pesquisa: “serão liminarmente rejeitados os projetos que não apresentarem garantia quanto a sua execução e quanto à guarda do material recolhido” (Brasil, 1988). Outro critério é o de que a decisão de aprovação “considerará os critérios adotados para a valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encontram, assim como as alternativas de aproveitamento máximo de seu potencial científico, cultural e educacional” (Brasil, 1988). Destarte, essa portaria aponta, ainda que forma vaga, a necessidade de procedimentos de salvaguarda e comunicação da Arqueologia. Porém, não menciona em nenhum momento a necessidade de interação com o campo museológico.

Dois simpósios devem ser destacados nesse ínterim por terem sido espaços onde a comunidade arqueológica se reuniu para debater a Arqueologia de Salvamento ou Contrato - termos que foram apenas posteriormente substituídos por Arqueologia Preventiva: o “Simpósio sobre política nacional do meio ambiente e patrimônio cultural” [Goiânia -1996] e o “Simpósio: a Arqueologia no meio empresarial” [Goiânia – 2000] (Caldarelli, 1996; Lima, 2002).

Martins (2000, p.50) ao analisar o panorama da arqueologia musealizada no âmbito da arqueologia de contrato, no final do século XX, apontava que, enquanto a temática da comunicação já principiava por ser introduzida na ética arqueológica, o mesmo não se dava com a questão da salvaguarda do acervo gerado, contrapartida fundamental de processos comunicacionais de cunho preservacionista.

Essa situação continuaria a marcar o cenário em tela, mesmo após a publicação da **Portaria IPHAN 230 de 17 de dezembro de 2002**, que normatizou a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental. Essa portaria foi especialmente dedicada à regularização dos procedimentos de arqueologia preventiva no licenciamento ambiental, estabelecendo o compasso necessário entre as licenças ambientais – licença prévia, licença de instalação e licença de operação do

empreendimento⁷⁵, e a preservação do patrimônio arqueológico. Os artigos 7 e 8 desta portaria tem especial interesse para a discussão em epígrafe:

“7º - O desenvolvimento dos estudos arqueológicos, acima descritos, em todas as suas fases, implica em trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento, adequado o material coletado em campo, bem como Programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento como em cronograma.

8º - No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda desses vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.” (Brasil, 2002).

A referida portaria representou avanços no que concerne à expansão das atividades educativas e de divulgação do patrimônio arqueológico. Entretanto, mais uma vez estabeleceu rotas de distanciamento entre Arqueologia e Museologia.

Do ponto de vista da salvaguarda museológica, embora haja a indicação - cuja semente já estava presente na portaria nº 7/ 1988, da obrigatoriedade de criação, ampliação e fortalecimento das unidades museológicas, os parâmetros legais continuaram vagos. Conforme já pontuamos, há uma extrema diversidade de projetos de licenciamento, assim como dos resultados obtidos pelas pesquisas arqueológicas, o que requer linhas de ação específicas. A legislação atual não oferece parâmetros para que instituições de endosso e equipes de arqueologia trabalhem de modo conjunto, sendo que as primeiras são colocadas com agentes passivos nesses processos, funcionando apenas como instituições depositárias a quem cabe o ônus da guarda dos acervos (Costa, 2007). O cenário exposto adiante, por meio do exame das portarias de pesquisa arqueológica publicadas no Diário Oficial da união, é aterrador e requer reformulações urgentes na legislação em epígrafe, a partir da interlocução entre IPHAN e IBRAM.

No âmbito da comunicação museológica, embora a Portaria 230/02 tenha permitido uma ampliação sem precedentes da relação entre prática arqueológica e sociedade, não podemos deixar de apontar um reducionismo, uma vez que a comunicação museológica envolve processos para além das ações educativas citadas na Portaria. Ademais, o termo **“Educação Patrimonial”**, ratificado no campo arqueológico a partir da referida portaria, nos insere em uma encruzilhada de possibilidades, visto que essa expressão constitui um campo de trabalho, de reflexão e de ação que pode abrigar tendências e orientações educacionais diversas, divergentes e até mesmo conflitantes (Chagas, 2004). Entretanto, a

⁷⁵ A Licença Prévia (LP) deve ser solicitada na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Aprova a viabilidade ambiental do empreendimento, não autorizando o início das obras. A Licença de Instalação (LI) autoriza o início de implantação do empreendimento, sendo concedida depois de atendidas as condições da Licença Prévia. A Licença de Operação (LO) autoriza, após as verificações necessárias, o início do funcionamento do empreendimento/obra. É concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação (FEPAM, 2010).

trajetória dessa metodologia, sua origem e posterior transformação no país, é pouquíssimo discutida pelas equipes de arqueologia que desenvolvem essas ações (Moraes Wichers, 2009c).

Por fim, apresentamos algumas análises a respeito do papel da Arqueologia Preventiva e sua interação com a denominada Arqueologia Acadêmica. Ao comparar essas esferas de atuação, Meneses (1988) destaca que

“nenhuma distinção pode ser feita no nível da substância, isto é, do nível do objeto e do processo do conhecimento. Todas as diferenças incidem, exclusivamente, sobre condições operacionais: a. a situação da ameaça concreta à sobrevivência total ou parcial do registro arqueológico; b. a delimitação da (s) área (s) afetada (s) segundo critérios exclusivamente derivados dos fatores que produzem o risco; c. prazos também eles derivados dos mesmos fatores de risco” (Meneses, 1988, p.05, grifo nosso).

Para o autor, a pesquisa no âmbito de licenciamentos ambientais traria vantagens consideráveis, como recursos financeiros assegurados, contudo, na prática, essas vantagens não seriam exploradas e os aspectos negativos têm sido potencializados, uma vez que não existe fundamentação teórica e metodológica definidas. Meneses (1988) advertia ainda que há variações conforme a natureza, origem e porte do empreendimento, as quais tem especial importância no processo de musealização do patrimônio advindo desses projetos.

Caldarelli e Santos (1999-2000, p.54) indicam dois aspectos que diferenciam a prática arqueológica de contrato da prática arqueológica acadêmica:

“...embora o arqueólogo de contrato possa contribuir para a pesquisa básica, principalmente em questões metodológicas, é a pesquisa acadêmica a grande responsável pelo crescimento teórico da disciplina (...)...o arqueólogo que trabalha por contrato tem como principal responsabilidade elaborar pareceres para a tomada de decisão sobre o futuro dos recursos arqueológicos de sua área geográfica de trabalho, ou seja, sobre o objeto de estudo da Arqueologia brasileira.” (Caldarelli & Santos, 1999-2000, p.54, grifo nosso).

Dessa forma, não deveria haver entre a “Arqueologia Acadêmica” e a “Arqueologia Preventiva” uma relação hierarquia, visto que essas duas esferas nascem de demandas específicas e têm missões distintas. Não obstante, a prática tem mostrado o quanto essas esferas se retroalimentam a todo o instante: a pesquisa de licenciamento se ‘inspira’ na produção acadêmica e, muitas vezes, fornece dados que têm sido utilizados na produção científica das universidades e institutos de pesquisa. Prova disso é o crescente número de mestrados e doutorados baseados em dados da Arqueologia Preventiva, quadro onde se insere essa tese, ao utilizar processos de musealização da Arqueologia Preventiva como fontes de experimentação museológica, reflexão acadêmica e retroalimentação da prática [ver Capítulos 3 e 4].

Outra característica de suma importância do contexto brasileiro é que grande parte dos estudos de Arqueologia Preventiva tem sido desenvolvida por empresas privadas de Arqueologia, gerando também opiniões díspares. Pereira (2009), arqueóloga do Museu Paraense Emílio Goeldi, por exemplo, afirma que

"Atualmente, um grande número de arqueólogos autônomos, estudantes de pós-graduação e até mesmo alunos em formação tem sido recrutado para trabalhar para essas empresas. Essa situação, ainda que rentável, proporciona pouco incentivo à produção de conhecimento, restringe a crítica social e limita a atuação do profissional a atender (enquanto houver) a demanda por esse tipo de trabalho (...). Cada vez mais empreendedores deixam de lado universidades e centros de pesquisa regionais – antes responsáveis pelas pesquisas – e passam a procurar empresas de arqueologia – a maioria sediada no Sul e Sudeste do país – para realizar pesquisas em todo o território nacional com o objetivo de obter licenciamentos. A pesquisa arqueológica passou a ser, do ponto de vista das empresas, uma atividade muito melhor de ser negociada entre duas empresas – a do empreendedor e a do arqueólogo-empresário – do que com os centros de pesquisa." (Pereira, 2009, p.179, grifo nosso)

Discordamos dessa assertiva e colocamos alguns questionamentos. Primeiro: o que torna as universidades e centros de pesquisas mais isentos, mais aptos à crítica social? Como vimos no Capítulo 1, desde o século XIX, instituições públicas - primeiramente museus e depois laboratórios e centros universitários - também atuaram, muitas vezes, na construção de uma imagem monolítica e inexpressiva do nosso passado, marcada por um olhar colonialista. Não podemos ser ingênuos, as relações entre saber e poder não são privilégios de um mundo associado ao capital privado. Segundo: se as universidades e centros de pesquisas se voltassem inteiramente para o atendimento dos licenciamentos arqueológicos, em franca expansão no Brasil, onde ficaria o espaço da pesquisa acadêmica? Não seria um desvio da missão universitária – pesquisa, ensino e extensão? Em um país democrático, compreendemos que tanto empresas, como instituições de pesquisa e universidades podem colaborar para o desenvolvimento de uma Arqueologia Preventiva de qualidade, mas devemos lembrar que essa prática também depende do avanço da nossa Arqueologia Acadêmica, a cargo das universidades.

Zanettini (2009), em avaliação recente do cenário contemporâneo, aponta a desconexão entre Arqueologia Preventiva e Arqueologia Acadêmica:

"Sob a ótica da academia [responsável pela formação de novos quadros de pesquisadores], o óbice se assenta na completa falta de embasamento teórico-metodológico de boa parte dos pesquisadores envolvidos no processo [da Arqueologia Preventiva]. Do ponto de vista da arqueologia empresarial, os reclames se dão em relação ao despreparo técnico de boa parte dos profissionais que ascendem ao mercado. Tais posições embora convergentes exprimem a falta de sintonia e desconexão entre alguns dos elos que integram a cadeia produtiva arqueológica" (Zanettini, 2009, p.5).

O autor coloca que o abismo entre teoria e práxis constitui o mais difícil obstáculo a ser transposto rumo ao desenvolvimento pleno da Arqueologia no Brasil. De fato, ainda em 1988, Meneses apontava que 90% da produção científica da Arqueologia era descritiva (Meneses, 1988, p. 3). Há que se refletir que o aumento exponencial da arqueologia praticada em moldes empresariais veio se assentar sobre uma base pouco estabilizada da construção do conhecimento, o que nos remete mais uma vez a necessidade constante de incremento da arqueologia em moldes acadêmicos.

Para Zanettini (2009), o mercado é a mola propulsora para a experimentação:

“Nunca se escavou tanto (bem ou mal), nunca se publicou tanto (com ou sem substância), nunca se divulgou tanto a Arqueologia nas mais diversas plataformas junto à sociedade como nessa última década. Em adição, inúmeros são os campos de investigação que encontraram solo fértil para lançarem suas raízes. Falamos do debate em torno da Arqueologia Pública, da Arqueologia Forense, da Arqueologia subaquática, do turismo arqueológico, dentre outros. Ampliou-se igualmente o debate em torno de temas capitais para a disciplina como a preservação e destinação de acervos, a educação, constituindo estas algumas das linhas de ação/reflexão surgidas e/ou ampliadas no contexto de expansão do mercado” (Zanettini, 2009, p.6).

Entretanto, o autor questiona se o processo de crescimento em pauta tem efetivamente contribuído na preservação do patrimônio arqueológico, entendendo preservação enquanto socialização e utilização qualificada dos recursos arqueológicos desvelados pela Arqueologia Preventiva. Nessa tese apresentamos os processos de musealização alinhados à Sociomuseologia como caminhos a serem trilhados para o equacionamento dessa questão. Defendemos, ainda, que esses processos de musealização guardam uma relação dialética com a construção do conhecimento em Arqueologia, seja nos moldes empresariais e acadêmicos, sendo fundamental a inserção de questões públicas e éticas, explicitadas nas correntes pós-processuais da Arqueologia.

2.2.2. Sociedade de Arqueologia Brasileira: evidenciando mudanças

Nesse item analisamos a presença e/ou ausência da temática abordada na tese nas reuniões da **Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB**. Selecionamos essa fonte documental por entender que esse é um espaço importante de discussão do campo científico da Arqueologia.

Procuramos rastrear as mentalidades impressas no campo arqueológico pois compreendemos que todo o arqueólogo se depara com problemas museológicos⁷⁶, tendo ou não ‘consciência’ disso, afinal, a pesquisa arqueológica projeta coleções e narrativas nos espaços museológicos – sejam eles ‘museus propriamente ditos’ ou não. Portanto, as programações, atas e anais das reuniões científicas da SAB constituem aqui um eixo importante de análise do campo arqueológico, possibilitando o exame da configuração das questões museológicas na produção científica da área.

Embora a primeira reunião da SAB tenha sido realizada em 1981, a presença de interfaces disciplinares associadas ao referencial da Museologia só ocorre em 1987, na quarta reunião da Sociedade.

⁷⁶ Rastrear a temática arqueológica no campo museal é um eixo interessante de exame, como vimos na análise dos cursos de graduação em Museologia, contudo, a arqueologia não é inerente ao processo museológico, fato pelo qual não selecionamos nenhuma série documental associada à Museologia para rastrear a presença da Arqueologia na produção científica do campo museal.

Quadro 7. Distribuição dos trabalhos apresentados das Reuniões da SAB

Reunião Científica da SAB	Ano	Trabalhos de Arqueologia (<i>stricto sensu</i>)	Interfaces disciplinares			Total de Trabalhos (Simpósios e Comunicações)
			Museologia	Educação	Outras	
IV Reunião	1987	82	2	1	13	98
V Reunião	1989	91	0	0	0	91
VII Reunião	1993	120	1	1	10	132
VIII Reunião	1995	89	1	2	8	100
XIX Reunião	1997	192	6	3	15	216
X Reunião	1999	215	2	2	10	229
XI Reunião	2001	161	5	2	20	188
XII Reunião	2003	214	5	11	18	248
XIII Reunião	2005	138	2	10	23	173
XIV Reunião	2007	285	6	19	17	327
XV Reunião	2009	307	10	29	58	404

Na IV Reunião da SAB, dentre os 98 trabalhos apresentados, dois envolveram a temática museológica, a saber: “O Patrimônio Arqueológico Nacional: dos sítios aos museus” (Jacobus, 1987) e “A divulgação da pesquisa científica junto à comunidade: o papel do Museu Regional” (Scatamacchia, 1987). Para fins de comparação, contabilizamos também a presença de trabalhos com a interface mais direta com a Educação. Essa interface foi identificada no trabalho “Arqueologia e Educação: uma experiência com turmas do segundo grau de colégios da rede particular de ensino da cidade do Rio de Janeiro” (Lotufo, 1987). Mensuramos também a presença de outras interfaces disciplinares, nesse caso associadas à gestão e conservação do patrimônio arqueológico. Na quarta reunião da SAB, essas interfaces somaram 13 trabalhos.

Na V Reunião da SAB, dentre os 91 trabalhos apresentados, nenhum foi caracterizado por interfaces disciplinares com o campo museológico ou educativo.

Em 1993⁷⁷, na VII Reunião da SAB, dentre os 132 trabalhos apresentados, apenas um apresentou interface com o campo museológico e um com o campo pedagógico, respectivamente: “Cadastramento e divulgação de sítios arqueológicos no baixo vale do Ribeira” (Scatamacchia; Ceravolo; Demartini, 1993) e a divulgação dos resultados do seminário intitulado “Projeto de implantação da temática pré-histórica no ensino de 1º, 2º e 3º graus, organizado por Maria Cristina Tenório e Teresa Cristina Franco” (Tenório & Franco, 1993). Destaca-se no primeiro trabalho mencionado a presença de uma museóloga na equipe.

⁷⁷ Não acessamos a programação da VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada em 1991.

Na VIII Reunião da SAB, dentre 100 trabalhos, temos 11 associados às interfaces disciplinares. No âmbito da Interface museológica temos o trabalho “Arqueologia e Comunicação: Propostas Educativas para a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo Vale do Ribeira” (Demartini, 1995). No que tange aos trabalhos na interface educativa temos “Arqueologia e Pedagogia: um intertexto possível sob a ótica interdisciplinar” (Zortea, 1995) e “O Ensino da Pré-História nas Escolas de 1 e 2 Graus” (Leite, 1995). Os demais estudos de interface estavam relacionados a conservação e gestão do patrimônio.

A XIX Reunião da SAB, realizada em 1997, tem especial importância nessa trajetória por conta do “*Workshop: Musealização da Arqueologia: balanço e perspectivas*”, coordenado por Cristina Bruno. Além dos quatro trabalhos apresentados no Workshop, envolvendo museus de arqueologia diferenciados, temos a presença de dois trabalhos sobre musealização da arqueologia apresentados fora do *workshop*. Cabe destacar que, em 1995, Cristina Bruno havia defendido tese de doutorado sobre a Musealização da Arqueologia (Bruno, 1995), estudo marcado pela militância pela interface Museologia – Arqueologia, processo importante para a conjuntura observada nessa reunião da SAB.

Em 1999, na X Reunião da SAB, aparece pela primeira vez o termo Educação Patrimonial. Nessa reunião, as interfaces disciplinares ocuparam 6% do evento, decrescendo em relação à reunião anterior. Dois trabalhos foram apresentados na interface museológica e três trabalhos optaram pela metodologia da educação patrimonial para divulgação do patrimônio arqueológico.

Na Reunião de 2001, temos o surgimento do termo Arqueologia Pública, assim como alguns trabalhos abordando o turismo arqueológico. Dessa forma, dentre os 27 trabalhos com interfaces disciplinares devotadas à reflexão sobre o patrimônio arqueológico, apenas dois tratam de Educação e cinco abordam a Museologia. Deve-se destacar que todos os trabalhos no âmbito da museologia enfocam questões de salvaguarda dos acervos. Colocamos como hipótese que a Museologia passa a ser discutida na SAB no âmbito da problemática dos acervos, mas a comunicação museológica é desconhecida, dando lugar às reflexões acerca da Educação Patrimonial ou Arqueologia Pública. Falar de Museologia significava, nesse contexto, falar em acervos, desprezando-se toda uma ampla gama de estratégias de comunicação construídas a partir da Museologia. De qualquer modo, esse percentual de trabalhos no âmbito da interface museológica não seria mais atingido nas demais SABs.

As discussões acerca das interfaces disciplinares com o campo patrimonial tiveram participação semelhante nas reuniões de 2003, 2005 e 2007, correspondendo a 34, 35 e 42 trabalhos, os quais correspondem a 14%, 20% e 13% dos trabalhos apresentados. Em 2003 e 2005 fica nítido o aumento de trabalhos associados à Educação Patrimonial e à

Arqueologia Pública. Em 2007, por sua vez, além da permanência dessas abordagens, há um incremento da interface com a Museologia, embora vejamos que, assim como 2001, há uma tendência em abordar a Museologia apenas no que concerne à salvaguarda, sendo raros trabalhos devotados à expografia arqueológica ou à comunicação museológica, em um amplo senso. Devemos notar também a ausência de trabalhos que envolvam a interface com os processos museológicos deflagrados a partir da Nova Museologia, revelando uma certa miopia dos arqueólogos em relação às inovações teóricas e metodológicas que já marcavam o campo museológico há mais de três décadas.

Em 2009, notamos um aumento marcante de trabalhos devotados às interfaces disciplinares, os quais chegam a representar cerca de 25% dos estudos apresentados. Além da presença maciça de trabalhos associados à Educação Patrimonial e da participação significativa de estudos inseridos no domínio da Arqueologia Pública, temos um certo 'renascimento' dos estudos que promovem uma interface com a Museologia. Estudos inseridos na linha de pesquisa Musealização da Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP destacam-se nesse quadro, trazendo contribuição tanto no que concerne à salvaguarda, quanto à comunicação museológica.

O gráfico a seguir sintetiza a representatividade das interfaces disciplinares – musealização, educação, conservação, gestão e turismo, no âmbito das reuniões científicas da SAB entre 1987 e 2009. Fica evidente o aumento dessa representatividade na última reunião da sociedade, realizada em 2009.

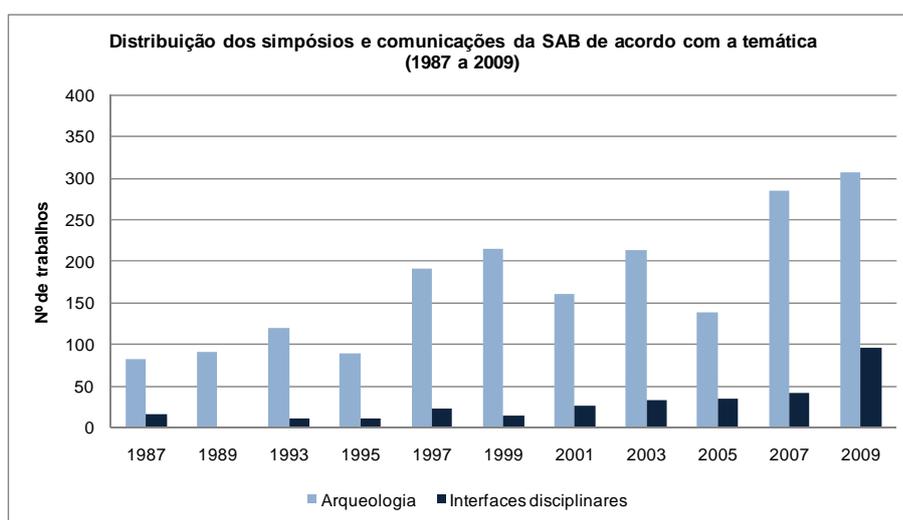


Gráfico 2. Temáticas presentes nas Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Quando comparamos, no gráfico a seguir, a presença de trabalhos de interface com a Museologia com os trabalhos que propõem uma interface com a Pedagogia/ Educação, fica claro o predomínio dos segundos nas reuniões posteriores a 2001. Esse aumento está associado à disseminação, no Brasil, da metodologia da Educação Patrimonial, cuja

primeira ‘aparição’ no contexto dessas reuniões ocorreu em 1999. A Portaria 230/02, já mencionada, que aponta a obrigatoriedade de programas de Educação Patrimonial no bojo de estudos de licenciamento ambiental, teve especial importância nesse contexto. Conforme já pontuamos, esses programas têm permitido a ampliação das ações de socialização do patrimônio arqueológico, mas a partir de uma perspectiva pulverizada, pois raramente envolve parcerias com instituições que dariam sustentabilidade a eles, a médio e longo prazos. A perspectiva museológica tem sido ignorada. Outra questão a ser debatida é que os arqueólogos que atuam nesses programas raramente fazem uma avaliação da própria historicidade dessa metodologia e de sua implantação no país (Moraes Wichers, 2009).

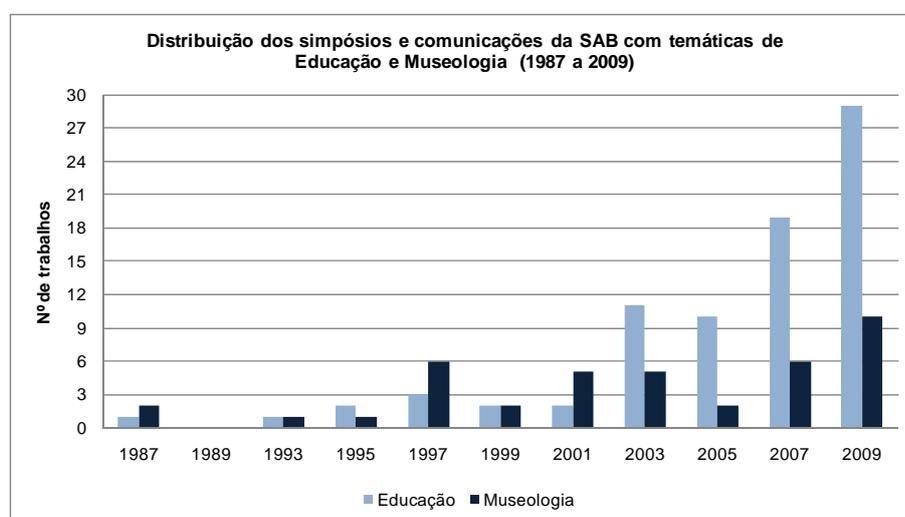


Gráfico 3. Análise comparativa das temáticas Educação e Museologia nas Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Destarte, a análise dos trabalhos apresentados nos congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira relevou, entre 1997 e 2001, a presença, ainda que tímida, de estudos devotados à musealização da arqueologia a partir da interface Museologia – Arqueologia, enfatizando aspectos de salvaguarda e comunicação inerentes à cadeia operatória museológica. Entre os anos de 2003 e 2007, temos um crescimento marcante de trabalhos que buscam compreender e aprimorar a relação do campo da Arqueologia com a sociedade, contudo, esses estudos são realizados em interface com a Pedagogia, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, revelando um afastamento com o campo museológico. Nesse ínterim a Museologia é mencionada apenas no âmbito da salvaguarda de coleções. Em 2009, houve uma nova aproximação com o campo museológico, que, embora não tão expressivo em termos quantitativos como as ações de Educação Patrimonial e Arqueologia Pública, revela um novo quadro caracterizado pela produção acadêmica crescente na linha da Musealização da Arqueologia. De uma forma geral, o fato de 25% dos trabalhos apresentados na reunião de 2009 terem sido voltados a discutir os aspectos públicos da

disciplina arqueológica, sua necessária inserção e potencialidade social revela que a Arqueologia Brasileira vêm sofrendo mudanças importantes, configurando um campo profícuo de interface com a Sociomuseologia.

2.2.3. *Um olhar sobre a formação*

Nesse item apresentamos uma análise sucinta dos cursos de Arqueologia em funcionamento no Brasil, todos iniciados no século XXI, com o objetivo de compreender como a configuração da formação profissional no campo da Arqueologia tem determinado aproximações ou afastamentos com o campo museológico. Para tanto, foram analisados projetos pedagógicos, grades curriculares e, quando possível, ementas das disciplinas dos cursos de graduação⁷⁸.

Cabe primeiramente retomarmos alguns pontos importantes da trajetória histórica da formação de arqueólogos no país.

O primeiro curso de Graduação em Arqueologia no Brasil foi criado em 1975, na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon/ FAMARO, no Rio de Janeiro. Em decorrência de uma série de problemas internos, a FAMARO sofreu intervenção do Conselho Federal da Educação e o curso passou a ser mantido pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá/ FINES, que passaram a constituir a Universidade Estácio de Sá/UNESA em 1988. O curso de Arqueologia durou 25 anos, funcionando desde 1975 até 2000. É sintomático que o primeiro curso de Arqueologia tenha sido criado em uma Faculdade que também oferecia formação em Museologia⁷⁹.

Bezerra (2008) faz uma análise crítica do ensino da Arqueologia no Brasil, apontando que as discussões relacionadas à formação de arqueólogos, presentes quando da criação do curso mencionado, foram ficando cada vez mais escassas entre os anos de 1983 e 1993, verificando-se uma ausência de debates sobre o tema. A autora sugere três motivos para esse aparente desinteresse: a pouca valorização da docência no país; o deslocamento da esfera acadêmica para a esfera empresarial e a grande afluência de pessoas não qualificadas para os projetos de contrato. Concordamos com o primeiro motivo e discordamos dos demais. Se fosse a Arqueologia Preventiva, ou a Arqueologia de Contrato, como prefere denominar a autora, o motivo da falta de interesse para a criação de cursos de Arqueologia no Brasil a situação atual seria ainda mais desoladora, uma vez que

⁷⁸ Além dos nove cursos de graduação analisados, são oferecidos no Brasil oito cursos de especialização, quatro mestrados (mais dois com área de concentração em Arqueologia) e dois doutorados (mais um com área de concentração). Optamos por analisar apenas os cursos de graduação.

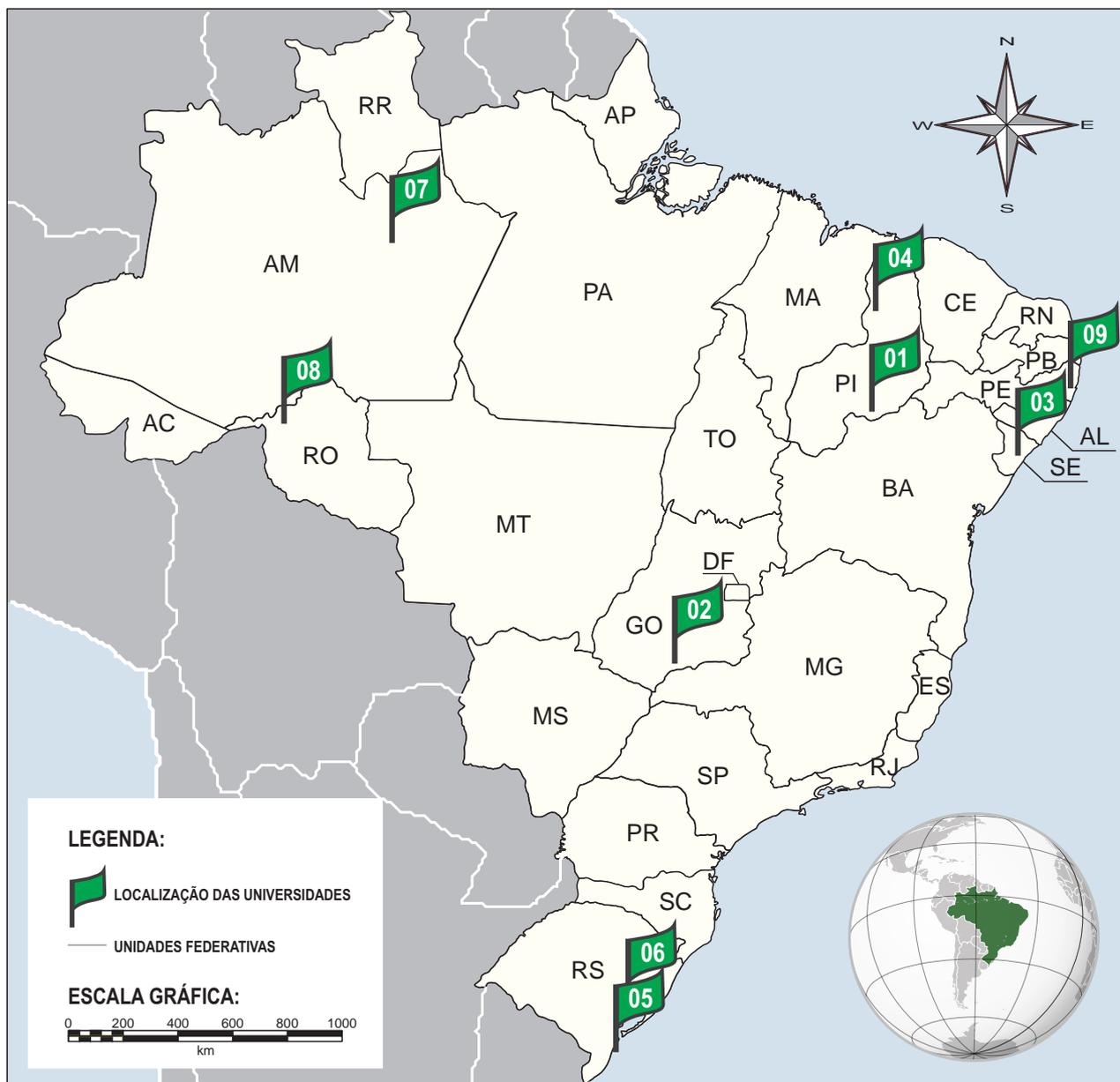
⁷⁹ Não encontramos informações sobre o curso de Museologia, para inseri-lo na análise da Formação em Museologia.

observamos um aumento exponencial das pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento de empreendimentos no século XXI. Entre 2003 e 2009 o número de portarias de pesquisa passou de 214 para 631 por ano. Curiosamente, é também nesse período que foram criados nove cursos de graduação em Arqueologia no país, conforme o Mapa 6.

Defendemos que a demanda por profissionais no âmbito da Arqueologia Preventiva tem sido um componente fundamental para a expansão dos cursos de Arqueologia no país, aliada, obviamente, a uma política específica de expansão das universidades públicas, associada ao Ministério da Educação do Governo Federal. Cabe apontar que dentre os nove cursos indicados, sete foram criados já no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, já explicitado anteriormente.

Dessa forma, depois da experiência de ensino de arqueologia na graduação na Universidade Estácio de Sá, finalizada em 2000, o século XXI viu uma expansão significativa dos cursos de arqueologia. Os nove cursos de graduação em Arqueologia criados entre 2004 e 2009, estão distribuídos por quase todas as regiões brasileiras: dois no norte [UNIR e UEA], quatro no nordeste [UNIVASF, UFPI, UFPE e UFS], um no centro-oeste [UCG] e dois no sul [UFPEL e FURG]. O sudeste não possui até o momento um curso de graduação. O curso da Universidade Católica de Goiás é oferecido em universidade privada, os demais estão vinculados a sete instituições federais e uma estadual [UEA]. Dentre eles, sete têm habilitação específica apenas em Arqueologia, o da UFPEL é em Antropologia com habilitação em Arqueologia e o da UEA é de tecnólogo, mas com duração de três anos, o que lhe confere o classificação de curso superior.

Mapa 06. Cursos de Graduação em Arqueologia no Brasil



CÓDIGO	UNIVERSIDADE	CRIAÇÃO	CIDADE / UF
1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	2004	SÃO RAIMUNDO NONATO / PI
2	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	2006	GOIÂNIA / GO
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2007	LARANJEIRAS / SE
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	2008	TERESINA / PI
5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE	2008	RIO GRANDE / RS
6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2008	PELOTAS / RS
7	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	2009	MANAUS / AM
8	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	2009	PORTO VELHO / RO
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2009	RECIFE / PE

Passemos a análise da configuração desses cursos.

Criado em 2004, o Curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial da **Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF**⁸⁰ funciona no campus da Serra da Capivara⁸¹, no município de São Raimundo Nonato, estado do Piauí. Esse curso foi o primeiro, no Brasil, a englobar a interação entre Arqueologia e Preservação Patrimonial. De acordo com o Projeto Pedagógico do curso:

“A criação do curso de bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial, responde à crescente demanda de arqueólogos, por existir a vontade política nacional de preservar o patrimônio cultural e atender ao interesse renovado nos municípios da região Nordeste em resgatar seu passado pré-histórico e histórico com vistas a estimular a visitação turística” (UNIVASF, 2008, p.17).

O curso oferece 40 vagas por ano, com aulas em período integral, e funciona em um campus próximo a Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, que abriga em sua infra-estrutura o Museu do Homem Americano e o Centro Cultural Sérgio Motta. Este Centro Cultural é composto por uma biblioteca e quatro laboratórios de pesquisas arqueológicas, [Laboratório de Material Lítico, de Material Cerâmico, de Vestígios Orgânicos e de Paleontologia]. Além de ter acesso ao Museu e aos Laboratórios da FUMDHAM para a realização das atividades didáticas do curso, os docentes e discentes têm a possibilidade de aceder ao Parque Nacional Serra da Capivara, que fica 30 km de distância do centro da cidade de São Raimundo Nonato, para realização de aulas práticas (UNIVASF, 2008).

O perfil do profissional formado pelo curso é assim caracterizado:

“O profissional egresso será capaz de atuar em ensino, pesquisa e extensão, podendo prosseguir seus estudos de pós-graduação. Sua formação o habilitará a trabalhar em assessorias e consultorias para as entidades públicas e privadas inerentes ao patrimônio cultural e natural, em proceder à coleta de objetos arqueológicos em áreas onde serão realizadas grandes obras, como estradas e hidrelétricas. Poderão atuar como profissionais liberais em empresas prestadoras de serviços especializadas em elaboração, manutenção e supervisão de projetos arqueológicos, culturais ou de preservação de recursos patrimoniais. Os arqueólogos estão habilitados também para realizar vistorias arqueológicas, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente” (UNIVASF, 2008, p.11, grifo nosso).

Ainda que, em um primeiro momento, o destaque recaia na prática acadêmica [ensino, pesquisa e atenção], ressalta-se em várias partes da citação a atuação do arqueólogo no meio empresarial, o que nos parece positivo em um contexto no qual

⁸⁰ A UNIVASF foi criada e instituída pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002, com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, para atuar regionalmente no Semi-árido brasileiro. Para tanto, está estabelecida fisicamente em três pólos: o Pólo de Petrolina, no Estado de Pernambuco, o Pólo de Juazeiro, no Estado da Bahia, e o Pólo de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí

⁸¹ O Parque Nacional Serra da Capivara abriga um grande acervo cultural, formado por quase mil (1000) sítios arqueológicos pré-históricos, históricos e paleontológicos, concentrados em uma área de 129 mil hectares, o que justificou o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

notamos uma imensa demanda por esse tipo de profissional⁸². Entretanto, na análise da grade curricular do curso, observamos que não existem disciplinas devotadas a especificidade da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento de empreendimentos, sendo a temática apenas mencionada como linha de pesquisa no eixo Arqueologia Histórica.

Ao abordar os objetivos específicos do curso, o projeto pedagógico aponta a necessidade da interdisciplinaridade, assim como da difusão do conhecimento científico, não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

As disciplinas contemplam três grandes áreas do saber: Arqueologia Pré-histórica, Arqueologia Histórica e Preservação Patrimonial (UNIVASF, 2008). Na caracterização desses eixos é apontada a necessidade de fundamentos de Museologia. Ainda que neste item, e nos próprios objetivos específicos seja apontada a questão museológica, não são trabalhados conteúdos relacionados ao campo museológico.

O curso é composto de 39 disciplinas obrigatórias e 37 optativas, divididas nos eixos já apresentados. Dentre as disciplinas obrigatórias destacam-se as seguintes interfaces disciplinares: Preservação Patrimonial I, II, III e IV e Educação Ambiental. Nas disciplinas optativas destacamos: Tópicos Especiais de Eco-turismo Cultural, Tópicos Especiais de Preservação Patrimonial I e II (UNIVASF, 2008). Notamos uma interação significativa com o domínio patrimonial, por meio:

- do estudo da diversidade cultural e natural do patrimônio;
- dos fundamentos conceituais da preservação do patrimônio histórico e as principais teorias da conservação e do restauro;
- da análise da trajetória da preservação no Brasil a partir da criação do IPHAN, suas ações, práticas institucionais, instrumentos e políticas até a realidade atual da gestão do patrimônio no Brasil;
- dos instrumentos conceituais e teóricos para a gestão do patrimônio natural e da educação ambiental;
- das especificidades do patrimônio arqueológico e as estratégias necessárias para sua proteção.

Não obstante, nenhuma ementa aborda conceitos e processos museológicos, resultando em uma lacuna nesse quesito, embora o próprio projeto pedagógico tenha indicado a necessidade de interlocução com os museus e a Museologia em seus objetivos.

⁸² Cabe lembrar que no Brasil a profissão de arqueólogo não está reconhecida, abrindo brechas para atuação de profissionais não capacitados de forma satisfatória.

Passemos a análise da configuração do curso de Arqueologia da **Pontifícia Universidade Católica de Goiás - UCG**, criado em 2006. O curso oferece 50 vagas anuais no período noturno, englobando aulas teóricas, práticas e trabalhos de campo. A grade é composta por 40 disciplinas, englobando uma diretamente relacionada ao campo museológico, “Museologia”, e outra associada à relação entre arqueologia e sociedade “Arqueologia Pública”.

Devemos ainda destacar que o curso funciona no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, criado na década de 1970, importante instituição no âmbito da musealização da Arqueologia brasileira, o que implica em uma relação mais próxima com as questões inerentes a salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico. Ademais, essa universidade também oferece Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, com Área de Concentração Arqueologia.

São compreendidos como eixos do curso de graduação: o desenvolvimento das habilidades arqueológicas fundamentais, a gestão do patrimônio e a comunicação. Existe também uma preocupação com a formação de profissionais aptos a atuar na Arqueologia Preventiva, assim:

“A proposta de criação de um curso de arqueologia na Universidade Católica de Goiás vai ao encontro tanto de uma necessidade crescente em nossa sociedade de assumir as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação da nação, quanto em resposta aos imperativos legais (dentre os mais modernos do planeta) que impulsionam de maneira nunca antes vista a expansão de um mercado de trabalho específico” (UCG, 2010, grifo nosso)

Outrossim, a curso oferece uma disciplina de “Arqueologia de Contrato” em sua grade. Dessa forma, entendemos que na Universidade Católica de Goiás a Arqueologia é sempre compreendida como área de saber associada à gestão do patrimônio, ao campo museal e, o mais importante, com relação direta com a sociedade envolvente.

Em 2007 foi criado o curso de Arqueologia da **Universidade Federal de Sergipe - UFS**, vinculado ao Centro de Educação e Ciências Humanas – que também abriga um curso de Museologia como vimos. São oferecidas 50 vagas por ano no período da tarde. Não há disciplinas voltadas diretamente para a Museologia, apenas uma disciplina intitulada “Gestão e Preservação do Patrimônio Cultural”, que pode ser entendida como interface disciplinar. Não obstante, a área da Museologia é indicada na apresentação do curso:

“Durante a Graduação o aluno toma contato com as diferentes correntes teóricas da Arqueologia; com os diferentes métodos e técnicas das pesquisas arqueológicas sistemáticas realizadas em superfície ou debaixo d’água; com estudos aprofundados de artefatos líticos, cerâmicos, ósseos, vítreos, metálicos, relativos aos períodos pré-históricos e históricos; com estudos de arte rupestre, de esqueletos humanos e de animais; além de toda a gama de disciplinas interdisciplinares que sustentam a formação do arqueólogo, como a Geologia, a Antropologia, a Arquitetura, a Museologia e temas como a legislação e a educação patrimonial.” (UFS, 2010, grifo nosso)

Importante destacar que a Educação Patrimonial também é indicada no trecho mencionado, assim como a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, embora não seja contemplada na grade curricular do curso.

Em 2008, mais três cursos foram criados, na Universidade Federal do Piauí, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande no Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Pelotas, também no Rio Grande do Sul, sendo que nesta última trata-se de um curso de Antropologia com habilitação em Arqueologia.

Na **Universidade Federal do Piauí – UFPI** o “Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre” funciona no Centro de Ciências da Natureza, oferecendo 40 vagas por ano no período diurno⁸³.

O curso da **Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG** funciona no Instituto de Ciências Humanas e da Informação, oferecendo 40 vagas por ano no período da tarde. A caracterização dos objetivos do curso evidencia a influência de paradigmas pós-processuais da Arqueologia, entendida como construção de narrativas:

“Oportunizar a formação superior de bacharéis em Arqueologia, considerando como princípio fundamental a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e buscando a produção do conhecimento; a focalização na interdependência entre as diferentes áreas do saber; a consideração da diversidade cultural como um princípio básico; a reflexão sobre as práticas sociais vinculadas aos conceitos de PATRIMÔNIO e MEMÓRIA, ou seja, o conjunto de referências materiais e não-materiais definidoras da IDENTIDADE dos diferentes grupos humanos, no tempo e no espaço; a percepção da importância da Arqueologia nos processos de inclusão social e como favorecedora do exercício da cidadania; e a visão da Arqueologia como construção narrativa condicionada pelos contextos político e ideológico em que está inserida, sendo, portanto merecedoras de extensa atenção crítica” (FURG, 2010, grifo nosso).

O curso está organizado em duas linhas temáticas: Arqueologia das Sociedades Pré-coloniais Americanas e Arqueologia do Capitalismo. Tais linhas constituem-se em trajetos de formação flexíveis, ou itinerários formativos distintos, que conduzem à diplomação do aluno objetivando o desenvolvimento de aptidões particulares. Ao todo são oferecidas 45 disciplinas, não existindo disciplinas específicas relacionadas à musealização da Arqueologia. Entretanto, existem duas disciplinas obrigatórias que abordam as interfaces disciplinares com o campo patrimonial “Educação Patrimonial” e “Arqueologia Pública”

Na **Universidade Federal de Pelotas – UFPEL** o curso é associado Instituto de Ciências Humanas, oferecendo 40 vagas por ano nos períodos tarde/ noite. Cabe lembrar que esse curso tem a especificidade de ser um Bacharelado em Antropologia, com habilitação em Antropologia Social e Arqueologia. Sua criação tem raízes em 2001, quando foi criado o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da universidade. Dessa forma essa graduação

⁸³ Não obtivemos acesso ao currículo do curso, mesmo tendo sido o mesmo solicitado para fins desta pesquisa.

“se caracteriza por uma singularidade que se traduz na interface da Antropologia com a Arqueologia, traço que aproxima a disciplina com as tradições norteamericana e latino-americana, nas quais a formação teórica do arqueólogo é sustentada pelo campo teórico da Antropologia” (Lemos da Silva et al, 2008, p.2).

São oferecidas 33 disciplinas, sendo uma específica para a interface com o campo museológico “Musealização, Arqueologia e Antropologia”, e três disciplinas devotadas às interfaces disciplinares, a saber: “Patrimônio Cultural”, “Arqueologia Pública” e “Educação Patrimonial”.

No ano de 2009, foram criados mais três cursos, sendo dois na região norte – Universidade do Estado do Amazonas e Universidade Federal de Rondônia, e um na região nordeste – Universidade Federal de Pernambuco.

Na **Universidade do Estado do Amazonas - UEA** o curso está associado ao Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido, oferecendo 24 vagas no período da tarde. A grade do curso, ainda não aprovada pelo Ministério da Educação, é formada por 47 disciplinas. Chama atenção a existência de diversas disciplinas voltadas à interface com o campo patrimonial e devotadas às questões relacionadas à Arqueologia Preventiva. Entre as disciplinas de interface temos uma diretamente associada ao campo museológico “Museologia”, três devotadas às questões que tangenciam o campo museal “Curadoria 1 e 2” e “Conservação e Restauo”, uma relacionada as ações educativas baseadas no patrimônio arqueológico “Arqueologia e Educação”, uma disciplina devotada ao turismo arqueológico “Arqueologia e Turismo” e, por fim, duas disciplinas que abordam questões associadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos “A Legislação e as políticas públicas de preservação do Patrimônio Arqueológico” e “Arqueologia e licenciamentos” (UEA, 2010).

O curso da **Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR** foi criado no âmbito do Núcleo de Ciências Humanas, oferecendo 50 vagas no período da manhã. Esse curso foi pensado a partir de membros do Departamento de História [atual Departamento de História e Arqueologia] que, sabedores do imenso potencial arqueológico do Estado, aproveitaram o momento político, que propiciou a expansão das Universidades Federais por meio do REUNI, e conseguiram da reitoria a criação do mesmo (com.pess. Penin, 2010)⁸⁴. Salienta-se desse modo a atuação decisiva do REUNI para a efetivação do curso.

Há, ainda, que se destacar que nos últimos anos diversas obras associadas ao Plano de Aceleração de Crescimento do Governo Federal têm sido implantadas no estado de Rondônia, o que vem mudando sensivelmente o quadro arqueológico do Estado, demandando também por profissionais especializados.

⁸⁴ Comentário pessoal de André Penin, professor da Universidade Federal de Rondônia, em Novembro de 2010.

A grade é composta por 70 disciplinas⁸⁵, sendo que uma delas está diretamente associada ao campo museológico “Museologia Arqueológica”. A denominação dessa disciplina nos aponta para uma certa correspondência ao conceito de musealização da Arqueologia, proposto por Bruno (1995), no intuito de enquadrar os processos museológicos devotados aos vestígios arqueológicos. O curso de graduação em Arqueologia da UNIR também envolve outras perspectivas de interface, expressas nas seguintes disciplinas: “Introdução ao Patrimônio”, “Técnicas de conservação e restauração”, “Arqueologia e licenciamento ambiental”; “Arqueologia e empreendimentos”; “Patrimônio Arqueológico e Legislação Ambiental” e “Ética e Arqueologia”. Destacamos a abordagem em diversas disciplinas das questões inerentes ao exercício da profissão no âmbito do licenciamento ambiental, sendo de especial importância a existência de uma disciplina voltada a discutir as questões éticas da profissão.

Dessa forma, entre os cursos de graduação existentes na atualidade, os dois cursos instalados no norte do país – UEA e UNIR - são os que oferecem o maior número de disciplinas relacionadas à problemática esboçada nesta tese. Podemos lançar como hipótese de que a não existência de uma ‘tradição’ de ensino universitário da Arqueologia nessa região, pode ter sido responsável pela visão contemporânea de seus currículos, não arraigados a uma ‘tradição acadêmica’ que marca os centros que vêm oferecendo há mais tempo cursos de extensão, especialização ou pós-graduação em Arqueologia.

Por fim, o curso oferecido pela **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE** é associado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, com a oferta de 30 vagas por ano no período Manhã / Tarde. A grade do curso é composta por 44 disciplinas, nenhuma delas devotada à interface com o campo museológico. Existem disciplinas voltadas ao campo da conservação, contudo, a partir de uma abordagem excessivamente técnica, que parece marcar o curso como um todo (UFPE, 2010).

Cabe fazermos uma síntese das informações apresentadas. Dentre os oito cursos de graduação em Arqueologia apresentados⁸⁶, quatro fornecem disciplinas sobre o campo museológico, a Universidade Católica de Goiás, a Universidade Federal de Pelotas, a Fundação Universidade Federal de Rondônia e a Universidade do Estado do Amazonas. Não obstante, todos os cursos apresentam interfaces disciplinares com o campo patrimonial, ainda que voltados à questão da conservação como a UNIVASF e a UFPE. As disciplinas referentes à Arqueologia Pública aparecem nos cursos da UCG, FURG e UFPEL e aquelas relacionadas às ações educativas centradas no patrimônio arqueológico estão presentes

⁸⁵ Essas informações são referentes à grade curricular que ainda se encontra em tramitação na Universidade.

⁸⁶ Lembrando que não tivemos acesso ao currículo do curso da UFPI.

nos cursos da FURG, UFPEL e UEA. Questões relacionadas à Arqueologia Preventiva, como, por exemplo, legislação, são abordadas nos currículos da UCG, UEA e UNIR.

É importante destacar que julgamos que a inserção da Museologia deveria ser obrigatória na formação dos arqueólogos, embora o contrário não seja necessário, pois nem todo museólogo vai atuar em instituições ou processos que abordem o patrimônio arqueológico, mas todos os arqueólogos atuam em pesquisas que projetam coleções no universo patrimonial, o que requer um olhar museológico para salvaguarda e comunicação desse patrimônio.

2.3. Instituições museológicas e patrimônio arqueológico: um mapeamento necessário

Ao decorrer desse capítulo, buscamos traçar alguns pontos que caracterizam os campos museológico e arqueológico no cenário contemporâneo brasileiro. Nesse item, visamos examinar a interface entre esses campos, identificando caminhos de aproximação, zonas de tensão, pontos de colisão e rotas de afastamento. Para tanto, selecionamos como fontes documentais as Portarias de Pesquisa Arqueológica emitidas para o território nacional entre 2003 e 2009 e o Cadastro Nacional de Museus, entrelaçando, dessa maneira, informações oficiais provenientes do IPHAN e do IBRAM. Esse exame dá continuidade, de certa forma, à reflexão esboçada no **Capítulo 1**, uma vez permite a construção de um painel que, mesmo incompleto, revela os caminhos trilhados pela Musealização da Arqueologia no Brasil no século XXI, fruto também dos processos evidenciados anteriormente nos séculos XIX e XX.

No que concerne às portarias de pesquisa, buscamos espacializar os estudos arqueológicos no território nacional, assim como as correspondentes instituições de apoio, que seriam, teoricamente, responsáveis pelos acervos gerados. Caracterizamos essas instituições em relação ao número de endossos fornecidos, tipologia e tutela administrativa.

O exame do Cadastro Nacional de Museus, por sua vez, permite o acesso aos museus que possuem a Arqueologia como uma das tipologias de acervo. Obviamente, a inserção do patrimônio arqueológico nessas instituições é amplamente diversificada. Temos desde instituições com uma dezena de peças - frequentemente urnas funerárias, lâminas de machados e pontas de projéteis - até os museus especializados em Arqueologia.

Dessa forma, em um primeiro momento, apresentaremos os dados obtidos a partir das portarias de pesquisa, em seguida, passamos ao contexto configurado a partir do

cadastro nacional de museus e, finalmente, ao entrelaçando dessas fontes e às reflexões resultantes dessa sobreposição.

2.3.1. Um primeiro mapa: as pesquisas e suas instituições de apoio

Desde o final da década de 1980, a concessão do direito de pesquisa arqueológica no Brasil é conferida pelo IPHAN mediante apresentação de projeto de pesquisa, normatizando, assim, as atividades das equipes de Arqueologia, tanto na esfera particular, quanto na pública.

Esses projetos devem apresentar um endosso financeiro e um endosso institucional. Enquanto o primeiro aponta a fonte de financiamento, o segundo indica a instituição que dá apoio institucional ao projeto e que, teoricamente, será responsável pela guarda dos acervos gerados. Os vestígios materiais recuperados nessas pesquisas são considerados Bens da União, configurando um enquadramento bastante peculiar desses bens no cenário patrimonial brasileiro.

O significado exato do apoio institucional é uma das contradições da legislação contemporânea, como vimos anteriormente na breve caracterização da Arqueologia Preventiva. Embora nem sempre esse apoio signifique, na prática, a salvaguarda do material arqueológico - uma vez que essa destinação pode ser alterada mediante aprovação do IPHAN⁸⁷, na maior parte das vezes é isso que tem ocorrido. De qualquer modo, ao fornecer apoio institucional a um projeto – desenvolvido por pesquisadores autônomos ou empresas privadas, a instituição deveria estar, ao menos em tese, apta a desenvolver processos de musealização desses acervos. Do contrário, qual o papel da instituição de apoio?

Destarte, mesmo reconhecendo as limitações das portarias examinadas, uma vez que nem sempre as instituições indicadas serão as responsáveis pelos acervos ao final da pesquisa, acreditamos que as portarias são “termômetros” da interface Museologia – Arqueologia, uma vez que, por meio desses documentos oficiais, é possível traçar os perfis das instituições envolvidas com a Arqueologia no país.

Uma vez analisado e aprovado, o projeto de pesquisa recebe uma portaria publicada no Diário Oficial da União. As portarias de pesquisa fornecem as seguintes

⁸⁷ Essa mudança pode até mesmo ser associada à criação de uma nova instituição com financiamento advindo do empreendimento causador de impacto. Por outro lado, como veremos no **Capítulo 4**, o decorrer da pesquisa e os resultados obtidos trazem questões que muitas vezes não tinham vindo à tona quando o projeto de pesquisa foi elaborado. Isso porque é difícil estabelecer a instituição responsável em uma etapa preliminar do projeto, quando nem sabemos ao menos o montante dos acervos gerados.

informações: nome do projeto; arqueólogo(s) responsável (is); apoio institucional, vigência da autorização de pesquisa e abrangência (localização) da pesquisa.

Foram analisadas as Portarias de Pesquisa emitidas pelo IPHAN no Diário Oficial da União entre janeiro de 2003 e dezembro de 2009. Adotamos esse recorte cronológico pois em dezembro de 2002 foi editada a Portaria IPHAN nº230/02, já mencionada, que teve particular importância para o cumprimento efetivo da legislação de proteção, resultando no aumento expressivo das pesquisas arqueológicas no país.

No período examinado, foram emitidas **3422 portarias** de pesquisa arqueológica para o território nacional, entre portarias de autorização, permissão, prorrogação e renovação, além de portarias voltadas à publicação de normas e orientações. Nessa análise, foram consideradas as portarias de autorização e permissão, totalizando **2888 portarias**⁸⁸. Como mostra o gráfico a seguir, existe um aumento exponencial das portarias de pesquisa, sobretudo, no biênio 2007/2008, com um crescimento de 34% dos estudos arqueológicos. Grande parte dessas portarias (98%) está associada ao licenciamento de empreendimentos, configurando o campo da Arqueologia Preventiva.

Quadro 8. Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro (Fonte: Diário Oficial da União)

Ano	Total de portarias emitidas	Total de portarias consideradas
2003	269	214
2004	327	275
2005	397	346
2006	397	333
2007	507	436
2008	771	653
2009	754	631
Total	3422	2888

⁸⁸ Isso porque a análise de portarias de prorrogação e renovação levaria a um desvio de leitura, uma vez que todas são precedidas de portarias de autorização ou permissão. Cabe apontar que nem todas as portarias de renovação ou autorização são alvo de pedidos de prorrogação ou renovação.

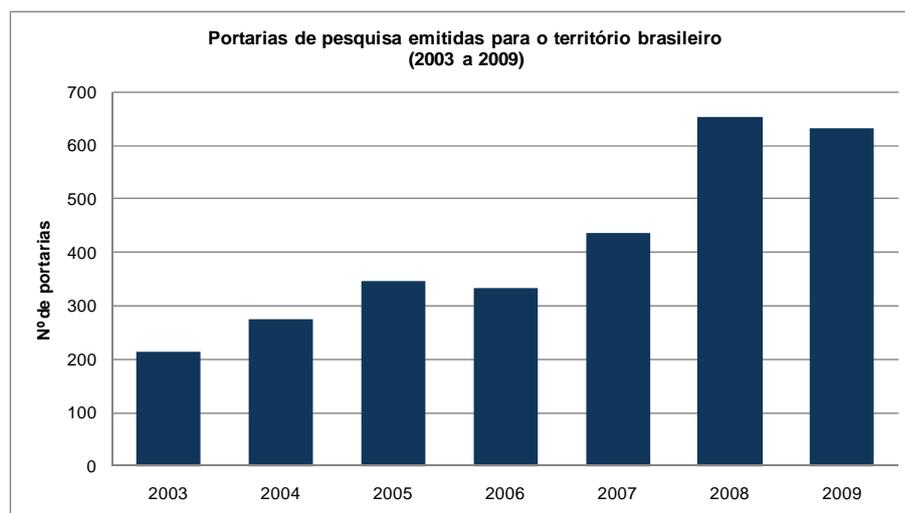


Gráfico 4. Número de portarias de pesquisa arqueológica emitidas entre 2003 e 2009 para o território nacional (Fonte: Diário Oficial da União)

Segundo Zanettini (2009), o aumento das pesquisas arqueológicas está diretamente relacionado ao anúncio e início pelo Governo Federal de seu Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, em 2007. Esse plano tem envolvido a implantação de empreendimentos de porte diverso, tais como hidrelétricas, termoeletricas, rodovias, ferrovias, portos, linhas de transmissão, obras de saneamento básico e outras iniciativas de relevância econômica e social. Ainda de acordo com o autor, a associação entre pesquisa arqueológica e mercado tem resultado na concentração acentuada dos estudos em zonas economicamente dinâmicas em detrimento das demais, permanecendo grandes vazios, o que, em última instância, acentua as desigualdades sociais, no que tange ao direito de acesso ao patrimônio arqueológico por amplas parcelas da população (Zanettini, 2009, p.11). De fato, quando distribuímos as portarias de pesquisa nas regiões e unidades federativas do Brasil, notamos a concentração das pesquisas no eixo sul-sudeste, região economicamente mais desenvolvida do Brasil [Mapa 07].

Um ponto a ser considerado na distribuição das pesquisas arqueológicas no Brasil é a aplicação efetiva da legislação concernente. Estados com secretarias do meio ambiente mais atuantes destacam-se no conjunto, uma vez que o licenciamento arqueológico está inserido no licenciamento ambiental. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, por exemplo, tem projeção nacional no que diz respeito à qualidade de seus serviços, o que também afetou o desempenho da Arqueologia Preventiva no território paulista.

A amplitude da problemática relacionada à necessária interface entre Museologia e Arqueologia fica clara quando fazemos algumas projeções com base nas 2888 portarias examinadas no período de 2003 a 2009. Supondo que cada pesquisa resulte em um acervo

de 1000 peças⁸⁹, teríamos, para o período examinado, um montante de quase **3 milhões de peças**. Mais uma vez destacamos que essa reflexão não reside apenas na conservação física desses acervos e da informação arqueológica correspondente⁹⁰. O significado dessas pesquisas estará seriamente prejudicado, no que tange à relevância científica, histórica, social e pública dessa herança, caso não sejam estabelecidos processos de pesquisa interdisciplinares, baseados tanto na participação de museólogos na coleta sistemática de materiais arqueológicos que irão integrar acervos museais, quanto na participação de arqueólogos na produção dos processos museais nas instituições, principalmente relacionadas à documentação, conservação preventiva, acondicionamento e difusão social (Costa, 2007). Nesse sentido, reafirmamos que as portarias de pesquisa são termômetros importantes da problemática analisada ao longo desta tese.

Passemos ao exame da distribuição ano a ano das portarias nas regiões e estados brasileiros, a fim de compreender o território patrimonial sobre o qual se instala, ou deveria se instalar, a cadeia operatória museológica.

A **Região Norte**, formada pelos estados do Pará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima e Tocantins, está associada à emissão de **159 portarias**, entre 2003 e 2009, considerando as portarias individuais e interestaduais.

Dentre os estados mencionados, o Pará teve o maior número de portarias [84], parte significativa associada ao ano de 2003, quando o estado representou 5% das portarias emitidas para o território nacional, conforme gráfico a seguir. Houve um aumento das portarias para os estados de Rondônia e Amazonas nos anos de 2007 e 2008, no primeiro caso esse fenômeno está associado à implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos⁹¹ e infraestrutura correspondente.

Chama atenção a ausência de portarias para o estado de Roraima durante todo o período examinado, corroborando o fato de que as pesquisas arqueológicas tem sido desenvolvidas em áreas economicamente dinâmicas, resultando em grandes vazios de conhecimento arqueológico, conforme aponta Zanettini (2009, p.11).

⁸⁹ Projeção estimada com base em nossa experiência em projetos de Arqueologia Preventiva.

⁹⁰ A documentação (plantas de escavações, croquis, perfis, listagens) é condição *sine qua non* para que não tratemos os objetos arqueológicos de forma isolada, mas sim da relação entre eles, ou seja, do contexto arqueológico (Schiffer, 1972).

⁹¹ Destacam-se a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio e a Usina Hidrelétrica de Jirau, ambas em instalação no Rio Madeira. Essas obras estão entre as obras mais importantes do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal do Brasil.

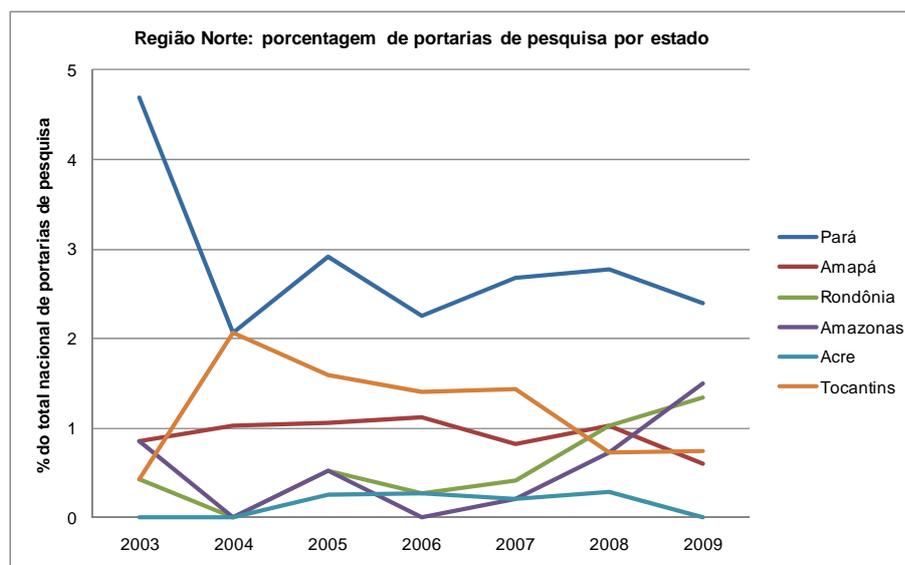


Gráfico 5. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Norte (Fonte: Diário Oficial da União).

A **região Nordeste**, formada pelos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, está associada à emissão de **528 portarias**, considerando as portarias individuais e interestaduais.

Dentre os estados mencionados, a Bahia teve o maior número de portarias (200). Não obstante, é possível notar um crescimento significativo e contínuo de Portarias no estado do Ceará, que, em 2009, apresentou 36 portarias, enquanto a Bahia contou com 34 portarias.

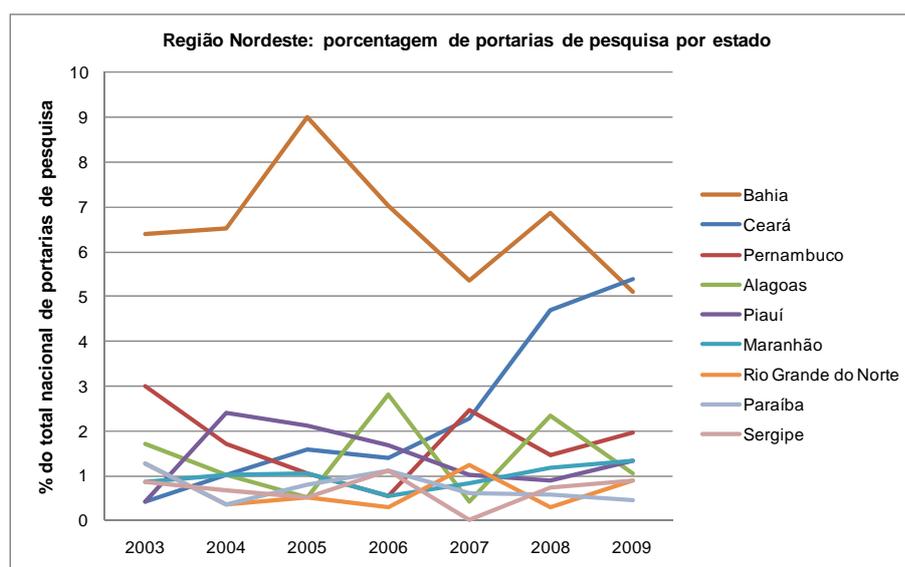


Gráfico 6. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Nordeste (Fonte: Diário Oficial da União).

A **região Centro-Oeste**, formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, está associada à emissão de **464 portarias**. Nessa

região os estados de Goiás e Mato Grosso apresentaram respectivamente 172 e 162 portarias, contudo, enquanto o segundo esboçou uma diminuição significativa do número de portarias em 2009, o primeiro apresentou um sutil incremento.

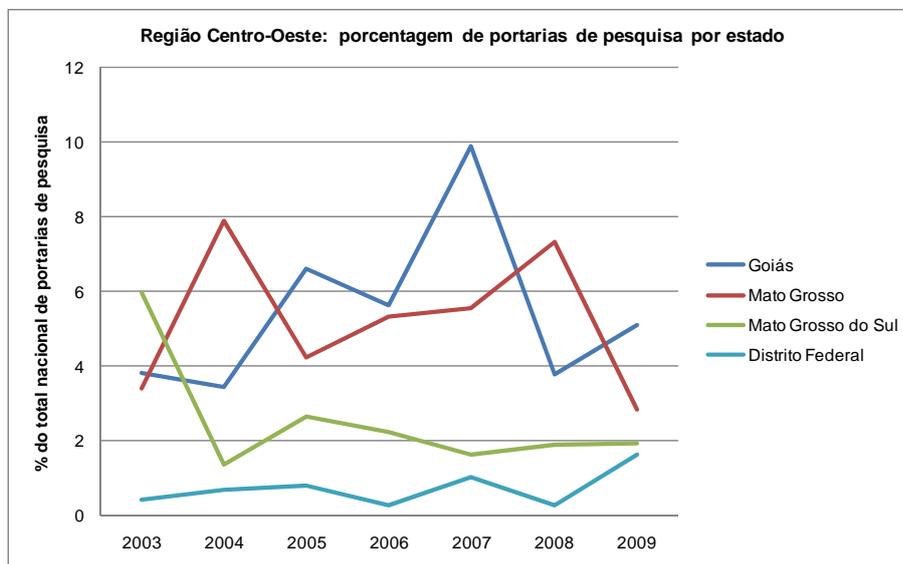


Gráfico 7. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Centro-Oeste (Fonte: Diário Oficial da União).

A **região Sudeste**, formada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, detém o maior número de pesquisas - **1234 portarias**, o que corresponde a quase metade das portarias emitidas no período para o Brasil. São Paulo apresentou o maior número de portarias [635].

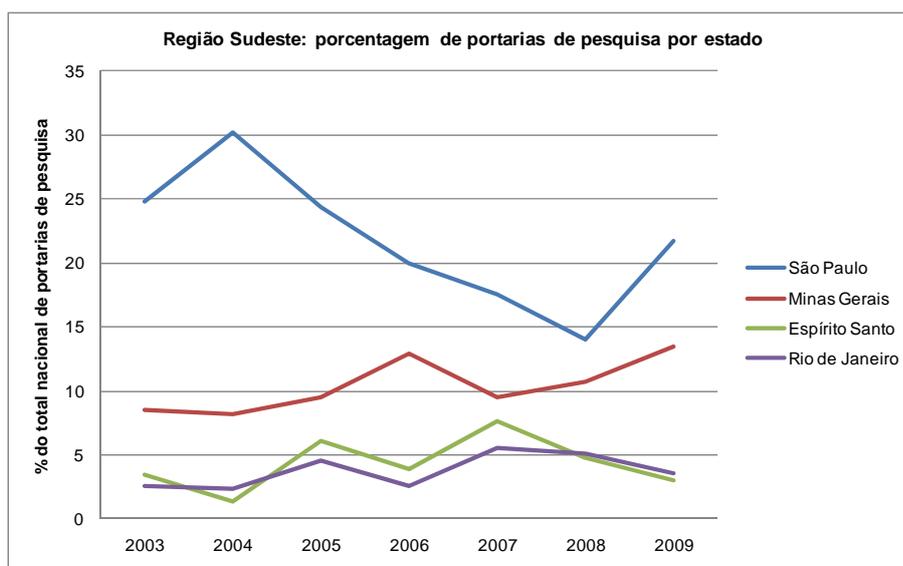


Gráfico 8. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Sudeste (Fonte: Diário Oficial da União).

A oscilação da porcentagem das pesquisas realizadas nos estados demonstra a representatividade de cada unidade federativa no quadro geral do Brasil, uma vez que os gráficos foram elaborados tendo sempre como base o total nacional de portarias.

Dessa forma, embora nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2009, o estado de São Paulo apareça em expressiva queda na região sudeste, ele continua a representar pelo menos de 14% das pesquisas efetuadas no território nacional.

Ainda nessa região é possível observar um sutil crescimento para o estado de Minas Gerais no período analisado. O Espírito Santo apresentou, por sua vez, em 2007, cerca de 8% de portarias do território nacional, diminuindo essa participação nos últimos dois anos.

Por fim, a **região Sul** apresentada no próximo gráfico, formada por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, corresponde a **707 portarias**, tendo ocorrido um aumento exponencial das portarias em Santa Catarina nos anos de 2006 e 2008. Notamos, ainda, um decréscimo das portarias para o estado do Rio Grande do Sul no período.

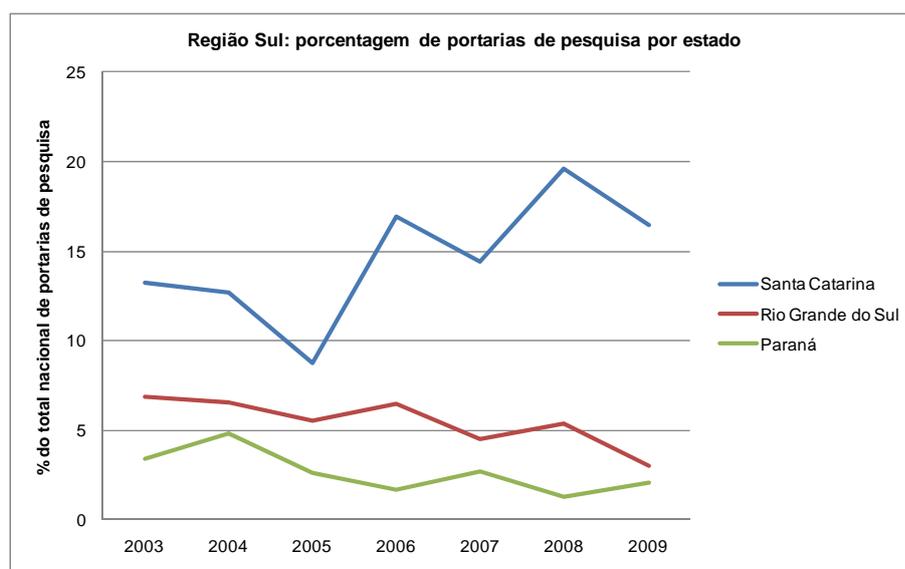


Gráfico 9. Porcentagem de portarias de pesquisa arqueológica emitidas para a região Sul (Fonte: Diário Oficial da União).

Essas informações nos apontam que a seleção da herança arqueológica e, conseqüentemente, a configuração contemporânea da realidade arqueológica brasileira, está fortemente imbricada aos processos de crescimento econômico. Dessa forma, os estados que apresentam maior dinâmica econômica acompanhada de um maior lastro no cumprimento da legislação, foram os mais pesquisados entre 2003 e 2009, evidenciando uma concentração de pesquisas no eixo sul-sudeste. Não obstante, estados que receberam maiores investimentos e subsídios do PAC, como Rondônia, Amazonas e Ceará, tiveram incremento do número de pesquisas desde 2007.

Temos **203 instituições de apoio** indicadas nas portarias de pesquisa examinadas. Vamos efetuar **duas leituras** das instituições rastreadas nas portarias. Primeiramente vamos caracterizá-las no que concerne a sua distribuição geográfica, tipologias e tutelas, sem considerarmos o número de endossos fornecidos por cada uma. Depois, vamos refletir sobre representatividade dessas instituições de acordo com o número de endossos fornecidos por cada uma. Isso porque muitas instituições forneceram apoio à apenas uma ou duas pesquisas e algumas poucas forneceram centenas de endossos, ou seja, dentro dessas duas centenas de instituições temos uma variabilidade considerável no que diz respeito o ‘peso’ dessas instituições no cenário da arqueologia musealizada brasileira.

O estado de São Paulo é o que possui maior número de instituições [41], seguido dos estados de Minas Gerais [23], Rio Grande do Sul [20], Santa Catarina [17] e Bahia [15], revelando que a distribuição das instituições de apoio acompanha parcialmente a distribuição das portarias de pesquisa no território brasileiro, conforme é possível compararmos nos **Mapas 7 e 8**.

Mapa 07. Distribuição das portarias de pesquisa arqueológica no território brasileiro (2003 a 2009)



Mapa 08. Distribuição das instituições mencionadas nas portarias de pesquisa arqueológica no território brasileiro (2003 a 2009)



Portanto, a concentração acentuada das pesquisas arqueológicas em zonas economicamente dinâmicas do Brasil, em função da instalação de empreendimentos diversos, em detrimento das demais áreas do país, também acarreta diferenças consideráveis na distribuição da arqueologia musealizada brasileira, sendo o sul/ sudeste as regiões com maior número de pesquisas e, conseqüentemente, de instituições de apoio, conforme expressa o gráfico a seguir.

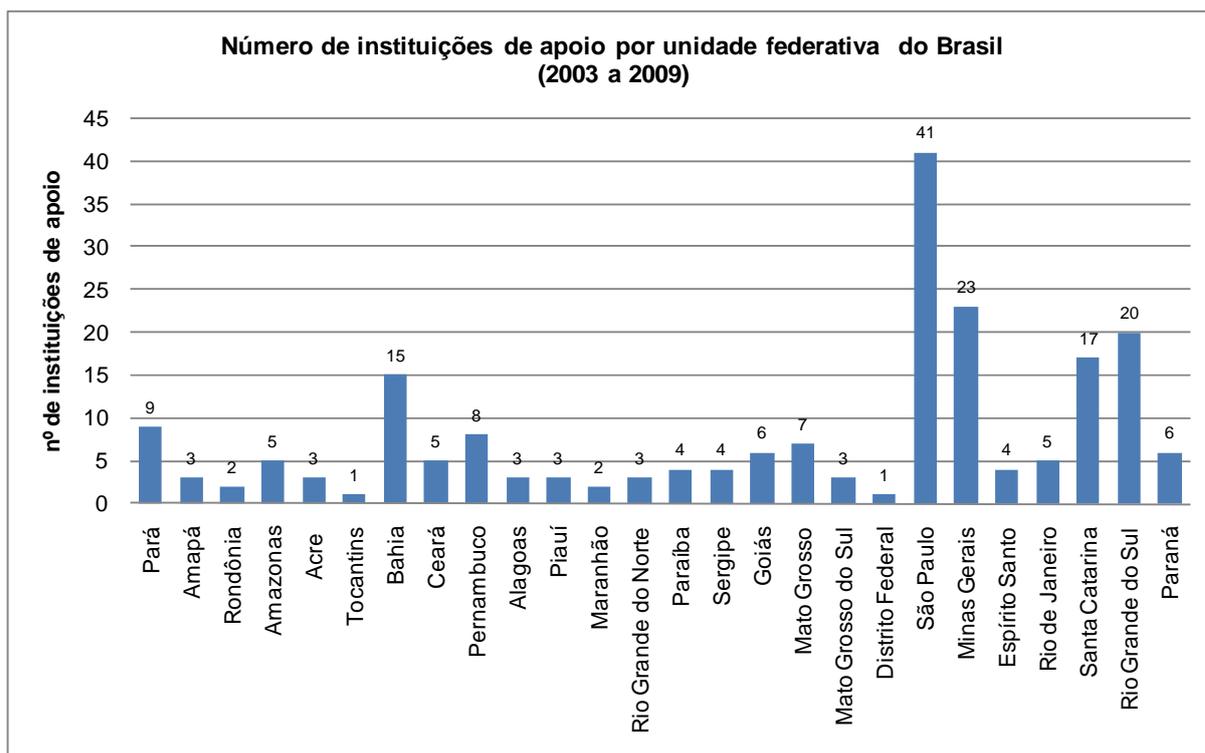


Gráfico 10. Número de instituições de apoio mencionadas nas portarias de pesquisa arqueológica entre 2003 e 2009, distribuídas por estado (Fonte: Diário Oficial da União).

Quando comparamos a representatividade de cada unidade federativa por meio da porcentagem de portarias de pesquisa e da porcentagem de instituições de apoio, como apresentado no próximo gráfico, é possível verificar que São Paulo detém o maior número de pesquisas e de instituições de apoio [20%]. O entendimento da configuração da Arqueologia Musealizada nesse estado - que se coloca há mais de um século como a 'locomotiva do país', no âmbito do contexto atual, marcado por um crescimento exponencial da Arqueologia Preventiva, requer reflexões específicas, que temos desenvolvido em outro trabalho acadêmico⁹².

⁹² Conforme já pontuado anteriormente, estamos desenvolvendo outra tese de doutoramento no âmbito da linha de pesquisa Musealização da Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, com o título: Patrimônio Arqueológico Paulista: propostas museológicas para sua preservação.

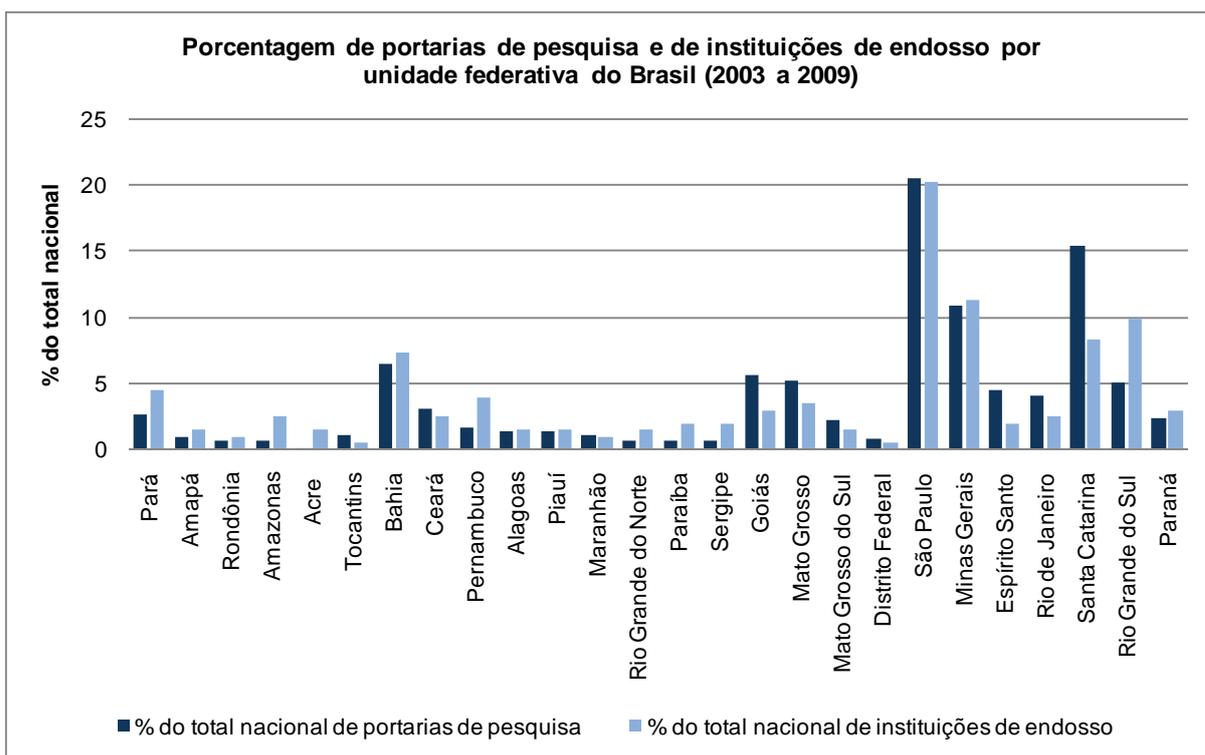
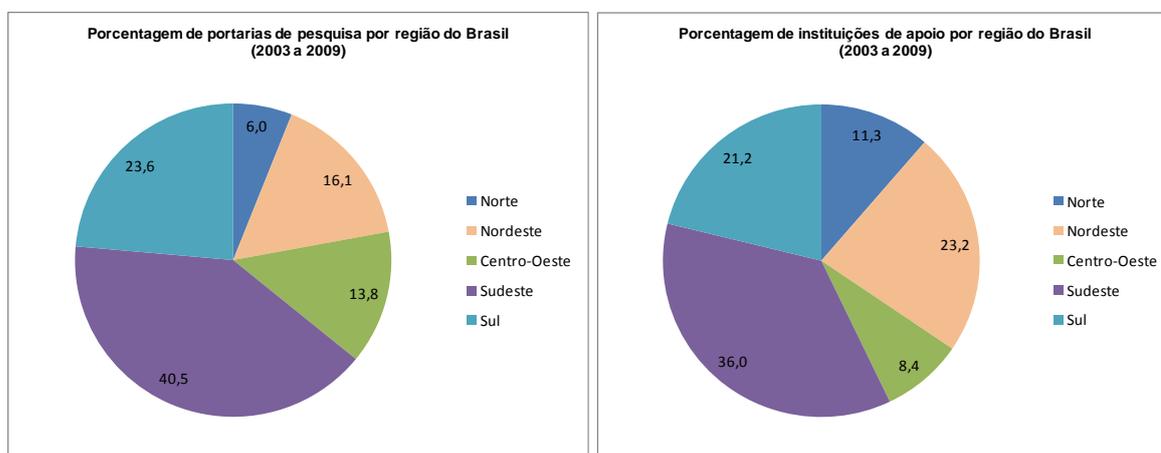


Gráfico 11. Análise comparativa da porcentagem de portarias de pesquisa e da porcentagem de instituições de apoio mencionadas entre 2003 e 2009 (Fonte: Diário Oficial da União).

Ao compararmos a porcentagem de portarias de pesquisa e de instituições de apoio nas regiões brasileiras, notamos claramente essa projeção do sudeste.



Gráficos 12 e 13. Análise comparativa da porcentagem de portarias de pesquisa por região e da porcentagem de instituições de apoio por região entre 2003 e 2009.

As instituições foram classificadas nas seguintes tipologias: museus com ênfase em Arqueologia; museus de tipologias diferenciadas; laboratórios, institutos e centros de pesquisa, fundações e casas de cultura e outros. Conforme mostra o quadro a seguir, temos o predomínio de Museus de tipologias diferenciadas, onde o patrimônio arqueológico ‘entra’

no âmbito de segmentos patrimoniais distintos, e laboratórios, institutos e centros de pesquisa, caracterizados pelo afastamento da identidade museológica.

Quadro 9. Tipologia das instituições que forneceram endossos institucionais (Fonte: Diário Oficial da União).

Instituições	Quantidade de instituições que forneceram endossos
Museus de arqueologia	17
Museus tipologias diferenciadas	61
Laboratórios, institutos e centros de pesquisa	57
Fundações e casas de cultura	21
Outros	47
Não menciona instituição	- - -
Total	203

No que concerne à tutela as instituições, foram classificadas em: pública (municipal), pública (estadual); pública (federal) e privada. Há que se destacar que, em termos de número de instituições, verificamos uma distribuição equitativa das diversas tutelas, contudo, a análise do número de endossos fornecidos por cada tipo de instituição, apresentada adiante, nos traz um quadro diferenciado.

Quadro 10. Tutela das instituições que forneceram endossos institucionais e distribuição das portarias por tutela da instituição (Fonte: Diário Oficial da União).

Instituições	Tutela das instituições que forneceram endossos
pública (municipal)	57
pública (estadual)	41
pública (federal)	54
privada	45
Não acessada	6
Total	203

As instituições de apoio mencionadas nas portarias de pesquisa são bastante diversificadas no que diz respeito o número de endossos fornecidos, tipologias e tutelas. Cerca de **5%** das 203 instituições mencionadas nas portarias **foram responsáveis por 35%** dos endossos de apoio às pesquisas realizadas no país entre 2003 e 2009, revelando uma concentração significativa de acervos em algumas instituições. Ademais, 48% das instituições supracitadas forneceram apenas uma ou duas portarias no período examinado.

Dessa forma, cabe analisarmos comparativamente a representatividade, leia-se o número de endossos fornecido por cada uma das tipologias e tutelas das instituições. O gráfico a seguir apresenta as informações relativas à tipologia das instituições de forma comparativa.

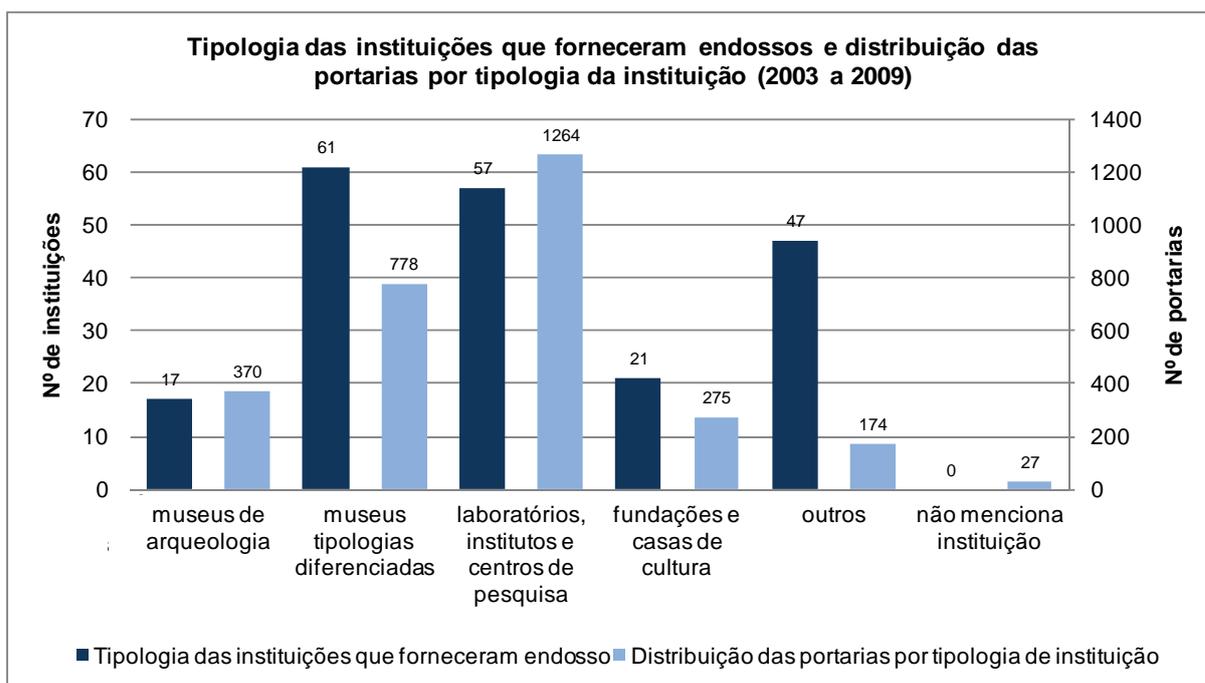


Gráfico 14. Número de instituições por tipologia e número de portarias por tipologia da instituição de endosso (Fonte: Diário Oficial da União)

Como vimos, ao analisarmos a quantidade de instituições de cada uma dessas tipologias, temos o predomínio dos museus de tipologias diferenciadas, seguidos dos laboratórios, institutos e centros de pesquisa em arqueologia. Entretanto, o ‘peso’ dessas instituições no contexto analisado é diversificado, pois está relacionado ao número de portarias por tipologia de instituição. Dessa forma, quando distribuimos as portarias analisadas, de acordo com a tipologia, notamos o **predomínio absoluto dos laboratórios, institutos e centros de pesquisa, com 1264 portarias**, conforme gráfico acima.

A categoria ‘outros’ engloba uma miríade de instituições, como, por exemplo, o próprio IPHAN, com 15 superintendências / escritórios regionais responsáveis por 82 endossos; 09 prefeituras com 13 endossos e 11 departamentos de faculdades ou universidades que correspondem a 51 portarias.

A caracterização da tipologia das instituições que têm fornecido endossos aos estudos arqueológicos aponta um agravamento do abandono da identidade museológica no tratamento da herança patrimonial arqueológica, fenômeno já tangenciado há mais de uma década por Bruno (1995). Embora tenhamos um número considerável de museus, especializados ou não em Arqueologia, no conjunto das instituições analisadas, esses museus são responsáveis por apenas 37% dos endossos institucionais no período estudado contra **41% de endossos associados ao laboratórios e centros de pesquisa**, configurando um desafio específico para a musealização da arqueologia, uma vez que sabemos que esses perfis institucionais raramente contam com o desenvolvimento da cadeia operatória museológica.

Os laboratórios, institutos e centros de pesquisa mencionados dedicam-se, sobretudo, à pesquisa em Arqueologia. Se por um lado tal associação pode trazer um incremento da produção científica, por outro, isola os vestígios arqueológicos de outras referências patrimoniais. Ações educativas e de divulgação são realizadas em alguns desses espaços, mas a Arqueologia permanece desconectada de toda uma gama patrimonial, assim como do território de origem, sem articulação com outros conjuntos cuja integração teria a potência de renovar o próprio fazer arqueológico.

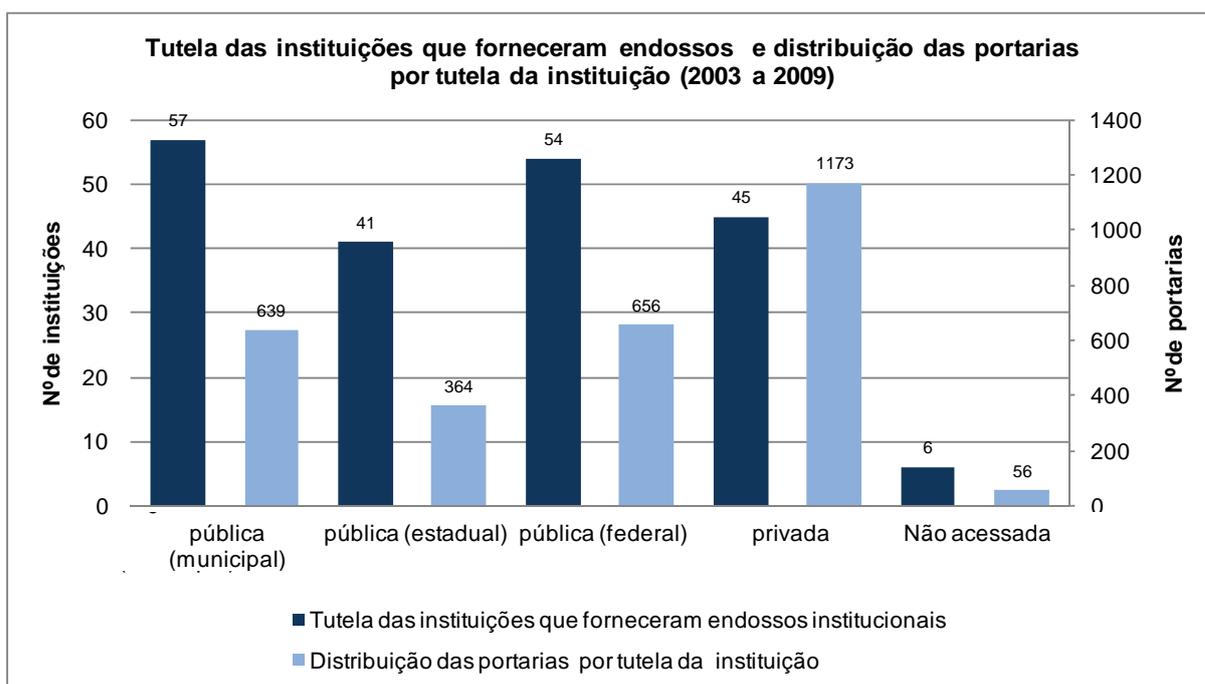


Gráfico 15. Número de instituições por tutela e número de portarias por tutela da instituição de endosso (Fonte: Diário Oficial da União).

Quando analisamos a distribuição das portarias nas instituições de acordo com a tutela, vemos o predomínio absoluto de portarias associadas às instituições privadas: cerca de **40% dos acervos gerados estiveram associados à endossos institucionais privados.**

A tutela privada reúne 17 instituições geridas pela sociedade civil organizada e 28 instituições privadas propriamente ditas, grande parte relacionadas às faculdades ou universidades privadas. Nesse sentido, cabe examinarmos o papel das instituições universitárias (privadas e públicas) no quadro vislumbrado.

As instituições universitárias têm ocupado importante papel na preservação do patrimônio arqueológico brasileiro como vimos no **Capítulo 1**. A trajetória da relação entre instituições universitárias e patrimônio arqueológico revela que as primeiras universidades herdaram, desde sua criação, coleções arqueológicas. Diversas instituições universitárias abrigaram equipes devotadas à Arqueologia, configurando uma relação de cumplicidade

com a pesquisa arqueológica no país. Essa relação permitiu que grande parte dos estudos arqueológicos realizados no Brasil estivesse no âmbito do universo universitário, possibilitando também a guarda do patrimônio arqueológico. Entretanto, a comunicação do conhecimento arqueológico produzido foi bastante restrita nessas instituições.

O papel de destaque assumido pelas instituições universitárias nos aponta a importância de uma reflexão aprofundada acerca das potencialidades e fragilidades dos processos evidenciados nessas instituições museológicas (Moraes Wichers, 2009b). A primeira característica importante é que nos espaços universitários predominam os laboratórios e centros de pesquisa, em detrimento de museus propriamente ditos. Nesse sentido, a definição apresentada por Almeida (2001) nos ajuda caracterizar melhor nosso foco de análise: “Uma coleção ou museu universitário é caracterizado por estar parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma universidade – salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico” (Almeida, 2001, p.10). Essa definição amplia nosso campo de análise, pois passamos a examinar todas as instituições universitárias que possuem patrimônio arqueológico sob sua tutela, mesmo que esse patrimônio não esteja estruturado em um museu propriamente dito.

O gráfico a seguir apresenta o percentual de instituições, por estado, que estão relacionadas à estrutura universitária.

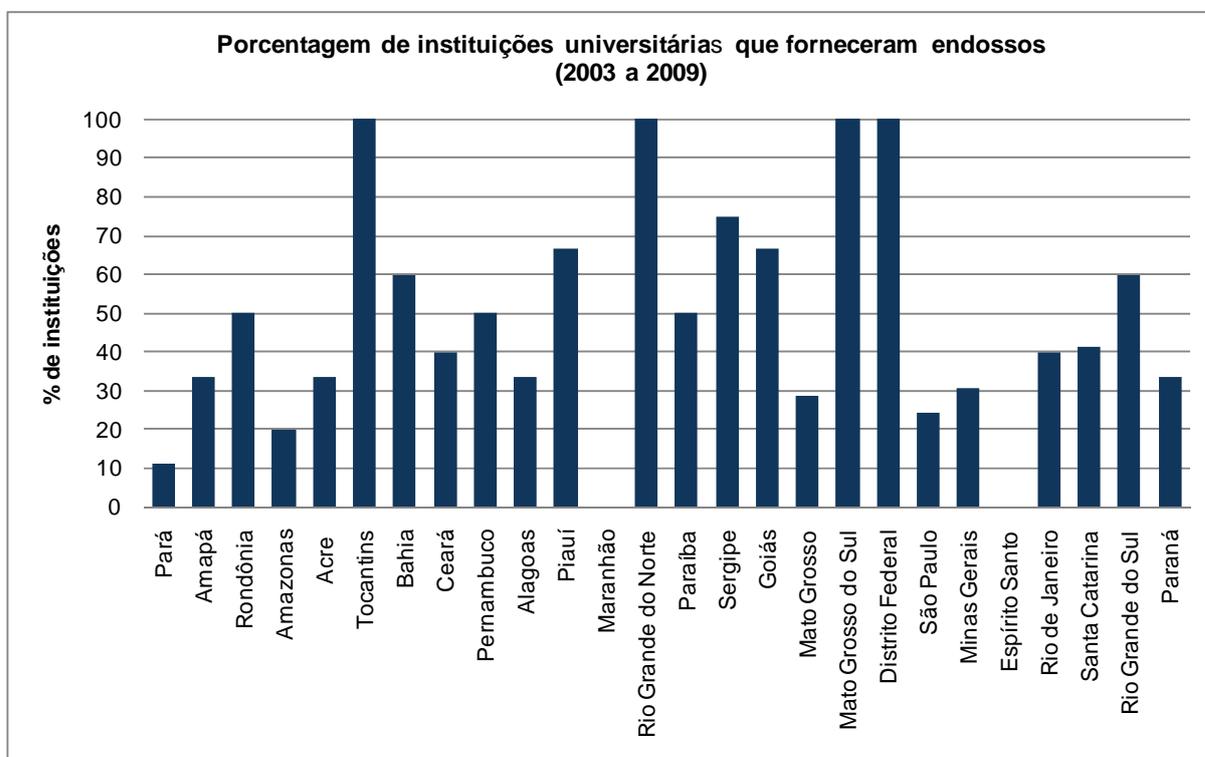


Gráfico 16. Porcentagem de instituições universitárias que forneceram endossos por estado entre os anos de 2003 e 2009 (Fonte: Diário Oficial da União).

As portarias de pesquisa associadas às instituições de apoio no âmbito da esfera universitária representam 52% das portarias emitidas entre 2003 e 2009, sendo 24% relacionadas às universidades privadas. Em algumas unidades federativas, como Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, os endossos institucionais estiveram integralmente associados à estrutura universitária, dando continuidade ao movimento arqueológico-universitário, configurado a partir da década de 1960. Por seu turno, os estados do Maranhão e Espírito Santo não têm nenhuma instituição universitária no conjunto de instituições de apoio aos projetos de arqueologia no período examinado, o que aponta a lacuna de processos de pesquisa e formação em Arqueologia nesses estados.

Algumas vezes, a inserção do patrimônio arqueológico na estrutura de uma universidade ocorreu em mais de uma esfera no âmbito de uma mesma universidade, caso verificado em 16 universidades. Se em algumas universidades tal distribuição reflete uma política voltada à descentralização da extensão à comunidade, ou ainda, especializações da própria pesquisa arqueológica, em outras não fica clara a premissa adotada.

Quadro 11. Porcentagem de instituições universitárias que forneceram endossos (Fonte: Diário Oficial da União).

Região do Brasil	Estado	Total de instituições	Total de instituições associadas a universidades	Porcentagem de universidades nas instituições de apoio
Norte	Pará	9	1	11,1
	Amapá	3	1	33,3
	Rondônia	2	1	50,0
	Amazonas	5	1	20,0
	Acre	3	1	33,3
	Roraima	0	0	0
	Tocantins	1	1	100,0
Nordeste	Bahia	15	9	60,0
	Ceará	5	2	40,0
	Pernambuco	8	4	50,0
	Alagoas	3	1	33,3
	Piauí	3	2	66,7
	Maranhão	2	0	0,0
	Rio Grande do Norte	3	3	100,0
	Paraíba	4	2	50,0
Centro-Oeste	Sergipe	4	3	75,0
	Goiás	6	4	66,7
	Mato Grosso	7	2	28,6
	Mato Grosso do Sul	3	3	100,0
Sudeste	Distrito Federal	1	1	100,0
	São Paulo	41	10	24,4
	Minas Gerais	23	7	30,4
	Espírito Santo	4	0	0,0
Sul	Rio de Janeiro	5	2	40,0
	Santa Catarina	17	7	41,2
	Rio Grande do Sul	20	12	60,0
	Paraná	6	2	33,3

As instituições de apoio associadas a universidades privadas têm aumentado nos últimos anos, no estado de Santa Catarina, por exemplo, essa presença tem sido marcante. Recentemente, a Universidade Católica de Santos, universidade que forneceu o maior número de endossos no período analisado [132], decidiu extinguir o Instituto de Pesquisas em Arqueologia, órgão responsável pelos endossos no âmbito da universidade, não tendo mais 'interesse' em manter a salvaguarda do patrimônio arqueológico reunido ao longo de sua atuação. O ônus da resolução do problema, ainda não solucionado, recaiu sobre o IPHAN. Entretanto, as verbas destinadas aos endossos foram direcionadas à universidade que agora coloca esses acervos 'à disposição' do Estado.

Nesse sentido, Costa (2007) apresenta uma crítica à inserção do patrimônio arqueológico em instituições privadas de um modo geral: "qual a real garantia de salvaguarda, manutenção e uso social que certos centros de estudos privados, sem

recursos monetários, técnicos, profissionais e infraestrutura mínima – podem oferecer ao patrimônio arqueológico?” (Costa, 2007, p.8).

Vale ressaltar que não podemos ser maniqueístas a ponto de pensar que toda instituição particular é *a priori* um perigo para a salvaguarda do patrimônio arqueológico. A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem desenvolvido ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação arqueológica dos seus acervos, ampliando o conhecimento e aproximando a Arqueologia da sociedade de Porto Alegre, capital do estado. Nesse sentido, a avaliação e fiscalização constante das instituições é um caminho a ser trilhado.

Compreendemos que um museu ou coleção deve ser parte de uma **política universitária sistêmica e estruturante** (Santos, 2004/2008), tanto na esfera pública quanto privada. Assim, a inserção do patrimônio arqueológico nas universidades pode auxiliar a democratização desse patrimônio e seu uso qualificado, desde que sejam estabelecidas políticas que garantam tal inserção. A entrada do patrimônio arqueológico na esfera universitária deve ser acompanhada da adoção ou ampliação de estratégias que deem sentido a essas coleções, transformando-as em agentes de informação (Sarian, 1997, p.34).

Por fim, destacamos que as coleções e narrativas arqueológicas devem estar em harmonia com a missão institucional do museu que fornece endosso às pesquisas. Projetos de portes e resultados diferenciados resultam em acervos com vocações também distintas. No caso de projetos de maior envergadura poderão existir coleções devotadas a missões diferenciadas, conforme pretendemos expor no **Capítulo 4**. Nesse sentido, as instituições universitárias são vocacionadas ao aprimoramento do ensino e pesquisa.

2.3.2. Um segundo mapa: o patrimônio arqueológico no Cadastro Nacional de Museus

O Cadastro Nacional de Museus é um instrumento do Sistema Brasileiro de Museus – SBM, criado com o objetivo de conhecer e integrar o universo museal brasileiro. Lançado em 2005, o cadastro visa à construção de um censo do universo museológico do país. É possível o acesso *on line* a diversos itens, como, por exemplo, nome da instituição, missão, natureza administrativa, tipologia de acervos e situação atual do museu, entre outros.

A análise dessa fonte teve dois objetivos principais. Em primeiro lugar, evidenciar quantos museus cadastrados no Sistema Brasileiro de Museus possuem a Arqueologia como uma de suas tipologias de acervos, verificando ainda o perfil das instituições que lidam com patrimônio arqueológico. Em segundo lugar, comparar as instituições presentes no Cadastro Nacional de Museus com aquelas mencionadas nas Portarias de Pesquisa Arqueológica, evidenciando processos de aproximação e afastamento.

A consulta foi realizada *on line* ao longo do mês de Janeiro de 2010, resultando no mapeamento de 3304 instituições, dentre as quais 413 [15%] afirmam ser a Arqueologia uma de suas linhas de acervo. Cabe apontar que temos um índice elevado de instituições que não mencionam a tipologia de seus acervos, cerca de 18%, o que nos aponta que essa fonte, extremamente dinâmica, fornece tendências e não números absolutos do cenário museal brasileiro.

O Gráfico a seguir compara o número total de instituições cadastradas por unidade federativa⁹³ com o número total dessas instituições que mencionam a Arqueologia [Mapa 9].

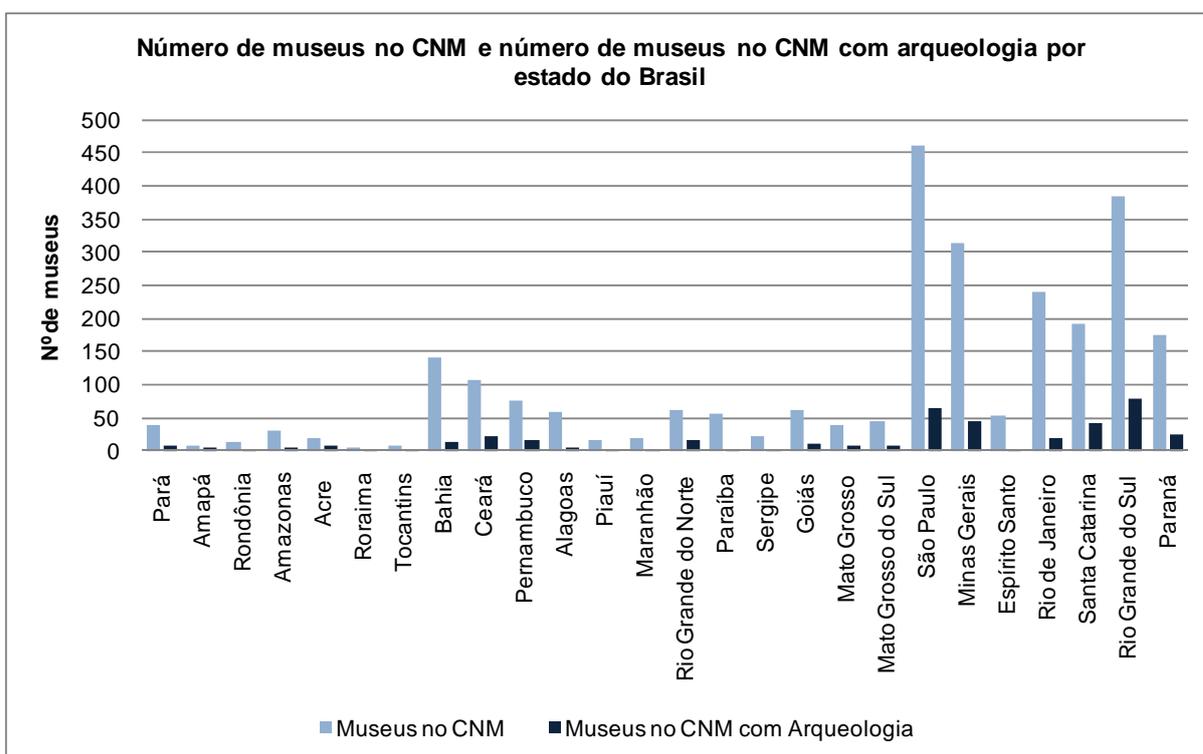


Gráfico 17. Número total de museus cadastrados no CNM comparado ao número de museus cadastrados com patrimônio arqueológico (Fonte: CNM-IBRAM, 2010).

Os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina são aqueles que apresentam um **número** maior de instituições com acervo arqueológico, fenômeno também associado ao fato de que esses estados apresentam, de forma geral, uma quantidade maior de museus. Ao calcularmos a porcentagem dos museus que declaram que a Arqueologia é uma de suas tipologias de acervo, por estado, podemos verificar a **representatividade** desse segmento patrimonial em cada uma das unidades federativas, conforme expõe o gráfico a seguir.

⁹³ Não foi incluído o Distrito Federal nos gráficos. O mesmo tem 52 museus, entre os quais apenas um afirma que a Arqueologia é uma de suas tipologias de acervo.

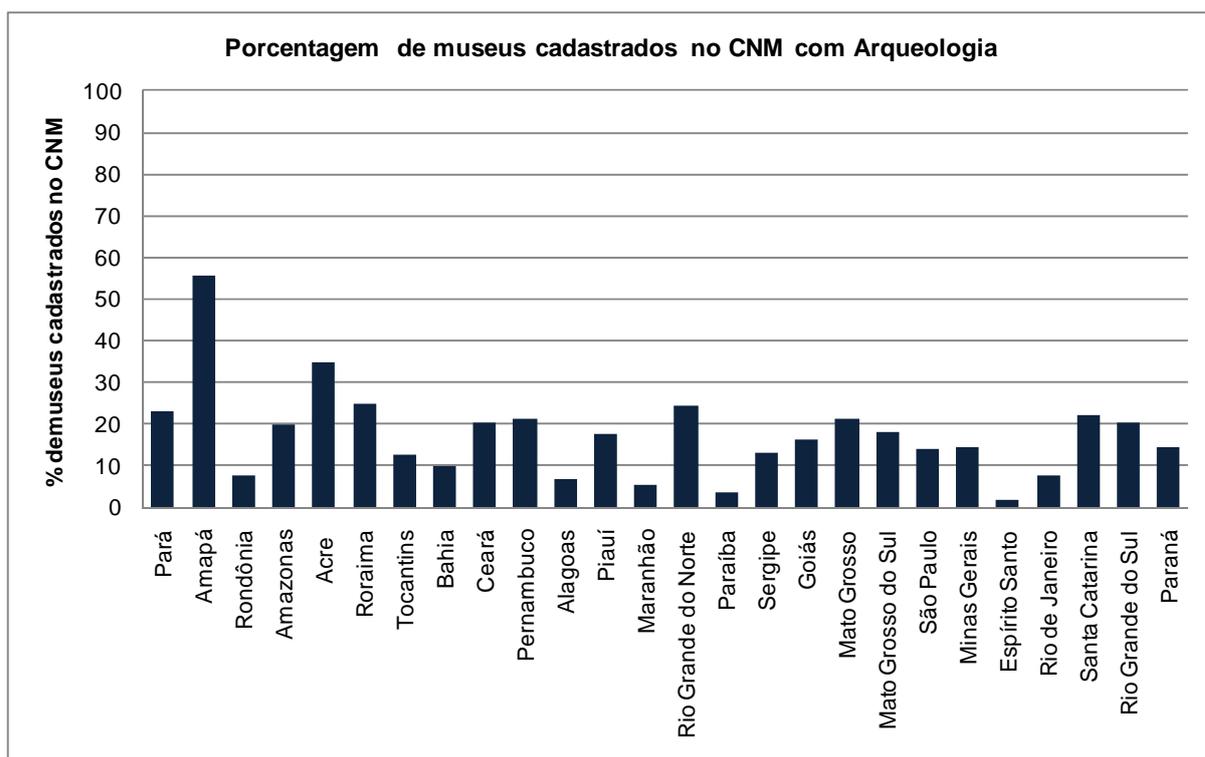
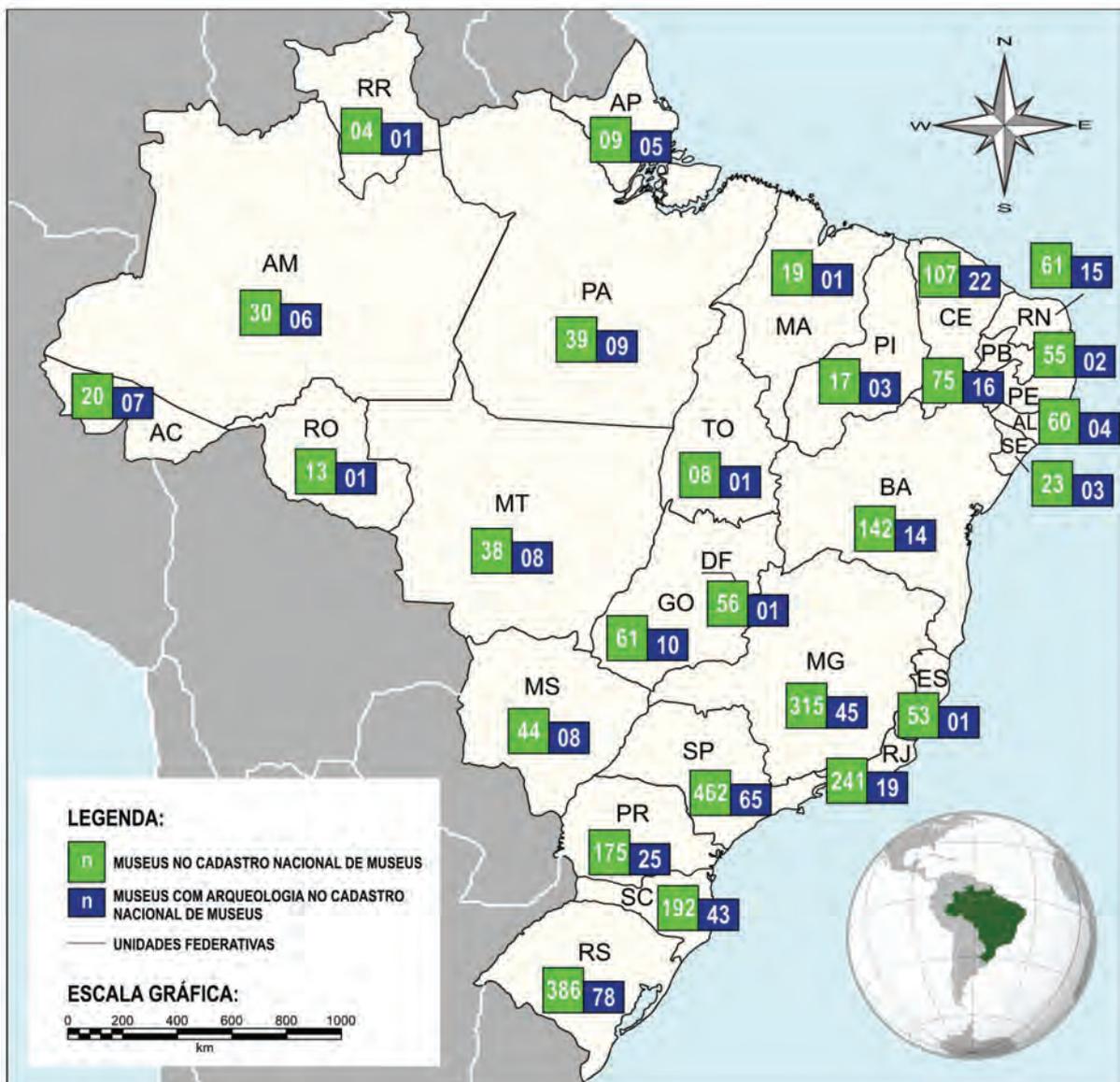


Gráfico 18. Porcentagem de museus que declaram Arqueologia como uma das tipologias de acervo no CNM (Fonte: CNM-IBRAM, 2010).

É possível observar, no gráfico anterior, que nos estados de Minas Gerais e São Paulo, embora haja um número significativo de instituições com Arqueologia, essas representam apenas cerca de 12% dos museus cadastrados. Por sua vez, os estados do Pará, Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentam referências arqueológicas inseridas em pelo menos 20% das instituições cadastradas. Nesses estados, existe um “desejo de memória” (Chagas, 2003) arqueológica que resulta na presença constante do patrimônio arqueológico nas instituições museológicas.

Contudo, as pesquisas arqueológicas evidenciadas no item anterior, avançam timidamente em alguns desses territórios. Nenhuma portaria foi publicada para o estado de Roraima, entre 2003 e 2009, e apenas três portarias foram levantadas para os estados do Amapá, Acre e Rio Grande do Norte, todos eles com papel importante do segmento arqueológico nos museus. No que concerne aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul podemos evidenciar um maior equilíbrio entre as fontes consultadas – portarias de pesquisa e cadastro nacional de museus.

Mapa 9. Museus no Cadastro Nacional de Museus (Total) x Museus no Cadastro Nacional de Museus com Patrimônio Arqueológico.



Quadro 12. Dados do Cadastro Nacional de Museus (Fonte: CNM-IBRAM, 2010)

Estados do Brasil	Museus no CNM	Museus no CNM com Arqueologia	Porcentagem de Museus do CNM com Arqueologia
Pará	39	9	23,08
Amapá	9	5	55,56
Rondônia	13	1	7,69
Amazonas	30	6	20,00
Acre	20	7	35,00
Roraima	4	1	25,00
Tocantins	8	1	12,50
Bahia	142	14	9,86
Ceará	107	22	20,56
Pernambuco	75	16	21,33
Alagoas	60	4	6,67
Piauí	17	3	17,65
Maranhão	19	1	5,26
Rio Grande do Norte	61	15	24,59
Paraíba	55	2	3,64
Sergipe	23	3	13,04
Goiás	61	10	16,39
Mato Grosso	38	8	21,05
Mato Grosso do Sul	44	8	18,18
São Paulo	462	65	14,07
Minas Gerais	315	45	14,29
Espírito Santo	53	1	1,89
Rio de Janeiro	241	19	7,88
Santa Catarina	192	43	22,40
Rio Grande do Sul	386	78	20,21
Paraná	175	25	14,29

O conjunto de instituições cadastradas no CNM congrega perfis bastante diversificados.

A inserção da Arqueologia se dá muitas vezes pela presença de coleções advindas de coletas realizadas por moradores locais, ou, ainda, por 'arqueólogos amadores'. Refletem um desejo de memória arqueológica. Muitas vezes essa vontade de memória diverge do discurso 'científico' propalado pelos arqueólogos, estando associada à curiosidade e ao apelo exótico desses 'objetos primitivos'. Mas ela está lá. Defendemos que essa 'vontade de memória' tem a potência de abrigar processos museológicos onde esses objetos possam compor processos de construção identitária e de pertencimento.

Outras vezes, essas intuições guardam coleções advindas de pesquisas realizadas há décadas, sendo, portanto, sintomáticas de recortes patrimoniais de outros momentos históricos. Nesse sentido, a musealização dessas coleções não poderá abrir mão de uma

reflexão que aborde a historicidade do objeto arqueológico, desde sua coleta até o momento presente.

Por fim, temos no Cadastro Nacional de Museus instituições onde a inserção da arqueologia é destacada, determinando, inclusive, os próprios contornos da instituição. Nesse conjunto, estão inseridas as instituições especializadas em Arqueologia, que desenvolvem ações de pesquisa, formação, salvaguarda e comunicação.

Dessa forma, encontramos no Cadastro Nacional de Museus uma diversidade museal acentuada no que concerne à inserção do patrimônio arqueológico: herança de coleções particulares, de coletas 'assistêmáticas', de pesquisas pretéritas ou de pesquisas em desenvolvimento.

As informações consultadas no Cadastro Nacional de Museus evidenciaram, assim, que cerca de 15% dos museus brasileiros declaram que os vestígios arqueológicos estão presentes em seus segmentos patrimoniais. Essa presença é mais marcante nas regiões norte e nordeste do país. O entrelaçamento dessas informações com os dados advindos das portarias de pesquisa arqueológica, apresentado a seguir, é elucidativo de alguns dos descaminhos e caminhos da arqueologia musealizada brasileira.

2.3.3. Sobrepondo mapas: as instituições chave no século XXI

Ao compararmos as 413 instituições presentes no cadastro nacional de museus com as 203 instituições mencionadas nas portarias de pesquisa, chegamos a um número de **568 instituições associadas com a musealização da Arqueologia no país**. Certamente, as fontes consultadas não esgotam o cenário museológico que abriga o patrimônio arqueológico brasileiro. Não obstante, assumimos que esse recorte pode lançar luz a algumas das questões cotejadas nesta tese.

Uma primeira característica digna de menção é a baixa conectividade entre as fontes. Apenas 50 instituições [9%] dentre as 568 instituições levantadas estão presentes nos dois *corpus* documentais analisados. Isso revela que dentre as 203 instituições presentes nas portarias, 153 não estão cadastradas no sistema brasileiro de museus. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dessas instituições de acordo com a fonte consultada.

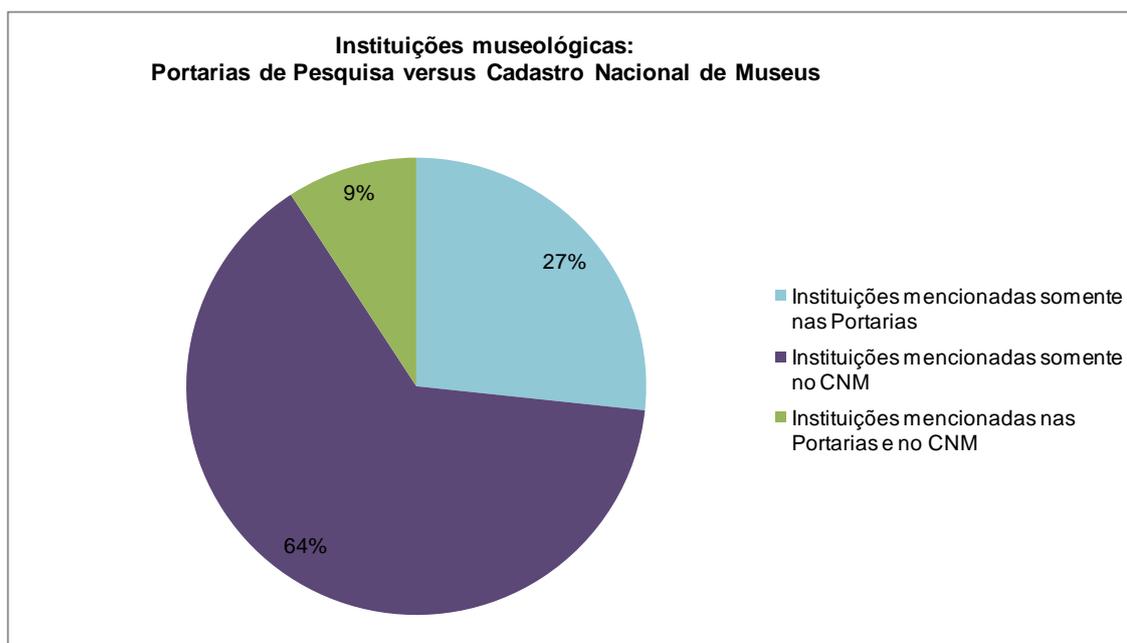


Gráfico 19. Porcentagem de instituições mencionadas nas portarias de pesquisa e no CNM (Fonte: Diário Oficial da União; CNM-IBRAM, 2010).

Quadro 13. Instituições museológicas: Portarias de Pesquisa versus Cadastro Nacional de Museus (Fonte: Diário Oficial da União, CNM-IBRAM, 2010).

Instituições museológicas	Porcentagem do total de instituições
Instituições mencionadas somente nas Portarias	26,7
Instituições mencionadas somente no CNM	64,1
Instituições mencionadas nas Portarias e no CNM	9,2

Passemos a uma caracterização sumária das instituições rastreadas em ambas as fontes, lançando mão também da bibliografia pertinente e de informações concisas acerca das realidades sociais em epígrafe, a fim de traçar alguns aspectos da musealização da arqueologia no Brasil no cenário contemporâneo. Para tanto organizaremos essa caracterização a partir das regiões administrativas brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Sul, Sudeste e Sul.

Região Norte

Formada pelos estados do Pará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima e Tocantins, envolvendo uma população de mais de 15 milhões de pessoas, embora essa região seja caracterizada pela menor densidade demográfica do país. Essa região tem índices de desenvolvimento humano [0,725] abaixo da média nacional [0,766] e um número reduzido de pesquisas arqueológicas, as quais representam cerca de 6% dos estudos realizados entre os anos de 2003 e 2009. Como resultado, dentre os sítios arqueológicos atualmente disponíveis no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN [CNSA –

IPHAN], apenas 18% estão na região norte do Brasil, embora essa região represente 45% da extensão territorial do país.

Quadro 14. Caracterização das unidades federativas da região Norte comparando a realidade arqueológica ao universo museológico (Fonte: CNM, 2010; CNSA, 2010; PNUD, 2009).

		Pará	Amapá	Rondônia	Amazonas	Acre	Roraima	Tocantins
Informações Gerais	Número de Municípios	143	16	52	62	22	15	139
	População Estimada 2009 (milhões)	7,431	0,626	1,503	3,393	0,691	0,421	1,292
	IDH-M (2000)	0,723	0,753	0,735	0,713	0,697	0,746	0,71
Realidade Arqueológica	Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN)	1052	221	397	243	193	84	718
	Portarias de pesquisa (2003 a 2009)	84	28	22	20	5	0	35
Universo Museológico	Museus no CNM	39	9	13	30	20	4	8
	Municípios com Museus Cadastrados no CNM	9	2	8	7	5	2	4
	% Municípios no Estado com Museus Cadastrados no CNM	6,29	12,50	15,38	11,29	22,73	13,33	2,88
Musealização da Arqueologia	Museus no CNM com Arqueologia	9	5	1	6	7	1	1
	Instituições de apoio	9	3	2	5	3	0	1
	Total Final Instituições	15	6	3	10	10	1	2
	Municípios com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	8	2	2	5	4	1	2
	% Municípios no Estado com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	5,59	12,50	3,85	8,06	18,18	6,67	1,44

Uma questão importante da realidade arqueológica em epígrafe é que, mesmo em número reduzido, as pesquisas realizadas na região norte, desde o século XIX, no âmbito da Arqueologia Amazônica, têm projeção nacional e internacional. Essa projeção sempre esteve associada à discussão travada em torno da presença ou ausência de ‘civilizações’

nessa região no passado, sendo que na atualidade essa questão é realizada em torno do conceito de 'sociedades complexas'.

Outra característica é que a presença de objetos arqueológicos com apelo estético também marca essa realidade. Esses objetos tem sido recorrentemente utilizados como inspiração na produção artesanal e artística regional, determinando contornos específicos para a musealização da Arqueologia, uma vez que os objetos arqueológicos estão presentes de forma mais recorrente no cotidiano das pessoas, mesmo em grandes centros urbanos.

Deve-se destacar, ainda, que a presença maciça de reservas indígenas e populações ribeirinhas na região Norte poderia configurar um campo de ação importante de uma arqueologia desenvolvida a partir de uma perspectiva multivocal.

O universo museológico é caracterizado por um reduzido número de instituições, sendo que os estados do Pará, Amazonas e Acre são aqueles que apresentam o maior número de instituições cadastradas no CNM. Não obstante, nesses mesmos estados, essas instituições estão distribuídas em apenas 6%, 11% e 22% dos municípios do estado, respectivamente. Esses dados apontam as deficiências da estrutura museológica dessa região, uma vez que consideramos nesse nível de análise todas as instituições indicadas no CNM, e não somente aquelas relacionadas à Arqueologia.

Cerca de 30% dos museus da região, cadastrados no CNM, afirmaram ser o patrimônio arqueológico uma de suas tipologias de acervo, sendo esse o maior índice de presença da Arqueologia no CNM, quando comparado com outras regiões do país, expressando, de certa forma, um desejo de memória arqueológica (Chagas, 2003, 2007).

Embora as portarias de pesquisa tenham englobado 23 instituições de apoio na região norte, notamos uma significativa concentração das portarias em algumas instituições, sendo que **78% dos endossos foram fornecidos por apenas quatro instituições**⁹⁴, destacando-se o Museu Municipal de Marabá, com 44 endossos, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, com 26 endossos no período. Esse quadro aponta uma excessiva concentração da herança arqueológica.

Temos a seguinte síntese: 23 instituições de apoio mencionadas nas portarias, 30 instituições mencionadas no CNM e, como apenas seis instituições estão nas duas fontes de dados, possuímos ao final **47 instituições na região norte** envolvidas com a musealização da Arqueologia [ver **Apêndice 1**]. Selecionamos nesse conjunto as seguintes instituições-chave para o período, dando continuidade na análise encetada no Capítulo 1.

⁹⁴ Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPArq) do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá; Fundação Casa de Cultura de Marabá; Museu Paraense Emílio Goeldi; Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Quadro 15. Região norte: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.

Museu	UF	Município
Museu Municipal de Marabá / Fundação Casa de Cultura de Marabá	Pará	Marabá
Museu Paraense Emílio Goeldi	Pará	Belém
Museu do Forte do Presépio	Pará	Belém
Museu de Marajó - Padre Giovanni Gallo	Pará	Cachoeira do Arari
Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPArq) do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá	Amapá	Macapá
Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas	Amazonas	Manaus
Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins	Tocantins	Palmas

O **Museu Municipal de Marabá** forneceu o maior número de endossos [44] na região norte entre 2003 e 2009. Houve um incremento da participação dessa instituição no quadro regional, dado seu entrelaçamento com as pesquisas de arqueologia preventiva realizadas na área, associadas aos empreendimentos mineiros instalados no estado do Pará e infraestrutura correspondente. Cerca de 95% dos endossos fornecidos pelo Museu estão relacionados a uma mesma empresa de Arqueologia que atua na região.

O **Museu Paraense Emílio Goeldi**, instituição-chave em todos os períodos analisados, forneceu 29 endossos institucionais, ocupando o segundo lugar nas portarias de pesquisa publicadas no período. Grande parte desses endossos está relacionada a pesquisas desenvolvidas pela própria equipe do museu (Pereira, 2009). A configuração atual da musealização da Arqueologia nesse museu é apresentada no **Capítulo 3**.

O **Museu Forte do Presépio** foi inserido como instituição chave menos por ter fornecido endossos para algumas pesquisas – apenas duas, e mais pelo fato de constituir-se em um espaço importante de comunicação museológica da arqueologia no norte do país. O Forte do Castelo se encontra tombado pelo IPHAN desde 1962, sendo considerado o marco zero da cidade de Belém, no estado do Pará. A partir de 1997, foram realizadas intervenções no local – amparadas em pesquisas históricas, arquitetônicas e arqueológicas – resultando no Museu do Forte do Presépio e sua exposição de longa duração (Dias, 2010).

O museu conta com apenas uma sala de exposição, além da área externa do forte. Essa exposição associa um arranjo estético e contextual⁹⁵ com uma narrativa que aborda a (s) história (s) indígena (s) da região, chegando até o período da colonização e da fundação da cidade. Destaca-se a musealização das escavações no Forte enquanto sítio arqueológico

⁹⁵ Para definição de arranjo estético e contextual ver Capítulo 3.

histórico. Embora composta por apenas uma sala, essa exposição apresenta uma narrativa interessante, cumprindo com sua missão de comunicar a riqueza e a diversidade da história regional. O museu conta também com toda a área externa do forte, denominada de Sítio Histórico da fundação da cidade. Neste espaço, encontra-se, além das edificações, canhões e outros artefatos bélicos.

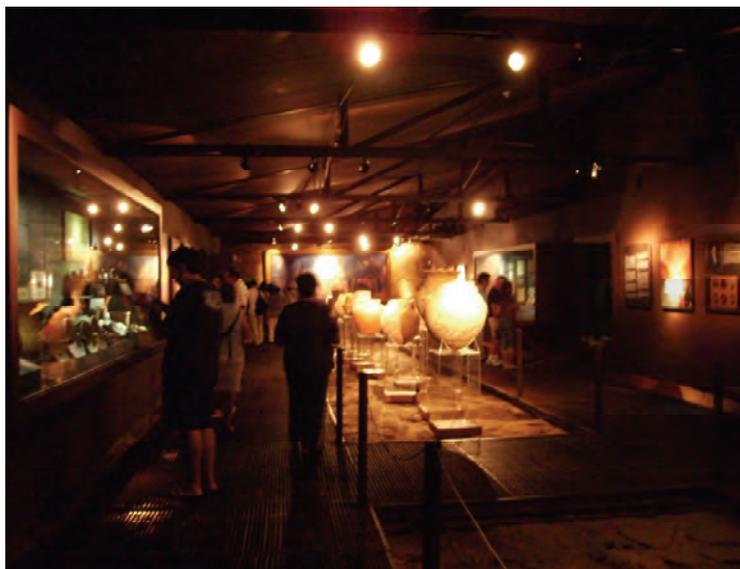


Figura 22. Aspecto geral da exposição arqueológica no Museu do Forte do Presépio de Belém (Fonte: Arquivo Pessoal, Setembro de 2009).

O **Museu de Marajó - Padre Giovanni Gallo** já foi mencionado como instituição chave no período de 1980 a 2000, conforme exposto no **Capítulo 1**. Sua inserção como instituição chave no século XXI deve-se ao fato desse museu ser um dos poucos espaços de musealização da arqueologia no Brasil que pode ser alinhado à Sociomuseologia, priorizando o uso social do patrimônio e as narrativas em primeira pessoa. O museu ofereceu apoio institucional ao projeto “Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes, Ilha de Marajó”, coordenado por Fernando Luiz Tavares Marques e Márcia Bezerra de Almeida (IPHAN, 2008⁹⁶). Cabe destacar que esse apoio vem de encontro ao perfil do museu e a sua missão institucional, uma vez que o referido projeto é desenvolvido dentro de uma perspectiva dialógica.

O **Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá** é compreendido como instituição chave pois está associado a mais de uma dezena de projetos arqueológicos que vem sendo desenvolvidos no estado do Amapá, mudando consideravelmente o painel anterior disponível para esse estado. Os projetos têm sido coordenados, em sua maior parte, pelos arqueólogos João

⁹⁶ Portaria Nº 17, de 26 de maio de 2008.

Darcy de Moura Saldanha e Mariana Petry Cabral, pesquisadores do próprio instituto. Convém transcrevermos um trecho que demonstra a perspectiva dos trabalhos que esses pesquisadores tem desenvolvido na região, alinhados as ideias presentes nas perspectivas pós-processuais da Arqueologia:

“Não podemos falar em “abrir” um sítio à interpretação, simplesmente porque é impossível fechá-lo à interpretação. Todos nós, arqueólogos ou não, estamos interpretando sítios quando os visitamos. O que nós precisamos não é abrir os sítios à interpretação; o que nós precisamos é abrir nossos projetos a outras interpretações. E abrir nossas práticas, nossas teorias e nossos discursos aos outros pode ser o início da construção de arqueologias realmente híbridas.” (Cabral & Saldanha, 2008, p.6)

Destaca-se que diversos trabalhos do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica enfatizam a Arqueologia Pública, a Educação Patrimonial e as questões inerentes ao trabalho em terras indígenas.

Região Nordeste

Constituída pelos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe, envolve uma população de mais de 53 milhões de pessoas. Essa região tem os índices de desenvolvimento humano mais baixos [Média de 0,675] do território nacional [Média de 0,766]. Esse contexto é mais bem explicitado no **Capítulo 4**, com a caracterização dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí.

A realidade arqueológica do nordeste brasileiro é multifacetada, formada por sítios arqueológicos diversificados, fruto tanto de um amplo escopo temporal como de um contexto ambiental bastante variado, englobando desde um extenso litoral, ocupado pela mata atlântica, até amplas áreas semiáridas no interior do território. Essa diversidade resultou em um mosaico cultural complexo, que caracteriza a região desde o passado ‘remoto’ até o presente. É nessa região que temos o registro das datas mais antigas da ocupação humana no continente americano, 100 mil anos, advindo das pesquisas realizadas na Serra da Capivara, estado do Piauí (Guidon, 2007). Os resultados obtidos na Serra da Capivara - ainda não aceitos por toda a comunidade científica, ocupam, frequentemente, espaços na mídia e em grandes exposições⁹⁷ de Arqueologia, evidenciando que a ‘busca pelo antigo’ ainda marca as mentalidades expressas na Arqueologia musealizada brasileira. Diversos sítios de arte rupestre no nordeste também ocupam lugar de destaque na realidade arqueológica brasileira.

⁹⁷ Por exemplo, a exposição "**Antes - Histórias da Pré-História**" que itinerou por capitais brasileiras em 2005, tendo sido visitada por milhões de pessoas, deu especial espaço à Arqueologia da Serra da Capivara. Deve-se destacar que além do enfoque na antiguidade da ocupação do território brasileiro, a exposição, onde predominava um arranjo estético, ressaltava peças que expressavam a ideia de ‘belo’ e ‘civilizado’.

No que concerne ao número de sítios registrados, cerca de 2700, o que representa 16% dos sítios cadastrados no IPHAN, temos de indicar que, para o estado do Piauí, há uma diferença significativa entre os sítios mencionados no sítio do IPHAN e aqueles realmente cadastrados, uma vez que, apenas no Parque Nacional da Serra da Capivara já são mais de 1000 sítios identificados.

No período analisado, tivemos mais de cinco centenas de portarias de pesquisa na região nordeste, concentradas, sobretudo, nos estados da Bahia e Ceará, o que nos aponta vazios significativos de pesquisas em outros estados.

Quadro 16. Caracterização das unidades federativas da região Nordeste comparando a realidade arqueológica ao universo museológico (Fonte: CNM, 2010; CNSA, 2010; PNUD, 2009).

		Bahia	Ceará	Pernambuco	Alagoas	Piauí	Maranhão	Rio Grande do Norte	Paraíba	Sergipe
Informações Gerais	Número de Municípios	417	184	185	102	223	217	167	223	75
	População Estimada 2009 (milhões)	14,637	8,547	8,810	3,156	3,145	6,367	3,137	3,769	2,019
	IDH-M (2000)	0,688	0,700	0,705	0,649	0,656	0,636	0,705	0,661	0,682
Realidade Arqueológica	Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN)	575	250	318	206	851	75	178	121	133
	Portarias de pesquisa (2003 a 2009)	200	94	53	44	42	32	21	21	21
Universo Museológico	Museus no CNM	142	107	75	60	17	19	61	55	23
	Municípios com Museus Cadastrados no CNM	51	55	30	20	11	5	30	18	7
	% Municípios no Estado com Museus Cadastrados no CNM	12,23	29,89	16,22	19,61	4,93	2,30	17,96	8,07	9,33
Musealização da Arqueologia	Museus no CNM com Arqueologia	14	22	16	4	3	1	15	2	3
	Instituições de apoio	15	5	8	3	3	2	3	4	4
	Total Final Instituições	28	26	23	6	5	3	18	6	5
	Municípios com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	17	22	8	4	3	2	14	4	2
	% Municípios no Estado com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	4,08	11,96	4,32	3,92	1,35	0,92	8,38	1,79	2,67

O universo museológico do nordeste do país tem sofrido importantes transformações desde a implantação da política nacional de museus. Mais uma vez, são os estados da Bahia e do Ceará que possuem o maior número de instituições. No Ceará cerca de 30% dos municípios possuem museus, dado bastante positivo no contexto regional.

Dentre os museus cadastrados no CNM, a presença do patrimônio arqueológico é mais frequente nos museus de Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Piauí, ocupando 25%, 21%, 20%, 18% dos museus registrados, respectivamente, lembrando que a média nacional de museus com arqueologia no universo museal detectado pelo CNM é de cerca de 15%.

As portarias de pesquisa envolveram 47 instituições de apoio na região nordeste, contudo, **69% dos endossos foram fornecidos por apenas dez instituições**⁹⁸. Quanto à distribuição das instituições de apoio nos estados que compõem o nordeste, há um número elevado na Bahia, um total de 15, o que corresponde a 32% das instituições que fornecem endosso na região.

O estado baiano parece configurar uma realidade *sui generis*, pois no CNM a Arqueologia só ocupa 9% das instituições, um índice baixo quando comparado com as demais unidades federativas da região nordeste. Contudo, é a Bahia o estado que tem maior participação nos endossos às pesquisas arqueológicas, sendo comum o deslocamento de acervos de outros estados para o território baiano.

Nesse quadro, a atuação do Centro de **Referência em Patrimônio e Pesquisa - ACERVO**, instituição privada de interesse público, deve ser destacada. Segundo o sítio da instituição, sua missão seria:

“(...) como primeira missão assegurar a manutenção do acervo arqueológico do sul da Bahia no seu lugar de origem e em condições adequadas à sua conservação. Contudo, para o cumprimento de sua missão institucional, a ONG ACERVO não se restringiu em manter um espaço para armazenamento, passando também a desenvolver uma série de atividades de pesquisas financiadas por órgãos do governo e iniciativa privada, para as quais foram convidados profissionais especialmente dedicados a oferecer as diretrizes científicas dos trabalhos e, principalmente, definir os meios para o retorno social dos resultados.” (ARQUEOLOGIA BRASIL, 2010)

Não obstante, dentre os 88 endossos fornecidos pelo ACERVO no período examinado, apenas 61% estão relacionados aos estudos desenvolvidos no estado da Bahia,

⁹⁸ Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos das Ciências Humanas; ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa; Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC; Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão; Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba; Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco; Núcleo de Estudos Arqueológicos do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco; Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí; Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

sendo importante ainda registrar que mesmo os estudos desenvolvidos no estado não se restringem ao sul do território baiano.

Apresentamos a seguinte síntese no que concerne às instituições com arqueologia no nordeste do país: 47 instituições de apoio mencionadas nas portarias, 80 instituições mencionadas no CNM e, como algumas instituições estão nas duas fontes de dados, temos ao final **120 instituições na região nordeste** envolvidas com a musealização da Arqueologia [Apêndice 1]. Nesse caso, é importante destacar que apenas sete instituições estão em ambas fontes, revelando uma interface rudimentar entre os campos da Arqueologia e da Museologia nessa região, assim como verificamos na região norte. Selecionamos no conjunto das 120 instituições levantadas, 20 instituições chave para o período, dando continuidade na análise encetada no **Capítulo 1**.

Quadro 17. Região nordeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.

Museu	UF	Município
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia	Bahia	Salvador
Centro de Estudos das Ciências Humanas	Bahia	Salvador
ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa	Bahia	Porto Seguro
Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	Bahia	Ilhéus
Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri	Ceará	Nova Olinda
Museu do Ceará	Ceará	Fortaleza
Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará	Ceará	Fortaleza
Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco	Pernambuco	Recife
Museu do Estado de Pernambuco	Pernambuco	Recife
Museu do Homem do Nordeste	Pernambuco	Recife
Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco	Pernambuco	Recife
Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	Maceió
Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí	Piauí	Teresina
Fundação Museu do Homem Americano	Piauí	São Raimundo Nonato
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão	Maranhão	São Luiz
Museu Arqueológico do Lajedo de Soledade	Rio Grande do Norte	Apodi
Museu Histórico Lauro da Escóssia	Rio Grande do Norte	Mossoró
Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Natal
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	João Pessoa
Museu de Arqueologia de Xingó	Sergipe	Canindé de São Francisco

Dentre as novas instituições chave mencionadas⁹⁹, as quais não compõe os cenários anteriores apresentados no Capítulo 1, temos o predomínio de instituições universitárias – laboratórios e centros de pesquisa, associadas ao desenvolvimento de estudos arqueológicos e à emissão de endossos de apoio, revelando, de certa forma, o fortalecimento do movimento arqueológico-universitário no nordeste, no século XXI.

Nesse quadro das novas instituições do século XXI merece destaque o **Museu de Arqueologia de Xingó – MAX**, pois, embora inserido na estrutura universitária, foi deflagrado por questões relacionadas à arqueologia preventiva, além de assumir uma identidade museológica. Esse foi o segundo museu brasileiro¹⁰⁰ resultante de uma pesquisa associada ao licenciamento arqueológico de uma grande obra, no caso, a usina hidrelétrica de Xingó. Essa pesquisa foi iniciada em 1988 e, posteriormente, em 1995, a Petrobrás¹⁰¹ passou a patrocinar o levantamento dos sítios arqueológicos entre Xingó e a foz do São Francisco (Diniz, 2005). Segundo Diniz (2005), o primeiro desafio para a criação do museu foi comprovar-se a viabilidade técnico-científica da implantação de um Museu de Arqueologia numa área remota, afastada 230km da capital do estado de Sergipe. A nosso ver, esse é um dos pontos fortes desse museu: interiorizar a musealização da Arqueologia, relacionando-a a projetos de desenvolvimento local.

O museu foi inaugurado em abril de 2000, destacando-se a integração entre o meio circundante, projeto arquitetônico e concepção expográfica:

“O moderno prédio da Unidade de Exposições do MAX, situado em meio à ressequida vegetação da caatinga, conta com obras de artistas sergipanos modernos, que fazem uma leitura pessoal dos vestígios arqueológicos encontrados. Em suas estruturas inclinadas, quer externamente, quer nas vitrinas, nos recortes sinuosos do piso e nos jardins internos é, também, uma releitura arquitetônica da usina hidrelétrica, da vegetação local e do grande rio que corta e que dá vida à região (...). Ficaram perfeitamente integradas a exposição e a construção – do prédio do museu -, pois os projetos arquitetônicos e museográfico, ainda assessorados pela Prof^o Dra. Cristina Bruno, não foram elaborados separadamente. O projeto arquitetônico foi elaborado à medida que a exposição era montada mentalmente.” (Diniz, 2005)

Essa exposição foi reformada em 2005 a partir de um financiamento da Petrobrás que resultou em uma maior interação com o público e na construção de uma reprodução de sítio arqueológico. Periodicamente também são instaladas exposições de curta-duração sobre temas arqueológicos ou tratando da cultura da região (Diniz, 2005).

⁹⁹ São elas: Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal de Alagoas; o Centro de Estudos das Ciências Humanas, o Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa – já mencionado, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia da Universidade Estadual de Santa Cruz, o Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba e o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí

¹⁰⁰ O primeiro foi o Ecomuseu de Itaipu, já comentando anteriormente.

¹⁰¹ Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União).



Figura 23. Aspecto geral do prédio do Museu Arqueológico de Xingó (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2005).

A exposição permanente do MAX conjuga um arranjo contextual e um arranjo meta-arqueológico, esse segundo expresso logo no começo da mostra com a apresentação da Arqueologia e do trabalho do arqueólogo, a partir de uma simulação de uma pequena escavação. Em seguida, o visitante é introduzido numa grande área, na qual é apresentado inicialmente o povoamento da América, a chegada do Homem a Xingó e as condições ambientais da região, dessa forma, a arqueologia regional é inserida em um painel maior. Passa-se, então, pela apresentação de exemplos de arte rupestre encontrados em Xingó e no entorno, e pelas amostras de materiais líticos. Ingressa-se, em seguida, em uma sala onde predominam os materiais cerâmicos. A partir desse ponto da exposição, e nas demais salas, são recorrentes os cenários e imagens que buscam compor o cotidiano pré-histórico. Por fim, temos uma sala dedicada aos enterramentos e ao mobiliário funerário (Diniz, 2005).



Figura 24. Entrada da sala onde há, à direita, as representações rupestres, à esquerda objetos líticos e ao fundo objetos cerâmicos. Foram acrescentados a essa expografia alguns manequins e reproduções de grafismos rupestres, ainda no ano de 2005, fortalecendo o arranjo contextual do museu (Fonte: Arquivo Pessoal, Março de 2005).

Nos conjuntos das instituições chave, ora mencionadas, que já marcavam o cenário da musealização da Arqueologia no nordeste nas décadas de 1980 e 1990¹⁰², existe o predomínio de museus propriamente ditos e fundações culturais. Essas instituições são consideradas chave mais pelas atividades que desenvolvem em seus respectivos territórios patrimoniais, do que à emissão de portarias, embora o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia tenha fornecido um número significativo de endossos no período.

Da mesma forma, entre as instituições já mencionadas como chave em períodos cronológicos anteriores, conforme apresentamos no Capítulo 1, procuramos destacar espaços onde aspectos da musealização da Arqueologia trazem reflexões interessantes, como, por exemplo, seu papel coadjuvante no Museu do Estado de Pernambuco ou as soluções encontradas pelo Museu do Ceará para apresentar coleções arqueológicas herdadas de forma crítica.

Na Universidade de Pernambuco existem atualmente dois centros de pesquisa arqueológica: o Laboratório de Arqueologia do Departamento de História - já mencionado anteriormente - e o Núcleo de Estudos Arqueológicos, também no Departamento de História. Esses centros são responsáveis por mais de 80% dos endossos fornecidos no estado. Em termos de divulgação e comunicação da pesquisa, apenas o Laboratório de Arqueologia desenvolve ações, realizadas, sobretudo, por meio de um laboratório móvel itinerante.

No Rio Grande do Norte, o Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal forneceu 30 dos 39 endossos institucionais emitidos no estado, sendo que grande parte desses apoios esteve relacionada a pesquisas no estado do Ceará.

Dentre as instituições mencionadas, o Museu do Estado de Pernambuco, o Museu do Homem do Nordeste, o Museu do Ceará, o Memorial do Homem Kariri da Fundação Casa Grande e a Fundação Museu do Homem Americano serão apresentados no **Capítulo 3**, especialmente no que concerne aos processos de comunicação expográfica dessas instituições.

¹⁰² São elas: Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri; Museu de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco; Museu do Homem do Nordeste; Fundação Museu do Homem Americano; Museu Arqueológico do Lajedo de Soledade.

Região Centro-Oeste

Formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o pelo Distrito Federal¹⁰³, tem uma população aproximada de 11 milhões de pessoas. O índice de desenvolvimento humano dessa região [0,773] é um pouco acima da média nacional [0,766].

Quadro 18. Caracterização das unidades federativas da região Centro-Oeste comparando a realidade arqueológica ao universo museológico (Fonte: CNM, 2010; CNSA, 2010; PNUD, 2009).

		Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Informações Gerais	Número de Municípios	246	141	78
	População Estimada 2009 (milhões)	5,926	3,001	2,360
	IDH-M (2000)	0,776	0,773	0,778
Realidade Arqueológica	Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN)	1128	674	617
	Portarias de pesquisa (2003 a 2009)	172	162	70
Universo Museológico	Museus no CNM	61	38	44
	Municípios com Museus Cadastrados no CNM	28	15	22
	% Municípios no Estado com Museus Cadastrados no CNM	11,38	10,64	28,21
Musealização da Arqueologia	Museus no CNM com Arqueologia	10	8	8
	Instituições de apoio	6	7	3
	Total Final Instituições	13	15	9
	Municípios com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	8	7	5
	% Municípios no Estado com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	3,25	4,96	6,41

Os mais de 2400 sítios cadastrados no Centro-Oeste correspondem a 15% do patrimônio arqueológico indicado no CNSA, sendo que o estado de Goiás é o que apresenta o maior número de sítios cadastrados, fruto de uma maior tradição de pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesse estado, sobretudo após a década de 1970.

¹⁰³ O Distrito Federal não foi incluído nesta análise. No período mencionado (2003 a 2008) apenas 17 portarias foram emitidas exclusivamente para pesquisas no Distrito Federal, sendo que existem outras portarias interestaduais que abordam esse território. O CNM, por sua vez, indica a presença de 56 museus, contudo, apenas um, o Museu de Artes e Tradição do Nordeste, indica ser o patrimônio arqueológico uma de suas tipologias de acervo.

Entre os anos de 2003 e 2009 foram emitidas mais de quatrocentas portarias de pesquisa na região Centro-Oeste, sendo que os estados de Goiás e Mato Grosso possuem uma quantidade semelhante de pesquisas, seguidos pelo Mato Grosso do Sul.

A região apresenta 143 museus cadastrados no CNM. A distribuição das instituições é melhor equacionada no estado do Mato Grosso do Sul, onde quase 29% dos municípios possui unidade museológica. Os museus com patrimônio arqueológico significam 16%, 21% e 18% do universo museológico levantado nos estados de Goiás, Mato e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Embora as portarias de pesquisa tenham englobado **16 instituições de apoio na região centro-oeste**, notamos uma significativa concentração das portarias em algumas instituições, sendo que **84% dos endossos foram fornecidos por apenas cinco instituições**¹⁰⁴, destacando-se o Instituto Homem Brasileiro, responsável por mais de 180 endossos de apoio, o maior número de endossos no período.

O nascimento do **Instituto Homem Brasileiro** esteve associado a uma esforço no sentido de manter no estado os acervos advindos das pesquisas arqueológicas

“... até o final de 2003 o estado de Mato Grosso assistia a saída do material arqueológico de seus sítios, que era levado para universidades de outros estados para estudo e guarda. Tal situação se devia à falta de instituições que assumissem a guarda desses acervos. A partir do final de 2003, com a criação do Instituto Homem Brasileiro, os acervos arqueológicos mato-grossenses provenientes de pesquisas arqueológicas voltaram para o estado após os estudos realizados, ou permaneceram no estado durante a fase de pesquisa e posterior guarda. Desta forma, o Instituto Homem Brasileiro vem assumindo o papel de instituição de guarda de acervos arqueológicos do estado de Mato Grosso, guarda esta oficializada pelo IPHAN através das portarias de autorização de pesquisas arqueológicas emitidas. Após esses cinco anos de atuação, o Instituto Homem Brasileiro obteve a autorização de mais de uma centena de acervos arqueológicos provenientes de pesquisas realizadas por diferentes pesquisadores. Tal acervo conta hoje com mais de 400 mil peças arqueológicas representadas por cerâmicas, líticos, restos faunísticos, adornos e diversos materiais e ossos humanos. Além da guarda dos acervos, o Instituto Homem Brasileiro vem realizando um esforço no sentido da difusão dos mesmos, entendida como meio de socialização dos resultados das pesquisas e veículo de educação patrimonial, já tendo realizado três exposições para o grande público e estando, no momento, em vias de montagem de sua quarta exposição.”(CNM, 2010)

Não obstante, os endossos fornecidos estão distribuídos também nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo, entre outros. Dessa forma, temos tanto a centralização de acervos do estado nesse instituto - que abarca cerca de 50% dos endossos para o estado do Mato Grosso, como o deslocamento de acervos de outros estados para esse instituto. Destacamos que se encontra em implantação o Museu do Instituto Homem Brasileiro, que possibilitará o aprimoramento da comunicação museológica da instituição.

¹⁰⁴ Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás; Museu de Pré-História Casa Dom Aquino do Instituto Ecosistemas e Populações Tradicionais; Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás; Instituto Homem Brasileiro; Museu de Arqueologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Apresentamos a seguinte síntese para o Centro-Oeste: 16 instituições de apoio mencionadas nas portarias, 26 instituições mencionadas no CNM e, como algumas instituições estão nas duas fontes de dados, temos ao final **37 instituições na região Centro-Oeste** envolvidas com a musealização da Arqueologia [Apêndice 1]. São apresentadas a seguir as instituições chave selecionadas:

Quadro 19. Região Centro-Oeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.

Museu	UF	Município
Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás	Goiás	Goiânia
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás	Goiás	Goiânia
Museu de Pré-História Casa Dom Aquino do Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais	Mato Grosso	Cuiabá
Instituto Homem Brasileiro/ Museu Homem Brasileiro (em fase de implantação)	Mato Grosso	Cuiabá
Museu das Culturas Dom Bosco	Mato Grosso do Sul	Campo Grande
Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Campo Grande

Dentre as instituições mencionadas, apenas o Instituto Homem Brasileiro, cujo museu encontra-se em fase de implantação, conforme já mencionado, e o Museu de Pré-História Casa Dom Aquino são instituições que não aparecem como chave nos cenários anteriores, apresentados no **Capítulo 1**.

O **Museu de Pré-História Casa Dom Aquino**, por sua vez, foi inaugurado em 2006, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais, atuando simultaneamente na área do patrimônio arqueológico e paleontológico.

O Museu Antropológico e o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia continuam ocupando lugar de destaque na musealização da Arqueologia no Centro-Oeste, destaca-se no primeiro a exposição “Lavras e Louvores”. Inaugurada em dezembro de 2006, essa exposição propõe uma discussão regional, organizada em dois módulos “Paisagem Telúrica”, em relação à Lavras, e “Topografias Sobrenaturais” que corresponde a Louvores. A Arqueologia está inserida no primeiro módulo:

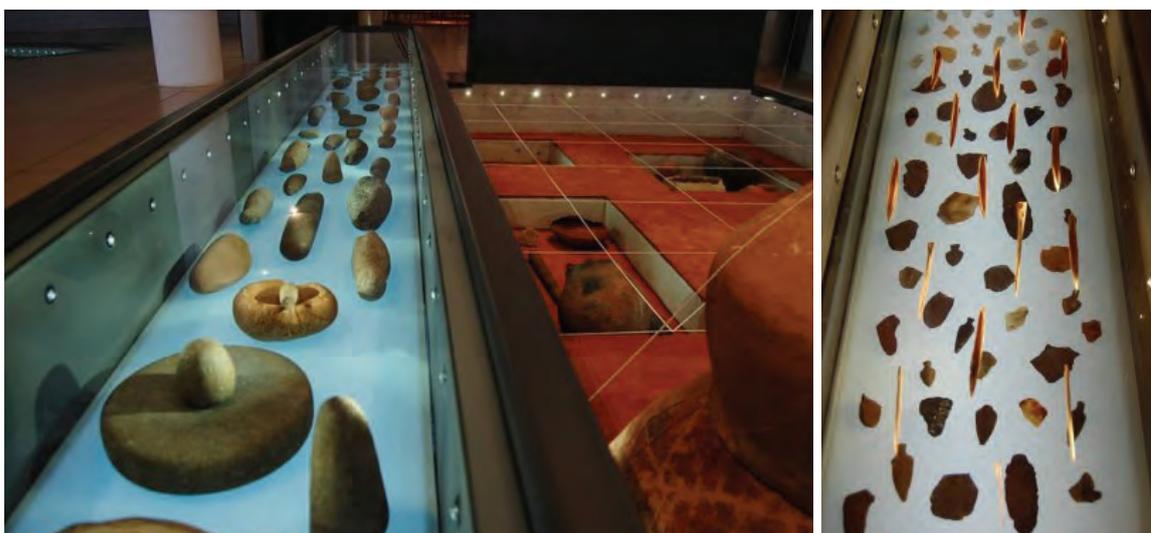
“Na abertura do ambiente lavras um painel de fotografias representa aspectos da natureza. Em seguida, espécimes da flora da região, objetos cerâmicos e trançados indígenas compartilham espaço com o Homem do Rio das Almas, fóssil humano datado em aproximadamente 7.500 anos. A vitrine seguinte apresenta pontas de flecha, moedas e anéis: referências à exploração mineral no período colonial e à produção das populações que ocupavam a região Centro-Oeste no período pré-colonial. (...). A réplica de uma fogueira pré-histórica e as vitrines com ferramentas dos trabalhos indígenas, pastoril e agrícola, representam diversas apropriações humanas dos instrumentos de trabalho. As tecelagens e os trançados nas paredes revelam suas tramas para falar de cultura. De como está sempre sendo tecida, destecida e retecida. Ela não é algo externo a nós, mas uma trama que nós mesmos tecemos com nossas inúmeras interpretações.” (MA – UFG, 2010, grifo nosso)

Mesmo com uma linguagem densa e com um arranjo estético das peças arqueológicas, a exposição tem um papel importante na arqueologia musealizada goiana. Revela também a frequente divisão entre material lítico e cerâmico, assim como a predileção por informações relativas à antiguidade da ocupação humana.

Embora a área da arqueologia no **Museu das Culturas Dom Bosco** só tenha sido oficialmente organizada na instituição na década de 1980, a inserção de objetos arqueológicos na instituição é anterior, fato de nos levou a colocá-la como instituição chave desde sua fundação em 1951. Há ainda que destacar que a musealização da arqueologia atualmente presente na instituição é fruto dessa herança institucional, embora o museu tenha promovido mudanças importantes no século XXI, procurando inserir em sua agenda questões associadas a dialogicidade dos processos museológicos.

Segundo o sítio da instituição, “durante o processo de revitalização da exposição arqueológica em 2001, não foram documentadas ou registradas oficialmente as etapas de desmontagem da exposição anterior, o que ocasionou um sério obstáculo à evolução histórica dessa coleção” (MCDB, 2010). Essa perda de informações é recorrente na arqueologia musealizada brasileira.

Em 2006, o museu passou por um novo processo de transferência, agora para o Parque das Nações Indígenas, tendo atualmente uma exposição arqueológica, dividida em “Sala Arqueologia do Brasil” e “Arqueologia do Mato Grosso do Sul”.



Figuras 25 e 26. Aspectos da expografia da sala de arqueologia do Museu das Culturas Dom Bosco, destacando-se um arranjo tipológico e estético (Fonte: MCDB, 2010).

Os objetos são expostos de forma que o visitante “perceba-se” em um sítio arqueológico, descobrindo as “cerâmicas/ índices dos povos ceramistas e os objetos/símbolos dos caçadores coletores” (MCDB, 2010). Temos, assim, um arranjo tipológico

[cerâmica *versus* lítico], apresentado com um forte apelo estético, o qual marca também as exposições de etnologia do museu.

Já o **Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** tem sua origem associada ao Laboratório de pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mencionado no Capítulo 1. Embora a criação do museu tenha ocorrido em 2003, o projeto para a implantação da exposição de longa duração foi desenvolvido apenas em 2006 e implantado no biênio 2007/2008. No primeiro ano de existência e abertura à visitação pública, o museu recebeu em torno de três mil pessoas (Martins, 2009 p. 11-12).

Região Sudeste

Composta pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, detém o maior número portarias de pesquisas no Brasil entre 2003 e 2009, cerca de 42%, o que aponta a concentração de estudos arqueológicos nessa região no século XXI.

O sudeste também é a região mais populosa do país, com mais de 80 milhões de pessoas. Essa região tem os índices de desenvolvimento humano mais altos [Média de 0,791] do território nacional [Média de 0,766], sendo o estado de São Paulo o que apresenta o maior IDH [0,820].

O universo museológico também é caracterizado pelo maior número de instituições, com 1071 museus cadastrados, o que corresponde a 41% das instituições mencionadas no CNM. A distribuição desses museus nos municípios que compõe os estados oscila entre 17% nos municípios de Minas Gerais e 55% dos municípios do Rio de Janeiro.

Dentre os museus cadastrados no CNM a presença do patrimônio arqueológico é mais frequente nos museus de São Paulo e Minas Gerais, em ambos os estados, 14% dos museus cadastrados apontam que a Arqueologia é um dos segmentos patrimoniais de destaque.

Quadro 20. Caracterização das unidades federativas da região Sudeste comparando a realidade arqueológica ao universo museológico (Fonte: CNM, 2010; CNSA, 2010; PNUD, 2009).

		São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro
Informações Gerais	Número de Municípios	645	853	78	92
	População Estimada 2009 (milhões)	41,384	20,033	3,487	16,010
	IDH-M (2000)	0,82	0,773	0,765	0,807
Realidade Arqueológica	Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN)	1026	1009	212	615
	Portarias de pesquisa (2003 a 2009)	635	335	139	125
Universo Museológico	Museus no CNM	462	315	53	241
	Municípios com Museus Cadastrados no CNM	176	147	22	51
	% Municípios no Estado com Museus Cadastrados no CNM	27,29	17,23	28,21	55,43
Musealização da Arqueologia	Museus no CNM com Arqueologia	65	45	1	19
	Instituições de apoio	41	23	4	5
	Total Final Instituições	99	61	5	23
	Municípios com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	77	47	3	10
	% Municípios no Estado com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	11,94	5,51	3,85	10,87

As portarias de pesquisa envolveram 73 instituições de apoio na região, contudo, **79% dos endossos foram fornecidos por apenas quinze instituições**¹⁰⁵, destacando-se: o Museu de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com 124 endossos; a Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu", no estado de São Paulo, com 121 endossos; e o Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos, com 133 endossos, sendo que essa última instituição ocupou o segundo lugar no *ranking* das instituições fornecedoras de endosso institucional no Brasil. Conforme já mencionamos anteriormente, esse instituto, associado a uma universidade privada, está sendo desmembrado e a instituição colocou 'à disposição' do IPHAN os acervos que se encontram sob sua guarda. Um dado preocupante da atuação do **Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos** é que muitos endossos foram fornecidos para pesquisas fora do estado de São Paulo, como por exemplo, 41 pesquisas no estado de Minas Gerais e 30 no estado da Bahia. As demais instituições mencionadas têm fornecido endossos, sobretudo, para pesquisas realizadas nos seus respectivos estados, embora também ocorram endossos para outras unidades federativas.

Apresentamos a seguinte síntese: 73 instituições de apoio mencionadas nas portarias, 130 instituições mencionadas no CNM e, como algumas instituições estão nas duas fontes de dados, temos ao final **188 instituições na região sudeste** envolvidas com a musealização da Arqueologia [**Apêndice 1**]. Selecionamos no conjunto das 29 instituições levantadas, as seguintes instituições-chave para o período [ver quadro seguinte].

No século XXI há uma ampliação significativa das instituições associadas ao patrimônio arqueológico na região sudeste. Nesse quadro destacam-se alguns museus de arqueologia inaugurados nesse período, sendo um museu localizado na cidade de Pains, estado de Minas Gerais - o **Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco** e quatro museus no estado de São Paulo [**Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha; Museu de Arqueologia de Iepê; Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto e Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe**].

Destaca-se nesse quadro o Museu Água Vermelha, criado a partir de pesquisa de resgate emergencial do patrimônio associado à UHE – Água Vermelha, no município de

¹⁰⁵ 21ª Superintendência Regional do IPHAN; Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais; Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire; Instituto de Arqueologia Brasileira; Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria"; Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas; Museu de Arqueologia de Iepê; Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Ilhabela da Fundação Arte e Cultura de Ilhabela; Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"; Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme; Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Museu Histórico Sorocabano

Ouroeste. As ações de comunicação museológica desenvolvidas nesse museu foram avaliadas no que concerne a suas perspectivas teóricas e metodológicas de recepção (Cury 2005). Esse é um dos três museus brasileiros¹⁰⁶, mencionados neste estudo, que foram criados a partir de pesquisas em arqueologia de salvamento ou preventiva.

Existem, ainda, importantes museus históricos que têm fornecido endossos institucionais de apoio à pesquisas como o **Museu Histórico Sorocabano**, o **Museu do Café da Universidade Estadual Paulista** (Campus Botucatu) e o **Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria**, sendo que os acervos arqueológicos deste último museu foram recentemente transferidos para o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara – MAPA. Esse museu é fruto de um processo iniciado em 1999 no que concerne à institucionalização das pesquisas arqueológicas no município de Araraquara. O museu foi inaugurado em 2008, após projeto de revitalização e modernização arquitetônica do antigo conservatório musical da cidade, que integra o complexo de museus do município. Contudo, não está em funcionamento, faltando ainda parte de seus equipamentos e, sobretudo, recursos humanos, devido a problemas de ordem política, os quais já foram encaminhados ao Ministério Público do município (Rodrigues, 2009). Dessa forma, com o MAPA, com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e com os demais quatro museus mencionados, o estado de São Paulo contará com seis museus especialmente devotados à questão da arqueologia musealizada.

As demais instituições que foram criadas no século XXI no sudeste são caracterizadas por laboratórios, núcleos ou centros de pesquisa, grande parte deles associado a universidades públicas [Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia associado à Universidade Estadual Paulista/ Presidente Prudente; Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas] e privadas [Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos; Núcleo de Arqueologia da Universidade Braz Cubas].

Temos institutos de pesquisa associados a prefeituras: Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Ilhabela da Fundação Arte e Cultura de Ilhabela e, ainda, institutos privados como o Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Chondrichthyes.

O **Museu Histórico Nacional**, embora criado em 1932, foi inserido apenas no quadro do século XXI como instituição chave da musealização da arqueologia, pois foi

¹⁰⁶ Os outros museus são: Ecomuseu de Itaipu e Museu de Arqueologia de Xingó.

inaugurada apenas em 2006 uma exposição dedicada exclusivamente à arqueologia, a qual é apresentada no Capítulo 3.

Quadro 21. Região Sudeste: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.

Museu	UF	Município
Museu Cultural e Arqueológico de Ouroeste – Museu Água Vermelha	São Paulo	Ouroeste
Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia	São Paulo	Presidente Prudente
Museu Universitário da PUC-Campinas	São Paulo	Campinas
Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria	São Paulo	Araraquara
Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto	São Paulo	Monte Alto
Museu Municipal Elisabeth Aytai	São Paulo	Monte Mor
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo	São Paulo	São Paulo
Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme	São Paulo	Piraju
Museu de Arqueologia de Iepê	São Paulo	Iepê
Museu do Café da Universidade Estadual Paulista (Campus Botucatu)	São Paulo	Botucatu
Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Campinas
Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Ilhabela da Fundação Arte e Cultura de Ilhabela	São Paulo	Ilhabela
Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu"	São Paulo	Jacareí
Núcleo de Arqueologia da Universidade Braz Cubas	São Paulo	Mogi das Cruzes
Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe	São Paulo	Peruíbe
Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Chondrichthyes	São Paulo	Santos
Instituto de Pesquisas em Arqueologia da Universidade Católica de Santos	São Paulo	Santos
Museu da Cidade de São Paulo - Centro de Arqueologia (DPH)	São Paulo	São Paulo
Museu Histórico Sorocabano	São Paulo	Sorocaba
Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	Belo Horizonte
Museu de Ciências Naturais PUC Minas	Minas Gerais	Belo Horizonte
Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa	Minas Gerais	Lagoa Santa
Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire	Minas Gerais	Lagoa Santa
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	Juiz de Fora
Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco	Minas Gerais	Pains
Museu de Arqueologia de Itaipu	Rio de Janeiro	Niterói
Museu Nacional	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Museu Histórico Nacional	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Instituto de Arqueologia Brasileira	Rio de Janeiro	Belford Roxo
Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

As instituições mencionadas, que já compunham o quadro das instituições chave no sudeste, não sofreram mudanças expressivas nos processos de comunicação museológica no período, exceto o **Centro de Arqueologia do Museu da Cidade de São Paulo**, pertencente ao Departamento do Patrimônio Histórico do município de São Paulo. Esse histórico edifício congrega as coleções arqueológicas do Departamento do Patrimônio

Histórico da cidade de São Paulo, instalado no sítio arqueológico 'Morrinhos', zona norte do município de São Paulo. Nesse espaço, foi inaugurada, em 2008, a exposição "Escavando o Passado". Organizada em sete módulos, a mostra é o segundo espaço da capital dedicado ao tema, sendo, portanto, uma conquista significativa no âmbito da Musealização da Arqueologia na cidade. Contudo, a perspectiva adotada no âmbito da Arqueologia Histórica, que ocupa grande parte da exposição, resultou em uma abordagem estática onde painéis discorrem sobre a historiografia do período e vitrines trazem peças descontextualizadas com legendas no 'jargão' arqueológico (Moraes Wichers, 2009b).

Região Sul

Formada pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Essa região tem 28 milhões de habitantes e, assim como o sudeste, tem os melhores índices de desenvolvimento humano do Brasil, com uma média de 0,807 para uma média de 0,766 para o território nacional.

A realidade arqueológica do sul brasileiro é marcada pela regionalização das pesquisas, uma vez que essa região tem uma certa tradição no que tange à existência de diversos laboratórios e centros de pesquisa. No que concerne ao número de sítios registrados, temos cerca de 5100, o que representa 32% dos sítios cadastrados no IPHAN. Como mencionamos anteriormente, a base de dados do CNSA não nos oferece um número exato dos sítios, pelo contrário, há disparidades dependendo da superintendência regional de cada estado. Não obstante, o fato de termos um número tão superior de sítios inseridos nessa região aponta também uma melhor eficácia na gestão desses recursos.

Outra característica importante é que o sul do Brasil envolveu cerca de 25% das pesquisas realizadas no Brasil entre 2003 e 2009, conforme portarias examinadas.

A efervescência do campo arqueológico da região também é evidenciada no universo museológico, cerca de 28% dos museus cadastrados no CNM estão na região sul. Essa porcentagem demonstra que no sul brasileiro há a melhor proporção do país em termos de quantidade de museus por habitante. Cabe lembrar que o sudeste tem um número maior de museus, mas sua população também é bem maior.

Dentre os museus cadastrados no CNM com a presença do patrimônio arqueológico encontramos o maior número no Rio Grande do Sul [78], seguido de Santa Catarina [43] e Paraná [25].

Quadro 22. Caracterização das unidades federativas da região Sul comparando a realidade arqueológica ao universo museológico (Fonte: CNM, 2010; CNSA, 2010; PNUD, 2009).

		Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Paraná
Informações Gerais	Número de Municípios	293	496	399
	População Estimada 2009 (milhões)	6,118	10,914	10,686
	IDH-M (2000)	0,822	0,814	0,787
Realidade Arqueológica	Sítios Cadastrados (CNSA/IPHAN)	1201	2863	1070
	Portarias de pesquisa (2003 a 2009)	475	158	74
Universo Museológico	Museus no CNM	192	386	175
	Municípios com Museus Cadastrados no CNM	93	63	87
	% Municípios no Estado com Museus Cadastrados no CNM	31,74	12,70	21,80
Musealização da Arqueologia	Museus no CNM com Arqueologia	43	78	25
	Instituições de apoio	17	20	6
	Total Final Instituições	53	90	30
	Municípios com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	42	67	25
	% Municípios no Estado com Instituições que abordam patrimônio arqueológico	14,33	13,51	6,27

As portarias de pesquisa envolveram 43 instituições de apoio na região sul, contudo, **70% dos endossos foram fornecidos por apenas nove instituições**¹⁰⁷, dentre as quais citamos: o Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense, com 126 endossos à pesquisa arqueológica; o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, com 89 endossos emitidos e o Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, com 75 endossos.

¹⁰⁷ Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná; Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria; Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina da Universidade Comunitária Regional de Chapecó; Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas e/ou Museu Universitário da Universidade do Extremo Sul Catarinense; Museu Universitário "Oswaldo Rodrigues Cabral" da Universidade Federal de Santa Catarina; Museu da Cidade de Jaguaruna; Universidade do Oeste de Santa Catarina; Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville; Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Quadro 23. Região sul: instituições-chave na musealização da Arqueologia no século XXI.

Museu	UF	Município
Museu Paranaense	Paraná	Curitiba
Ecomuseu de Itaipu	Paraná	Foz do Iguaçu
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná	Paraná	Paranaguá
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná	Paraná	Curitiba
Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	Santa Catarina	Florianópolis
Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	Santa Catarina	Florianópolis
Museu do Homem do Sambaqui	Santa Catarina	Florianópolis
Museu Universitário Walter Zumblick	Santa Catarina	Tubarão
Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	Santa Catarina	Criciúma
Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Santa Catarina	Joinville
Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó
Museu Etno-Arqueológico de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins	Santa Catarina	Itajaí
Museu da Cidade de Jaguaruna	Santa Catarina	Jaguaruna
Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina	Santa Catarina	Tubarão
Museu Joaquim José Felizardo	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Taquara
Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Instituto Anchieta de Pesquisas	Rio Grande do Sul	São Leopoldo.
Museu Universitário de Arqueologia e Etnografia - MUAE - UFRGS	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas	Rio Grande do Sul	Pelotas
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Laboratório de Arqueologia do Departamento de Biblioteconomia e História da Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande do Sul	Rio Grande
Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul	Santa Maria
Museu Júlio de Castilhos	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul

Dessa forma, embora tenhamos uma ‘tradição’ de diversas unidades museológicas relacionadas ao patrimônio arqueológico no sul brasileiro, existe, no contexto atual, a inserção maciça da arqueologia em estruturas universitárias, cuja ênfase recai, sobretudo, na realização de pesquisas e ações educativas, não englobando toda a cadeia operatória museológica. Enquanto as instituições catarinenses têm voltado suas pesquisas quase exclusivamente para o território do estado de Santa Catarina, o **Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria** tem desenvolvido pesquisas, principalmente, fora do estado do Rio Grande do Sul, sendo que esse estado só ocupou 10 entre os 89 endossos fornecidos.

Temos a seguinte síntese: 43 instituições de apoio mencionadas nas portarias, 146 instituições mencionadas no CNM e, como algumas instituições estão nas duas fontes de

dados, totalizando ao final **173 instituições na região sul** envolvidas com a musealização da Arqueologia [**Apêndice 1**]. Seleccionamos no conjunto das 90 instituições levantadas, 25 instituições chave para o período, dando continuidade na análise encetada no **Capítulo 1**.

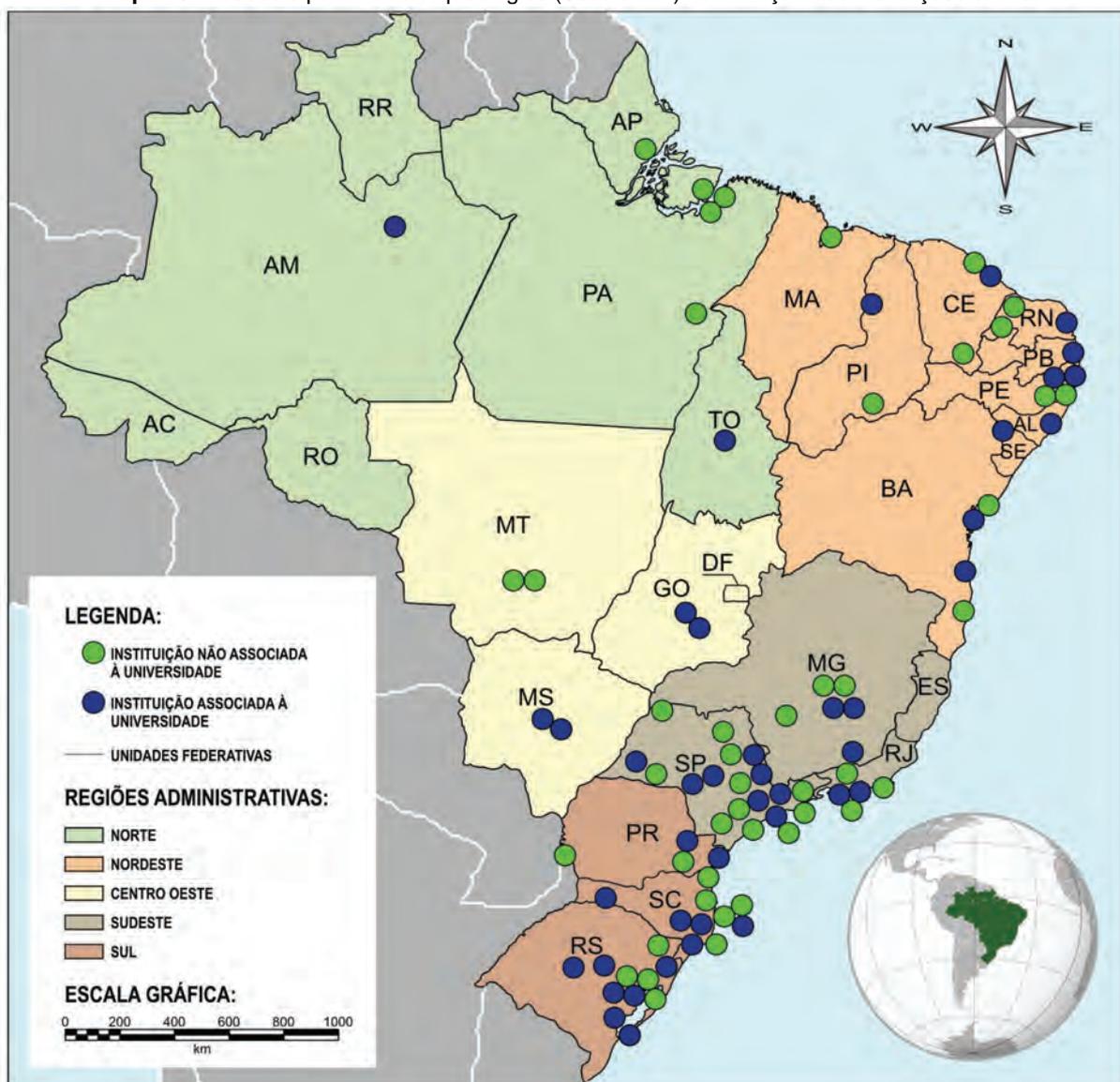
As novas instituições da arqueologia musealizada no Sul do Brasil estão relacionadas, especialmente, à esfera universitária, assim há o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria e o Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Universidade do Sul de Santa Catarina - já mencionados e que se destacam pelo número de endossos institucionais fornecidos; o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, que atua em conjunto com o curso de graduação em Arqueologia que funciona na mesma universidade; o Laboratório de Arqueologia do Departamento de Biblioteconomia e História da Universidade Federal do Rio Grande e o Museu Universitário Walter Zumblick.

As demais instituições mencionadas como chave para esse período, na região sul, já estavam inseridas nos cenários apresentados no Capítulo 1.

Síntese

O **Mapa 10** apresenta a distribuição das instituições brasileiras selecionadas como “chave” para o entendimento da Arqueologia Musealizada Brasileira nesse início de século XXI. Por sua vez, a **Linha do Tempo**, apresentada adiante, reúne eventos importantes no âmbito do cenário patrimonial, arqueológico e museológico brasileiro, entre os séculos XIX e XXI, assim como aponta as instituições chave mencionadas no **Capítulo 1** e neste **Capítulo 2**, sintetizando as informações apresentadas.

Mapa 10. Museus e patrimônio arqueológico (Século XXI): localização das instituições chave.



O quadro apresentado nesse capítulo corrobora a ideia de que a musealização da arqueologia segue a distribuição das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Arqueologia Preventiva, ou seja, estão diretamente associadas ao mercado. Regiões com maior crescimento econômico, tanto no passado como no presente, possuem maior número de instituições devotadas à musealização da Arqueologia. Mesmo as instituições universitárias - que predominam nas regiões Sul e Nordeste e têm participação significativa no Centro-Oeste e Sudeste - estão fortemente relacionadas à Arqueologia Preventiva.

O **movimento arqueológico-universitário mostra-se fortalecido** nesse século XXI, contudo passou a ser deflagrado a partir do aumento exponencial das pesquisas de Arqueologia Preventiva, e não por políticas universitárias devotadas ao desenvolvimento de pesquisas, ensino e extensão, o que agrava ainda mais o quadro já sinalizado anteriormente, qual seja, o abandono do modelo museológico.

Uma questão que queremos destacar é a **baixíssima conectividade** entre instituições museológicas cadastradas no CNM e equipes e empresas de Arqueologia, o que demonstra que os elos da cadeia produtiva da Arqueologia estão mesmo desconectados, conforme acentuou Zanettini (2009). As instituições indicadas no CNM, com patrimônio arqueológico, embora marcadas por problemas das mais diversas ordens, comuns em um país onde a política cultural só veio assumir muito recentemente os museus como importante eixo de atuação, são espaços potenciais para a Arqueologia Musealizada. As parcerias entre pesquisas de licenciamento e pequenos museus que já contêm acervos arqueológicos, qualificando o uso desses acervos herdados e projetando novos acervos e narrativas arqueológicas, são, certamente um caminho a ser trilhado na Musealização da Arqueologia brasileira. No **Capítulo 3**, a seguir, procuramos trazer experimentações onde atuamos nessa linha.

Outro assunto, de suma importância, que vamos detalhar no capítulo seguinte é a **comunicação museológica**, uma vez que consideramos o museu um canal de comunicação. O levantamento de fontes primárias e secundárias que deu origem a esse capítulo, devotado às tensões do presente, demonstrou a necessidade de nos determos em alguns aspectos do discurso expográfico das instituições no cenário contemporâneo, a fim de levantar potencialidades e barreiras que têm atuado no afastamento da arqueologia da sociedade. Para tanto, selecionamos nove instituições, com perfis diferenciados, as quais são apresentadas a seguir.